

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

**FERNANDA MARCELA TORRENTES GOMES**

**“EU ABORTO, TU ABORTAS, SOMOS TODAS  
CLANDESTINAS” MÍDIA E ABORTO: uma perspectiva do  
feminismo decolonial.**

FLORIANÓPOLIS  
2017



FERNANDA MARCELA TORRENTES GOMES

**“EU ABORTO, TU ABORTAS, SOMOS TODAS  
CLANDESTINAS” MÍDIA E ABORTO: uma perspectiva do  
feminismo decolonial.**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Serviço Social,  
Centro Socioeconômico da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana  
Patrícia Zucco

FLORIANÓPOLIS  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Torreses Gomes, Fernanda Marcela  
"Eu aborto, tu abortas, somos todas  
clandestinas" Midia e aborto : uma perspectiva do  
feminis decolonial / Fernanda Marcela Torreses  
Gomes ; orientadora, Luciana Patricia Zucco, 2017.  
229 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de  
Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Aborto. 3. Midia. 4.  
Feminismo decolonial. I. Zucco, Luciana Patricia.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III.  
Titulo.

**FERNANDA MARCELA TORRENTES GOMES**

**“EU ABORTO, TU ABORTAS, SOMOS TODAS  
CLANDESTINAS”**

**MÍDIA E ABORTO: uma perspectiva do  
feminismo decolonial.**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Luciana Patrícia Zucco (orientadora)

---

Profa. Dra. Luzinete Simões Minella  
UFSC

---

Prof. Dra. Simone Lolatto  
UFSC

---

Profs. Dra. Iara Aparecida Belelli  
UNICAMP (avaliadora externa)  
Florianópolis, 28 de novembro 2017.



A todas as mulheres, especialmente as latino-americanas, que lutaram e lutam diariamente para sobre (viver) no mundo.





## AGRADECIMENTOS

Es mejor hablar:  
El afecto es revolucionario

A minha mãe, (em memória) por ser fonte de inspiração para as linhas escritas.

A meu pai, pelo amor e afeto infinito, mas principalmente por ser meu porto seguro em meio ao caos que o mundo acadêmico e profissional me proporcionam.

A minha irmã, pela história de vida compartilhada, que me levou a ser quem sou.

A amiga/irmã de sempre Karina, pelo apoio incansável mesmo na distância física.

Aos amigos de pós-graduação Anderson, Carolina e Maísa, pela parceria durante esse trajeto.

As amigas de UFSC para vida: Bruninha, Malu e Aline, obrigada por existirem e me acolherem.

As amigas de uma nova vida: Aline, Amabile, Hellen e Suelen, pela oportunidade de novos afetos e reflexões.

Ao amigo Samuel, pelas divagações e resistências, obrigada por ser quem és.

A minha orientadora Luciana, pela paciência, confiança e cuidado ao trilhar comigo os caminhos desse trabalho.

As professoras Iara, Luzinete e Simone, por aceitarem o convite para contribuir no processo avaliativo.

As minhas gatas, pela companhia nas noites de escrita

Por fim, agradeço a todas as mulheres do sul do mundo, que juntas constroem cotidianamente uma história de luta e resistência.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. Por que deveria tentar justificar por que escrevo? Preciso justificar o ser chicana, ser mulher? Você poderia também me pedir para tentar justificar por que estou viva?

(Glória Anzaldúa)

Não vai nascer, porque eu não quero  
Porque eu não quero e basta eu não querer  
(Carne Doce)



## RESUMO

GOMES, Fernanda Marcela Torrentes. “Eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas” Mídia e Aborto: uma perspectiva do feminismo decolonial. 2017, 175 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Esta dissertação discute sobre o aborto em dois veículos de comunicação: Portal Geledés e jornal Folha de São Paulo. A partir do feminismo decolonial, investigou-se a maneira como o tema é abordado pelas duas mídias, suas particularidades, aproximações e contrastes. Considerou-se, ainda, a miríade de elementos e de entrelaçamentos de realidades projetadas nas notícias, e que contribuem para criar narrativas sobre a temática e identidades às mulheres envolvidas. Para tanto, tomou-se como centralidade analítica os marcadores de raça, classe e gênero. Um breve resgate histórico da teoria política feminista, do desenvolvimento das mídias e da construção das notícias jornalísticas situaram a discussão. A pesquisa teve como marco temporal o período em que o deputado Marco Feliciano esteve na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (7 de março de 2013 a 26 de fevereiro de 2014), sendo os dados organizados mediante a análise de conteúdo. Os principais resultados apontaram que o debate sobre o aborto no Boletim Geledés e na Folha tem cor, protagonistas, posições políticas e um “olhar genderificado”. No geral, as matérias veiculam um conteúdo sobre pessoas “brancas”, havendo, mesmo no Portal Geledés, uma secundarização, quando não uma “ausência”, da realidade das mulheres não brancas, que são as mais vulneráveis pelos indicadores de saúde. De certo modo, há uma reatualização do “contra” e do “a favor”, com narrativas mais contundentes e a partir de outras estratégias, que não se limitam às dicotomias. Estas revisitam os argumentos cristãos e científicos, este último figurando na Folha como residual e situado no campo da saúde pública, sendo proferido por profissionais masculinos. Se na Folha essa polaridade se apresenta, em Geledés, o discurso volta-se para o campo dos direitos sexuais e reprodutivos, feito por mulheres militantes. Considerou-se que a religiosidade cristã e a colonialidade do saber são elementos significativos no processo de construção de notícias relacionadas ao aborto, o que evidencia a maneira como o fenômeno é abordado em nosso contexto atual. Aparentemente, os resultados apontam para a veiculação de conteúdos polarizados, no entanto, as

imbricações e reproduções de valores instituídos estão nas notícias tanto de Geledés quanto da Folha, o que acaba por encobrir a complexidade do fenômeno do aborto em seus contextos brasileiro e latino-americano. Em suma, as notícias carecem de situar as mulheres que habitam os discursos relacionados ao tema, não somente pela subjetividade dessas sujeitas, mas também pelas múltiplas dimensões do contexto que estas se inserem.

**Palavras-chave:** Aborto. Feminismo decolonial. Mídia.

## RÉSUMEN

Esta disertación discute sobre el aborto en dos vehículos de comunicación: el *Portal Geledés* y el periódico *Folha de São Paulo*. A partir del feminismo decolonial, se investigó la manera como el tema es abordado por los dos medios, sus particularidades, proximidades y contrastes. Se consideró, todavía, la infinidad de elementos y de entrelazamientos de realidades proyectadas en las noticias, y que contribuyen para crear narrativas sobre la temática e identidad de las mujeres involucradas. Para tanto, se tomó como centralidad analítica los marcadores de raza, clase y género. Un breve rescate histórico de la teoría política feminista, del desarrollo de los medios y de la construcción de las noticias periodísticas situó la discusión. La investigación tuvo como hito temporal el período en que el diputado Marco Feliciano estuvo en la presidencia de la Comisión de los Derechos y Minorías (desde el 7 de marzo de 2013 al 26 de febrero de 2014), siendo los datos organizados mediante el análisis de contenido. Los principales resultados apuntaron que el debate sobre el aborto en el *Boletim Geledés* y en la *Folha* tiene color, protagonista, posiciones políticas y una “mirada de género”. En el general, las materias vehiculan un contenido sobre personas “blancas”, habiendo, mismo en el *Portal Geledés*, una secundarización, cuando no una “ausencia”, de la realidad de las mujeres no blancas, que son las más vulnerables por los indicadores de salud. De cierto modo, hay una actualización del “contra” y del “a favor”, con narrativas más contundentes y a partir de otras estrategias, que no se limitan a las dicotomías. Estas revisitan los argumentos cristianos y científicos, este último figurando en la *Folha* como residual y ubicada en el campo de la salud pública, siendo proferido por profesionales masculinos. Si en la *Folha* esa polaridad se presenta, en *Geledés*, el discurso se vuelve para el campo de los derechos sexuales y reproductivos, hecho por mujeres militantes. Se consideró que la religiosidad cristiana y la colonialidad del saber son elementos significativos en el proceso de construcción de noticias relacionadas al aborto, lo que evidencia la manera como el fenómeno es abordado en nuestro contexto actual. Aparentemente, los resultados apuntan para la difusión de contenidos polarizados, sin embargo, las imbricaciones y reproducciones de valores instituidos están en las noticias tanto de *Geledés* como de la *Folha*, lo que termina por encubrir la complejidad del fenómeno del aborto en sus contextos brasileño y latinoamericano. En resumen, a las noticias les falta ubicar a las mujeres que habitan los

discursos relacionados al tema, no solamente por la subjetividad de esas sujetas, pero también por las múltiples dimensiones del contexto en que están inseridas.

**Palabras-clave:** Aborto. Feminismo decolonial. Medio.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BBB – Bancada do Boi, Bíblia, Bala

BemFam – Bem Estar Familiar no Brasil

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CEMINA – Comunicação, Educação e informação em Gênero

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessoria

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CISAM – Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros

CNTS – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Saúde

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

EUA – Estados Unidos da América

Febrasgo – Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IVC – Instituto Verificador de Circulação

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

ONG – Organização Não Governamental

PNA – Pesquisa Nacional de Aborto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

PP – Partido Progressista

PSD – Partido Social Democrata

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

RJ – Rio de Janeiro

SOF – Sempreviva Organização Feminista

SPM – Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

UDN – União Democrática Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNFPA – Fundo de população das Nações Unidas

USAID – Agency for Internacional Development

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: PORQUE ESCREVO?</b> .....	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>Procedimentos Metodológicos</b> .....	<b>28</b>
<b>2</b>	<b>APORTES INICIAIS PARA A DISCUSSÃO DA MÍDIA</b> .....	<b>39</b>
<b>2.1.</b>	<b>As notícias jornalísticas: construindo verdades</b> .....	<b>45</b>
<b>3</b>	<b>MARCOS CONCEITUAIS DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO</b> .....	<b>51</b>
<b>3.1</b>	<b>As categorias ‘mulher’, ‘mulheres’ e ‘gênero’</b> .....	<b>52</b>
<b>3.2.</b>	<b>Feminismo Latinoamericano, a opção decolonial</b> .....	<b>65</b>
<b>3.3</b>	<b>Lutas feministas contemporâneas</b> .....	<b>73</b>
<b>4</b>	<b>O ABORTO NO CAMPO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: UM OLHAR MIDIÁTICO</b> .....	<b>80</b>
<b>4.1</b>	<b>A questão Racial como debate central na discussão sobre aborto</b> .....	<b>90</b>
<b>4.2</b>	<b>O Estado Brasileiro é laico?</b> .....	<b>102</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>137</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>145</b>
	<b>ANEXO A – TABELA DE NOTÍCIAS (FOLHA DE SÃO PAULO, GELEDÉS)</b> .....	<b>162</b>
	<b>ANEXO B – COMPILADO DE FIGURAS (FOLHA DE SÃO PAULO, GELEDÉS)</b> .....	<b>180</b>



## 1 INTRODUÇÃO: PORQUE ESCREVO?

Me llamo Rigoberta Menchú  
y así me nació la conciencia  
(Rigoberta Menchú)

A presente dissertação tem como objeto de investigação o aborto como pauta da imprensa jornalística e da mídia feminista a partir do feminismo decolonial. Este estudo está inserido na linha três, intitulada “Direitos, Sociedade Civil e Política Social na América Latina”, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

Tal leitura decolonial traz a perspectiva de que as relações coloniais tiveram continuidade em suas formas de dominação econômica, cultural e política, através das estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial, mesmo após o fim das administrações dominantes (GROSFOGUEL, 2008), com repercussões significativas para as mulheres. Nesse sentido, contribui para explicar processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade.

Em tal chave interpretativa, o feminismo decolonial, ao elaborar um pensamento advindo das margens pelas “feministas do terceiro mundo” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014), potencializa e colabora na ressignificação do debate sobre o aborto. Ao reconhecer que as consequências da colonização transformam as diferenças em desigualdades, o decolonialismo afirma portanto que a discriminação que mulheres ameríndias e amefricanas<sup>1</sup> sofrem assumem caráter triplo (racial, de classe e de gênero). Assim, não é de estranhar que estas

1 Termos utilizados por Lélia Gonzalez em seu texto “Por um feminismo Afrolatinoamericano” de 1988.

mulheres situadas nos segmentos mais subordinados das classes exploradas possuam o maior número de mortalidade materna de acordo com dados do último Relatório Socioeconômico da Mulher<sup>2</sup>, elaborado pelo Governo Federal.

Ao se reconhecer de modo mais amplo que a autonomia das mulheres tem componentes de classe e raça evidenciamos quem são as principais atingidas pela criminalização do aborto. Contudo, por meio da colaboração dos meios de comunicação de massa e dos sistemas ideológicos tradicionais, que produzem e perpetuam a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais (GONZALEZ, 1988), inviabiliza-se os efeitos concretos dessas desigualdades na vida das mulheres negras e não brancas.

Isto posto, sob a ótica do feminismo decolonial, analisou-se as notícias sobre o aborto em dois veículos de comunicação: o jornal Folha de São Paulo, e o boletim feminista do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Partimos do pressuposto que há contrastes e contradições presentes nas notícias em ambos os meios de comunicação, evidenciando suas tendências relacionadas à natureza dos veículos, aos recortes de raça/etnia, de classe e de gênero empregados às matérias, bem como aos valores morais e religiosos associados à temática. (ROSADO-NUNES, 2012). Respondendo a esses marcadores, esperou-se que em Geledés a tendência fosse de promoção de discussões racializadas e periféricas sobre o aborto, enquanto na Folha, de

2 FEDERAL, Governo. **Relatório Socioeconômico da Mulher**. 2014. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam\\_completo.pdf](http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2017.

reprodução de concepções instituídas e aceitáveis por uma sociedade cristã. Entretanto, entendeu-se que ambos ora promovem a manutenção de valores, ora os deslocam em seus debates, respondendo a um contexto social, econômico, político e moral, e retratando sujeitas produtoras e representadas nas matérias<sup>3</sup> e instituições.

Nesse sentido, questiona-se a pretensão da existência de uma produção de notícias sem sujeita, sem história, sem relações de poder, como "la mirada de Dios" (GROSFOGUEL, 2008), descorporalizada e deslocada. Maria Lugones (2014), nessa perspectiva, afirma que a tarefa da feminista decolonial tem início na resistência ao seu próprio hábito epistemológico de apagar as diferenças coloniais. Os aspectos ideológicos que atravessam as notícias explicitam contextos de produção de discursos e concepções que neles são produzidos e reproduzidos ao público leitor e, no caso, também às mulheres.

Ao se analisar as notícias sobre aborto veiculadas por um jornal de visibilidade nacional (Folha de São Paulo) e um coletivo feminista, com repercussão nas redes sociais (Geledés – Instituto da Mulher Negra), recorreu-se ao argumento da condição estratégica da comunicação de difundir informações em um menor tempo e para o máximo de pessoas (THOMPSON, 2014).

As motivações que deram origem à pesquisa estão relacionadas a dois aspectos. O primeiro refere-se ao processo de socialização vivido pela autora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse espaço acadêmico e de aproximação à

3 Este trabalho tem como referência geral o feminino. É uma escolha política baseada na compreensão de que um texto cria sentidos e reflete a visão e a ideologia de suas escritoras, conforme destacado por Caldas-Coulthard (2008). A autora ao se referir aos seres humanos pelo feminino, e não pelo masculino, privilegia as mulheres em seus discursos.

militância, através do movimento estudantil, identificou-se a necessidade de diálogo com os estudos feministas devido à circulação de poder e desigualdade de gênero que atravessaram as relações universitárias e o curso de Serviço Social.

As assimetrias se apresentaram: na sala de aula, entre professoras e estudantes, e entre as estudantes; nos grupos de estudos; nas reuniões do diretório central de estudantes; nas reuniões de departamento, ao serem discutidos projetos de extensão e reforma curricular do curso de Serviço Social; entre outros espaços. Tais experiências se aliaram à identificação pessoal com a perspectiva do feminismo decolonial, advindo de mulheres latino-americanas, lésbicas e pessoas racializadas em geral, e comprometida com um ponto de vista não eurocêntrico (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014).

Este cenário contribuiu para que os estranhamentos despertados na infância, e fortalecidos no ambiente universitário, promovessem questionamentos que se expandiram, tornando-se objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso<sup>4</sup> e da atual dissertação.

O segundo aspecto é o potencial que as diversas mídias apresentam como instrumento de atuação do serviço social, podendo ser trabalhadas com as usuárias das instituições, uma vez que produzem e reproduzem sentidos às expressões da questão social<sup>5</sup>. Cotidianamente, estas são vastamente decantadas e materializadas como demandas aos

4 Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2014.1, com o título “A Representação Social da Mulher na Política Pública de Assistência Social” (UFSC).

5 Segundo autores (IAMAMOTO E CARVALHO, 1983; TELES, 1996), a questão social está enraizada na contradição capital x trabalho. Sua expressão se dá no cotidiano da vida social, assim como na relação contraditória entre o proletariado e a burguesia, a qual o proletariado passa a exigir outros tipos de intervenção, além da caridade e repressão.



serviços das políticas sociais, sendo as desigualdades de gênero uma dessas expressões.

Soma-se a isso a grande presença de mulheres no serviço social, seja como profissionais ou usuárias. Esta condição tem-nos definido historicamente como uma profissão feminina<sup>6</sup>, tornando-a permeável à presença de preconceitos gerados pelo machismo. Ao mesmo tempo, o fato de a maioria ser usuárias<sup>7</sup> nos leva a trabalhar com diversas violências sofridas por essa parcela da população (trabalhos precários, violências domésticas, condicionalidades de acesso a serviços aos quais elas são consideradas responsáveis, entre outras).

O aborto e seus desdobramentos incidem tanto na prática cotidiana das assistentes sociais, visto que essas compõem equipes multiprofissionais que realizam atendimentos a mulheres, quanto em suas vivências. Ademais, apesar de o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) promover há mais de uma década manifestos, encontros e campanhas que discutem questões relacionadas às pautas feministas, incluindo a descriminalização e legalização do aborto<sup>8</sup>, os estudos feministas e de gênero na formação de Assistentes Sociais no Brasil são recentes (FAURY, 2003) e, aparentemente, segregados. Para

6 O Serviço Social está entre as cinco profissões mais femininas do Brasil desde os anos de 1970, constituindo-se a mais feminina de todas a partir de 1980 (SIMÕES, 2012).

7 Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a situação de pobreza das mulheres e homens, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), para o ano de 2001, concluiu que as mulheres vivem mais e são mais pobres que os homens no Brasil. Disponível em: [http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra\\_publicacao\\_hildete\\_pereira](http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra_publicacao_hildete_pereira). Acesso em: 10 junh. 2015.

8 Ver “CFESS Manifesta: Dia Latino-americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do aborto”. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2016-CfessManifesta-Aborto-Site.pdf>. Acesso em: 03 de mar. 2017.

autoras como Cisne (2004), Dias e Zucco (2015), o feminismo tem conquistado algum espaço nas duas últimas décadas no Serviço Social, embora seja diminuto em sua literatura e nos encontros acadêmicos da categoria.

Esse contexto impulsiona a necessidade de projetar os pleitos reivindicados pelos movimentos feministas nas discussões voltadas à categoria de Serviço Social, como a problemática do aborto, que permeia diretamente a discussão histórica dos direitos sexuais e reprodutivos. Tal debate, além de problematizar o domínio da vida e das escolhas individuais das mulheres, compreende uma arena de disputas e construções políticas.

Se no âmbito das políticas públicas a defesa pela descriminalização e legalização do aborto é pautada no alto número de mortalidade materna, configurando-se como uma questão de saúde pública (PINTO; VITTA, 2015), na teoria e ação política feminista esta defesa se dá pela autonomia reprodutiva das mulheres, confrontando, dessa maneira, a idealização histórica da maternidade. Independentemente dos argumentos, o debate está nas agendas políticas de países ocidentais, dentre eles o Brasil, e, com isso, uma ascensão de discursos e ações que tentam barrar possíveis avanços e defendem retrocessos nas implementações de direitos, como é o caso do aborto legal.

Ao reforçar o discurso pró-vida, reivindicado há anos pelos parlamentares que representam o cristianismo, a chamada bancada evangélica<sup>9</sup> protagoniza a disseminação de argumentos conservadores, elegendo, por vezes, o movimento feminista e LGBT como principal

9 Termo aplicado a uma frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil composta por políticos evangélicos de partidos políticos distintos.

inimigo. Se por um lado as bases de suas posições políticas se ancoram em teses religiosas, comprometendo a laicidade do Estado, por outro, transforma o corpo das mulheres, em especial as pobres e não-brancas, em moeda de troca ao custo da implementação de um Estado formulado por parlamentares ruralistas, evangélicos e defensores de propostas ligadas à segurança pública, denominados de bancada BBB<sup>10</sup>.

A conjuntura política brasileira reflete uma história marcada pela diferença colonial, tendo como princípio fundante uma lógica de classificação e hierarquização das sujeitas, que ocorre por meio da língua, religião, nacionalidade, raça, etc. Simultaneamente, disciplina-se populações (RESTREPO; ROJAS, 2010) e fomenta-se a necessidade de desconstrução do mito da democracia racial e da legitimação de uma identidade latino-americana. Desta maneira, os estudos feministas decoloniais se fazem ainda mais urgentes, não apenas na sociedade como um todo, mas especificamente no âmbito da profissão.

Tal aproximação contribui, sobretudo, na realização de uma crítica aos discursos de abordagens macro econômicas em detrimento de abordagens multirraciais e pluriculturais, corrente na literatura do Serviço Social. As primeiras se apresentam como hegemônicas, desconsideram as interseccionalidades e produzem silenciamentos, bem como outras formas de opressão. Com a secundarização dos marcadores de gênero, raça, orientação sexual, entre

10 Uma referência à “Boi, Bíblia e Bala” – grupo parlamentar considerado fundamental na votação favorável ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, defensor da ampliação do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, da redução da maioria penal, do estatuto do nascituro entre outras pautas consideradas conservadoras.

outros, constrói-se um debate masculinamente colonizado (LISBOA, 2010).

Diríamos, ainda, que a apropriação feita do marxismo pela categoria contribui para invisibilizar sua história, fortemente ligada aos cuidados e à igreja, que reforça o estereótipo de “profissão feminina” desvalorizada. Tal movimento é reproduzido aos estudos que afirmam que a religião, principalmente as cristãs, são elementos relevantes e, por vezes, determinantes para a procura pelo Curso, e para as profissionais da prática e da academia (SIMÕES, 2005).

As relações de poder atravessam a produção de conhecimento e sugerem relações de colonialidade, visto que se encontram predominantemente pensadas a partir de uma referência eurocêntrica, branca e masculina (BALLESTRIN, 2013). Assim, considerar as realidades e as demandas nas quais as assistentes sociais e suas usuárias estão inseridas é um dos passos para a decolonização do próprio saber.

Nesse sentido, o Serviço Social pode contribuir para a desconstrução das relações sociais instituídas historicamente entre homens e mulheres<sup>11</sup> no mundo ocidental, naturalizadas pelo senso comum e reproduzidas pela mídia, principalmente a hegemônica (SERRANO, 2013), que as potencializa pelo seu poder de alcance e propagação. Se por um lado a mídia reafirma padrões, por outro, visibiliza temas que são presentes no cotidiano das relações de gênero e

11 Partimos do princípio que a categoria “mulheres” é heterogênea, construída historicamente por meio de discursos e práticas. Diante disso, a categoria seria uma identidade política assumida, associada a lugares sociais, culturais, geográficos, econômicos, raciais, sexuais, entre outros, na qual se está inserida (COSTA, 1998).

que se colocam como demandas ao Serviço Social e aos Movimentos Feministas.

O caráter contraditório da mídia nos leva a problematizar a atuação desempenhada pelos meios de comunicação na construção das relações sociais e, conseqüentemente, na produção de formas simbólicas. Thompson (2014) afirma que os seres humanos se ocupam em todas as sociedades da produção e troca de informações e conteúdos simbólicos. Esses conteúdos assumem desde sempre espaços centrais na vida das sujeitas. Uma maior variedade de instituições de comunicação, consideradas características da era moderna, vêm se desenvolvendo e se instituindo como um agente transformador, servindo de instrumento para os intercâmbios simbólicos de informação.

O desenvolvimento midiático permitiu a produção das formas simbólicas em grande escala e possibilitou sua transformação em mercadorias, que podem ser compradas e vendidas. Estas, ao mesmo passo que se tornam disponíveis a sujeitas afastadas no tempo e espaço, proporcionam um maior intercâmbio das informações. Os meios de comunicação são veículos por meio dos quais a produção, o armazenamento e a circulação de conteúdos chegam até os indivíduos das mais variadas maneiras.

Posto isto, a relevância da comunicação de massa<sup>12</sup>, principalmente para a sociedade contemporânea, torna-se praticamente um consenso entre pesquisadoras, como Caldas-Couthard (2005); Guazina (2007); Sgarbieri (2005); e Thompson (2014). Para Guazina

12 Assim como Thompson (2014, p. 53), utilizamos a expressão “comunicação de massa” para tratar da “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico”.

(2007), o conceito de mídia<sup>13</sup> pode ser utilizado simplesmente como um conjunto de meios no qual se dá ênfase ao papel da televisão, *internet*, revistas e jornais. Por outro lado, a autora também expõe a diversidade do debate sobre a temática, fruto de trabalhos que transitam por um conhecimento amplo e multidisciplinar na área de Comunicação e Ciências Políticas.

Tal produção de conhecimento enxerga a mídia como detentora de um grande poder de influência sobre os processos políticos e sociais (GUAZINA, 2007). Nesse sentido, uma comunicação que provém de uma determinada base material – vozes que saem de um rádio, palavras escritas em papel, entre outros – deve ser entendida como parte de uma complexa movimentação das condições sociais e contextos que se fazem presentes e atravessam a circulação das mensagens. Importante destacar que a problemática social que permeia as circunstâncias econômicas em que as sujeitas se encontram igualmente determina, em certo grau, sua exposição a determinados discursos midiáticos.

Thompson (2014, p. 37) afirma que “toda comunicação é uma forma de ação”. Desse modo, não podemos dissociar a produção dos valores ideológicos e institucionais quando nos referimos à construção social da comunicação, viabilizada por meio de vários dispositivos. O uso dos meios de comunicação de massa implica também em novas formas de interação e relações sociais. Aqui trabalhamos especificamente com a mídia jornalística escrita e os coletivos feministas, que utilizam a *internet* como um espaço privilegiado de veiculação de suas ações.

13 Os termos mídia e meios de comunicação são empregados para nos referirmos a tipos de aparatos analógicos ou digitais utilizados para transmitir textos, imagens e áudios para um determinado público.

A escolha do primeiro cenário de coleta de dados (Folha de São Paulo) se deu pela importância que o jornal impresso possui, mesmo com as transformações tecnológicas e culturais vivenciadas na contemporaneidade (BARBOSA, 2007). Podemos afirmar que apesar da gradativa diminuição no nível de leitura dos brasileiros<sup>14</sup>, o jornal impresso permanece como uma das fontes mais confiáveis de informação<sup>15</sup>.

No caso da Folha, ela se destaca por fazer parte do Grupo Folha, um conglomerado de mídia<sup>16</sup> comandado pela família Frias. Esse conjunto reúne cinco empresas de diversas áreas, da produção de conteúdo ao ensino a distância, constituindo-se como segundo grupo midiático de maior circulação no país, atrás apenas do Grupo Globo, proprietário da TV Globo. Sua magnitude potencializa discursos em diferentes contextos sociais. Associado a esses aspectos, o jornal, historicamente, configurou-se como o espaço do masculino, não só em termos de sua produção, mas também de seu direcionamento. Jornais impressos e televisivos ainda são dirigidos majoritariamente para os homens. (LISBOA; BENETTI, 2015).

No Brasil, esse aspecto se alia à ausência de projeção da mídia jornalística feminina, que se manifesta no esquecimento da

14 Na atualidade, há uma tendência midiática de pulverização dos veículos de comunicação e de redução da procura dos jornais, como veiculado na notícia publicada pelo Diário Centro Mundo: “A queda vertiginosa da tiragem de Folha, Globo e Estadão”. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-queda-vertiginosa-da-tiragem-de-folha-globo-e-estadao-por-raymundo-gomes/>. Acesso em: 15 julh. 2016.

15PROPMARK. Jornais impressos têm mais credibilidade. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/2014/12/22/jornais-impressos-tem-mais-credibilidade-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

16 Empresa que possui numerosos meios de comunicação de massa, ou seja, veículos ligados à televisão, rádio, filmes e a *internet*.

memória literária das mulheres fundadoras e dirigentes de mídia impressa, consideradas feministas no século XIX. Juana Paula Manso, fundadora do Jornal das Senhoras, Maria Josefa Pereira Pinto, fundadora de dois jornais legalistas em 1833: '*A Idade D'Ouro*' e '*Bellona Irada Contra os Sectários de Momo*', são exemplos de escritoras excluídas da historiografia literária.

Outro momento relevante da literatura feminina/feminista nacional foi na ditadura militar, quando os jornais editados por mulheres foram importantes instrumentos na luta contra a repressão. Três jornais da imprensa feminina se destacaram: Brasil Mulher (1978-1980), Nós Mulheres (1976-1978) e Mulheril (1981-1988). (CARDOSO, 2004). O engajamento social e político desses editoriais fizeram com que eles sobrevivessem, embora por um curto período de tempo.

Na tentativa de estabelecer um contraponto aos jornais de grande circulação, diversos movimentos passaram a recorrer a meios alternativos de comunicação, afim de pautarem discussões consideradas marginalizadas pela mídia hegemônica. A produção de matérias elaboradas pelos coletivos feministas podem, então, ser considerados expressões de comunicação e de resistências, assim como foram os jornais femininos/feministas do início do século XX.

O Coletivo Feminista Geledés – Instituto da Mulher Negra é um exemplo de produção midiática feminista, sendo o segundo cenário de coleta de dados. Suas notícias são divulgadas em *site* do Coletivo, e em redes sociais, agregando outros sítios virtuais/sociais na ampliação do debate feminista. O portal Geledés, sua página *online* de notícias, artigos e divulgações de eventos, é descrito como um espaço de



expressão pública das ações realizadas pela organização, de seus compromissos políticos voltados à defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos, para celebrar as contribuições de africanos/as, negros/as e/ou afrodescendentes, nas mais variadas modalidades de expressões culturais.

Ao dar ênfase às questões de gênero, mas principalmente às raciais, classistas e relacionadas à orientação sexual, o Instituto desenvolve suas matérias buscando compreender as nuances e interseções das opressões. Poderia-se afirmar que o Geledes, apesar de não se reconhecer como uma produção de conteúdo decolonial, desenvolve seu trabalho buscando a construção de “paradigmas outros”<sup>17</sup>, e que remete a pensar em algumas características presentes em tal perspectiva.

Assim como o Geledés, grande parte dos coletivos feministas, em seu caminho na direção da tecnologia, utilizam principalmente *sites*, *blogs*, boletins *online* e redes sociais para publicizar suas notícias, que englobam as pautas de reivindicação dos movimentos. A partir da década de 1990, uma extensa produção editorial feminista, com a publicação de livros, revistas, cadernos, jornais, boletins, cartilhas, entre outros, passou a ser produzida pelo crescimento das mídias digitais, que incluem e-mail e *sites* na *internet* (MELO, 2003). A preferência pela utilização desses meios de comunicação se deve também à dificuldade histórica de acesso dos

17 O que o pensamento decolonial busca não é se consolidar como um novo paradigma teórico, e sim um “paradigma outro”, que se traduz em um conhecimento não eurocêntrico, situado na diferença colonial (MIGNOLO, 2003).

movimentos feministas e de mulheres a espaços consolidados, como os jornais impressos tradicionais.

No entanto, a importância de sua incorporação vai além da necessidade de divulgação dos trabalhos das organizações feministas para um público mais amplo. Sua centralidade está relacionada ao poder de ação política direta, que dissemina ideias, propostas, questões e conceitos que colaboram no aprimoramento e renovação de propostas e discursos políticos referentes à condição da mulher na sociedade (MELO, 2003). Fortalecidos por meio da utilização das redes sociais, blogs, boletins e sites, esses coletivos têm se mostrado centrais nos debates de gênero, violência contra a mulher, políticas públicas, bem como na divulgação de pautas e ações feministas. Como exemplos, podemos citar a organização e divulgação do *Slutwalk*, conhecido no Brasil como “Marcha das Vadias”, que segue o modelo horizontal e não-hierárquico de movimentos analisados por Manuel Castells (2013).

Nesse sentido, procurou-se compreender como as notícias sobre a problemática do aborto se desenrola nesse ambiente de rede, cuja velocidade de disseminação dos conteúdos estimula as sujeitas a acompanharem e se posicionarem rapidamente, proporcionando reflexões sobre o impacto das tecnologias (BELELI, 2016) nas diferentes pautas do movimento feminista. Ainda, compreendeu-se que esse debate perde muito da sua força se excluídos dados da realidade que são de grande relevância: as mulheres latino-americanas são multirraciais e circulam em diferentes classes sociais. Estudar sobre temas que as envolvem é também procurar visibilizar a difícil realidade vivida por mulheres pobres e não brancas.

Entendeu-se que nos espaços midiáticos tradicionais a cultura e a vivência de segmentos dominantes tendem a ser vistas como universais. Contudo, pode-se afirmar que a mídia hegemônica se encontra cada vez mais atenta a produzir notícias relacionadas aos conteúdos viralizados<sup>18</sup> na *internet*, possibilitando, assim, que novos discursos ganhem visibilidade nesse cenário. O discurso midiático, como tantos outros, possui um lugar privilegiado, no qual os significados sociais podem ser reafirmados para naturalizar relações sociais ou ser deslocados, promovendo desconstruções de sentidos e ressignificações.

Deste modo, desenvolveu-se este trabalho compreendendo a importância da veiculação de temas presentes nas pautas feministas nas diferentes mídias, ao mesmo passo, considerou-se essencial a discussão das formas de colonização do imaginário social através de divulgação de “verdades” convenientes e rentáveis (MORAES, 2013), construídas por grande parte da mídia hegemônica.

## **1.1 Procedimentos Metodológicos**

Entendendo por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida nas relações sociais (MINAYO, 2001), utilizou-se a abordagem qualitativa por aprofundar, interpretar e permitir a compreensão dos elementos pesquisados. Associada aos conceitos analíticos, possibilita explorar e desconstruir ideias pré-concebidas veiculadas nos meios de comunicação. A razão principal em utilizar este

18 Termo usual da internet que designa a ação de fazer com que “algo” se espalhe rapidamente, semelhante ao efeito de vírus no organismo humano que se espalha com agilidade (Autora).

tipo de abordagem se apoia principalmente na compreensão de que os valores, as injunções políticas e as relações humanas influenciam substancialmente na produção e difusão tanto das notícias jornalísticas quanto da pauta de defesa dos coletivos feministas, assim como na apreensão das realidades veiculadas (MINAYO, 2011).

Nessa chave de interpretação, analisou-se as notícias que remetem à problemática do aborto veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo e pelos boletins feministas publicados por Geledés – Instituto da Mulher Negra, no período de 15 de março de 2013 a 15 de março de 2014.

As notícias analisadas sobre aborto veiculadas pela Folha e Geledés estão circunscritas ao tempo de permanência do pastor e deputado Marcos Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, ou seja, de março de 2013 a março de 2014. Destacamos que Marco Feliciano é pastor da Catedral do Avivamento, uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus, e deputado federal brasileiro filiado ao Partido Social Cristão (PSC). Foi eleito em 2010 com 212 mil votos, sendo o segundo político evangélico com maior número de votos no país e o 12º entre os 70 deputados eleitos pelo estado de São Paulo, reeleito em 2014, permanecendo no cargo de deputado federal.

Vinculado à chamada bancada evangélica, seu mandato foi bastante criticado por entidades ligadas aos direitos humanos<sup>19</sup> e, particularmente, pelas entidades feministas, sendo acusado de

19 “Manifestantes pelo Brasil protestam contra deputado Marco Feliciano”. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/manifestantes-pelo-brasil-protestam-contra-deputado-marco-feliciano.html> Acesso em: 17 jul. 2015.

machismo, racismo e homofobia<sup>20</sup>. Seu período como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias iniciou uma fase de grandes debates nacionais ligados a questões de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como de gênero<sup>21</sup>, com projeção nos meios de comunicação.

A escolha do jornal como veículo de investigação deve-se à confiabilidade da população nos jornais impressos, conforme estudo da Secretaria de Comunicação Social (Secom), realizado pelo Ibope<sup>22</sup>, e à cultura jornalística. Segundo esta pesquisa, 59% das entrevistadas afirmaram confiar muito ou sempre nas informações veiculadas pelos jornais impressos, enquanto que a confiabilidade na televisão é de 54%, e nas notícias veiculadas via rádio é de 57%. Essa mesma pesquisa indica que menos de 35% das pessoas confiam no que é noticiado na *internet*, seja em *blogs*, redes sociais, ou *sites* de notícias. Ou seja, embora o mesmo estudo aponte para um decréscimo da leitura do jornal impresso como um meio privilegiado de informação, este, ainda, é considerado a fonte mais confiável, em função de sua trajetória e da construção de uma cultura que gera hábitos e dinâmicas sociais.

20 “Organizações protestam contra posse do pastor Feliciano na comissão de Direitos Humanos.” Disponível em: [http://www.cfmea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3890:organizacoes-protestam-contra-posse-de-pastor-feliciano-na-comissao-de-direitos-humanos&catid=213:noticias-e-eventos&Itemid=148](http://www.cfmea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3890:organizacoes-protestam-contra-posse-de-pastor-feliciano-na-comissao-de-direitos-humanos&catid=213:noticias-e-eventos&Itemid=148). Acesso em: 17 jul. 2015.

21 Feliciano quer votar bolsa estupro na comissão de Direitos Humanos. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/feliciano-quer-votar-bolsa-estupro-na-comissao-de-direitos-humanos-8715450>. Acesso em: 18 jul. 2015.

22 BRASIL. Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016 - Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/ferna/Downloads/Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

No cenário das cidades que viveram uma nova cultura política na virada do século XIX para o século XX, a imprensa brasileira, e nesse contexto o jornal impresso, serviu para ampliar discussões, bem como construir ideias dominantes dentro e fora do jornalismo. (BARBOSA, 2007). Os resquícios dessa história evidenciam as mudanças ocorridas na conformação dos jornais impressos ao longo dos séculos, sobretudo, sua relação com o social.

Para Barbosa (2007), os jornais diários ocuparam um lugar central nas sociedades ocidentais, não de forma isolada, mas como parte de um processo de comunicação que resulta invariavelmente na interpretação de seus leitores e leitoras. Buscar a compreensão das notícias nas páginas impressas é visibilizar os sentidos imanentes da interação entre contexto social e produção da mensagem, bem como o modo que são veiculadas.

A Folha de São Paulo se constitui como um dos cenários de coleta de dados por ser o jornal impresso de maior circulação nacional, embora seja produzido no estado de São Paulo. Atinge médias diárias de venda impressa e *online* de 342,2 mil, 6,3% acima de O Globo e 41,6% a mais que O Estado de São Paulo<sup>23</sup>. Conforme o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a Folha de São Paulo possui penetração por todo o território nacional, visto que também serve de referência para jornais regionais. Fundado no ano de 1921, com o nome Folha da Noite, o jornal, desde seu início, conta com a proposta de um jornalismo mais politizado, intelectual e científico, utilizando

23 JORNAIS, Associação Nacional de. Folha mantém liderança de circulação no país mostra IVC. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/2014/07/01/folha-mantem-lideranca-de-circulacao-no-pais-mostra-ivc/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

uma linguagem, em tese, que se propõe neutra e mais elaborada (SARAIVA; COUTINHO, 2012).

Mota e Capelato (1981) afirmam que a Folha inicia suas publicações com uma postura bastante crítica à política dominante, procurando uma aproximação com as classes populares. Esta característica se alterará a partir do ano de 1929, quando passa a se colocar ao lado do governo. Para as autoras, ainda que tomasse posições a favor de grevistas em momentos de paralisação ou proferisse discursos em defesa da educação, o fazia pela preocupação com a estabilidade e harmonia social, e pela defesa de uma maior produtividade. No final da década de 1960, o jornal conseguirá a fidelidade do público denominado “classe média”, através de uma convergência entre os extremos: o populismo reformista (PTB) e o liberalismo oligárquico (UDN e PSD).

Tais concepções contribuíram para que o debate político e econômico do jornalismo da Folha se aproximasse ideologicamente do liberalismo e positivismo, partilhando a ideia de organicismo. Nesta, a noção liberal de “opinião pública” eliminava em grande parte a noção de classes sociais e outros marcadores, como o de gênero. Em 1964, a Folha de São Paulo se torna o jornal de maior circulação pago de São Paulo, possivelmente do Brasil (MOTA e CAPELATO, 1981).

No ano de 1992, o jornal passa a fazer parte do Grupo Folha, conglomerado de mídia que abrange além da Folha de São Paulo, o maior portal de *internet* do país, o UOL, o jornal Agora São Paulo, o instituto Datafolha, a editora Publifolha, o selo Três Estrelas, a gráfica Plural e, em parceria com as Organizações Globo, o diário econômico Valor. Esse conjunto de veículos midiáticos faturou cerca de R\$ 4 bilhões no ano de 2016, sendo considerado o segundo maior grupo de

mídia do país<sup>24</sup>, aumentando, dessa maneira, seu potencial de produção e disseminação de conteúdo .

O Instituto da Mulher Negra – Geledés, por sua, vez integra o *corpus* da pesquisa por ser reconhecido nacionalmente por suas ações políticas em prol de uma pauta voltada às mulheres negras e por suas publicações diárias no Portal Geledés e em redes sociais. Utilizando-se do espaço virtual como um meio privilegiado de comunicação em rede, o coletivo enxerga na internet um instrumento importante de difusão de conteúdos, luta e mobilização social. Ademais, evidencia uma tendência dos coletivos feministas atuais: a utilização da *internet* na criação de um campo de ação política e de resistência

É nessa perspectiva que o Geledés se destaca em seu ativismo *online*. Ao abarcar a produção de conteúdo independente dos grandes veículos de comunicação, o Coletivo procura apresentar uma narrativa diferente da utilizada pela grande mídia, como menciona Nathalia Levy (2016), repórter do Portal: “Nas ruas ou atrás de um computador, é possível, sim, discutir ideias, aumentar o debate e contribuir para a causa na qual você acredita”<sup>25</sup>.

Fruto de diversas iniciativas políticas de mulheres negras do estado de São Paulo no começo da década de 1980, o Coletivo

24 UOL, Portal. A partir do jornal grupo Folha se diversificou e hoje tem 5 empresas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744086-a-partir-do-jornal-grupo-folha-se-diversificou-e-hoje-tem-5-empresas.shtml>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

25 LEVY, Nathalia. **Como grupos do Facebook contribuem para o feminismo**. 2016. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/como-grupos-do-facebook-contribuem-para-o-feminismo/#gs.dUHyr7I>>. Acesso em: 15 abr. 2017.



foi fundado em abril de 1988 por Sueli Carneiro<sup>26</sup> e Edna Roland<sup>27</sup>, motivadas pela participação no Conselho Estadual da Condição Feminina e, posteriormente, no Coletivo de Mulheres Negras (ALMEIDA, 2010). Suas fundadoras possuem em suas trajetórias de lutas a marca do feminismo interseccional, no qual as questões referentes à raça, classe e gênero se combinam e entrecruzam<sup>28</sup>.

Sueli Carneiro, doutora em filosofia da educação, atua como militante dos direitos das mulheres negras, afirmando em sua trajetória política e acadêmica a necessidade do enegrecimento do feminismo. Pautada no reconhecimento de um contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador em sua ação feminista o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero (CARNEIRO, s/d).

Por sua vez, Edna Roland é psicóloga, fundadora do Bloco Afro Alafíá do Coletivo de Mulheres Negras do Estado de São Paulo e do Fala Preta!, Organização de Mulheres Negras, além de coordenar a Subsecretaria de Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos. Na condição de ativista no combate ao racismo foi relatora da III Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, no ano de 2011.

26 Sueli Carneiro é coordenadora executiva do Geledés — Instituto da Mulher Negra.

27 Edna Roalnd é psicóloga e atual Coordenadora de Combate ao Racismo da UNESCO.

28 CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod\\_resource/content/0/Carneiro\\_Feminismo%20negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf) acesso em: 04/03/2017; CARNEIRO, Sueli. GÊNERO, RAÇA E ASCENÇÃO SOCIAL. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, p.544-552, jun. 1995; ROLAND, Edna. DIREITOS REPRODUTIVOS E RACISMO NO BRASIL. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, p.506-514, jun. 1995.

Formado por colaboradoras e escritoras, o Geledés se posiciona em defesa de mulheres e negros, por compreender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens, preconceitos e discriminações no acesso às oportunidades. Assumem, também, a posição de defesa à cidadania, sendo contra as demais formas de discriminação, tais como: lesbofobia, homofobia, preconceitos regionais, de credo, opinião e classe.

As áreas prioritárias de ação política referem-se às questões raciais e de gênero, bem como às áreas de educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, pesquisas acadêmicas e políticas públicas, compreendendo as implicações desses temas no exercício dos direitos humanos. Assim, o Instituto desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos direitos de cidadania, além de criar, monitorar e compartilhar nas redes sociais as notícias publicadas no Portal Geledés<sup>29</sup>. Neste sentido, possui publicações diárias de notícias *online* sobre os debates que ocorrem no país e no mundo, sendo seus textos construídos e classificados em categorias<sup>30</sup> pelas próprias ativistas das instituições<sup>31</sup>.

Em uma primeira aproximação ao cenário de coleta de dados da Folha, abarcando o período de março de 2013 a agosto de 2013 (6 meses), identificou-se 675 reportagens que tiveram como objeto de

29 GELEDÉS. Disponível em: <[www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)>. Acesso em: 01 jun. 2016.

30 Dentre as categorias, destaca-se: LGBT, Mulher negra e Violência contra a mulher.

31 GELEDÉS difere de outras organizações feministas, como: Instituto Patrícia Galvão, Sempreviva Organização Feminista (Sof) e CFEMEA, também reconhecidas nacionalmente por ter como objetivo definido projetar outros marcadores que vão além do gênero, como raça, classe, orientação sexual, credo, entre outros.

notícias temas feministas e de gênero. Essas notícias foram pesquisadas nos principais cadernos do Jornal, sendo esses: Primeiro Caderno<sup>32</sup>, Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Esporte, New York Times, Rússia, e Folha 10. Nesse universo, os temas: violência contra mulher, direitos sexuais e reprodutivos, poder e política, mercado de trabalho e LGBT se destacaram por sua recorrência.

No levantamento realizado no mesmo período no portal *online* Geledés foram verificadas 111 notícias que versaram sobre os seguintes temas feministas e de gênero: violência contra a mulher, direitos sexuais e reprodutivos, poder e política e LGBT. Diferentemente da Folha e respondendo ao escopo do Geledés, as matérias trouxeram, de modo geral, como recorte e foco da discussão a mulher negra.

A partir do critério para composição do *corpus*, considerou-se que o tema aborto ganha relevância em meio às publicações que se fizeram presentes na Folha de São Paulo e Geledés, por três motivos. Primeiro, pela presença significativa do assunto nos veículos pesquisados, figurando em diferentes matérias em função da mobilização que o Projeto de Lei (PL) intitulado “Estatuto do Nascituro”<sup>33</sup> promoveu, sendo apoiado pelo deputado Marco Feliciano.

Segundo, pela importância histórica do aborto como pauta da agenda feminista no Brasil e no mundo, a partir da leitura dos direitos sexuais e reprodutivos (CORRÊA, 1996)<sup>34</sup>. Essa luta abarca desde a reivindicação pelo direito ao próprio corpo à garantia de que as

32 A sessão “Painel do leitor” não foi incluída, visto que ela não é escrita por jornalistas e colunistas que compõe a equipe do jornal Folha de São Paulo.

33 O projeto intitulado “Estatuto do nascituro” define que a vida começa na concepção e prevê o pagamento de uma bolsa em dinheiro para as mulheres vítimas de estupro que optarem por não fazer o aborto.

34 Dentre essas pautas ganham destaque a reivindicação ao direito ao corpo e a defesa pela descriminalização do aborto.

mulheres serão ouvidas nos processos em que as políticas destinadas a esse fim são formuladas.

Por último, destacou-se que tais demandas atravessam os pleitos das mulheres em geral, mas figuram com contornos diferenciados para as mulheres negras e não brancas<sup>35</sup>, registradas pelos indicadores de saúde. Nessa perspectiva, partiu-se da afirmação que os lugares ocupados pelas sujeitas atravessam histórias de corpos racializados e colonizados, participando de uma estrutura ao qual a discriminação racial, de classe e de gênero operam juntas.

Organizaram-se os dados coletados e os interpretou-se segundo a análise de conteúdo, que teve seu desenvolvimento nos Estados Unidos, no século XIX. O primeiro nome a estampar sua história é o de H. Lasswell, que, a partir de 1915, dedica-se a análise de imprensa e propaganda (BARDIN, 2010). Diferentemente da linguística, que procura estudar a língua e seu aspecto coletivo e virtual, a análise de conteúdo tem como objetivo o estudo da fala em seu aspecto individual e atual, buscando compreender o que está por trás das palavras, uma busca de outras realidades através de mensagens.

Segundo Bardin (2010), o domínio da análise de conteúdo se refere a um conjunto de técnicas que analisam as comunicações, nas quais consistem explicitações e sistematizações dos

35 De acordo com dados do último Relatório Socioeconômico da Mulher (2014), elaborado pelo Governo Federal, 62,8% das mortes decorrentes de gravidez atingem mulheres negras e 35,6%, mulheres brancas. Do ano de 2000 para 2012 as mortes por hemorragia entre mulheres brancas caíram de 141 casos por 100 mil partos para 93 casos. Entre mulheres negras aumentou de 190 para 202. Por aborto, a morte de mulheres brancas caiu de 39 para 15 por 100 mil partos. Entre negras, aumentou de 34 pra 51. Disponível em: [http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-aseam\\_completo.pdf](http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-aseam_completo.pdf). Acesso: 20 jul. 2016.

conteúdos das mensagens e de suas expressões. E, a partir disto, efetua deduções lógicas e justificadas. Em outras palavras, a preocupação do analista consiste em além de compreender o sentido da comunicação, indagar uma outra significação que se encontra em segundo plano.

Operacionalmente, localizou-se de início, por meio de uma leitura vertical, a temática do aborto na Folha de São Paulo, através dos jornais impressos que se encontram escaneados e disponibilizados no acervo *online* do Jornal<sup>36</sup>, e no Portal *Online* Geledés, via boletins de notícias disponibilizados no *site*. Essa leitura se deu para o reconhecimento das notícias que respondem aos critérios de inclusão da pesquisa. Nesse momento, registraram-se e categorizaram-se os dados coletados.

Em um segundo momento, reconheceram-se quais temas/categorias se destacaram em meio ao recorte realizado. Os assuntos relacionados à religião, direitos sexuais e reprodutivos, poder e política se projetaram em ambos os veículos. Assim, foi iniciado o processo de análise de conteúdos, onde foram analisados os sentidos dos temas, e como esses sentidos se apresentam ao longo do material que integra o *corpus*.

36PAULO, Folha de São. Acervo Folha. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

## 2 APORTES INICIAIS PARA A DISCUSSÃO DA MÍDIA

Tu me quieres virgem  
tu me quieres santa  
tu me quieres colonizada  
y por esô, tu me tienes harta  
(Mujeres Creando)

A imprensa escrita esteve presente desde o início da circulação da informação e conteúdo simbólico nas sociedades. Ainda no período da Revolução Francesa, o termo “quarto poder” foi criado para se reportar aos meios de comunicação da época, que se restringiam basicamente ao jornal escrito. Essa designação indicava que a mídia se aplicaria de um poder do cidadão e vigiaria os outros três poderes clássicos: Executivo, Legislativo e Judiciário (SERRANO, 2013).

Com a projeção do poder econômico, ator fundamental no sistema político moderno, e sua crescente influência nas instâncias formais do Estado, a mídia se viu igualmente submetida a ele. Segundo Serrano (2013), esse processo colaborou para que posteriormente fosse considerada por estudiosos da área como o mais poderoso entre os quatro poderes. O autor argumenta que por ser composto majoritariamente por empresas privadas, o poder midiático não se submete a nenhum controle econômico como os demais. Isto permite que o mesmo receba dinheiro, seja de publicidade ou por outros meios, sem nenhum critério estabelecido. Importante destacar que, diferentemente dos outros poderes, o midiático não possui nenhuma legitimidade democrática.

Ninguém vota nele, ninguém o elege. No Brasil, ele chegou a ser denominado “coronelismo informativo”. Acho que o termo, levando-se em

conta o que os coronéis significam na América Latina, é suficientemente eloquente (SERRANO, 2014, p. 73).

Da mesma maneira, não possui nenhum contrapoder formalizado, diferentemente do governo e de empresários de outros ramos do mercado, que possuem oposições, sindicatos e associações de usuários. A audiência do público pode ser considerada uma forma de controle e resposta a seus conteúdos, contudo, destoa de um poder regulamentado, questão tão defendida por diversos movimentos feministas e outros movimentos organizados (MORENO, 2014), como: Intervezes e o Fórum Nacional pela Democratização da Informação. As tentativas de criação de observatórios de comunicação para cumprir tal função nunca se consolidaram. Os donos dos meios de comunicação, atualmente constituídos por oligopólios construídos em torno de mega grupos e dinastias familiares, compõem empórios empresariais com ações e interesses nos mais diversos setores, como bancário e publicitário, essenciais para o seu funcionamento.

Um exemplo que demonstra o poder dos meios de comunicação e de suas empresas, apresentado por Serrano (2013), é o da Espanha. O governo espanhol desenvolveu o Plano Integral contra o Tráfico de Seres Humanos para fins de Exploração Sexual, em 2009. Este Plano considera as profissionais do sexo vítimas de tristes condições de trabalho e exploração, ligadas diretamente a condições de semiescravidão, por entrarem no país através de falsas promessas de empregos formais. Uma das recomendações era de que os jornais espanhóis eliminassem qualquer relação empresarial com a prostituição,

visto que, em um dia útil, eles recebiam cerca de 100 a 700 anúncios dessa natureza, faturando de 6 a 10 milhões de euros com publicidade<sup>37</sup>.

Poucos seguiram a sugestão, e o governo, apesar disso, não ousou enfrentar os grandes jornais, que permaneceram lucrando com este mercado. Embora o relato trate apenas do setor publicitário, é preciso situar as ações da mídia espanhola em seu contexto, onde o direito de informar pertence a uma minoria com “autoridade” para decidir o que será ou não comunicado. Contrariam, inclusive, a Declaração Internacional de Direitos Humanos, que traz em seu artigo 19, o direito dos indivíduos de receberem informações e conteúdos, sendo necessário, para tanto, o direito de transmiti-los.

O debate em torno dos interesses da mídia hegemônica remete a um conjunto de instituições e produtos que são frequentemente agrupados como “comunicação de massa”. Para Thompson (2014), a relevância da comunicação de massa não está na quantidade de indivíduos que recebem os produtos, mas no fato destes produtos estarem disponíveis para uma grande pluralidade de pessoas. O autor afirma que as receptoras não se concebem como sujeitas similares e passivas, uma vez que os produtos da mídia são recebidos, interpretados e incorporados à vida das consumidoras para além de um processo acrítico. Tal compreensão é diametralmente oposta às primeiras críticas formuladas a respeito da “cultura de massa” e da “sociedade de massa”, que as avaliavam como algo negativo para a vida social.

Contudo, Thompson (2014) também considera que em grande parte das formas de comunicação de massa o fluxo de comunicação se

37 Informação obtida no documento de Deliberação da Comissão Mista dos direitos da Mulher e Igualdade de Oportunidades, Espanha, Boletín Oficial del Estado, 24 abr. 2016.



dá, esmagadoramente, em sentido único, sem a produção de um intercâmbio comunicativo, como sugere a palavra “comunicação”. Para o autor, é possível destacar cinco características principais que integram a comunicação de massa. A primeira diz respeito ao fato de ela envolver meios técnicos e institucionais de produção e difusão das informações, ou seja, o desenvolvimento da mídia tem, desde sempre, se interessado por inovações técnicas com a intenção de potencializar a veiculação das formas simbólicas.

A segunda consiste na exploração comercial dessas inovações técnicas, na mercantilização das formas simbólicas através da influência do poder econômico, como apresentado anteriormente. A terceira, por sua vez, seria a dissociação estrutural entre a produção das formas simbólicas e sua recepção. Os bens simbólicos seriam produzidos em um contexto, ou em um conjunto de contextos, e transmitidos para receptoras localizadas em contextos distantes e diversificados.

Uma quarta característica é a extensão da disponibilidade das formas simbólicas no tempo e espaço, o que possibilita um alcance maior de receptoras e territórios. Isto posto, chegamos à quinta e última característica apresentada pelo autor: a circulação pública das formas simbólicas. Ou seja, os produtos da mídia são disponibilizados, teoricamente, a uma multiplicidade de destinatárias. As múltiplas cópias transmitidas, entretanto, permanecem disponíveis somente a quem tenha condições de adquiri-las.

Todos esses atributos fazem parte do desenvolvimento dos meios de comunicação, e juntos criam uma “historicidade mediada”. Em outras palavras, nosso entendimento do passado se torna cada vez mais dependente da ampliação de um reservatório de formas simbólicas

mediadas (THOMPSON, 2014). Logo, podemos dizer que o conteúdo simbólico existente nos produtos das indústrias midiáticas opera constantemente na elaboração da nossa compreensão do passado, unido à tradição oral e a interação face a face. Do mesmo modo, nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal é também modelada pela mediação de formas simbólicas propagadas pela difusão de produtos da mídia, denominada por Thompson (2014) como “mundanidade mediada”.

O sistema de recepção e apropriação das mensagens da mídia envolve as sujeitas em um processo de formação pessoal e autocompreensão, mesmo que não reconhecido como tal. As mensagens recebidas cotidianamente constroem, em certo grau, uma compreensão de si e do local onde se está situada, no tempo e espaço. Nesse sentido, na América Latina os meios de comunicação de massa têm historicamente contribuído na construção de uma cultura que fortalece o pensamento colonial, baseado em uma visão de mundo única e dominante (VENTURA, 2014). Os processos de produção, circulação e consumo de notícias, à medida que secundarizam a diversidade cultural e social existentes, contribuem para a reprodução de relações hierarquizadas e hierarquizantes.

Muitas outras formas de interação social exercem uma função primordial na formação pessoal e social das sujeitas, como as instituições primárias (família, religião e escola). Contudo, a mídia é um dos mais importantes meios de autoafirmação de identidades sociais, conteúdos e visões de mundo na modernidade.

(...) não devemos perder de vista o fato de que, num mundo cada vez mais bombardeado por produtos das indústrias da mídia, uma nova e

maior arena foi criada para o processo de autoafirmação. É uma arena livre das limitações dos espaços temporais da interação face a face (THOMPSON, 2014, p. 72).

Discutir o processo de formação pessoal e social das sujeitas nos remete ao debate sobre as implicações da mídia para a organização social latinoamericana. Se ela contribui significativamente na compreensão dos indivíduos sobre seus lugares no mundo, podemos afirmar também que ela exerce um papel fundamental na criação de um imaginário social coletivo. Portanto, a mídia não apenas transmite informação, mas atua como um dispositivo pedagógico ao construir discursos e produzir significados e identidades. É um espaço privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos (FISCHER, 2005), onde a mídia hegemônica possui o privilégio de difundir seu discurso a uma pluralidade maior de receptores.

Dentre as mídias hegemônicas destacamos o jornalismo impresso, que atua, supostamente, por meio de um discurso de neutralidade. Na sequência, trabalharemos as formas específicas do jornalismo impresso comunicar, bem como as estratégias midiáticas utilizadas na produção de discursos e saberes em busca do reconhecimento de um sistema global de produção, validação e circulação de informações, conhecimentos e histórias.

## 2.1 As notícias jornalísticas: construindo verdades

Ao discorrer mais especificamente sobre o jornalismo, Cristina Pontes (2005) afirma que no imaginário social, as jornalistas estão majoritariamente associadas às figuras de justiceiras incorruptíveis e de heroínas por excelência de risco. O risco atravessaria a imprevisível rotina “em busca de verdades”, encontrando no cinema e na literatura importantes aliados para glorificação da profissão. Soma-se a esse cenário, os mitos do jornalismo: noção de neutralidade, objetividade e imparcialidade, sendo tais características construídas historicamente.

Ao trabalhar a mídia como dispositivo pedagógico, entendemos que as estratégias de linguagem, nos mais diversos meios de comunicação, contribuem tanto para a produção de sujeitas quanto para sustentar e estabelecer preconceitos e relações de poder. Assim, a notícia não se configura apenas como um fenômeno natural advindo de fatos da vida real, ela é também social e culturalmente determinada (FISCHER, 2005).

Nesse sentido, Sgarbieri (2005) identifica no discurso da imprensa, elementos fundamentais para compreender o impacto da comunicação de massa na sociedade. Em sua análise, a escrita e a linguagem deixam de ser vistas como parte de um sistema ideológico neutro, para dar lugar a confrontos subjetivos e sociais. O convite à desconstrução da ilusão da objetividade no discurso jornalístico indica não só as políticas editoriais e os interesses econômicos por trás de cada notícia, mas também dimensões generificadas e racializadas que perpassam o discurso ético de responsabilidade social dos profissionais.

Esses procedimentos convidam a percepção selectiva, insistem no idealismo de que os factos falam por si, podem ser um meio de o jornalista fazer passar a sua opinião e iludem o leitor ao sugerir que este está perante uma análise

ponderada, convincente e definitiva. (PONTES, 2005, p. 151).

Um dos pilares de sustentação dessa ideia se baseia na representação de uma visão consensual de mundo, pautada no reconhecimento de uma cultura central ou de um sistema de valores centrais, que invisibiliza distintos contextos sociais e nega as discordâncias e diferenças entre parcelas da sociedade. Mas qual visão é privilegiada no jornalismo e por quê?

Autoras como Cristina Pontes (2005) e Márcia Veiga da Silva (2014) caracterizam a esfera do jornalismo como uma comunidade ou uma “tribo” que compartilha um sistema de valores comuns, uma cultura profissional e modos de agir, falar e ver o mundo. Outrossim, por estarem inseridos em uma sociedade, as jornalistas compartilham das visões de mundo produzidas por seu contexto. Ou seja, podemos afirmar que o jornalismo se constrói por uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que influencia o pensamento social, sofre suas influências.

A relação entre os modos de produção de notícias jornalísticas e os valores da sociedade revelam o caráter simbólico e “educativo” dos discursos, sendo estes difundidos como saberes verdadeiros e reais. De modo geral, as visões de mundo hegemônicas são as que fazem parte do intercâmbio entre as instituições jornalísticas e as relações sociais, legitimando as normatizações consensuadas tradicionalmente nas sociedades modernas e capitalistas (SILVA, 2014). Um exemplo é o uso constante de fontes consideradas “legítimas”, advindas de instâncias de poder socialmente reconhecidas, como as procedentes dos âmbitos jurídicos, econômicos, biomédicos, entre outros, evidenciadas nas reportagens que perfazem o *corpus* da pesquisa.

O uso de especialistas como fontes é uma das formas de atribuir caráter de isenção e neutralidade às notícias, bem como de diversidade de “visões”, num processo que visa objetificar a notícia tentando suprimir marcas subjetivas ou mesmo ideológicas (dos profissionais do jornalismo e da empresa) no discurso noticioso (SILVA, 2014, p.64).

Ao se originarem de estruturas de poder estabelecidas, as fontes consultadas pelo jornalismo inclinam-se a apoiar o *status quo* (TRAQUINA, 2001). Nesse sentido, é possível identificar as concepções e atributos de gênero em todas as instâncias de produção da notícia. Ao abordar a questão, Silva (2014) afirma que quando se trata de desigualdades construídas por meio de diferenças, as relações de gênero atuam como primeira diferenciação dos sujeitos.

Na década de 1980, Lélia Gonzalez denunciava que além do sexismo, o racismo estava presente constantemente nos meios de comunicação, afetando a construção da identidade das pessoas negras, através da falta de representatividade (ANUNCIADA, 2017). Quijano (2012), por sua vez, analisa que a invenção da América introduziu a categoria raça no imaginário ocidental, assim como seu constante esforço em ocultá-la nas sociedades colonizadas. Entendemos que tal esforço é constante na comunicação de massa, somado à delimitação das fronteiras do que é considerado bárbaro e civilizado (MIGNOLO, 2008). Desta maneira, a identidade de gênero, quando combinada a outros marcadores, como classe, raça e sexualidade, potencializa a reprodução de preconceitos e violências.

A partir dos estudos feministas e de gênero, a autora Silva (2014) destaca três aspectos na produção jornalística:

1 – os valores dos/as jornalistas. Das “brincadeiras” nos chamados fumódromos<sup>38</sup>, piadas, referência a pessoas e situações, às escolhas de cargos de poder na empresa, bem como as concepções e atributos de gênero dos sujeitos, evidenciaram um jornalismo constituído de hierarquias de gênero, no qual a cultura profissional e o plano de valores sociais se interligam. Ou seja, o jornalismo é instituído pelas visões de mundo que circulam na sociedade do mesmo modo que estas são influenciadas pelo jornalismo. Correntemente, as visões de mundo hegemônicas são as que fazem parte dessa troca, legitimando as normatizações consensuadas historicamente.

2 – a construção das notícias. Segundo a autora, as notícias produzidas também se mostravam atravessadas por valores-notícia<sup>39</sup>. Estes veiculavam qualidades que remetiam a atributos de gênero, a saber: matérias de denúncia eram consideradas fortes e associadas ao masculino; enquanto que as de comportamento eram tidas como leves e relacionadas ao feminino.

3 – as escolhas das pautas. Estas eram justificadas pela manifestação do gosto pessoal, subjetividade e visão de mundo de cada profissional. Contudo, o critério para a seleção dos repórteres escolhidos para as matérias consideradas “fortes” ou de “risco”, isto é, aquelas que agregavam maiores valores-notícia, estava relacionada aos atributos considerados masculinos, ainda que a seleção não se restringisse ao biológico, visto que nem todos os homens da redação encampavam tais predicados.

<sup>38</sup> Local apropriado para se fumar em determinada instituição/espço.

<sup>39</sup> “Grosso modo, os valores-notícias são os elementos presentes num fato que ‘fazem sentido’ para os jornalistas, identificados como critério de noticiabilidade e como tais partilhadas pelos membros da tribo” (SILVA, 2014, p. 74).

Silva (2014) conclui que o jornalismo é constituído de gênero, e esse gênero é masculino. Em grande medida, tal realidade se deve ao fato de o jornalismo ter sido construído basicamente a partir do conhecimento hegemônico, historicamente produzido por homens brancos e para homens brancos (SILVA, 2014). Mesmo quando nos referimos à produção de notícias por profissionais mulheres, estas estão marcadas pelo “universo masculino”, que engloba não somente o conhecimento científico, mas os métodos, as linguagens e a forma de apresentação de saberes (LOURO, 1997).

Podemos afirmar que do mesmo modo que as sujeitas, as instituições são marcadas por identidades de gênero, e permeadas por relações de poder e hierarquias que envolvem tanto as pessoas, quanto o âmbito das notícias. Esta constituição tende a reforçar determinados padrões de feminilidade, participando de uma espécie de organização dos ideais de cada gênero. Atravessado por representações históricas sobre a mulher e o feminino no ocidente (FISCHER, 2005), o jornalismo se mostra herdeiro de concepções de gênero, classe, raça e sexualidade, tidas como “naturais”, “essenciais” e “universais”.

Em sua pesquisa empírica, Silva (2014) constata que os atributos mais valorados nas disputas para os cargos de poder ou que propiciavam um lugar de maior prestígio nas indústrias jornalísticas eram majoritariamente considerados masculinos<sup>40</sup>, como: “autoritarismo”, “força”, “imposição” e “mando”. Características consideradas “maternais” ou de “companheirismo”, como ações que

40 Cabe destacar que nem sempre o tão valorizado masculino se concretizava no corpo biológico de um homem, podendo aparecer em uma profissional do sexo feminino, cujos atributos de gênero são identificados socialmente como masculinos.



visavam uma postura mais horizontal, eram desqualificadas. Destacamos que tais situações não são estranhas aos processos de produção de notícias.

Por isso, a importância da desconstrução da concepção de jornalismo neutro e imparcial, e de entendê-lo como um produtor ou reproduzidor das relações de gênero. Tal leitura promove a possibilidade de apreender os modos como os temas da agenda feminista (aborto, casais homoafetivos, dupla jornada de trabalho feminino, violência contra mulher, dentre outros) são tratados pelos jornais de grande circulação.

### 3        **MARCOS CONCEITUAIS DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO**

Todas nós seguimos em frente quando  
percebemos como são fortes e admiráveis as  
mulheres a nossa volta

(Rupi Kaur)

Podemos afirmar que a teoria feminista tem como um de seus principais objetivos a crítica aos limites da ciência tradicional clássica. O conceito universal de homem pensado a partir de um ser branco-heterossexual-civilizado de primeiro-mundo passa a ser questionado, assim como a ausência de esquemas que projetem as mulheres (RAGO, 1998). Apesar de a teoria feminista se apropriar e ressignificar conceitos e categorias de vertentes do conhecimento, como positivismo, marxismo e pós-modernismo, a epistemologia feminista oferece também grandes contribuições conceituais, ocupando-se de discussões teóricas antes nunca projetadas no âmbito intelectual e político, como explica Rago (1998).

O resultado dessas contribuições é atravessado por posicionamentos bastante variados, tanto em relação às lutas travadas pelos movimentos, quanto em relação à própria teoria feminista. Segundo Piscitelli (2004), tal teoria está longe de constituir um todo unificado. João Manoel de Oliveira (2010) afirma que a teoria feminista habita espaços hifenizados, permitindo uma forma “híbrida” de saberes. O autor entende o “habitar” como um constante ponto de interrogação que questiona os espaços conceituais de sua produção. Em outras palavras, o percurso do pensamento feminista apresenta um movimento

dialético e de interlocução com outras áreas de conhecimento, questionando constantemente os saberes produzidos.

Assim, quando apropria-se das categorias analíticas associadas à teoria feminista, é necessário que se faça um diálogo com os movimentos feministas e de mulheres, que ao longo do tempo colaboraram para sua constituição. Para a pesquisa, dentre as categorias, utilizou-se: “mulher”, “mulheres” e “gênero”, que apesar de possuírem uma centralidade em diversas correntes do feminismo, foram muitas vezes empregadas e interpretadas de maneiras distintas na ação política e na dimensão acadêmica. Ademais, diferentes sentidos estão espalhados nas relações sociais e veiculados cotidianamente via mídia. Nessa perspectiva, interessa saber quais mulheres são as retratadas nos veículos de comunicação quando a temática é aborto, e quais demandas relacionadas a essas mulheres são apresentadas como relevantes.

### **3.1 As categorias “mulher”, “mulheres” e “gênero”**

A categoria “mulher” foi construída em meio a relações marcadas pela dominação masculina e sua denúncia, na chamada “primeira onda” do feminismo. Foi desenvolvida majoritariamente pelas mulheres brancas de classe média no final do século XIX, mobilizadas e motivadas, principalmente, pelas reivindicações de igualdade entre os sexos. Suas manifestações partiam dos direitos políticos, sociais e econômicos conquistados pelos estados liberais e exercidos pelos homens para reivindicarem: o direito de votar e ser votada; o trabalho remunerado; o acesso ao estudo; o direito à propriedade e herança.

Associada a esses pleitos estava a crítica ao endocentrismo, no qual o “homem” era considerado o sujeito universal (PEDRO, 2005).

A perspectiva “mulher” baseava-se em uma identidade comum a todas as mulheres, que viviam a mesma forma de opressão a ser superada coletivamente. O conjunto de discussões, segundo essa abordagem, foi denominado de feminismo igualitarista. Neste período, as mulheres operárias, mesmo sem utilizar o termo “feminismo”, também se organizavam em prol dos direitos das mulheres na esfera da luta política sindical.

Muitas outras lutas heróicas deixaram gravados na História nomes como Mama Jones, que organizou por quase 50 anos os mineiros dos EUA; Tia Molly Jackson, também destacada dirigente sindical norte-americana; Annie Bessant, dirigente da greve das operárias fabricantes de fósforos; Jean Deroin e Pauline Roland, que construíram uma Federação de Associações Operárias com adesão de 104 organizações, escrava Isabel, Elizabeth Gurley Flynn, Clara Lechmill e Louise Michel, uma das mais inflamadas heroínas da Comuna de Paris (D’ATRI, 2008, p. 49).

As igualitaristas afirmavam que todas as mulheres deveriam participar em igualdade de condições com os homens nos espaços públicos e gozarem dos mesmos direitos. Se em um primeiro momento as ações e debates políticos estiveram centrados na igualdade, em função de um contexto social de afirmação da cidadania, em outro, exaltou-se a diferença.

As chamadas “diferencialistas” acusavam, por sua vez, as igualitaristas de exigirem que “todas as mulheres fossem homens para poderem entrar na esfera pública”. Contra isto, afirmavam que, para terem poder, as mulheres “deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos

homens”. Assim, embora chamadas de “essencialistas”, as diferencialistas tinham uma perspectiva da diferença entre homens e mulheres tão cultural quanto as chamadas “igualitaristas” (PEDRO, 2005, p. 82).

A “segunda onda” do feminismo situa-se após a Segunda Guerra Mundial e é atravessada por diferentes pleitos, tanto pelo reconhecimento das diferenças quanto pela apropriação do corpo feminino e de sua sexualidade. As diferenças entre homens e mulheres ganham destaque e são projetadas as lutas pelo direito ao corpo, prazer e contra o patriarcado. Nos anos de 1960, a palavra de ordem era: “o pessoal é político”.

Na segunda metade do século XX, além de discordâncias conceituais e políticas, o uso da categoria “mulher” passou a ser criticado mais fortemente por outros grupos de feministas, dentre elas as mulheres negras, índias, latino-americanas, mestiças, lésbicas, pobres e trabalhadoras. Nota-se, no entanto, que manifestações que expressavam as diferenças entre as mulheres, neste caso das mulheres negras, haviam marcado a luta política e se faziam presente no século XIX.

O discurso “*Ain’t I a Woman*”<sup>41</sup>, proclamado por Sojourner Truth, uma ex-escrava afro-americana ativista dos direitos dos negros, denunciou o posicionamento de pastores que afirmavam que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens. O argumento tinha como fundamento o fato de serem seres frágeis e intelectualmente débeis.

Ali aquele homem diz que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens, para passar a sarjetas e para ter sempre, em qualquer lado os

41 Discurso exposto na Conferência sobre Direitos das Mulheres em 1851, na cidade de Akron, Ohio, EUA.

melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir às carruagens, ou me dá o melhor lugar e não sou eu uma mulher? Olhem para mim, olhem para os meus braços. Eu lavei, eu plantei, eu armazenei e nenhum homem me passava à frente. E não sou eu uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto como um homem, e comer tanto (sempre que arranjasse comida) como um homem. E igualmente suportar o chicote! E não sou eu uma mulher? (TRUTH, 1851 apud OLIVEIRA, 2010, p 27).

O reconhecimento das diferenças no âmbito da luta feminista projetou aquelas que não estavam incluídas em grande parte dos pleitos e análises desenvolvidas pelos grupos de mulheres e feministas. Isto é, revelou que a categoria “mulher” não era o bastante para representá-las e dar visibilidades a suas demandas. Exemplo dessa leitura se encontra no aclamado livro “A Mística Feminina” (FRIEDAN, 1971). Betty Friedan<sup>42</sup>, ao analisar o trabalho fora de casa, visto como uma das principais bandeiras feministas do século XX, partia do pressuposto de que as mulheres não trabalhavam na década de 1950.

Para hooks (2004), Friedan, apesar de realizar uma discussão útil acerca dos impactos da discriminação sexista, o fez somente considerando um seletivo grupo de mulheres, desconsiderando, contudo, as negras e brancas pobres para qual o trabalho existia e as explorava.

<sup>42</sup> Betty Friedan foi uma importante ativista feminista estadunidense do século XX. Em 1963, publicou o livro "*The Feminine Mystique*", um best-seller que fomentou a segunda onda do feminismo. Neste, abordou o papel da mulher na indústria e na função de dona-de-casa, bem como suas implicações tanto para a sobrevivência do capitalismo quanto para a situação de desespero e depressão que grande parte das mulheres submetidas a esse regime sofriam.

Autoras como Gayatri Spivak<sup>43</sup>, bell hooks<sup>44</sup>, Avtar Brah<sup>45</sup>, Gayle Rubin<sup>46</sup>, chamam a atenção em seus textos para as contribuições teóricas e políticas direcionadas aos sujeitos dito “mulheres”. Em seus estudos apontam uma disparidade ontológica e problematizam o ser “mulher”.

Tais autoras também desconstruem o argumento de mulher como sujeito universal ancorado em dimensões biológicas. Contudo, ampliam a discussão, incluindo marcadores sociais, raciais, culturais, entre outros, para a compreensão das sujeitas “mulheres”, a partir de suas particularidades. Esta ideia projeta a importância de refletir e formular estratégias que procurem enfrentar todas as opressões, na compreensão de que elas se combinam e entrecruzam (CASTRO, 2013). A discussão apresentada sobre o aborto na próxima seção explicita tais intersecções, ao demonstrar que entre essas categorias existem relações mútuas e entrelaçadas.

No Brasil, as mulheres negras protagonizaram esse debate, dentre elas Lélia González<sup>47</sup>, Beatriz Nascimento<sup>48</sup>, Alzira Rufino<sup>49</sup> e Sueli Carneiro. As pesquisadoras e militantes do movimento negro e feministas trazem para o centro da discussão a necessidade do

43 Gayatri Chakravorty Spivak é uma crítica e teórica indiana dos estudos culturais, mais conhecida por seu artigo *Can the Subaltern Speak?*, considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo.

44 Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em letras minúsculas), é uma autora feminista e ativista social estadunidense.

45 Avtar Brah é uma autora indiana, feminista, anti-racista, e socialista.

46 Gayle Rubin é uma antropóloga cultural, estadunidense, ativista e teórica de estudos sobre sexo e gênero na política.

47 Lélia Gonzalez foi uma intelectual brasileira, professora, antropóloga e militante do movimento negro.

48 Beatriz Nascimento foi pesquisadora e ativista, estudava principalmente a formação dos quilombos como espaços de resistência da população negra.

49 Alzira Rufino é uma ativista política atuante no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres Negras.

reconhecimento das diferenças e desigualdades, ausentes nos debates e ações orientados pela categoria “mulher”. Utilizam o conceito “mulheres”, e destacam que a mulher negra brasileira teve sua identidade como sujeita política negada na história do país. Os estigmas, estereótipos e lugares comuns que permeiam uma memória coletiva foram potencializados por uma subvalorização de *status*, na tentativa de um ideal de branqueamento da população (CASTRO, 2013).

Lélia González questiona o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ancorado na noção de uma cultura universal, que em realidade se traduz na cultura ocidental e, principalmente, na invisibilidade da história de luta e resistência das mulheres negras brasileiras. Associada a essa chave interpretativa, projeta a crítica ao mito da democracia racial e ao projeto de branqueamento. González (2011) reivindica um feminismo afro-latino-americano, ao qual a luta das mulheres amefricanas e ameríndias<sup>50</sup> do Brasil e de outros países da região ocorre, antes de mais nada, por meio do reconhecimento racial.

A autora parte de uma leitura marxista da sociedade, apontando para o fato de que o feminismo deveria trabalhar e se debruçar teoricamente sobre as diversas formas de opressão da mulher, entre elas a de raça e de classe social. Em seus escritos existem referências às mulheres negras de várias classes sociais e de distintas áreas geográficas, como as mulheres do morro, da favela, do subúrbio ou de locais de ascensão social. Traz à tona a necessidade de inserir tal leitura na pauta acadêmica e política dos espaços em que circulava

50 Termos utilizados pela autora no texto “Por um feminismo afro-latino-americano”. GONZÁLES, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. 2011. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por\\_um\\_feminismo\\_Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por_um_feminismo_Afro-latino-americano.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2017.



(RIOS; RATTS, 2015). “Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho” (GONZALEZ, 1982, p.96).

Um conjunto dessas autoras consegue antecipar no Brasil o que mais tarde chamamos de abordagem interseccional<sup>51</sup>, em resposta à influência do feminismo eurocentrista na luta política das mulheres (RIOS; RATTS, 2015). Em resumo, a noção genérica de “mulher” era empregada segundo a noção genérica de “homem” na filosofia clássica ocidental, o que as levava a problematizar a referência das experiências de um ser considerado universal, no caso mulheres brancas, americanas/europeias, heterossexuais e de classe média. No entanto, tal noção ainda persiste e se faz igualmente presente nas críticas que vemos nos preceitos do feminismo decolonial, o qual construirá a ideia de colonialidade do gênero.

As chamadas feministas das diferenças trouxeram à tona também a categoria “gênero”, que se tornou central para o movimento e para teoria política feminista. O par sexo/gênero anunciado no século XX pela afirmação de Simone de Beauvoir<sup>52</sup>, “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1948, p. 50), aponta para uma construção social das relações entre as sujeitas.

51 O feminismo interseccional originou-se da militância das feministas negras estadunidenses, que desde o final da década de 1960 introduziram o conceito, disputando espaço dentro de um feminismo predominantemente branco. A teoria sociológica sobre a interseccionalidade foi apresentada por duas autoras em especial: Kimberlé Crenshaw e Avtar Brah ((MAGRINI; LAGO, 2012)

52 A filósofa Simone de Beauvoir nunca chegou a utilizar a palavra “gênero”, porém autoras como Rago (1998) a denominam uma das primeiras teóricas a problematizar a questão.

A categoria analítica gênero assume sentidos particulares segundo os segmentos feministas que a enunciam. De um lado, é desenvolvida e utilizada em oposição à categoria “sexo” para descrever socialmente o que é construído, questionando as determinações do dado biológico. De outro, sofre críticas ao ser utilizada em qualquer referência de construção social para distinção entre masculino/feminino que não considere as interações entre as identidades de gênero e as relações de poder que as atravessam (NICHOLSON, 2000).

No final dos anos de 1960, a distinção masculino/feminino tinha como noção dominante nas sociedades industrializadas o biológico. A palavra mais comum adotada para descrever essa distinção era “sexo”. O termo “sexismo”, utilizado como base conceitual por muitas feministas para denunciar as discriminações e preconceitos vividos, ancorava, mesmo sem pretender, sua explicação das diferenças entre homens e mulheres em fortes raízes biológicas (NICHOLSON, 2000). Esta compreensão acabava por gerar essencializações, dando margem a discursos que preconizavam um ideal de feminilidade naturalizado, inclusive entre autoras e autores<sup>53</sup> que compreendiam a subordinação das mulheres por meio de papéis tradicionalmente construídos na sociedade.

De início, a categoria analítica “gênero” foi considerada um recurso conceitual para fazer a distinção à categoria sexo, como empregada por Gayle Rubin, em seu influente artigo *The Traffic in Woman* (1986). A autora utiliza a expressão “sistema sexo/gênero” para

53 John Stuart Mill e Harriet Taylor Mill são exemplos de autores do início do feminismo que aderem de forma pouco crítica às noções de que as mulheres deveriam ser respeitadas por suas características, como a de possuir maior sensibilidade que os homens (MIGUEL, 2014).

separar o biológico dos significados culturais, a partir de dimensões binárias e opostas. Ao mesmo tempo em que pretendia uma distância das argumentações biológicas, as mantinha no “sistema sexo/gênero” para as considerações a respeito do gênero.

Para Linda Nicholson (2000), a aceitação feminista de tais proposições significava que o “sexo” ainda ocupava uma posição importante nas novas teorias: o de provedor do lugar de onde o “gênero” era formado. A autora classifica a noção relacional entre corpo, personalidade e comportamento de “fundacionalismo biológico”. Diferentemente do “determinismo biológico”, este entendimento permitiria às teorias feministas assumir tanto as diferenças entre as mulheres quanto os elementos em comum, ainda que referenciadas pelo biológico. Segundo a autora, essa noção representava o corpo como um “porta casacos”.

Quando se pensa o corpo como um “porta casacos” comum onde diferentes sociedades depositam diferentes normas de personalidade e comportamento, pode-se explicar o fato de algumas dessas normas serem diferentes. E, mais uma vez, embora não seja surpreendente a tendência a encontrar sobretudos e cachecóis num “porta casacos”, tais peças podem ter diferentes tamanhos e formas. (NICHOLSON, 2000, p.3).

Porém, Nicholson (2000) ainda concebe o fundacionalismo biológico como um termo bastante limitado, visto que existem sujeitos que apesar de serem definidos como homens e mulheres pela sociedade por suas genitálias, ao longo de suas vidas se construíram para além de uma orientação binária de identificação. Ou seja, a noção da identidade em geral como um “porta casacos” pode se configurar nos obstáculos à

compreensão das diferenças entre mulheres, diferenças entre homens e diferenças em relação a quem pode ser considerado homem ou mulher.

Destaca-se que foi no interior dos estudos sobre “mulheres” que a categoria “gênero” começou a ser empregada como algo distinto de “sexo”<sup>54</sup>, através de historiadoras preocupadas em escrever a história das mulheres, muitas delas reivindicando uma epistemologia feminista<sup>55</sup>. Joan Wallach Scott (1986), autora de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado em 1990 no Brasil, retoma a noção de “gênero” apoiada nas pós-estruturalistas, e passa a articulá-la à concepção de poder. Para ela, as relações sociais não estão baseadas somente em diferenças identificadas entre os sexos, mas também no interior das relações de poder.

O que levou Scott a discutir uma categoria de análise como o “gênero” foi, segundo ela, o fato de que as/os historiadoras/es não são muito “treinados” para serem “reflexivos ou rigorosos sobre sua teoria”, e que, por isso, ficou preocupada quando observou o pouco impacto da história das mulheres. Portanto, concluía Scott, “gênero é a organização social da diferença sexual”. Por outro lado, ela lembrava que gênero não refletia ou implementava diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (PEDRO, 2005, p.86).

Outras teóricas contribuíram para a construção dos estudos de gênero, como Judith Butler<sup>56</sup>. Em seu livro “Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade” (1990), questiona a categoria

54 Gayle Rubin foi uma das autoras a propor esse debate.

55 Para saber mais, ler: RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. (orgs.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 21-41.

56 Filósofa estadunidense mais conhecida da “Teoria *Queer*”.

gênero como sendo igualmente calcada no sexo biológico. Suas discussões são oriundas tanto do feminismo quanto do movimento LGBT, abarcando uma análise sobre gênero, interseccionalidades e diversidade sexual, presente na teoria *queer*<sup>57</sup>.

Tal conjunto de discussões integra o que parte da epistemologia feminista chamaria de terceira onda do feminismo. O debate nessa tendência seria ampliado para as discussões de identidade de gênero e orientação sexual, além de desconstruir a lógica binária, que reduz as identidades ao feminino e masculino.

As autoras da “Teoria *Queer*” (BUTLER, 1990; BENTO, 2009; LOURO, 1997) dão grande destaque às questões da transexualidade, travestilidade e intersexualidade, e priorizam um questionamento que atravessa a categoria “sexo”, que é a realidade biológica. Para Butler (1990), é necessário desconstruirmos esta maneira de pensar, para que possamos dar conta das diferentes subjetividades existentes.

Segundo Miguel (2014), Butler destaca-se pela oposição radical à dicotomia homem/mulher, que parte do pressuposto de uma heterossexualidade compulsória. A autora aponta que as relações heterossexuais são naturalizadas nos mais diversos espaços sociais, mesmo no pensamento feminista. Para tanto, faz uso do termo “heteronormatividade” para abordar a orientação heterossexual como norma.

Uma grande parte do movimento feminista e da teoria política feminista se nega a invalidar a categoria coletiva “mulher” ou “mulheres”, proposta por autoras da “Teoria *Queer*”. O motivo se traduz

57 Em inglês *queer* é uma expressão utilizada para “estranho” ou “desviante”.

na invisibilidade completa de uma reflexão e atuação política do pensamento feminista, visto que ele deixaria de se referir a um grupo social concreto, com realidades de subordinação e pleitos particulares (MIGUEL, 2014).

Gayatri Spivak (2010) procurou superar tal limitação conceitual cunhando a expressão “essencialismo estratégico”. A autora propõe o uso estratégico de categorias essencializadoras para compreender sua necessidade na produção de uma identidade que possibilite a compreensão de uma sujeita coletiva e estimule a mobilização política. (MIGUEL, 2014). Outro caminho encontrado por estudiosas feministas (YONG, 2000) foi a substituição da noção “identidade” pela de “perspectiva social”. Esta categoria refere-se aos “pontos de vista que membros de um grupo têm sobre os processos sociais por causa de sua posição neles” (YOUNG, 2000, p.137).

Linda Nicholson (2000) vai além. A autora afirma que é preciso assumir que o sentido de “mulher” se alterou ao longo da história, sendo necessária a não exclusão daquelas/es que defendem normas não “tradicionais” e que contradizem os padrões usuais, como as/os transexuais. Para a autora, é preciso reconhecer o caráter político de determinadas propostas.

Se as feministas brancas dos Estados Unidos sentem cada vez mais a necessidade de considerar seriamente as reivindicações de mulheres não brancas e não as das brancas conservadoras, isso acontece não porque as primeiras possuem vaginas e as últimas não, mas porque muito de seus ideais estão bem mais próximos dos ideais de muitas não brancas do que os ideais das conservadoras (NICHOLSON, 2000, p.30).

No sentido de re-criação da categoria “mulheres”, a reflexão partiria não de mulheres da sociedade patriarcal ou mulheres como tais, e sim mulheres em contextos específicos, ao qual não cabe uma definição única do termo (PISCITELLI, 2004). Lugones (2011), por sua vez, afirma que não se trata de criar categorias analíticas, assim, o gênero evidenciaria realidades vividas.

Pode-se afirmar que muitos são os caminhos conceituais percorridos nos estudos feministas e de gênero para a compreensão das realidades das mulheres e seus lugares nas relações sociais, tendo em vista que não se trata de um movimento estático ou monolítico. Ao contrário, trabalhar com as teorias feministas é lidar com os movimentos. O debate teórico e político que atravessa as discussões e estudos feministas e de gênero é constituído por leituras distintas, cunhando um conjunto de produção de conhecimento e possibilidades de análise.

Por um lado, a utilização histórica da categoria “mulher” ou até mesmo “mulheres” não se situa apenas no campo do conhecimento, mas acima de tudo no campo político (PISCITELLI, 2004). Isto porque o processo de identificação, inclusive das diferenças, permitiu também mapear as semelhanças. Trata-se, segundo a autora, de uma política de coalizão, também enunciada por Nicholson (2000), mesmo que temporária, que a nosso ver contribuiu e contribui para formulações de planos de luta, estratégias e formulações de políticas públicas para esse segmento. O conceito de gênero, por outro lado, colaborou para um dos objetivos centrais do pensamento feminista: a “dessencialização” da subordinação das mulheres. Do mesmo modo, permitiu que outras identidades passassem a ter um espaço significativo na teoria social.

Evidentemente as teorias feministas não possuem uma única solução para os impasses teóricos e políticos discutidos ao longo da História. No entanto, não se pode negar que discutir o feminismo por meio de uma teoria feminista baseada apenas em saberes e experiências sexuadas, ocidentais e brancas, é abdicar de discussões que envolvem as questões mais profundas de gênero, raça, sexualidade e classe social, tão necessárias e caras ao movimento feminista. Por isso, a importância das categorias “mulheres” e “gênero” relacionadas a outros marcadores sociais.

### **3.2. Feminismo Latinoamericano, a Opção Decolonial**

Os feminismos latino-americanos, assim como o feminismo em geral, não se constituíram de maneira homogênea nos diferentes países da América Latina. Fruto de variados contextos e pressupostos, as lutas feministas, ainda, demonstram características bastante específicas se comparadas à Europa e aos Estados Unidos, resultado, dentre outras coisas, do processo de colonização vivido pelos países.

Nesse sentido, as feministas latino-americanas, pautadas pelo pensamento decolonial<sup>58</sup>, se destacam ao abordar os importantes efeitos da colonização da América Latina e do Caribe, entre os séculos XVI e XIX, pela Espanha e Portugal. Diferente dos estudos pós-coloniais, que se debruçam sobre as questões referentes à colonização da Ásia e da África pelas potências do Norte europeu, apoiados pelo pós-marxismo,

<sup>58</sup> Preferiu-se utilizar o termo “decolonial” e não “descolonial”. Em termos históricos, este último indica uma superação do colonialismo; por sua vez, a ideia de decolonialidade indica exatamente o contrário, assinalando que a colonialidade permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder.



pós-estruturalismo e pós-modernismo, a opção decolonial se volta à história das Américas, dos anos de 1500 até os dias atuais (COSTA, 2014).

Tal leitura enfatiza as relações coloniais de poder (colonialidade do poder) que atravessam as categorias raça, classe e gênero. Sua intenção é promover um projeto de desligamento dos saberes eurocêntricos, e enfatizar a importância dos diferentes saberes, principalmente dos saberes fronteiriços, aqueles que surgem da exterioridade (a criação do fora pelo dentro) estruturada pela modernidade (COSTA, 2014).

Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais; quando você entra no campo do quichua e quechua, aymara e tojolabal, árabe e bengali, etc. categorias de pensamento confrontadas, claro, com a expansão implacável dos fundamentos do conhecimento do Ocidente (ou seja, latim, grego, etc.), digamos, epistemologia. Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do “real”. Concordo que hoje não há algo fora do sistema; mas há muitas exterioridades, quer dizer, o exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço (MIGNOLO, 2008, p. 291).

Segundo Mignolo (2008), o pensamento decolonial na América do Sul, na América Central e no Caribe vive, principalmente, nas mentes e corpos indígenas e afrodescendentes. Para o autor, essa realidade decorre da retórica da modernidade, na qual se perpetua a lógica colonial materializada na apropriação massiva da terra e dos recursos

naturais; na exploração do trabalho, através do tráfico de negros africanos, da escravidão legal de negros e indígenas do século XVI até o século XVIII, e da escravidão disfarçada até o século XXI; associado à dispensabilidade de determinadas vidas humanas não brancas.

Nesse sentido, ao se falar em “colonialidade do poder”, termo importante no pensamento decolonial empregado por Quijano (2012), refere-se aos elementos fundantes do atual padrão de poder, ou seja: à classificação social básica e universal da população em torno da ideia de “raça”. Vale destacar que para Quijano (2012), a colonialidade e o colonialismo se referem a fenômenos diferentes, no entanto, inter-relacionados.

O colonialismo representa a dominação político-econômica de alguns povos sobre outros, o que, analiticamente falando, precede à colonialidade. A colonialidade por sua vez se define por meio de um sistema de classificação universal que existe no mundo há mais de 500 anos. Ou seja, a colonialidade do poder não pode existir sem a ocorrência do colonialismo (COSTA, 2010).

Desse modo, a colonialidade do poder não desaparece com o fim do colonialismo, ela integra a modernidade, não sendo, portanto, apenas um de seus produtos. Assim, parte-se de uma cosmovisão dominante, na qual se consolida a noção de sujeito universal, onde supõe-se um modelo único de sociedade (ocidental), seja ela capitalista ou socialista (CORREAL, 2011).

Ao pautarem a categoria gênero incorporada à discussão do projeto colonial, as feministas decoloniais passam a traçar uma genealogia de sua formação e a utilizam como um elemento

fundamental nas assimetrias de poder no mundo capitalista contemporâneo.

Ver o gênero como elemento estruturador (e não subordinado) da colonialidade do poder, ou seja, como categoria colonial, também nos permite historicizar o patriarcado, salientando as maneiras pelas quais a heteronormatividade, o capitalismo e a classificação racial se encontram sempre já imbricados. Ao centralizar, através do conceito da interseccionalidade, o entrelaçamento do gênero com a raça, a classe e a sexualidade, abrimos um caminho para o projeto feminista de descolonização do saber (COSTA, 2010, p. 50).

Afirmando a importância de se pensar o contexto da colonialidade nas discussões feministas, o feminismo decolonial parte da ideia de que existe um centro autoimaginado nas teorias e lutas feministas que serve de ponto de referência. Isto é, da mesma maneira que as mulheres foram definidas como o outro pelos homens, as mulheres do sul também foram construídas como as outras pelas mulheres do norte, explicitando a dicotomia colonial, no qual o centro define a periferia (MOHANTY, 2008).

Nessa perspectiva, Diana Marcela Gómez Correal (2011) traça alguns tópicos centrais para se pensar o feminismo decolonial que podem potencializar o feminismo latino-americano. Dentre eles, destacam-se: a problematização do colonialismo e da colonialidade, incluindo as noções de sujeito, corpos, sexualidade, padrão de beleza, ligados à questão da raça; a reprodução do racismo e do classismo (inclusive no feminismo); a problematização do poder dos homens no âmbito das comunidades indígenas e afrodescendentes; a problematização do nacionalismo e da política de identidade cultural; um olhar mais crítico do feminismo latino-americano para sua relação

com o pensamento feminista hegemônico, procurando examinar com mais atenção às múltiplas realidades que se cruzam no ser mulher em Abya Yala<sup>59</sup>; o questionamento da ideia do sujeito universal que tem a heterossexualidade como norma e, principalmente, o debate da raça como centralidade.

Para Lugones (2014), decolonizar o gênero é, ainda, necessariamente uma práxis, sendo imprescindível alcançar uma crítica da opressão de gênero racionalizada, colonial e capitalista heterossexualizada para uma transformação social. Assim, a tarefa das feministas decoloniais se inicia no momento em que elas percebem as diferenças coloniais e resistem ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-las. Contudo, segundo a autora, isso não se faz de maneira isolada, são as comunidades, mais que os indivíduos, que tornam esse fazer possível.

Um exemplo desse fazer decolonial se encontra no grupo feminista anarquista colombiano *Mujeres Creando*<sup>60</sup>. Autodescritas como *cholas, chotas e birlochas* (termos pejorativos e racistas que se referem a mulheres indígenas imigrantes), elas dialogam com Gloria Anzaldúa<sup>61</sup> para transportar suas análises de Borderlands/La Frontera

59 *Abya Yala* é a forma como os indígenas *Kuna* nomeiam o continente. Algumas autoras utilizam essa expressão para problematizar o conceito de América Latina como categoria que nega e renega as indígenas. (CORREAL, 2011).

60 O grupo foi fundado em 1992 por Mónica Mendoza, Julieta Paredes e outros membros. As fundadoras descrevem *Mujeres Creando* como uma “loucura” que surge para desafiar a esquerda arrogante, heteronormativa, homofóbica e totalitária dos anos de 1980, que enxergava o feminismo como um elemento divisor de lutas. Para saber mais, ver: <http://www.mujerescreando.org/>

61 Glória Anzaldúa foi uma autora norte-americana autodeclarada mestiça, nascida no Texas. Em seus escritos interseccionou, por meio do feminismo, a categoria mulher com outras, tais como: “raça”, “cor” e “região”.

(1987) para a luta feminista, ultrapassando os muros da academia (COSTA, 2014).

No Brasil, Lélia González é considerada uma das principais feministas preocupadas com as particularidades das mulheres na América Latina. Tendo como referência e influência o pensamento de Frantz Fanon<sup>62</sup>, a autora busca na diáspora negra similaridades no que diz respeito ao desenvolvimento de explicações em comum para abordar o racismo, assim como, recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas. Buscou em sua trajetória, abordar os danos psicológicos causados pela relação de dominação/exploração entre colonizadora e colonizada (CARDOSO, 2014), procurando analisar as contradições internas do feminismo latino-americano, ressaltando uma espécie de esquecimento da questão racial. (GONZALEZ, 1988). Gonzalez (2011) considera que esse esquecimento se configura em um racismo por omissão, cuja as raízes se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade.

Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas (GONZALEZ, 2011, p. 14).

Para a autora, é necessário que se leve em conta, ao construirmos as lutas feministas, os diferentes contextos vivenciados no

62 Frantz Omar Fanon, foi um psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês da Martinica, de ascendência francesa e africana. Fortemente envolvido na luta pela independência da Argélia, foi também um influente pensador do século XX sobre os temas da descolonização e da psicopatologizada colonização.

Brasil desde sua colonização, isto é, desde o período da escravidão até a luta contra o autoritarismo e pela defesa da democracia nos períodos ditatoriais. Da mesma maneira, Costa e Sardenberg (2008) enfatizam a importância de considerar como esses contextos influenciam igualmente as lutas feministas, suas pautas políticas e o processo de construção do campo de estudos feministas latino-americanos.

Na conjuntura de colonialidade do saber e do gênero, levantada pelas estudiosas decoloniais (LUGONES, 2014; ESPINOSA-MIÑOSO, 2014; CURIEL 2007), a mídia desempenha um papel essencial. Ao abordar e veicular a realidade, através de sua função de informar, entendemos que ela própria contribuiu e contribui na chamada “missão civilizatória” desenvolvida pelos processos de colonização. A mídia, seja ela hegemônica ou não, retrata dados da realidade, mas a vincula segundo seu comprometimento ideológico. De alguma forma, visibiliza e invisibiliza demandas próprias das mulheres do sul.

O feminismo decolonial, desta maneira, além de ser uma das leituras do feminismo, ajuda a pensar essa “outra” mulher propagada pelos meios de comunicação globais e reforçada pela mídia latino-americana. As mulheres latino-americanas, diferentemente do que é disseminado pelo conhecimento eurocêntrico, são sujeitas situadas, que possuem uma trajetória e carregam consigo as marcas da colonização.

No debate sobre o aborto essas marcas são expressivas. Mulheres que podem arcar com preços altos cobrados por médicos ou clínicas ilegais espalhadas pelo país, ao decidirem interromper a gravidez em casos não especificados na lei, possuem uma maior probabilidade de sucesso no procedimento. Mulheres pobres, que no Brasil e América Latina como um todo, são majoritariamente as negras e

não brancas, utilizam-se de métodos caseiros ou de clínicas insalubres e, não raramente, vão parar em hospitais públicos com hemorragias graves e grande chance de morte ou criminalização pela instituição médica (MARTINS, 2006). Em suma, as notícias carecem de situar as mulheres que habitam os discursos relacionados ao tema, não somente pela subjetividade dessas sujeitas, mas também pelas múltiplas dimensões do contexto em que estas se inserem, que incluem igualmente a história de vida de seus povos (CURIEL, S/A).

É possível então fazer uma ponte entre colonialidade do gênero e mídia latino-americana. À medida que ela é a expressão de grupos privados (SERRANO, 2013) e escrita por meio de um saber jornalístico predominantemente masculino (SILVA, 2014), reproduz discursos influenciados pela religiosidade cristã, pela racionalização dos saberes e por concepções fixas de identidades de gênero. Estes elementos, apesar de ainda carregarem heranças das relações coloniais, resultado da chamada colonialidade do poder anunciada por Quijano (2012), também se modificaram conforme o passar dos anos.

Pode-se afirmar que as modificações alcançadas no âmbito dos veículos de comunicação ocorreram principalmente devido à necessidade explicitada pelo contexto de lutas e mudanças sociais, que exigiu a produção e reprodução de conteúdos com uma maior diversidade de pautas. Este fenômeno se manifesta de maneira mais expressiva nas chamadas mídias alternativas, muitas delas pensadas por meio de perspectivas ligadas a diferentes movimentos feministas.

### 3.3 Lutas feministas contemporâneas

A história nos mostra que os movimentos sociais e suas diferentes pautas foram e permanecem atores extremamente importantes para a promoção das mudanças sociais. Nas últimas décadas a comunicação em ampla escala sofreu um processo de transformação tecnológica e organizacional com o avanço da *internet* nos mais diferentes contextos. Redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa na *internet*, e redes de comunicação sem fio, nomeadas por Manuel Castells (2013) de “autocomunicação de massa”, apresentam um novo cenário do qual os movimentos e organizações sociais do século XXI passam a usufruir.

Os movimentos sociais que utilizam as redes de comunicação como aliadas possuem uma série de particularidades. Estas vão do uso de redes de comunicação alternativas, ocupação de praças, até a instituição de organizações que possuem uma maior solidariedade entre seus membros e uma menor necessidade de uma líder formal, recusando o espaço institucional tradicional (CARNEIRO, 2012).

Considerando estas características, é possível encontrar semelhanças entre as insurgências políticas ocorridas em países tão distintos, como: Tunísia e Islândia nos anos de 2009-2011; ocupação das praças da Espanha, em maio 2011; ocupações dos espaços públicos em Nova Iorque, em setembro de 2011; revolução de 25 janeiro de 2011 no Egito, que derrubou o regime do presidente Hosni Mubarak, no poder do país durante trinta anos. Organizadas via redes sociais e *vlogs*, as manifestações tiveram mulheres como Asman Mahfouz<sup>63</sup> entre as suas

<sup>63</sup> Autora de um *vlog* que através de seus vídeos chamava os egípcios para irem às manifestações na praça Tahrir.



principais protagonistas, mesmo com o desencadeamento de uma onda de violência contra elas.

Tais vias de comunicação e organização utilizadas por ativistas e militantes têm em seu cerne o potencial de extrapolar os métodos usuais de controle empresarial e político midiáticos. Esta catarse política é protagonizada, principalmente, pela nova geração que vê nas redes sociais da *internet* não apenas ferramentas de descrição, mas sim uma forma de disseminação de ideias a milhares de outros emissores, no qual diferentes vozes ganham escala, visto que não são mediadas por veículos tradicionais (CARNEIRO, 2012). É também necessário lembrar que as tecnologias de comunicação não necessariamente a raiz desses novos movimentações sociais.

Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional. Ao mesmo tempo, porém, é essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história (CASTELL, 2013, p. 134).

Movimentos organizados têm encontrado nas redes de comunicação *online* um espaço para compartilhar suas indignações e construir projetos para si e para a sociedade como um todo. Comungam dessa tendência, coletivos e organizações feministas (Geledés, CFEMEA, SOF, Católicas pelo Direito de Decidir), que igualmente enxergaram na *internet* um elemento necessário, ainda que não suficiente, para sua ação política.

Assim, coletivos feministas brasileiros, como o Geledés, utilizam a *internet* e as redes sociais para informar, divulgar e mobilizar mulheres na atuação da luta feminista. Consideram, como propôs

Castells (2013), que o papel da *internet* ultrapassa a mera instrumentalidade, uma vez que cria condições para que movimentos e sociedade no geral possam se comunicar. É importante destacar que esta possibilidade foi historicamente negada aos movimentos pela mídia hegemônica.

Pensar os coletivos feministas que utilizam o ativismo *online* como instrumento de militância remete ao debate da construção do *ciberfeminismo* e de suas referências, tema ainda recente no âmbito das teorias feministas. O *ciberfeminismo* possui uma grande inspiração no Manifesto Ciborgue (1985) e em outros textos da autora feminista Donna Haraway. O *ciborgue* seria o modelo fundante de uma nova política de identificação que se daria por meio de afinidades em vez de atributos naturais, via tecnologia, fato ainda distante da realidade latina conforme demonstra Tatiana Wells (2016).

Dentre suas principais proposições, o *ciberfeminismo* afirma que o espaço da mulher deve ser entendido no contexto das novas tecnologias, mais particularmente o da *internet* (LEMOS, 2009). Oriundo da cultura *underground*<sup>64</sup>, tem como marco a década de 1990, quando foi nomeado pela primeira vez pelo coletivo *VNS Matrix*, ao lançar o “Manifesto Ciberfeminista para o século 21” (1991). Anos depois ocorre a Primeira Internacional *Ciberfeminista*, realizada na importante “Mostra Internacional de Arte Contemporânea”, na Alemanha, em 1997.

64 *Underground* é a junção de *under* (abaixo) e *ground* (solo) e pode ser traduzido para o português como “subterrâneo”. Segundo Carvalho e Nunes (2014, p. 205) “(...) trata-se de atividades culturais que não estão necessariamente ligadas a um discurso crítico ou oposicionista, mas que propõem a independência em relação ao que é produzido pela indústria cultural, no Brasil o sentido clássico de *underground* caracteriza-se pela proposta subversiva, ou seja, de oposição à ordem social”.

Constituído por características diversas, o *ciberfeminismo* mistura ativismo, cultura *ciberpunk*, arte e traços do movimento *girl power*, além de preconizar a comunicação alternativa para disseminar seus próprios conteúdos. Tais conexões ocorrem por esses movimentos serem igualmente reveladores de subculturas e conflitos dentro do sistema, sendo a *cibercultura*<sup>65</sup> e o *ciberespaço*<sup>66</sup> conceitos chaves para o seu entendimento.

Neste sentido, a *internet* facilita a divulgação de conteúdos *ciberfeministas* e feministas através das redes sociais, *podcasts*, *blogs*, páginas e *sites*. Possibilita ainda o estímulo à produção de conteúdo, tornando viável a realização de debates em âmbito global sobre temas que antes eram ignorados pela mídia hegemônica. Desta maneira, meios de comunicação massivo continuam em uma posição privilegiada, porém, deixam de ter o monopólio do processo de atribuição de sentidos (CARVALHO; NUNES, 2014).

No Brasil, assim como na América Latina, as feministas apresentaram novos elementos para discussão. No artigo “O

65 Compreendemos *cibercultura* como as relações estabelecidas entre as tecnologias informacionais de comunicação e informação e as culturas emergentes, a partir da convergência informática/telecomunicações na década de 1970. Trata-se de uma nova relação entre as tecnologias e a sociabilidade, que possibilita a construção de elementos da cultura contemporânea (LEMOS, 2016).

66 Segundo Pierre Lévy (1999), o *ciberespaço* fornece possibilidades de construção coletiva e colaborativa para grupos geograficamente dispersos. A comunicação não mais se trata apenas do transporte e emissão de mensagens, mas da interação construída entre sujeitos envolvidos, por meio de redes de compartilhamento e interfaces coletivas (*peertopeer*). O controle de produção e divulgação realizado pelos grandes conglomerados de comunicação é enfrentado com o estabelecimento de uma cultura também pautada pelo *DIY – Do It Yourself* – faça você mesmo (CARVALHO; NUNES, 2014).

*ciberfeminismo* nunca chegou à América Latina”, Tatiana Wells (2016) problematiza o contexto latino-americano de inserção de tecnologias e de reconhecimentos de culturas consideradas subalternas:

O *ciberfeminismo* talvez nunca tenha chegado na América Latina justamente por conta dessa relação simbiótica, aqui muito mais clara pois explícita e improvável, entre as diferentes culturas brasileiras, uma elitista, que se alimenta das manifestações do feminino brasileiro para dar ibope às novelas e vender produto ao mesmo tempo que critica nos jornais tais manifestações, e as vozes de várias MCs que estão aí para acordar o *stablishment* de sua hipocrisia, sem saber o porquê. O inimigo estaria então diluído, visibilizado e publicizado somente na hora do choque (que vende). Enquanto para vencer no mundo da sub-cultura você muitas vezes tem que se tornar o inimigo (Wells, 2016, p.7)

Wells (2016, p.8) afirma que questões como ciência e biotecnologia têm que ser incorporadas ao trabalho das feministas, “antes que o façam por nós e nos tente vender-nos a nós mesmas”. A autora relata os esforços de determinados grupos, centros e ONGs, que procuraram por meio da tecnologia, mais especificamente da *internet*, inserir mulheres nas redes digitais. Exemplos dessa experiência foram realizados pela Comunicação, Educação e Informação em Gênero (CEMINA), *Software* Livre Mulheres (2004), e Rede Mulher de Educação.

A maior contribuição de Wells (2016) é mostrar que as questões de gênero e tecnologia são fundamentais no contexto brasileiro, embora difiram dos países centrais pelo seu processo econômico, cultural e social. Ainda assim, existe a possibilidade da emergência de novos saberes por meio de vozes e discursos silenciados historicamente.

O estabelecimento do *mainstream*, ao longo de todo o século XX deu-se a partir da consolidação dos ideais da modernidade enquanto “narrativa hegemônica da civilização ocidental” (MIGNOLO, 2011). Essa narrativa, construída pelo projeto histórico europeu e norte-americano – capitalista, globalizante e excludente – buscou silenciar o discurso dos chamados “saberes subalternos (...). A possibilidade da liberação do pólo emissor, que permite “a emergência de vozes e discursos, anteriormente reprimidos pela edição da informação pelos *mass media*” (LEMOS, 2005) gerou a circulação de novos saberes e a constituição e diferentes formas de conexão (NUNES, 2015, p.1).

A discussão do ativismo *online* promovido por coletivos feministas como Geledés, perpassa o universo do *ciberfeminismo*. Fortalecidos por meio da utilização das redes sociais, *blogs*, boletins e *sites*, esses coletivos têm se mostrado centrais nos debates de gênero, violência contra a mulher, políticas públicas, bem como na divulgação de pautas e ações feministas. Como exemplo, temos a organização e divulgação do *Slutwalk*, conhecido no Brasil como “Marcha das Vadias”, que segue o modelo horizontal e não-hierárquico de movimentos analisado por Manuel Castells (2013) e Henrique Carneiro (2012).

Nesse sentido, os coletivos feministas, auxiliados pelas trocas e conexões possibilitadas pela tecnologia, podem somar ao *ciberfeminismo*, ao unir seu potencial de mobilização e interação, bem como de informações sobre as situações do feminino e suas legislações, colaborando na ocupação do *ciberespaço* para formação de vivências subversivas. Na América latina, essas vivências possuem um caráter ainda mais subversivo, como destaca Wells (2016) e Lugones (2014) , necessitando desses espaços de reinterpretação da colonização, onde as

“fissuras serão aproveitadas para a construção de possibilidades de novas narrativas”.

Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos. Além disso, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir à ela (LUGONES, 2014, p. 935).

Assim, ao debruçar-se sobre as questões que envolvem as mulheres latino-americanas, dentre elas a problemática do aborto, é necessário projetar as sujeitas que habitam às margens, como as mulheres negras, indígenas, pobres, lésbicas, dentre outras, que, como observou Kimberlé Crenshaw (2002), vivem discriminações que se articulam. Assim, discutir o controle e a criminalização dos corpos femininos, situando os mesmos, demonstra também a relação entre dimensões de poder político e midiático existentes.

#### 4 O ABORTO NO CAMPO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: UM OLHAR MIDIÁTICO

Sentou para fazer o teste  
 pela primeira vez juntou as mãos  
 E pediu ao deus cristão reprovação  
 Ali sentada não chamava Maria  
 e era pouca sua graça  
 Sabia que nenhum espírito santo abençoara  
 Se levantou ensaiou as explicações  
 para o pastor ,pra sua mãe, pra sociedade

Pensou em procurar aquele  
 do que ela carregava era dono da metade  
 Mais recuou não queria o que dentro habitava  
 Não queria escolher nome próprio nem ser casada  
 Queria mesmo era sua vida mudada mudada  
 (Mariana Felix)

Para entender a discussão sobre o direito ao aborto no âmbito das lutas e das teorias feministas é necessário localizá-lo como tópico central dos direitos sexuais e reprodutivos. A noção de direitos reprodutivos é recente e suas bases podem ser encontradas em processos históricos que emergiram nas últimas décadas do século XX, tendo como destaque as lutas dos movimentos de mulheres por direitos, saúde e autonomia (JANNOTTI; SEQUEIRA; SILVA, 2007).

Depois de terminada a divisão bipolar do mundo, o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos foi enraizado em discursos políticos internacionais sobre os problemas globais. (...) Na Conferência do Cairo, o conceito de saúde sexual e reprodutiva foi particularmente impulsionado pela resistência contra as políticas coercitivas de controle demográfico e de natalidade nos países do Sul. Um ano depois, o conceito foi confirmado na

famosa 4ª Conferência da ONU sobre Mulheres, em Pequim (WICHTERICH, S/D, p. 12).

Desde as conferências de Cairo e Pequim, consideradas marcos na história dos direitos sexuais e reprodutivos, os debates têm sido movidos por questões relativas aos movimentos feministas, poder político, política demográfica, ciências médicas, tecnologias reprodutivas, empresas transnacionais, entre outros atores (WICHTERICH, S/D). O contexto político da década de 1990 fomentou “consensos” significativos sobre o tema em Cairo, em um campo de batalha ideológica dividida entre avanços e retrocessos.

A discussão contempla o domínio da vida e das escolhas individuais e coletivas das mulheres, assim como, o direito a legislações que garantam o acesso a informações e recursos que permitirão a estas o controle de sua vida sexual e reprodutiva (BIROLI, 2014). Nos remete, igualmente, a problematizar a maternidade, historicamente uma questão importante da vida e da identidade das mulheres (TORNQUIST; MIGUEL; ASSIS, 2012). O direito ao aborto confronta a idealização da maternidade, ao questionar sua naturalização e destino comum a todas.

Além disso, muitas feministas vêm destacando o fato de que sem controle sobre a reprodução, as mulheres, dificilmente conseguirão atuar profissional e politicamente com maior igualdade em relação ao homem. É essa atuação, além disso, que permite a elas os recursos e a ocupação de posições para que possam discutir formas de organização da vida doméstica que não a penalizem ao responsabilizá-las primordialmente pela gestão cotidiana da vida e pela criação dos filhos. É também, em outra frente, uma forma de tomar parte na construção de políticas relacionadas à reprodução e de normas, voltadas,



por exemplo, à regulação das novas tecnologias reprodutivas” (BIROLI, 2014, p. 123).

Outro ponto de discussão é a defesa da liberdade sexual. Historicamente, os nexos realizados entre sexo e maternidade têm colaborado para restringir a autonomia das mulheres. As concepções convencionais de família e do “ser mulher”, ao caminharem associadas a uma lógica cristã e patriarcal de controle dos corpos, justificaria o igual controle da sexualidade feminina. Negar-se-ia, deste modo, a construção de uma vida sexual pautada pelos interesses femininos, tendo assim, como referência, os valores masculinos.

De forma subliminar, a matéria “Seminuas: Mulheres protestam pelo direito ao aborto e ao sexo livre” na Folha de São Paulo (23.1/06/2013<sup>67</sup>) representa tal discurso, ao projetar a imagem das mulheres com os seios à mostra, suas vestimentas vermelhas e dizeres “livre”. Estes referenciais recordam cerimônias de tradições pagãs<sup>68</sup>, nas quais as mulheres consideradas “bruxas”, personagens míticas do imaginário popular, dançavam e cantavam nuas ou com vestimentas coloridas. “A bruxa serviu como função pedagógica de cunho moralizador durante os séculos em que a Igreja focou a doutrina cristã no combate ao mal, inimigo personificado como o demônio, o adversário de Deus, Satanás” (ZORDAN, 2005, p.333). O que a figura da bruxa designou foi uma maneira de enxergar a mulher que foge às determinações previstas socialmente e “peca”. Por pecado subentenda-se

67 Os códigos utilizados para nomear os anexos baseiam-se em: dia da reportagem/numeração desta/mês/ano publicado.

68 Paganismo é um termo geral, normalmente usado para se referir a tradições religiosas politeístas.

a luxúria e o desejo sexual, “disseminador do pecado original” (ZORDAN, 2005, p. 338).



Interdiscursivamente, a reportagem associa sexualidade e reprodução. Nessa conjuntura, o texto veicula uma sexualidade voltada à ausência da reprodução, com uma “ode” ao prazer feminino, e uma suposta “ameaça” à maternidade, sem, contudo, problematizar o contexto da manifestação das mulheres. Importante recordar que Sicuteri (1985) denomina “bruxa” a mulher selvagem, contrária ao ideal

civilizador advindo do pensamento eurocêntrico. Este anuncia uma perspectiva evolucionista que afirmará que a partir do momento que o/a bárbaro/a se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna tem o direito de exercer a violência sobre ele/a caso seja necessário, para destruir os obstáculos do desenvolvimento (QUIJANO, 2012). Desta maneira, a colonialidade do gênero se anuncia na discussão, junto às representações da foto, no qual se projeta um discurso condenatório sobre o aborto, através de uma imagem estigmatizada da sexualidade feminina (TORNQUIST; MIGUEL; ASSIS, 2012).

Nos países latino-americanos, as decisões relacionadas à anticoncepção, à interrupção voluntária da gestação, ao exercício da sexualidade e à opção de ter ou não ter filhos, ainda, é distante para a maioria das mulheres (MELO, 2001). América Latina e Caribe estão entre os países que possuem as legislações mais restritivas e punitivas sobre o aborto. Embora seja enquadrado como questão de saúde pública no registro internacional, a discussão ganha contornos singulares em um continente no qual ele é amplamente criminalizado. Geledés evidencia esta realidade em matérias como: “Feministas alertam para crescente criminalização da luta pela legalização do aborto na América Latina” (24.1/03/2013); “O país onde as mulheres podem ser presas por ter aborto espontâneo” (22.1/10/2013), esta última analisando a situação das mulheres que sofrem aborto, seja ele espontâneo ou induzido, em El Salvador.

Algumas nações<sup>69</sup> latino-americanas permitem o procedimento em caso de risco para a vida da mulher e de estupro, mas poucas autorizam sem justificativas<sup>70</sup>. Independentemente das polêmicas, ativismo político e pesquisas sobre o número de abortos e suas formas de acesso, não há dúvidas de que muitas mulheres realizam o procedimento em condições totalmente clandestinas (MELO, 2001).

No Brasil, a legislação de referência é o Código Penal, formulado nos anos de 1940, durante o período ditatorial do Estado Novo. Este permanece em vigor e considera até hoje a prática do aborto crime, com exceção da gravidez fruto de estupro e de risco de vida da genitora. Somente em 2012 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPR) n°54 garantiu, no país, a interrupção terapêutica da gestação de feto anencéfalo. A ação relatada pelo ministro Marco Aurélio Mello<sup>71</sup> foi proposta em 2004 pela Confederação Nacional dos trabalhadores da Saúde (CNTS) e julgada apenas oito anos depois.

Os veículos de comunicação pesquisados trazem ambos uma notícia específica a respeito da interrupção legal da gravidez por gestação de feto anencéfalo. Enquanto Geledés apresenta e problematiza

69 Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Argentina, Antígua, Barbados, Dominica, Guatemala, Panamá, Paraguai e Venezuela são países que possuem flexibilizações em suas legislações.

70 Apenas quatro países da América Latina permitem o aborto até a 12ª semana de gestação sem que seja necessário apresentar justificativa, são eles: Uruguai, Guiana, Porto Rico e Cuba. Na Cidade do México, o procedimento também é permitido nessas condições, mas a legislação não se aplica aos outros estados desse país.

71 Marco Aurélio Mendes de Farias Mello é um magistrado brasileiro, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) desde 13 de junho de 1990 até a atualidade. Foi, também, ministro e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

os obstáculos para a realização do procedimento - “Um ano após decisão do STF, aborto de anencéfalos esbarram em entraves” (27.1/05/2013), A Folha dá destaque à ação de um genitor que pede ao papa Francisco – “Pai de anencéfalo entrega camiseta antiaborto ao Papa”, que este impeça a realização de abortos por anencefalia. A reportagem do jornal cita a declaração do porta-voz do Vaticano, Federico Lombardi: “É uma criança que poderia ter sido abortada” (29.1/07/2017).

Nesses casos, a construção da identidade da criança ocorre mesmo antes dela nascer. O feto representa uma pessoa em potencial, com individualidade, através desta cria-se um conceito de viabilidade: “Assim, a biologia torna-se a base para a construção cultural de categorias sociais” (LUNA, 2009, p. 311). A figura da criança é formada independente do corpo da mulher mãe, que na notícia em questão é anunciada como “sua mulher...” (do pai da criança). O pleito do protagonista da notícia, no caso o homem, desloca o foco da mulher gestante para o feto, apagando, desta maneira, sua dependência ao corpo e vida materna para o seu desenvolvimento.

Sarah Franklin afirma que os grupos antiaborto na Inglaterra afastaram-se da retórica de que toda vida humana seria sagrada porque fora criada por Deus, substituindo definições religiosas da vida por definições biológicas. Assim, a condição de pessoa do feto não estaria mais na presença da alma, mas na posse de um corpo e um genótipo humanos. Constitui-se o feto como agente individual separado da própria mãe (LUNA, 2009, p. 311).

As identidades do pai, assim como a do feto, são reafirmadas como protagonistas da reportagem, aquele que está à frente do processo, mesmo que este viva tal experiência como sujeito externo. Se o feto é

considerado “apêndice” do corpo da mãe, a criança em potencial se classifica como “interesse e defesa do marido/pai” (GALEOTTI, 2004), podendo a mulher ser não ouvida, desconsiderada e punida caso opte pela interrupção da gestação.

Por outro lado, a notícia intitulada “Se aborto é um debate pela vida, quero debater a das mulheres que morrem’, diz Manuela D’Ávila”<sup>72</sup> (20.1/08/2013) no Portal Geledés, projeta outra concepção de vida. Este reforça por meio da fala da deputada que “também quer debater a vida, mas daquelas que morrem nestes procedimentos, principalmente as pobres”. O coletivo, assim, realiza um debate diferenciado de grande parte das mídias hegemônicas, dentre elas a Folha, ao não utilizar apenas o argumento religioso, de profissionais ou de estudiosos da saúde ao tratar do aborto, centrando o protagonismo nas mulheres.

As bases de sustentação teórica e os dados utilizados para subsidiar as leis e alguns projetos de lei (PL) direcionados à temática são vastamente questionados pela literatura, sendo as leis sobre família fortemente influenciadas por normas baseadas em preceitos religiosos (WICHTERICH, S/D). Soma-se a isso, o fato de pesquisas com dados de realidade se fazerem presentes na produção acadêmica nas duas últimas décadas (ROSADO-NUNES, 2012). Ademais, a aprovação das propostas de lei e sua implementação contam com o apoio da mídia hegemônica, na qual valores e lideranças cristãs ganham destaque.

72 Manuela Pinto Vieira D’Ávila é uma jornalista e política brasileira, filiada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul, entre 2007 e 2015, e líder de seu partido na Câmara dos Deputados, em 2013. Atualmente exerce o cargo de Deputada estadual no RS.

Estudos (MACHADO, 2016; DINIZ; MEDEIROS, 2010; PNA, 2010) indicam entretanto, práticas distanciadas de uma realidade supostamente cristã e religiosa. Em 2000, Machado (2016) apontava, com base em pesquisa quantitativa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião<sup>73</sup>, que 60% dos evangélicos residentes no Rio de Janeiro aceitavam a possibilidade do aborto em circunstâncias especiais. Em 2010, os resultados da Pesquisa Nacional de Aborto (PNA, 2010) evidenciaram que o aborto provocado é tão comum no país que, ao completar quarenta anos, mais de uma em cada cinco mulheres realizou o procedimento. Este é realizado majoritariamente nas idades que compõem o centro do período reprodutivo feminino, isto é, entre 18 e 29 anos, sendo frequente entre mulheres de menor escolaridade e religiosas.

Os estudos desconstruem a ideia da laicidade da prática do aborto, ao demonstrar que as mulheres católicas são as que mais realizam a intervenção, seguidas pelas protestantes e evangélicas e, por último, as de outras religiões ou sem religião (DINIZ; MEDEIROS, 2010). Tal realidade é invisibilizada nas notícias que cruzam as variáveis aborto e religião, quase sempre projetando um país temente a Deus e cioso de seus princípios.

O enunciado da Reportagem da Folha “Evangélicos protestam em Brasília contra aborto. Feliciano disse querer presidente evangélico”

73 O Instituto de Estudos da Religião (ISER) é uma organização não-governamental fundada em 1970, em Campinas. Desde 1979 está sediada na cidade do Rio de Janeiro e tem por objetivo a luta pela redução das desigualdades sociais, pelo respeito à diversidade cultural e religiosa e sustentabilidade sócio-ambiental. Suas áreas temáticas de trabalho são: Religião e Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Violência e Direitos Humanos, e Organizações da Sociedade Civil.

(6.1/06/2013), além de destacar a posição contrária de um segmento religioso, sugere sua articulação partidária e influência política em defesa da criminalização do procedimento. Destacando as manifestações contrárias de evangélicos ao aborto, o Jornal não abre margem para outras posições relacionadas ao tema, ao mesmo tempo que enfatiza a possível candidatura de Marco Feliciano à presidência no ano de 2014. Trecho da notícia afirma que “O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) presidente da Comissão de Direitos Humanos foi tratado como “pop star”, sendo assediado por evangélicos que queriam fotos e autógrafos”.

Tal notícia além de homogeneizar os evangélicos em um grupo integralmente contrário à interrupção da gravidez em qualquer circunstância, o que vimos que não é posição comum a todas (MACHADO, 2012), também visibiliza a disputa político-ideológica baseada na criação simbólica de “celebridades”. Nesse caso, o deputado ganha a mesma relevância destinada ao Papa Francisco, ou seja, aquele que representa seus fiéis. Machado (2012) afirmará que a participação na política partidária e nas disputas eleitorais se dá como meio fundamental ao fortalecimento de líderes religiosos à ampliação de suas respectivas igrejas, sendo a visibilidade na mídia um componente a mais.

Embora muito se fale do tema, há um silenciamento público de posições sobre o aborto como um direito sexual e reprodutivo, corroborando com as taxas de mortalidade materna e as possibilidades de sua redução, diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde ofertados às mulheres que realizam o aborto. Mais recentemente, o Relatório Socioeconômico da Mulher, realizado em



2014, indica que a atenção integral à saúde da mulher e a promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos são aspectos cruciais no cumprimento dos direitos humanos das mulheres brasileiras (RASEAM, 2014).

O mesmo relatório apresenta dados que comprovam que as mortes maternas provocadas por intercorrências vêm diminuindo entre as mulheres brancas e aumentando entre as negras. De 2000 a 2012, as mortes por hemorragia entre mulheres brancas caíram de 141 casos por 100 mil partos para 93. Entre mulheres negras o número aumentou de 190 para 202 casos. Por aborto, a morte de mulheres brancas caiu de 39 para 15 por 100 mil casos; entre as negras, aumentou de 34 para 51 casos. Logo, as mulheres que sofrem as consequências de um aborto clandestino<sup>74</sup> no país estão demarcadas, pois além de serem mulheres negras e não brancas, possuem uma menor renda e escolaridade, explicitando interseccionalmente a questão da raça às dimensões socioeconômicas.

#### **4.1 A questão Racial como debate central na discussão sobre aborto**

A mortalidade materna configura-se como um problema de saúde pública no Brasil (MARTINS, 2006). Segundo o Ministério da Saúde (MS), suas altas taxas estão diretamente associadas a um quadro

<sup>74</sup> Ao utilizarmos a palavra “consequências” nos referimos à falta de acesso e recursos a abortos seguros. Segundo o Relatório Socioeconômico da Mulher de 2014, mulheres brancas e de maior renda econômica também abortam, mas, em geral, em condições de acessar meios seguros para sua realização.

de violação dos direitos humanos de mulheres e de crianças, atingindo principalmente aquelas que possuem maior dificuldade de acesso aos bens sociais. Reduzir tais números foi uma das metas do “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, adotado pelo país ainda no ano de 2000. Neste cenário, o dia 28 de maio foi eleito o “Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna”.

Diferentes estudos<sup>75</sup> utilizaram dados apresentados pelo Relatório Socioeconômico da Mulher (2014) para afirmar que as mulheres negras e não brancas são as principais vítimas da mortalidade materna no país. Não obstante,

A despeito dos diferentes referenciais, os dados evidenciam que as mulheres negras vivem em piores condições de vida e saúde. Vários autores afirmam que as mulheres negras têm os piores níveis de renda e escolaridade no Brasil (MARTINS, 2006, p. 274).

Ao longo da história, as reivindicações da população negra e de movimentos sociais, especialmente do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro, tratam de dar visibilidade a essa realidade. Quando feministas do século XX apresentaram a reivindicação pela “maternidade voluntária” e a campanha pelo controle da natalidade nos Estados Unidos, mulheres negras, não brancas e trabalhadoras manifestaram que o movimento deixava muito a desejar no âmbito da

75 Dentre as pesquisas, elencamos: Batista, L. E. Mulheres e homens negros: saúde, doença e morte [Tese de Doutorado]. Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 2002; Prefeitura Municipal de São Paulo. Relatório do Comitê de Morte Materna de 2000. Disponível em <http://www.prefeitura.saude.sp.gov.br/programas/mulher>, acessado em 3 jun. 2017; Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro. Relatório do Comitê de Morte Materna de 2000. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Saúde; 2002.

contestação do racismo e da exploração de classe. Angela Davis (2016) afirmou que a campanha pelo direito ao aborto, realizada no início dos anos de 1970 no país, não contemplava as mulheres de minoria étnica.

Tais reivindicações emergem no período pós-abolição, ganhando força na segunda metade do século XX, e, posteriormente, com forte expressão nos movimentos populares de saúde, especialmente no Movimento de Reforma Sanitária (WERNECK, 2016). No entanto, é possível verificar que esses esforços, apesar de contribuírem significativamente para a construção do SUS, não se fizeram suficientes para inserir mecanismos de enfrentamento às barreiras de acesso da população negra ao direito real a saúde pública.

Segundo Jurema Werneck (2016), o principal elemento que constitui esse cenário é o reconhecimento do racismo como fator central para o desenvolvimento das desigualdades em saúde enfrentadas por mulheres e homens negros.

Para enfrentar tais limitações é preciso compreender um pouco mais o racismo, reconhecido em sua dimensão ideológica que conforma as relações de poder na sociedade, participando, portanto, das políticas públicas, uma vez que estas estão entre os mecanismos de redistribuição de poder e riqueza existentes (WERNECK, 2016, p. 541).

As questões de raça e etnia, igualmente, são marcadores centrais para o debate dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a descriminalização do aborto, incidindo diferentemente sobre mulheres em posições sociais específicas e desiguais. As formas de dominação, seletividade e regulamentação, da mesma maneira que não são neutras

numa perspectiva de sexo e gênero, também não o são em termos de raça, classe, sexualidade e localidade. Assim, é necessário reconhecer que as mulheres não compõem um grupo universal e homogêneo, como vastamente retratado pela literatura, principalmente pelas autoras decoloniais e pós-coloniais (CURIEL, S/D; ESPINOSA-MIÑOSO, 2014; LUGONES; CORREAL, 2014; COSTA, 2010; ESPIVAK, 2010). Tais marcadores refletem indiscutivelmente no direito a controlar a sexualidade e a vida reprodutiva, bem como realizar o exercício da escolha e da autonomia.

Na América Latina e no Caribe, os Estados Unidos contribuíram significativamente com as estratégias de controle do crescimento populacional do chamado “terceiro mundo”. Políticas de controle promoveram a esterilização de mulheres indígenas, negras e pobres, através dos recursos da *US Agency for International Development* (USAID) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (BIROLI, 2017). No Peru, ocorreu um dos casos mais emblemáticos dessa ação. Nas regiões pobres do país, funcionários públicos receberam incentivos por quotas de laqueaduras a serem alcançadas. Cerca de 400 mil esterilizações forçadas foram realizadas por meio de chantagens, mentiras, coerção e aprisionamento de mulheres (ALVAREZ, 2000).

No Brasil, em 1965, após a instauração da ditadura realizada pelo golpe militar, a *International Planned Parenthood Federation* iniciou seus trabalhos com a criação e financiamento da Sociedade de Bem-Estar Familiar, a BEMFAM. Esta atuou, principalmente, nas regiões norte e nordeste, a partir de clínicas de esterilização de

mulheres. O procedimento ocorria principalmente em clínicas patrocinadas por instituições de controle populacional, que também financiavam o treinamento de médicos para a realização das esterilizações.

Nos anos de 1980, acumularam-se denúncias de esterilizações em massa, o que levou à abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional, em 1992 (BIROLI, 2017). A PNAD de 1986 estimou cerca de 12 milhões de mulheres esterilizadas (PNAD, 1986).

A autora Edna Roland (1995) foi uma das principais estudiosas que chamou a atenção para as ações desenvolvidas com o objetivo de reduzir a taxa de fecundidade dirigidas ao nordeste, local de maior concentração de negros e pobres no país.

As militantes do movimento de mulheres negras travam um grande debate nacional com os pesquisadores parlamentares e feministas brancas a respeito das seguintes questões 1) está em curso um processo que tem a mulher negra e pobre como alvo 2) as mulheres estão sendo induzidas a esterilização 3) é necessário coibir o processo de esterilização em massa de mulheres (ROLAND, 1995, p. 512).

A autora relembra as declarações de Sueli Carneiro (1993) e afirma que o Brasil produziu o seu racismo de uma maneira muito mais sofisticada e perversa, mascarando sua intolerância racial na formulação de uma igualdade formal, ou seja, na letra da lei. As relações sociais concretas, no entanto, se dão no plano da absoluta desigualdade, devido às múltiplas barreiras cotidianas enfrentadas pelas populações negras.

É inegável que a bandeira da escolha individual levantada pelo movimento de controle à natalidade se faz de extrema importância no campo da defesa do direito ao aborto para as feministas. Tal reivindicação realizada desde as feministas americanas contradizia a ideia de um papel feminino socialmente determinado (GRIMKÉ, 1850; SANGER, 1971; GORDON, 1976), tendo a maternidade compulsória como sua principal referência.

Contudo, é necessário considerar a contribuição dos movimentos de mulheres negras a este debate. As limitações advindas de uma abordagem de um feminismo branco e ocidental desconsideravam as assimetrias de recursos materiais e simbólicos que diferentes mulheres possuem, e que restringiam e ainda restringem as condições em que essas escolhas são realizadas.

O que era reivindicado como “direito” às mulheres brancas e de classe econômica privilegiada (acesso ao controle da reprodução) veio a ser interpretado como “dever” às mulheres pobres e negras. Durante as primeiras décadas do século XX, o avanço do movimento eugenista<sup>76</sup> contribuiu para justificar suas intervenções em favor do controle de natalidade (DAVIS, 2016).

Em 1932, a Sociedade Eugenista podia se orgulhar de que pelo menos 26 estados haviam aprovado leis de esterilização compulsória e de que milhares de pessoas “inaptas” já haviam sido cirurgicamente impedidas de reproduzir. Margaret

<sup>76</sup> Movimento Eugenista é um movimento social baseado nas teorias de eugenia, cujo objetivo é “melhorar” a raça humana. Reivindica melhorar as características genéticas de populações humanas através de mistura seletiva de pessoas, esterilização obrigatória dos considerados débeis e, futuramente, através da engenharia genética.

Sanger deu aprovação pública a esse fato. “Pessoas com atraso e deficiência mental, epiléticas, analfabetas miseráveis, que não têm condições de obter um emprego, criminosas, prostitutas e viciadas” deveriam ser cirurgicamente esterilizadas, ela afirmou em um programa de rádio” (DAVIS, 2016, p. 216).

Nesse contexto, o argumento do direito ao aborto era de que os abortos legais, por sua vez, representariam uma alternativa aos “problemas” criados pela pobreza. A diminuição do número de nascimentos de crianças incorreria em ofertas de empregos, salários mais altos e melhores colégios nos Estados Unidos (DAVIS, 2016), corroborando com a lógica de que a pobreza é gerada pelos pobres. O controle de natalidade, voltado especificamente às pessoas não brancas, assumiu um viés racista de controle populacional. Mulheres indígenas, de origem mexicana, porto-riquenhas e negras foram esterilizadas em números desproporcionais às mulheres brancas. Diante de tal quadro, grande parte do movimento negro passou a igualar o controle de natalidade ao genocídio de seu povo (ROLAND, 1995).

O motivo pelo qual mulheres negras e latinas recorriam a abortos clandestinos não se traduzia, necessariamente, no desejo de ficarem livres da gravidez, mas nas condições sociais miseráveis de vida que levavam. Mulheres negras se utilizam do aborto auto-induzido desde o período da escravidão, quando se recusavam a trazer crianças para um mundo de trabalhos forçados, açoites e abusos sexuais de meninas (DAVIS, 2016).

É importante destacar que a criminalização do aborto compromete principalmente a integridade física e psíquica das mulheres não brancas. “O direito a controlar a capacidade reprodutiva foi negado

a muitas mulheres negras, indígenas, trabalhadoras e pobres na forma da recusa do direito ao aborto, assim como na forma da recusa do direito à maternidade” (BIROLI, 2017, p.30). No centro dessas opressões, a eugenia, o racismo e o controle social da pobreza protagonizaram ações que se utilizaram dos corpos das mulheres como objetos de intervenção.

Nesse cenário, emerge a noção de “justiça reprodutiva”, que nasce das experiências de mulheres negras que vivenciam um conjunto complexo de opressões e hierarquias reprodutivas, aproximando-se de perspectivas que consideram as diferentes mulheres e suas diferentes formas de acesso às políticas. Além disso, a “justiça reprodutiva” é centrada numa perspectiva de autonomia imbricada à coletividade, às afiliações e às subjetividades presentes na vida das mulheres, ao mesmo tempo em que se distancia de uma autonomia de caráter liberal aprimorada pelos países considerados “desenvolvidos”<sup>77</sup>.

No intuito de reconhecer que o controle reprodutivo por parte das mulheres é essencial para o desenvolvimento de sua autonomia, a justiça reprodutiva procura projetar a dimensão da cidadania de mulheres negras, lésbicas, pobres, ciganas, migrantes, indígenas, entre outras, que vivem em contextos específicos de vulnerabilidade e precarização. Evidencia, com isso, uma perspectiva interseccional e, por vezes, decolonial de direitos reprodutivos em sua agenda de luta (BIROLI, 2017).

77 Disponível em: CATARINAS, Portal. Por que a Justiça Reprodutiva é relevante para a luta pelo fim da violência contra as mulheres?, 2016. Disponível em: <http://catarinas.info/justica-reprodutiva-e-relevante-para-a-luta-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 8 jul. 2017.



Das 89 notícias dos dois veículos pesquisados, encontrou-se apenas duas matérias que articulam os marcadores sociais de gênero, raça e religião, e fazem menção à questão da mulher negra: “Aborto e ilegalidade: a violência do Estado contra as mulheres negras”, publicada por Geledés (3.1/02/2014), e “A saúde pública espera por mudanças” (29.1/04/2013), da Folha de São Paulo.

A primeira notícia (3.1/02/2014) denuncia a influência do conservadorismo e do fundamentalismo religioso nas eleições presidenciais de 2010. O destaque está na competição religiosa e político-partidária brasileira e seus desdobramentos para o tema do aborto, refletindo no âmbito do legislativo. A reportagem expressa tendências em curso não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, como a participação de atores religiosos individuais e coletivos nos pleitos eleitorais futuros, promovendo o surgimento de formas diferenciadas de ativismo religioso.

Nessa perspectiva, Machado (2012) afirma que as últimas três décadas na sociedade brasileira foram marcadas não somente pela retomada da democracia, mas sobretudo, pela crescente participação dos segmentos evangélicos pentecostais na política partidária e nas disputas eleitorais. Este contexto conta com a articulação de líderes religiosos e ONGs na defesa da ordem sexual e social tradicional, bem como com a judicialização dos conflitos sociais (MACHADO, 2012).

Geledés propõe, igualmente, a necessidade de um debate racializado a respeito da legalização do aborto. Recorre, para tanto, à pesquisa realizada por Débora Diniz e Marcelo Medeiros (2016), na qual a/o pesquisador/a procuram evidenciar o panorama de

vulnerabilidade e exposição da mulher negra a todos os tipos de violências do Estado. “Ao tratarmos da não-legalização como violência contra a mulher, colocamos esta como uma política genocida contra todo o povo negro, já que a morte de cada uma dessas mulheres desestabiliza toda uma geração” (3.1/02/2014). Nos chama atenção que esta é a única notícia racializada sobre o tema do aborto que elabora uma discussão interseccional relacionada à condição da mulher negra. Tal abordagem advinda de um coletivo racializado aponta como essa discussão ainda é incipiente, embora histórica na ação do movimento de mulheres negras.

A segunda notícia, publicada pela Folha (29.1/04/2013), foca nas mortes decorrentes dos abortos realizados clandestinamente, e descreve o perfil das mulheres que morrem: “A maioria delas é jovem, negra, analfabeta e tem baixa escolaridade e nível socioeconômico”. Tal artigo é escrito por Olímpio Barbosa Moraes Filho, vice-presidente da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e diretor do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), segunda maior maternidade de Pernambuco, que desde 2006 é referência no atendimento a mulheres em casos de aborto legal.

A reportagem, que possui tom de denúncia, distingue-se das demais veiculadas pela Folha de São Paulo. Os sentidos anunciados demonstram posturas ideológicas contraditórias com a tendência do que é, normalmente, difundido pelo Jornal, que nesse momento promove um dos argumentos utilizado pelos movimentos a favor da legalização do aborto. Contudo, o discurso é protagonizado por um técnico (médico) homem, por meio de uma perspectiva epidemiológica, com ênfase na

questão da saúde pública, ou seja, um parecer que participa dos critérios de autoridade do saber científico (NATANSOHN, 2005). O que a matéria projeta é a mortalidade de mulheres, situadas em função dos marcadores sociais, mas não projeta a discussão dos direitos sexuais e reprodutivos voltados à autonomia feminina, realizada historicamente pelos movimentos feministas (DINIZ; MEDEIROS, 2010).

## A saúde pública espera por mudança

OLÍMPIO BARBOSA DE MORAES FILHO



Estas são as únicas reportagens que articulam variados marcadores e evidenciam a questão da raça como debate central na temática. Pouca atenção é direcionada às realidades e diferenças vivenciadas pelas mulheres negras e brancas acerca de suas experiências

relacionadas à prática do aborto, segundo uma leitura dos direitos sexuais e reprodutivos. Há um debate universalista relacionado ao tema que atravessa as notícias, incluindo as do Portal Geledés, que acaba por reforçar, nesse sentido, as invisibilidades históricas da colonialidade.

As matérias: “Pílula para todas” (18.1/04/2013), “Aborto sem crime” (23.1/03/2013), “Aborto legal no país está jogado 'às traças'”, diz ministra” (15.1/06/2013), “Conservadorismo legal” (23.1/12/2013), da Folha de São Paulo; e “Acesso ao aborto no mundo: retrocessos na autodeterminação das mulheres” (30.1/01/2014), “Uruguai: Governo diz que aborto diminuiu após a legalização” (9.1/06/2013), “Lei a vítimas de violência sexual deve reduzir abortos no SUS, avalia governo” (2.1/08/2013), “Católicas da América Latina comentam fala do Papa sobre aborto” (17.1/01/2014) de Geledés, são exemplos de debates universalizados. As sujeitas que passam por essa experiência e seus lugares de fala estão ocultos ou invisibilizados, sendo construídos apenas em termos de objeto de investigação, e não em relação aos seus lócus de enunciação: seu lugar geopolítico e corpo político (GROSFOGUEL, 2010). De modo geral, os textos das notícias desvinculam-se dos marcadores étnicos-raciais que essas mulheres ocupam, mesmo estes sendo essenciais para a discussão.

De acordo com Avtar Brah (2006), a literatura sobre o feminismo e o racismo, no geral, assim como nas matérias analisadas, ou centram-se na opressão das mulheres negras, secundarizando o gênero, ou não citam a questão racial. Logo, o movimento seria em oposição à tendência de considerar o racismo como “algo que tem a ver com a presença de pessoas negras” (BRAH, 2006, p. 113), pois todas as

pessoas experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça, mesmo as consideradas dentro da “norma”, neste caso, as mulheres brancas.

Assim, discutir descriminalização e direito ao aborto remete às interseccionalidades que esse tema possui para as mulheres negras, não brancas e brancas, bem como suas realidades, levando em conta seus processos de racialização. Da mesma maneira, cabe considerar a laicidade do Estado que, por sua vez, é condição necessária para a vigência da democracia. Não obstante, cabe problematizar sua interação com as questões relacionadas à raça.

## **4.2 O Estado Brasileiro é laico?**

Notícias do jornal Folha de São Paulo intituladas “A ESPERA DE PERDÃO. Mãe de pastor Marco Feliciano relata como praticava abortos clandestinos no interior de SP, nos anos 70” (4.1/04/2013) e “Novo presidente do PP defende apoio à reeleição de Dilma. Senador Ciro Nogueira diz querer transformar partido em referência conservadora para a política brasileira”, (13.1/04/2013) explicitam o ativismo contrário de lideranças evangélicas à legalização do aborto.

Na primeira reportagem, a mãe do Deputado Marco Feliciano figura como personagem central, relatando como praticava abortos clandestinos em sua residência na década de 1970. Seu relato está em vários trechos da matéria “Não peço perdão a você ou ao Marquinho

[como chama o filho], peço perdão a Deus e espero que ele me perdoe pelo que eu fiz” (4.1/04/2013).

O Deputado é conhecido por seus embates com os movimentos feministas, negros e organizações de direitos humanos, ganhando nesta matéria notoriedade por sua história de vida. Seus discursos são antiaborto, racista e homofóbico, sendo alguns deles veiculados nas seguintes matérias: “Feliciano volta a afirmar que africanos são amaldiçoados”<sup>78</sup>; “Feliciano diz que comissão era dominada por satanás”<sup>79</sup>; “Bancada evangélica defende Feliciano”<sup>80</sup>.

Tais posições, igualmente proferidas no parlamento, são expressões de violências de gênero (GROSSI, 2000) e discriminações. Estas operam em conjunto com o discurso religioso, reforçando opressões históricas, herdeiras do que Gonzalez (2011) denomina de “ideologias de dominação”, que atuam articuladas às hierarquias de raça, gênero, e classe.

A segunda matéria explicita a reprodução das “ideologias de dominação” (GONZALEZ, 2011) no campo da política partidária,

78 VALENTE, Rubens. Feliciano volta a afirmar que africanos são amaldiçoados. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1257600-feliciano-volta-a-afirmar-que-africanos-sao-amaldicoados.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

79 CARVALHO, Daniel. Feliciano diz que comissão era “dominada por Satanás” antes de sua chegada. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1255290-feliciano-diz-que-comissao-era-dominada-por-satanas-antes-de-sua-chegada.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

80 LIMA, Sergio. Bancada evangélica defende Feliciano. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/102857-bancada-evangelica-defende-feliciano.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

sustentadas, novamente, pelas ações e discursos religiosos. Com a afirmação: “Político quer penas duras para usuários de drogas e se diz contra Comissão da Verdade e liberação do aborto” (13.1/04/2013), a Folha relembra que o Partido Progressista (PP) é herdeiro da antiga Aliança Renovadora Nacional (Arena). A Arena foi criada em 1965, com a finalidade de sustentação política da ditadura militar. A atuação da religião se mostra novamente expressiva e histórica no campo político para instituir sua moral, principalmente em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.

Em sua história, as lutas feministas tiveram como um de seus objetivos a construção de marcos legais para ampliar as noções de sexualidade e reprodução, no âmbito dos direitos humanos fundamentais, direcionados às mulheres. Em contrapartida, as concepções religiosas cristãs, principalmente as católicas e evangélicas, tornaram-se obstáculos na construção dos direitos voltados à reprodução e à consumação da cidadania, numa perspectiva feminista (ROSADO-NUNES, 2012).

Das 66 notícias sobre aborto identificadas na Folha de São Paulo, 28 tem a religião como eixo da matéria, sendo esta recorrente. No Portal Geledés a religião figura em terceiro lugar; das 22 notícias, seis a abordam de alguma maneira. Ou seja, a religião se constituiu como um discurso central nas mídias pesquisadas quando o tema era o aborto. No cenário político, social e midiático, o debate explicitou posições duais históricas (“contra” e “a favor”), também identificadas pela literatura (BIROLI, 2016; TORNQUIST; MIGUEL; ASSIS, 2012), o que acaba

por secundarizar a análise sobre as realidades e demandas reais das mulheres.

É importante contextualizar que na década de 1990, com a transição de governos autoritários para regimes ditos democráticos, feministas latino-americanas apontavam para a possibilidade de mudanças na condição de vida das mulheres a partir do Estado (ALVAREZ, 2012). No caso brasileiro, a tendência dos movimentos feministas foi a de se reunir em organizações não governamentais (ONGs), a fim de pleitear recursos para elaboração, acompanhamento e “controle social” de políticas públicas voltadas para equidade de gênero<sup>81</sup>.

Neste contexto político de mudanças, a defesa da laicidade do Estado, pautada no respeito aos direitos humanos, teve papel central. Formaram-se grandes redes feministas de articulação nacional e internacional, dentre elas a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos<sup>82</sup>, criada em 1991 por organizações

<sup>81</sup> Ressalta-se que muitos movimentos feministas foram contra essa estratégia, alegando que a palavra gênero se converteu em um termo a mais no vocabulário técnico de planejamento de planos e programas. Desta maneira, muitas demandas feministas foram deslocadas para um processo de tradução política do Estado para outros fins, reforçando por vezes, a concepção familista e de controle nos processos de construção de políticas estatais voltadas ao tema (ALVAREZ, 2012).

<sup>82</sup> A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracista, fundada em 1991, de abrangência nacional. É composta por 12 Regionais, organizadas no Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal. SAÚDE, Rede Feminista de. Institucional. Disponível em: <<http://redesaude.org.br/home/institucional.php>>. Acesso em: 12 jul. 2017.



não-governamentais, que incluíam: grupos feministas; pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa; conselhos e fóruns de direitos das mulheres; além de ativistas do movimento de mulheres e feministas; profissionais da saúde e outras que atuam no campo da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Nesse período (1993), outra ONG importante criada na América Latina foi a “Católicas pelo Direito de Decidir”<sup>83</sup>, com o objetivo de contribuir para a construção de um discurso ético-teológico feminista. A Organização defende a autonomia das mulheres, a diversidade sexual, a justiça social e o direito a uma vida sem violência, tendo como bandeira principal a defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. No conjunto das instituições feministas, sua particularidade é articular as ideias do feminismo ao cristianismo, defendendo a laicidade do Estado, por meio de um diálogo com a igreja católica e outras igrejas.

No ano de 1998, como resposta aos movimentos realizados pelas Organizações e Movimentos Feministas, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça. Dentre as prioridades, estavam elencadas: as políticas de combate à violência contra a mulher; a ampliação de vagas no mercado de trabalho; a participação das mulheres no cenário político do país.

Rosado-Nunes (2016) relembra que o Ministério da Saúde se propôs a construir, em parceria com a Coordenação de Saúde da Mulher,

<sup>83</sup> Católicas pelo Direito de Decidir foi fundada no Dia Internacional da Mulher, em 1993. Atualmente, está presente em 12 países e organiza-se através da Rede Latino-americana de Católicas pelo Direito de Decidir.

um novo desenho de serviço na rede pública voltado a mulheres que realizariam abortos descriminalizados pelo Código Penal, e abortos inseguros. Em 2003, no mandato do Governo Lula, foi constituída a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres que, posteriormente, foi denominada de Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM), com status de ministério, que se manteve até outubro de 2015, no segundo mandato do governo Dilma. Para a autora, tais decisões aproximaram o governo de algumas parcelas do movimento feminista.

Em 2004, início do governo Lula, a SPM e o CNDM apresentaram como diretrizes bases para serem debatidas na primeira *Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres*, as seguintes temáticas: autonomia das mulheres e igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva não racista, não homofóbica e não lesbofóbica; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; gestão e monitoramento do plano. Independente da posição da SPM, no interior da temática dos direitos reprodutivos, o direito à interrupção da gravidez é proposto pelas Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro que congregava várias organizações e redes feministas, demandando ao Governo Federal a propositura de um projeto de lei (ROSADO-NUNES, 2016, p. 16).

Contudo, de 2005 para 2006, os termos de negociação entre movimentos feministas e Estado foram estabelecidos considerando os contextos político e econômico, que potencializaram retrocessos ao debate (ROSADO-NUNES, 2016). Em resposta à demanda da I Conferência, a Ministra Nilcéia Freire<sup>84</sup>, representando a SPM, instaura

<sup>84</sup> Nilcéia Freire é uma acadêmica e pesquisadora brasileira. Graduada em medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 1995. Em 27 de janeiro de 2004 foi empossada

a Comissão Tripartite, visando a elaboração de minuta de projeto de lei para legalizar a interrupção da gravidez em qualquer situação. Entretanto, naquela ocasião, ocorria a denúncia do Mensalão<sup>85</sup>. Tal fato possibilitou a construção de favores políticos, nesse caso, concretizados no apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao governo em troca da retirada ou obstrução do andamento da minuta de projeto de lei para interrupção da gravidez (MACHADO, 2016).

Neste cenário, foi também registrada a primeira “Frente Parlamentar em defesa da vida contra o aborto”. Em seguida, ocorre a formação de mais uma frente “A Frente Parlamentar a favor da Família”. Nos anos seguintes frentes foram sucessivamente recriadas. Em 2015 estão registradas a “Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida” e a “Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família”. A Comissão de Seguridade Social e Família passa, desde então, a ser a comissão cobiçada pela bancada evangélica, multipartidária, criada em setembro de 2003, que reúne os deputados por convicção religiosa em torno dos valores da família tradicional, contra o aborto e contra a extensão de direitos aos grupos homossexuais. A bancada evangélica multipartidária tem entre seus participantes os principais proponentes e membros das Frentes. A iniciativa e o protagonismo nas Frentes são de políticos que identificam sua atuação como pautada por suas religiosidades, quer evangélica, católica ou espírita (MACHADO, 2016, p.18).

Assim, mesmo com a realização da II Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2007, e da apresentação de proposições em nome da diversidade das mulheres negras, lésbicas, jovens e das Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Lula.

<sup>85</sup> Mensalão é o nome dado ao caso de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares do Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006.

mulheres das florestas, o reencaminhamento do projeto de interrupção da gravidez pelo Executivo ao Legislativo não constou no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2008, apesar de sua aprovação (MACHADO, 2016).

A campanha eleitoral de 2010 para a presidência se torna um momento explícito da vulnerabilidade política dos candidatos frente ao crescimento do poder das convicções religiosas, principalmente evangélicas e católica no Congresso. O debate político é polarizado entre a legalização do aborto e a defesa da constituição da família nuclear. Em julho deste mesmo ano, ao lançar a carta “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”<sup>86</sup>, o bispo D. Luiz Gonzaga Bergonzini, da Diocese de Guarulhos, afirma ser dever da igreja intervir no cenário político. Nesta, orienta seus fiéis a não votarem em candidatos ou partidos políticos que não valorizassem a vida ou os valores tradicionais da família. Da mesma maneira, o Bispo imprimia e divulgava mensagens nas quais denominava Dilma como a “candidata da morte” (MACHADO, 2016).

Esses e outros episódios colaboraram para que Dilma Rousseff<sup>87</sup>, mesmo tendo realizado diversas afirmações<sup>88</sup> favoráveis à

<sup>86</sup> Devido à polêmica gerada nas redes sociais o artigo foi retirado do *site* da entidade (CNBB) poucos dias depois de sua divulgação.

<sup>87</sup> Dilma Rousseff é economista brasileira e política, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presidenta do Brasil, tendo exercido o cargo em dois mandatos, de 2011 até seu afastamento por um processo de *impeachment*, em 2016.

<sup>88</sup> Em entrevista à revista Marie Claire, em abril de 2009, Dilma assevera: “Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização”. Em sabatina no jornal Folha de São Paulo, afirma ser um “absurdo” que o Brasil não tenha

descriminalização do aborto durante sua carreira política, lançasse a “Carta ao Povo de Deus”, em 2010. Nesta, garante compromisso com a fé cristã, ao mesmo passo que afirma ser do Congresso a função de legislar. José Serra<sup>89</sup>, por sua vez, promove em sua campanha a “defesa a vida” desde “o ventre materno” (MACHADO, 2016). Tais posicionamentos garantem que representantes evangélicos e católicos, distribuídos multipartidariamente, apoiem os dois candidatos, garantindo que ambos declarem-se contra a legalização do aborto ou, ao menos, comprometam-se a não encaminhar sua implementação.

Nesse sentido, em 2013, Geledés traz em suas publicações questionamentos a respeito da campanha eleitoral de 2014, destacando a postura dos candidatos sobre o tema da interrupção da gravidez em troca de votos. Em artigo intitulado “O aborto e a má fé, por Eliane Brum” (12.1/07/2013), o Boletim *online* critica a falta de conhecimento dos mesmos sobre as diferenças entre o direito ao aborto e ao aborto em si, ao mesmo passo que ressalta a tentativa destes em obter o apoio dos setores mais conservadores da sociedade. Na reportagem, a jornalista<sup>90</sup> prevê que “A falsa polêmica em torno da lei que protege as vítimas de violência sexual mostrou que o nível da campanha de 2014 poderá ser

descriminalizado o aborto”. Em maio de 2010, entrevistada pela revista Isto É, argumenta que o aborto é uma questão de saúde pública. GALVÃO, Agência Patrícia. Dilma Rousseff fala sobre temas polêmicos. 2010. Disponível em: <<http://agenciapatriciaagalvao.org.br/politica/noticias-politica/dilma-fala-sobre-aborto/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

89 José Serra é economista brasileiro e político, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). É Senador pelo Estado de São Paulo e concorreu em 2010 à Presidência da República, perdendo para Dilma Rousseff.

90 Eliane Brum é uma jornalista, escritora e documentarista brasileira, conhecida pelo seu ativismo em prol dos direitos humanos.

ainda mais baixo do que na disputa de 2010”. Segue sua análise afirmando: “Se o embate em torno do aborto atravessa a história, talvez tenha sido a campanha de 2010 o momento de mais baixo nível desde a redemocratização do país. A campanha de 2010 abriu a porta para todas as levandades e recuos que se seguiram. E nisso, José Serra (PSDB) primeiro, e Dilma Rousseff depois, têm e terão para sempre responsabilidade” (12.1/07/2013).

Mais uma vez, a campanha eleitoral pela presidência de 2010 ganha relevância no campo da produção midiática sobre o aborto. Os apontamentos de Eliane Brum (GELEDÉS, 2013) convergem com as análises de Maria das Dores Campos Machado (2012) ao discorrer sobre a falta de uma regulamentação voltada à participação dos/as líderes religiosos/as na política partidária, que acabam por infringir a laicidade do Estado e, conseqüentemente, a manutenção e ampliação dos direitos humanos.

A Folha de São Paulo, por sua vez, foca suas matérias relacionadas à eleição presidencial na situação da presidenta, em notícias como a já destacada “Novo presidente do PP defende apoio à reeleição de Dilma” (13.1/04/2013); “Dilma foge de polêmicas para manter paz com evangélicos” (15.1/04/2013); “Dilma tem grande insensibilidade social” (25.1/10/2013). O Jornal relata a aproximação de Dilma com setores mais conservadores do Congresso, como sugere o relato do senador Ciro Nogueira<sup>91</sup>: “Eu defendo e apoio a presidente Dilma” (13.1/04/2013).

**91** Ciro Nogueira Lima Filho é advogado, empresário e político brasileiro. Exerce atualmente seu primeiro mandato de senador pelo Piauí e a presidência nacional do Partido Progressista (PP).

Na mesma matéria, o Senador sugere que seu apoio se deve aos pactos políticos com a Presidenta, estando esta, de certo modo, em conivente com as bandeiras do Partido: “menos impostos e menos presença do Estado na Economia”, além do não desejo pela flexibilização do aborto e a defesa de outras pautas conservadoras, como a redução da maioria penal. As notícias chamam atenção ainda para o “silenciamento” da Presidenta na disputa entre o deputado Marco Feliciano e as ativistas dos mais variados movimentos sociais: “Presidente não quer se vincular às pautas da igreja e não pretende mudar legislação sobre aborto e casamento gay” (15.1/04/2013).

Por fim, a Folha publica uma entrevista com o sociólogo Boaventura de Souza Santos, que afirma retrocessos dos direitos humanos na gestão Dilma: “Referência de militância de esquerda em todo mundo, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos diz que há retrocessos em segmentos dos direitos humanos no Brasil e critica a presidente Dilma por demonstrar insensibilidade”. Se antes o jornal estava aproximando de segmentos conservadores da sociedade e da política/religião brasileira, nesta matéria a afasta dos movimentos sociais, inclusive de mulheres e feministas, que a apoiavam. O papel da autoridade final da ciência (CAMARGO; ROHDEN; CÁCERES, 2009), apresentada por meio de um homem intelectual se faz presente, inclusive na utilização da imagem (foto) do pesquisador. Naquele contexto econômico e político, a mensagem projetada é de que a presidenta teria abandonado os ideais de luta política que marcaram sua trajetória.



ENTREVISTA BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

## Dilma tem grande insensibilidade social

REFERÊNCIA INTERNACIONAL DA ESQUERDA, SOCIÓLOGO VÊ RETROCESSO EM SETORES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Embora com posições diferenciadas, Geledés e Folha demonstram representações históricas sobre o aborto na sociedade, ou seja, como uma questão polêmica, dada as controvérsias éticas, de ordem “moral” e “religiosa”. Tais representações colocam a temática à margem do papel do Estado e da gestão da economia, os verdadeiros protagonistas das clivagens ideológicas e partidárias (MIGUEL, 2012). Logo, nas plataformas eleitorais, as discussões relacionadas à legalização ou criminalização do aborto costumam se destacar pela sua ausência.



Defensores da legalização e da criminalização do aborto, presentes em partidos políticos de esquerda e de direita, calculam que, no geral, o potencial desagregador do tema é maior do que o apoio político que pode proporcionar, o que comprova que a disputa não se define apenas pela posição política ou ideológica dos sujeitos. Segundo Miguel (2012), as aproximações realizadas a favor da legalização se enquadram em uma discussão tímida, baseada em termos que consideram apenas o argumento do aborto como “problema de saúde pública”. Assim,

enquanto num caso o argumento em favor da legalização do aborto constrói a ideia de um direito, no outro ele se sustenta num mero cálculo utilitário. De fato (e essa é uma questão central aqui), a discussão sobre os direitos individuais das mulheres tende a ficar obscurecida no debate sobre o aborto, até mesmo por conta de opções táticas do movimento em favor de sua descriminalização. Como ponderou uma estudiosa, há “uma tendência em subsumir um direito individual de decidir dentro de uma outra ordem de questões mais ampla chamada direitos reprodutivos” – ou então, eu acrescentaria, de uma temática de interesse coletivo, a saúde pública. Não se trata, aqui, de condenar ou aprovar tal estratégia, que é, ela própria, fruto de um cálculo que busca a maior efetividade na ação política em prol do direito ao aborto, mas de observar que os constrangimentos que cercam o debate sobre o aborto no Brasil fazem com que as questões políticas centrais que ela suscita sejam contempladas, quando muito, de uma forma tímida (MIGUEL, 2012, p. 664).

Por sua vez, no atual contexto político, a bancada evangélica e as frentes parlamentares realizam campanhas contrárias ao aborto mais combativas, constituindo-se como atores políticos centrais da

contemporaneidade, e não apenas como porta-voz de instituições religiosas. Estes emergem fortemente por meio da realização da política em palanques realizados nas igrejas e na mídia, através de programas televisivos.

Destacamos que a laicidade do Estado nunca esteve resolvida no país. A presença de crucifixos em instituições públicas, os feriados religiosos que compõem o calendário oficial, entre outros eventos, são demonstrações concretas e simbólicas de tal realidade. O questionamento não é à participação de grupos religiosos na esfera pública, mas dos riscos existentes na falta de regulação dessa participação. Esta ausência interfere na garantia dos direitos humanos e nas decisões relativas à legislação e às políticas públicas, que passam a ser submetidas aos dogmas desta ou daquela seita religiosa (MIGUEL, 2012).

Há décadas as feministas denunciam o papel das instituições religiosas na perpetuação das normas, estereótipos e das atitudes sociais que legitimam a desigualdade de gênero. E mesmo que se reconheça o esforço de alguns segmentos no desenvolvimento de discursos religiosos contra-hegemônicos que dialoguem com a perspectiva dos direitos humanos, como o do grupo denominado Católicas pelo Direito de Decidir, o impacto desses discursos na regulação jurídica e política das relações de gênero parece bastante reduzido diante do ativismo religioso dos movimentos confessionais tradicionalistas (MACHADO, 2012, p.29).

Apresentando a defesa da moral cristã e o modelo tradicional de família como principais bandeiras, uma parte significativa do ativismo religioso prega a noção de maternidade compulsória e a não extensão de

direitos civis à população LGBT. Desta forma, o grupo de líderes políticos reivindicaram pautas como, por exemplo, a retirada pelo Congresso Nacional dos objetivos de enfrentamento à desigualdade de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2015, baseando-se na justificativa de que a terminologia “gênero” é danosa aos processos educacionais.

Através de fortes pressões políticas ao governo, esta parcela do Legislativo constrói o conceito de “ideologia de gênero”, distorcendo propositalmente as teorias que discutem as questões relacionadas a gênero e diversidade sexual. Tal intervenção também compromete a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo em seu conjunto, ameaçados. A impossibilidade de discutir educação sexual e gênero das escolas incorre em consequências que interferem diretamente na vida das meninas e mulheres que chegam aos bancos escolares, principalmente a das periferias brasileiras. No geral, tal segmento possui ainda menos acesso a informações, métodos e insumos para exercer sua sexualidade de maneira segura.

No Congresso tramitam, igualmente, outros projetos que visam modificar os artigos do Código Penal referentes ao aborto legal. Dentre eles, chamamos a atenção para o “Estatuto do nascituro”<sup>92</sup>, projeto defendido pela bancada evangélica<sup>93</sup>. Em suas notícias, tais como:

92 BRASIL. Projeto de Lei nº 478, de 2007. **Projeto de Lei no 478, de 2007**. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=770928](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=770928). Acesso em: 1º out. 2017.

93 Importante destacar que a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, majoritariamente masculina, também aprovou no dia 08/11/2017 o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181/15, que põe em risco todas as formas de aborto atualmente permitidas no Código Penal.

“Evangélicos e católicos se unem por CPI do aborto e direitos para feto na Câmara” (22.1/04/2013); “Um ano após decisão do STF, aborto de anencéfalos esbarra em entraves” (27.1/05/2013); “Maioria dos projetos legislativos defende restrições ao aborto” (27.2/05/2013), o Boletim Geledés denuncia as movimentações do Grupo Político religioso no legislativo.

O portal também dá visibilidade às ações efetuadas pelos movimentos feministas como resistência para barrar estas e outras intervenções contrárias ao direito ao aborto: “Feministas alertam para crescente criminalização da luta pela legalização do aborto na América Latina” (24.1/05/2013); “Tirem seus rosários dos ovários: a exposição sobre o aborto que está chacoalhando a Argentina” (17.1/10/2013); “Católicas da América Latina comentam fala do Papa sobre aborto” (17.1/01/2014); “Espanholas registram corpo em cartório contra a reforma da lei do aborto” (13.1/02/2014).

Nas reportagens de Geledés, chama-se a atenção para o termo “crime contra a vida” utilizado por fundamentalista para designar o processo de interrupção da gravidez.

O valor da vida é um conceito-chave para entender a polêmica em torno desse estatuto. Não se trata do processo biológico vital, mas da noção de vida como algo transcendente e sagrado (...). A sacralidade de vida humana fundamenta o valor da dignidade humana definido por Kant. A pergunta continua: trata-se de sujeitos de direitos? (LUNA, 2009, p. 328).

Assim, os que afirmam defender o conceito de vida aqui mencionado se esforçam para mostrar a autonomia desses entes

(conceptos/ fetos). Como mostram as matérias, é indispensável pontuar que as mobilizações realizadas pelos movimentos autodenominados “Pró-vida” se configuram em articulações nacionais e latino-americanas, mas não se limitam a este continente. As ações “Pró-vida” representam também as políticas conservadoras instauradas em países da Europa e nos Estados Unidos, impulsionando atuações nacionais e regionais no Brasil.

Várias notícias da Folha de São Paulo exemplificam o espraiamento das concepções antiaborto pelo Mundo. Destaca-se: “Lista de livros mais vendidos imita divisão direita esquerda dos EUA” (14.1/10/2013), que explicita a opinião contrária ao aborto vinculada à religião cristã nos Estados Unidos e Brasil; “Papa diz que aborto reflete ‘cultura do descarte’” (14.1/1/2014). Nesta, “O pontífice disse que ‘causa horror o simples pensamento que existam crianças que jamais poderão ver a luz do dia, vítima do aborto’ e do que descreveu como uma ‘cultura do descarte’”.

Atualmente, Estados Unidos e Europa vivem uma ascensão de movimentos considerados de extrema direita e fascistas, anunciada pelas reportagens desde os anos de 2013/2014, demonstrando que tais abordagens proibicionistas e criminalizantes relacionadas ao tema do aborto<sup>94</sup> não estão deslocadas do contexto atual. Em 2016, a chegada de

94 Trump proíbe governo dos EUA de financiar grupos pró-aborto no exterior. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-proibe-governo-dos-eua-de-financiar-grupos-pro-aborto-no-exterior.ghtml>>. Acesso em: 21 out. 2017.

Donald Trump<sup>95</sup> à presidência da maior potência capitalista mundial representou a intenção de

regastar os homens brancos, a base conservadora (cristã) e principalmente alienar o multiculturalismo. Trump não fala diretamente nos termos de Allan Lichtman (2009) de uma América Branca e Protestante, contudo indiretamente enfatiza a ideia de que a América volte a ser grande para os Homens, para os Brancos e para os Cristãos. Em outras palavras, Trump mira em “três desigualdades” com três grupos a resgatar e a eles, sim, proporcionar que a “América Volte a ser Grande”. Trata-se da desigualdade de classe, raça e de sexo (OLIVEIRA; FINGUERUT, 2017, p. 24).

As reportagens vinculadas pelo Geledés evidenciam que para além da esfera religiosa, especialmente o catolicismo e o pentecostalismo, existe uma disputa ideológica de sentidos em torno da vida e da sexualidade. A disputa seria entre as religiões de matrizes cristãs e os movimentos feministas e pela diversidade sexual, sendo que estes intensificariam as demandas pela laicidade do Estado.

A Folha de São Paulo, por sua vez, trata em poucas matérias as ações no Congresso direcionadas à temática do aborto: “Regra sobre aborto só deve ser votada no 2º semestre: relator da reforma do código penal no senado diz ser favorável a vida” (22.1/03/2013); “Retrocesso inato” (8.1/07/2013); “Não aceito ser chamada de direita’ diz candidata” (21.1/10/2013); “RJ concede pensão a criança fruto de estupro” (2.1/03/2014). Aqui, destacamos a última matéria, relacionada à “bolsa estupro” (2.1/03/2014), que cita: “Adolescente deu a luz ao bebê após

95 Donald John Trump é um empresário, personalidade televisiva e político americano, sendo atualmente o 45.º presidente dos Estados Unidos.

ser violentada pelo próprio pai; benefício é previsto em lei estadual de 1998. Medida semelhante é defendida no Congresso pela bancada evangélica, entidades dos direitos a mulheres são contra”. É interessante assinalar que as matérias em torno do aborto, tanto da Folha como de Geledés, trazem à cena, constantemente, mesmo que de maneira indireta, o acirramento da disputa a respeito da laicidade do Estado e da legitimação da ação pública de grupos religiosos.



**K., avó da criança que recebe o benefício, no valor de um salário mínimo, concedido de maneira inédita pelo governo**

A imagem que ilustra a reportagem (avó segurando uma flor) é simbólica e promove um apelo emocional ao tema, remetendo à representação da vida e seu “dom” divino. O benefício, concedido pelo município do Rio de Janeiro, propõe assegurar o desenvolvimento da

vida e seu nascimento, tal qual a imagem, também previsto no PL do “Estatuto do Nascituro”.

Nesse sentido, o Jornal de maior circulação no país veicula como protagonista das notícias a Igreja Católica e seu Papado, bem como os políticos e fiéis das Igrejas Evangélicas. O papa Francisco é descrito como grande interlocutor da discussão. Em determinados momentos é apresentado com uma postura progressista pela Folha (20.1/09/2013; 20.2/09/2013; 23.1/09/2013; 9.1/10/2013; 18.1/12/2013), e em outros, condenatória, ao colocar a prática do aborto, em todas as circunstâncias, no campo da violação da vida (22.1/09/2013; 14.1/01/2014; 18.1-6/01/2014). O Jornal oscila entre veicular certos deslocamentos do tradicional pensamento da igreja católica, e reafirmar os dogmas religiosos instituídos.

Miguel (2012) vai afirmar que a questão do direito ao aborto não se define como uma questão de dogma para a igreja católica. Para o autor, trata-se de uma aposta política, visto que esta tem na criminalização do mesmo o carro-chefe de sua cruzada moral. Mobiliza com isso parte significativa dos fiéis, ao lado da condenação de outros assuntos, como o “casamento gay” e as experiências genéticas. Tal conjectura se explicita na pesquisa publicada pela Folha: “Brasileiro quer que Francisco seja liberal: Datafolha mostra desejo que papa aprove pontos como divórcio, uso de camisinha e fim do celibato dos padres. Rejeição ao aborto e casamento gay são as duas exceções, porém, maioria apoia escolha do pontífice argentino” (24.1/3/2013).



Outros atores importantes nas notícias são os grupos e políticos evangélicos<sup>96</sup>, sendo projetados suas intervenções e discursos: as matérias se utilizam da associação “mulheres” e “sexualidade”, para se reportar a dois sentidos empregados historicamente como “abjetos” segundo as religiões evangélicas; abjetos, porém permanentes no discurso religioso (SOUZA, 2013). A premissa de que as mulheres que optam pela interrupção da gravidez são assassinas ou/e “promíscuas”

96 “Brasileiro quer que Francisco seja liberal: Datafolha mostra desejo que papa aprove pontos como divórcio, uso de camisinha e fim do celibato. Rejeição ao aborto e casamento gay são as duas exceções” (24.1/03/2013); “Católicos são os mais liberais entre os religiosos: ‘catolicismo cultural’ é um fator que afeta as taxas de aprovação de temas como o uso da pílula, rejeitado pela igreja” (27.1/03/2013); “A espera de perdão: mãe de pastor Marco Feliciano relata como praticava abortos clandestinos em SP, nos anos 70” (4.1/04/2013); “Entidades religiosas farão marcha contra aborto e união gay”(4.1/06/2013); “Evangélicos protestam em Brasília contra aborto” (6.1/06/2013); “‘Kit’ traz orientações a peregrinos sobre os tabus da igreja” (22.1/07/2013); “Fiéis são menos rigorosos em hábitos condenados por Papa” (27.1/07/2013); “Progressista ou careta?” (27.2.3.4.5.6/07/2013); “Kit tabu” (27.7.8.9.10.11/07/2013); “Em marcha das Vadias grupo pisoteia crucifixos” (28.1/07/2013); “Pai de anencéfalo entrega camiseta antiaborto ao papa” (29.1/07/2013); “Evangélicos vão atacar lei da pílula do dia seguinte” (3.1/08/2013); “Justiça divina” (6.1/08/2013); “Papa critica a ‘obsessão’ da igreja por aborto e união gay” (20.1/09/2013); “Francisco busca o fim da retórica do confronto” (20.2/09/2013); “O papa e a maçã” (22.1/09/2013); “A doutrina de Francisco” (23.1/09/2013); “Papa convoca reunião de bispos para 2014” (9.1/10/2013); “Lista de livros mais vendidos imita divisão direita-esquerda dos EUA” (14.1/10/2013); “Conservador, pastor do PSC afirma que vai chegar à Presidência” (3.1/11/2013); “Temas tabus são alvo de questionários do Vaticano” (6.1/11/2013); “Manipulação da fé” (17.1/11/2013); “No 1º documento doutrinário, Papa prega a descentralização da Igreja” (27.1/11/2013); “Guru de Feliciano será candidata no Paraná” (15.1/12/2013); “Papa decide tirar cardeal conservador de comitê” (18.1/12/2013); “Papa diz que aborto reflete ‘cultura do descarte’” (14.1/01/2014); “Cultura do descarte” (18.1.2.3.4.5.6/01/2014).

rodeia grande parte dos argumentos contrários à legalização do aborto, expressos nas matérias. Assim, o discurso baseado na “defesa da vida” significa, mais uma vez, não apenas barrar os projetos de expansão dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas inviabilizar e lutar contra os direitos já garantidos em Lei (SOUZA, 2013). Exemplo disso, é a ação combativa contra a disponibilização da pílula do dia seguinte e a realização do aborto legal, asseguradas pelo SUS: “Evangélicos vão atacar lei da pílula do dia seguinte” (3.1/08/2013).

As notícias referentes às ações políticas das feministas e ao feminismo também merecem atenção. Se em Geledés ganham relevância e tom de apoio, nas reportagens da Folha o termo feminismo é veiculado em apenas duas situações<sup>97</sup>, e em outra não é mencionado. O conteúdo é associado a uma postura socialmente “depreciativa” das ativistas, lembrando o tratamento destinado às feministas do início do século XX, que ao falarem em público, eram chamadas de meretrizes e “mulher mil vezes mais baixa que prostituta” (CRUZ, 2007).

Naquele contexto, feministas provenientes das classes mais altas eram aconselhadas por psicoterapeutas, psicólogos, entre outros profissionais, a como se adaptar ao papel de dona de casa. Desse modo, não se deixariam conduzir a uma suposta masculinização advinda das mulheres que lutavam pelos seus direitos. As recomendações eram um alerta moral, uma vez que as escolhas contrárias estavam submetidas a julgamentos (GOMES, 2014).

97 “Em marcha das Vadias grupo pisoteia crucifixos” (28.1/07/2013); “Como se forma uma Femem” (29.1/12/2013).

Na matéria “Em marcha das Vadias grupo pisoteia crucifixos. Manifestantes escandalizam fiéis usando símbolos da igreja como objetos fálicos” (28.1/07/2013), o enunciado e a imagem se concentram nas ações realizadas por ativistas feministas em uma visita do Papa ao Rio de Janeiro. As feministas pleiteavam, dentre outras pautas, o direito ao aborto. A Folha, por sua vez, evidencia a “disputa” simbólica entre feministas, imagem de uma mulher com “os seios de fora (...)”, e fiéis - “Fiel mostra terço para manifestante da Marcha das Vadias”, projetando as supostas “provocações” das Vadias, bem como a reação negativa dos fiéis que, igualmente, esperavam o líder religioso.



**Fiel mostra terço para manifestante da Marcha das Vadias**

A imagem que ilustra a notícia, projeta o sexo e a mulher como a fonte do pecado na cultura cristã ocidental (AUTORAS). Em resposta ao corpo da manifestante, que se torna ele próprio o símbolo da heresia, como convencionava a antropologia cristã desde o período da idade média (COSTA, 2012), o crucifixo materializa a repulsa e defesa dos fiéis.

Na segunda matéria, intitulada “Como se forma uma Femen” (29.1/12/2013), o foco está na participação das repórteres da Folha em um curso na Espanha para formar integrantes do grupo feminista Femen<sup>98</sup>, por meio de lições e mandamentos que orientam sua ação política. A princípio, o conteúdo sugere dar visibilidade à ação política, aos métodos utilizados e requisitos exigidos das mulheres pelo Femen em suas manifestações, bem como a uma das estratégias de resistência dos Movimentos Feministas em seus pleitos: a nudez dos corpos.

No entanto, o Grupo, com proeminência no enquadramento da notícia, apesar de famoso mundialmente, recebe críticas de outros movimentos feministas e de mulheres. A principal problematização recai sobre a defesa de um “feminismo essencialista”, baseado em ideais que correspondem à existência de uma essência feminina, da sacralidade do corpo da mulher e de uma superioridade biológica da fêmea (MOITA, 2013). No Brasil, sua trajetória foi rápida. Fundado em 2012, o Grupo se organizou como uma filial do Femen/Ucrânia, encerrando seus trabalhos em abril de 2013, após ser desativado pelo comando ucraniano. Sara Winters, ex-líder do Movimento no Brasil, virou referência antifeminista, promovendo palestras sobre o tema. Além disso,

98 Femen é um grupo feminista fundado em 2008, na Ucrânia, por Anna Hutsol, mas atualmente baseado em Paris.

O grupo, muitas vezes, é acusado de racismo. As manifestantes geralmente apresentam o estereótipo europeu (brancas, loiras etc). A ausência de diversidade, aliada a ações que visam as mulheres do Oriente Médio, foram determinantes para que o etnocentrismo das ativistas fosse escancarado (MOITA, 2013, p. 5).

A inserção da reportagem sobre o Femen, como uma das únicas menções ao movimento feminista pelo jornal Folha de São Paulo, mostra-se significativa. O veículo, além de empregar um tom vulgar à ação política e homogeneizar os movimentos feministas, projeta sua

# COMO SE FORMA UMA femen

Divulgação

Ativistas do Femen protestam em Madri; elas aprendem a gritar lemas mesmo sob pressão policial



Na Espanha, reportagem da **Folha** participa de **curso** para formar integrantes do grupo feminista **Femen**; lições incluem **exercícios físicos** e orientações sobre **postura** nos protestos

LUISA BELCHIOR  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,  
EM MADRI

Corrida, flexões de braço, postura corporal, expressão facial (sempre com cara de brava), fúrias de fuga e até noções de costura.

Não basta fazer topless para ser integrante do Femen.

ram a angariar a atenção do mundo, e o grupo abriu representações na Europa e na América. Seu quartel-general foi transferido para Paris, onde acontecem treinamentos anuais das ativistas de todo o mundo.

Além de França, Ucrânia e Espanha, o Femen está presente na Alemanha, na Ho-

xões, corrida de explosão e simulações de protestos. Tudo para manter a forma física — o que, segundo as líderes do movimento, nada tem a ver com a estética.

A ideia é que as ativistas estejam sempre fortes e preparadas para as vezes em que têm de correr da polícia ou se agarrar em alguma pilastra

nas, vamos nos desnudar” —, que devem ser sempre entoados com expressões de raiva, para, segundo o grupo, expressar o sentimento com que se protesta.

A mesma expressão, acompanhada de desaforos, é proferida a pedestres que, via de regra, fazem gracinhas com as meninas correndo.

em atos oficiais.

O objetivo é causar espanto e chocar, o que acontece — com raras exceções.

Numa das vezes em que não deu certo, o presidente russo, Vladimir Putin, foi interrompido pelas ativistas em um encontro na Alemanha com a chanceler Angela Merkel, em abril. Ele olhou calma e diretamente os seios de uma delas e fez o sinal de OK.

Mas as ativistas do Femen não são obrigadas a fazer topless. Podem participar na organização dos atos ou na estrutura interna do grupo, que na Espanha conta com 20 integrantes.

A reportagem acompanhou atividades paralelas como a confecção de cororas usadas nos protestos, feitas com fitas artificiais delicadamente costuradas e coladas em arames e fitas.

### Lição 3: A POSTURA

Para deixar bem claro que as ativistas mostram os seios por um ato político, o “código de conduta” do Femen ensina as ativistas a eliminar vícios de postura que possam parecer sensuais.

Ao protestar, é preciso estar com o corpo ereto, não se apoiar sobre o quadril e evitar deixar a cintura cair para um dos lados.

As ativistas são instruídas também a protestar com os punhos cerrados em riste ou sobre a cintura.

A cara deve ser sempre de indignação, para refletir o sentimento do movimento sobre os temas contra os quais protestam. A voz, firme e alta. Sorrir, jamais.

Nos treinos, as ativistas aprendem a não se intimidar com a pressão de policiais. Para isso, são postas cara a cara com outras componentes do grupo, ou empurradas e puxadas por elas sem dei-

### MANDAMENTOS DO FEMEN

1 Manter a forma física, para correr da polícia e evitar remoções dos protestos

2 Entoar os lemas do grupo (“meu corpo,

estética e invisibiliza a demanda pelo direito ao aborto como um discurso protagonizado por suas participantes. Ademais, a diversidade do feminismo não é considerada, assim como os corpos despídos retratados nas imagens projetam uma branquitude não representativa dos movimentos feministas latino-americanos.

Ao contrário, o debate em diferentes notícias conta preferencialmente com a participação ativa de líderes religiosos, juízes/as, advogados/as, profissionais da área da saúde e parlamentares, chamados como autoridades para discorrer sobre o assunto. Chama atenção, ainda, que nas dez<sup>99</sup> reportagens que possuem essas análises, nove das treze autoridades chamadas a dar seus pareceres técnicos sejam homens. Na visão de Miguel (2012), o papel coadjuvante dos movimentos feministas na grande mídia relacionada à problemática do aborto atravessa outros debates.

Creio que nem a herança católica (que, como se viu, não é insuperável) nem um bloqueio do debate público na mídia (que não existe) explicam a timidez com que a exigência do direito ao aborto se coloca na agenda pública no Brasil. A explicação deve ser buscada, ao menos em parte, na incapacidade que os movimentos que lutam pelos direitos das mulheres demonstram para colocar o tema no topo de suas próprias agendas. O desejo de não ameaçar os espaços conquistados,

99 “Teste genético anormal não significa o ‘fim da gravidez’”(20.01/03/2013); “Médicos defendem aborto até 12º semana de gestação” (21.1/03/2013); “Legalizar a prática deseduca e é grave” (21.2/03/2013); “Aborto sem Crime” (23.1/03/2013); “Pílula do dia seguinte pode ser vendida sem prescrição nos EUA” (6.1/04/2013); “Ministério facilita acesso à pílula do dia seguinte” (17.1/04/2013); “Serviço de aborto legal no Brasil está jogado ‘às traças’, diz ministra” (15.1/06/2013); “É preciso criar leis contra a discriminação genética” (14.1/09/2013); “Dor fetal motiva debate sobre aborto” (8.1/10/2013); “Guru de Feliciano será candidata no Paraná” (15.1/12/2013).

que garantiram um papel mais ativo do Estado em questões como o combate à violência doméstica ou a promoção da igualdade de gênero na educação e na saúde, faz com que itens mais “polêmicos” sejam tratados com cautela (MIGUEL, 2012, p. 670).

Tal secundarização não significa, no entanto, que o veículo não tenha em seu conteúdo reportagens e artigos que exponham argumentos referentes à defesa da legalização e descriminalização do aborto<sup>100</sup>. Em notícias que abordam os direitos sexuais e reprodutivos, o Jornal expõe, principalmente em textos escritos por colunistas, uma perspectiva voltada para a compreensão e a importância da garantia de direitos dirigidos a mulheres que realizam a interrupção da gravidez pelos mais variados motivos.

As duas últimas notícias destacadas, por sua vez, ilustram seus conteúdos com fotos das ativistas com os seios à mostra, representando tanto o “ultraje” como a resistência e demandas dos Movimentos. Embora existam posições ideológicas e políticas particulares dos Movimentos Feministas (Vadias e Femen), há uma ação simbólica forte no ativismo e na veiculação do mesmo, recuperando antigas representações, mas através de novas imagens. Se antes elas saíam às ruas com seus vestidos, não sendo este um espaço das mulheres; hoje,

100 “Médicos defendem aborto até 12º semana de gestação” (21.1/03/2013); “Aborto sem Crime” (23.1/03/2013); “Pílula para todas” (18.1/04/2013); “Delícias da burocracia” (21.1/04/2013); “A saúde pública espera por mudanças” (29.1/04/2013); “Por Apolo e por Asclépio” (4.1/05/2013); “Serviço de aborto legal no Brasil está jogado ‘às traças’, diz ministra” (15.1/06/2013); “Retrocesso inato” (8.1/07/2013); “Justiça divina” (6.1/08/2013); “O Papa e a maçã” (22.1/09/2013); “Dilma tem grande insensibilidade social” (25.1/10/2013); “Guinada à direita” (3.2/11/2013); “Guinada à direita” (9.1;9.2;9.3;9.4;9.5/11/2013); “Abaixo a ironia” (10.2/11/2013); “Uruguai na frente” (17.1/12/2013); “Conservadorismo legal”(23.1/12/2013).

mostram seus corpos despidos, que por muito tempo também não foi considerado delas, e sim propriedade de outro.

Fica claro que o espaço para debate não está fechado nos veículos de comunicação de massa brasileiro, visto que estes representam um campo contraditório, no qual abarcar diferentes posições é necessário para sua legitimação perante as leitoras. Contudo, as campanhas eleitorais de 2010 e 2014 mostram que, quando necessário, parte da grande imprensa, dentre ela a Folha de São Paulo, utiliza-se do discurso antiabortista para atingir negativamente as candidatas de seu desagrado (MIGUEL, 2012).

Ao buscar retratar as duas posições recorrentes (“contra” e “a favor”) relacionadas à temática, a Folha de São Paulo, usualmente, o faz por dois caminhos:

1. pelo pensamento religioso, que como vimos é historicamente um dos principais reguladores dos sistemas relacionais de gênero, estruturando as interações entre homens e mulheres em diversas culturas (CAMARGO; ROHDEN; CÁCERES, 2009);
2. por meio de um dos conhecimentos mais marcantes da modernidade: a racionalidade científica<sup>101</sup>, com ênfase no discurso biomédico.

101 “Teste genético anormal não significa o fim da gravidez” (20.1/03/2013); “Médicos defendem aborto até 12º semana de gestação” (21.1/03/2013); “Aborto sem Crime” (23.1/03/2013); “Ministério facilita acesso à pílula do dia seguinte” (17.1/04/2013); “Por Apolo e por Asclépio” (4.1/05/2013); “É preciso criar leis contra a discriminação genética” (14.1/09/2013); “Dor fetal motiva debate sobre aborto” (8.1/10/2013);



Suas notícias congregam posicionamentos produzidos através de modos de conhecimento e legitimidade atrelados a instâncias consideradas de poder e saber pela sociedade (VEIGA, 2015). Na linguagem corrente, os termos “científico”, “verdadeiro” e “real” são utilizados com frequência e como sinônimos para empregar uma confiabilidade ao conteúdo veiculado. A sexualidade feminina e a reprodução parecem protagonizar e justificar a presença maciça de profissionais considerados especialistas, como observamos nas seguintes matérias: “É preciso criar leis contra a discriminação genética” (14.1/09/2013), “Dor fetal motiva debate sobre aborto” (23.1/09/2013). Nesta segunda reportagem cita-se “O debate científico sobre o período de gestação a partir do qual o feto é capaz de sentir dor fez com que grupos antiaborto nos EUA passassem a defender a criação de leis que proibam o aborto 20 semanas depois da concepção, alegando que os fetos já sentem dor nessa etapa”.

Os argumentos anunciados nas notícias acima constituem as bases que sustentam raciocínios referentes às diferenças de gênero, que se moldam como desigualdades. Nessa perspectiva, as mulheres são mais propensas a serem reconhecidas como capital humano do que como agentes de suas vidas (Wichterich, S/D).

O reconhecimento da ciência para explicar fenômenos sociais, inicia no renascimento, e passa progressivamente a se estender como autoridade sobre vários domínios da vida humana. As concepções científicas não poderiam deixar de interpretar as esferas do gênero e da sexualidade, difundindo o que é aceitável ou não, patologizando e/ou criminalizando o que se enquadra no campo do não aceitável

(CAMARGO; ROHDEN; CÁCERES, 2009). Logo, componentes ideológicos e de poder contribuem para legitimar verdades, inclusive as relacionadas às concepções acerca do aborto. Assim, não surpreende que as afirmações em torno de averiguações genéticas, declarações da comunidade médica, entre outras, ganhem destaque em um veículo de comunicação de massa.

Na visão de estudiosas feministas como Donna Haraway (1995), a ciência está relacionada à tradução, convertibilidade, mobilidade de significados e universalidade, no qual a noção de “objetividade” se mostra reducionista.

Eu, e outras, começamos querendo um instrumento afiado para a construção das alegações de verdade de uma ciência hostil, através da demonstração da especificidade histórica radical e, portanto, contestabilidade, de todas as camadas da cebola das construções científicas e tecnológicas, e terminamos com uma espécie de terapia de eletrochoque epistemológica que, longe de nos conduzir às questões importantes do jogo de contestação das verdades públicas, nos derrubou vítimas do mal da personalidade múltipla auto-induzida. Queríamos uma maneira de ir além da denúncia da ciência enviesada (o que, aliás, era muito fácil), e além da separação das boas ovelhas científicas dos maus bodes do viés e do abuso (HARAWAY, 1995, p. 13).

Tal crítica problematiza, principalmente, a noção de que “eles”, pertencentes a uma espécie de conspiração invisível de cientistas e filósofos homens ou mesmo mulheres, baseados em concepções advindas de um modelo de sociedade patriarcal, discursam sobre “nós”, as outras, a quem não se permite ter um posicionamento legítimo

(HARAWAY, 1995). Neste sentido, feministas decoloniais atentam para o fato de que as epistemologias feministas, que incluem autoras como Haraway, estiveram historicamente preocupadas em analisar a pretensão androcêntrica, no qual a objetividade e universalidade se instituem. Contudo, seus apontamentos sobre os processos científicos e biomédicos pensaram novamente uma mulher considerada “universal”, apagando diferenças e desigualdades que as mesmas possuem.

Los efectos de este tratamiento han sido productivos a un feminismo universalista que pretende establecer conocimientos generales para todas las mujeres y se justifica así mismo en nombre de todas ellas; y eso aun cuando al mismo tiempo se proclama la necesidad de una nueva epistemología que legitime un saber situado que parta de la experiencia concreta. Luiza Bairros explicará, en su trabajo “*Nossos feminismos revisados*”, la manera en que el concepto de experiencia propuesto por la epistemología feminista para oponerse al método científico clásico anclado en la pretensión de objetividad, terminó abriendo la puerta a la “generalización”, es decir, a otra forma de construcción de universalismos dado que los privilegios de raza y clase permiten un mayor acceso al campo de las ideas de un grupo de mujeres cuyas experiencias y voces terminan constituyéndose en parámetro del resto (1995: 459) (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p. 10).

Nessa chave de interpretação, a feminista decolonial Grada Kilomba (2016) afirma que o conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, e sim está relacionado à reprodução de relações de poder raciais, de gênero e de classe, que definem verdades através de interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal. Para uma descolonização e desconstrução de tais

argumentos contrários ao aborto se deve compreender que, mesmo entre as mulheres, fala-se de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas, que habitam posições de poder e privilégios, como analisados nos dados das pesquisas referentes ao tema<sup>102</sup>.

O Portal Geledés, nesse sentido, não ignora a opinião técnica de profissionais e entidades da área de saúde. Contudo, divide suas reportagens e artigos em ações e intervenções de movimentos sociais, em especial feministas; em histórias de vida de mulheres que abortaram; em legislações de diferentes países e seus resultados na vida das mulheres. Esta organização e produção demonstram a preocupação em veicular outros discursos possíveis. Em “Sou fruto de estupro e a favor do aborto” (8.1/06/2013), Cláudia Salgado narra sua experiência de vida e opina sobre o projeto de lei “estatuto do nascituro”. Afirma: “Acho esse projeto de lei um grande equívoco. Acredito que as mulheres deveriam ter suporte financeiro e emocional do governo para tomarem a decisão que melhor fosse conveniente a elas, especialmente em caso de estupro, e que deveriam ser totalmente amparadas e ter o direito a escolha de continuar ou interromper a gravidez”.

Outras matérias - “Isoladas, oito mulheres criminalizadas por aborto” (25.1/09/2013) e “Quatro mulheres afirmam: ‘Eu faria aborto!’” (27.1/09/2013), projetam diferentes mulheres se posicionando a respeito do tema. Ao priorizar esta estrutura e conteúdo, o Portal Geledés nos possibilita recuperar o que a escritora Conceição Evaristo chamaria de “escrevivência”, ou seja, “a escrita de um corpo, de uma condição, de

102 Relatório Socioeconômico da mulher (2014), DINIZ; MEDEIROS (2010).

uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, 2006, p. 622), bem como afirmar que são vivências e narrativas sobre o aborto de “mulheres situadas”. A valorização dos saberes oriundos das experiências vividas vai ao encontro do projeto feminista decolonial, no qual as histórias e as experiências de vida das mulheres colonizadas se constituem em um elemento fundamental de análise e de produção de conhecimentos feministas.

Diante das análises realizadas, na qual a mídia possui um papel central, autoras como Machado (2016) não consideram que um *backlash*, ou seja, uma reação brutal<sup>103</sup>, se prenuncia e se anuncia. Esta contra ofensiva se configura como resposta às conquistas de alguns direitos e avanços de demandas dos movimentos feministas, negros e LGBTQs, associado a gestões de governos considerados “populares”.

Isto significa que pautas destes movimentos não são apenas recriminadas por evangélicos e católicos. Elas se tornaram, sobretudo, objetos de trabalho organizados contra o reconhecimento da diversidade e alteridade, por lideranças que possuem assento no Congresso e/ou nos movimentos conservadores fundamentalistas/religiosos, e que também controlam ou possuem acesso às divulgações televisivas.

Em tal cenário, as políticas direcionadas ao abortamento passam a se constituir como pontos cruciais de discordância por parte das forças neoconservadoras (fundamentalistas). Outro ponto de polêmica e ataque são as demandas por legitimidade aos diferentes arranjos familiares e uniões, sejam ou não do mesmo sexo, por uma educação não sexista,

103 Tradução realizada pela autora.

não homofóbica e não lesbofóbica, e pelo uso das teorias e conceito de gênero (MACHADO, 2016).

Ainda assim, na contramão do *backlash*, Machado (2016) afirma haver um contra-ataque de novos grupos feministas. Estes despontam nos movimentos sociais através das lutas contemporâneas anunciadas na Seção 3.3 do trabalho, no qual se utilizam das manifestações públicas e das redes da internet.

Distintos e inovadores coletivos como blogueiras feministas, cyberfeministas, marcha das vadias, organização das mulheres indígenas, mulheres da floresta, mulheres amazônicas, mulheres ribeirinhas vão dando lugar à manutenção e à consolidação de lutas feministas diversas. Alcançar a legalização do aborto, a sexualidade livre e responsável, a autonomia para construir diversos arranjos familiares e estilos de vida, a igualdade no trabalho e o acesso a diferentes profissões, a direitos sociais, à vida livre de violência, à saúde, aos direitos reprodutivos, ao erotismo, ao “poliamor”, às relações livres (sexuais), à diversidade de gênero, ao direito de se vestir de forma “não comportada”, são grupos, coletivos e temas que tanto inovam quanto se repetem e se apoiam (MACHADO, 2016, p. 24).

Tais coletivos e organizações enfrentarão grandes desafios à frente, uma vez que, como destacado anteriormente, esta não é uma situação que se possa explicar somente pelo peso da Igreja Católica – e agora, de muitas denominações evangélicas – na vida pública brasileira. Em Portugal, por exemplo, país católico e tradicionalista, o aborto foi legalizado até 10 semanas de gestação, por meio de referendo popular, em 2007. A Itália, que abriga o Vaticano em seu território, legalizou o aborto até 90 dias de gestação, em 1978 (MIGUEL, 2012). Podemos,

então, articular essa questão com a perpetuação da lógica da colonialidade, anunciada por Mignolo (2007), e gendrificada por Lugones (2014) e outras feministas decoloniais? Afinal, mudaram “os conteúdos”, mas não os “termos da conversa”, a lógica da colonialidade. Desta maneira, a colonialidade do gênero permite a compreensão da interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados nos processos de opressão, que se mostram em diferentes escalas (LUGONES, 2014).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mirar hacia adentro y retornar a casa

(Yuderlys Espinosa Miñoso)

Ao longo do estudo apresentado, mais do que chegar a conclusões, procurou-se levantar questionamentos em torno da problemática do aborto nos veículos de comunicação pesquisados. Neste sentido, as aproximações com o feminismo decolonial foram essenciais para que as indagações realizadas ganhassem vida e cor, por meio de um diálogo honesto a partir do lugar que ocupamos no mundo e que de alguma forma também se faz presente em nossos corpos, como “sujeitas coletivas e singulares” que somos.

Desta forma, situou-se o contexto social, econômico, político e institucional das produções de notícias da Folha de São Paulo e do Boletim do Portal Geledés, correlacionando os sentidos e contrastes identificados numa perspectiva comparada entre a imprensa jornalística e os coletivos feministas. A discussão dos resultados permitiu compreender em que medida os veículos pesquisados apresentam cenários que refletem as lutas ideológicas, políticas e sociais de diversos segmentos da sociedade, bem como a presença do Estado nos debates veiculados, e a invisibilidade da condição da mulher negra nas notícias. Ambas as questões se mostraram centrais no atravessamento dos dados e suas discussões a respeito do aborto.

A principal oposição ao avanço dos direitos reprodutivos e do direito ao aborto, em particular na América Latina, encontra-se na



mobilização de fundamentalismos religiosos, ou do chamado ativismo conservador de grupos autodenominados “Pró-vida”. A ideologia pró-vida se constrói atualmente por meio de ação religiosa realizada através de organização política e partidária, utilizando os canais de comunicação como instrumentos estratégicos de divulgação de suas doutrinas. A Folha de São Paulo mostrou-se, em vários momentos, uma poderosa aliada para tais grupos, ao projetá-los como protagonistas de suas notícias. Nestas, as lideranças políticas e religiosas ganham destaques e são exercidas por homens, como o Papa Francisco e o Deputado Marco Feliciano. Não desconsidera-se as diferenças doutrinárias e de estratégias políticas utilizadas para difundir as posições sobre o aborto, mas reafirma-se que os protagonismos masculinos e argumentos em torno da temática convergem em prol da “vida” e da projeção personalizada da liderança religiosa.

Os movimentos feministas, por sua vez, tendem historicamente a ser organizações endógenas, devido a limitações impostas pela conjuntura histórica que procuram reprimir ou até criminalizar o “campo discursivo de ação” feminista. Essa endogenia se expressa também na publicidade de suas ações políticas. A utilização da *internet* tem mudado gradualmente esse cenário. Com a possibilidade de utilizar as redes sociais como plataforma de luta política, os movimentos sociais e os coletivos feministas, dentre eles o Portal Geledés, ao apostar nas trocas de informações e nas conexões possíveis, apoiadas pela tecnologia, faz diferença entre as mídias. Passaram a divulgar vozes dissonantes das difundidas pelos veículos tradicionais, ainda que circunscritas a determinados espaços e a grupos identificados com suas pautas.

Entretanto, é importante pontuar que pautas requeridas historicamente pelos movimentos feministas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente as voltadas à legalização do aborto, permanecem restringidas em ambos os veículos de comunicação pesquisados. Essas pautas dão visibilidade ao *backlash* (MACHADO, 2016), ou seja, a uma forte e ampla repercussão do atual Congresso, que parece cada vez mais sensível às pautas neoconservadoras, com tendência à defesa da moralidade cristã imposta pela política religiosa partidária.

Se as matérias de Geledés procuram denunciar o momento histórico através do protagonismo de ativistas feministas contrárias à atual conjuntura, o Jornal Folha de São Paulo se utiliza de argumentos pautados em dois marcos, a religiosidade cristã e a ciência, para construir seu discurso acerca do aborto. Tal movimento é recorrente na modernidade, donde a lógica universalista, que mantém como base argumentos biológicos, é utilizada até mesmo nas reportagens que trazem argumentos favoráveis à legalização do aborto. Assim, as mulheres emergem nesse contexto como sujeitas traduzidas por vozes externas às suas.

No campo do debate, novamente a discussão se mostra dual. Há uma reatualização das posições “contra” ou “a favor” por meio de narrativas mais contundentes e com maior disseminação das discussões, em função das novas tecnologias. Da mesma maneira, a representação da “mulher feminista”, como um grupo homogêneo, branco, que “perverte” a ordem e utiliza como estratégia de embate o corpo nu, distorce os discursos e práticas feministas e invisibiliza a diversidade do

movimento.

Se a problemática da laicidade do Estado está posta nas reportagens em ambos os veículos, a ausência de um debate racializado voltado ao aborto se apresenta subliminar e não tematizado, e por este motivo seu silenciamento está naturalizado. A raça, enquanto processo político, marca a vivência das mulheres de maneira diferenciada, e quando se trata da experiência de interrupção da gravidez a realidade não é diferente. As mulheres negras são as que mais morrem durante tentativas de abortamento, embora a Folha de São Paulo e Geledés tenham veiculado apenas uma notícia racializada, a partir de uma discussão interseccional sobre aborto e condição da mulher negra.

Este “não lugar”, mesmo em uma temática em que a questão racial se evidencia como determinante da experiência, é extremamente significativo em um país que possui a maior quantidade de pessoas negras fora do continente africano. Entendemos que a falta de projeção desta intersecção está, sobretudo, relacionada ao impacto do colonialismo, no qual a raça é elemento central. Tal recorte racial irá, inclusive, justificar a existência de formas tradicionais de estratificação da população, voltadas principalmente para as consideradas “sujeitas coloniais” excluídas do exercício da cidadania. Este cenário influencia diretamente os discursos projetados pela mídia brasileira. Isto significa, portanto, que a difusão de notícias voltadas ao tema do aborto, ao prescindir o contexto social específico e as formas de hierarquia existentes na sociedade brasileira, reproduz, em certa medida, a noção da “dupla colonização” perpetrada pelas ideologias colonial e patriarcal.

Paul Gilroy em seu livro intitulado “O Atlântico Negro:

modernidade e dupla consciência” (1993) afirma existir uma tendência entre as analistas ao considerar a modernidade como uma etapa superior e distinta da escravidão. O pesquisador argumenta que a modernidade, por meio do capitalismo, ergueu-se através de grandes atos de violência, escravidão e expropriação, assim não haveria modernidade sem a escravidão, e sem o apagamento da história de povos nativos. Nesta perspectiva, as marcas da colonização, que englobam o cenário ilustrado pelo Relatório Socioeconômico da Mulher (2014), permanecem naturalizadas mesmo em um coletivo feminista racializado como Geledés, ao se considerar que a raça ganha menos força na projeção das notícias voltadas à problemática do aborto.

A ausência da raça na discussão interseccional, provinda do Portal Geledés, pode estar associada há diversos fatores. O primeiro pode estar relacionado à falta de consenso a respeito do tema no próprio Coletivo Feminista. Os posicionamentos de feministas são diversos sobre o aborto e estão diretamente relacionados aos tabus sociais e religiosos, mas também, a posicionamentos do movimento negro. Fato é que a discussão dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos é uma das leituras que atravessa o debate feminista.

O segundo, à tentativa de embranquecimento da população e de controle da pobreza. Estudiosas/os negras/os denunciam uma ideologia dominante de genocídio ao povo negro, no qual o controle populacional seria uma das grandes estratégias utilizadas. Daí partiria o receio do movimento negro quando se trata do tema. Se no século XX, nos Estados Unidos, repercutiu a afirmação do movimento de controle populacional de que “mulheres pobres, negras e imigrantes teriam o

dever moral de restringir o tamanho de sua família” (DAVIS, 2016, p. 2013), no Brasil, houve as esterilizações em massa dessas mulheres a partir da década de 1970.

Outro motivo seria o entendimento de que a questão racial estaria implícita ou subentendida no discurso, visto que este é propagado por um coletivo que tem na questão racial e na luta conjunta aos movimentos negros seus pilares de sustentação. No entanto, destaca-se que a autoidentificação ou o autorreconhecimento das sujeitas ou grupos minoritários nas pautas que estas são protagonistas é determinante. Angela Figueiredo (2016) afirmou que só existe a dominada contra a dominação se esta se reconhecer como tal, ou seja, não há feminismos antes das feministas. Assim, a importância da visibilização das realidades e demandas das mulheres negras e não brancas se torna essencial no combate das opressões vivenciadas. Dentre elas, encontra-se a alta mortalidade de mulheres negras devido à falta de acesso a procedimentos seguros na realização da interrupção da gravidez.

A raça tem sido considerada um elemento estruturante da sociedade e das relações de gênero na cartografia social da América Latina e, nomeadamente, no Brasil. Os resultados, apesar de não nomearem em grande parte de suas notícias tal recorte, reportam-se às discussões relacionadas às políticas públicas de saúde brasileira (SUS), e às decisões do Poder Judiciário. O processo de igualdade figura como uma dimensão jurídico-formal, traduzindo-se em desigualdades impostas a determinados segmentos sociais na luta por direitos, principalmente em relação ao acesso à saúde e à justiça de grupos específicos. Nesse sentido, ao mesmo passo em que as mulheres não

brancas latino-americanas possuem especificidades relacionadas às mulheres brancas latino-americanas, as mulheres não brancas e brancas do sul do mundo evidenciam uma realidade diferente das não brancas norte-americanas, por exemplo.

O contexto brasileiro de colonização pressupõe, sobretudo, o controle do corpo das mulheres e o domínio de seu destino desde o período da escravidão colonial. Foi nessa realidade global que as mulheres negras no Brasil tiveram que “reconstruir” a própria identidade como mulher e brasileira negra, que vivenciam cotidianamente as marcas das feridas coloniais, herança de uma violenta missão civilizatória. Os resultados da pesquisa possibilita considerar que a realidade se transforma, porém as relações continuam coloniais e colonizantes. A comunicação de massa, ou mesmo as mídias consideradas alternativas continuam a repetir tal lógica. Ou seja, soma-se à ideia da raça, que atua como principal argumento de sustentação da colonialidade do poder, à colonialidade de gênero.

De início se partiu do pressuposto que há contrastes e contradições presentes nas notícias em ambos os meios de comunicação. Portanto afirmamos que a Folha de São Paulo, em suas notícias, também apresenta discussões favoráveis à legalização do aborto, procurando produzir em certa medida um espaço de isenção e legitimidade perante suas leitoras. Contudo, o que mais surpreendeu é o fato do Portal Geledés não evidenciar as intersecções entre o debate do aborto com o da condição da mulher negra, embora este denuncie o tempo todo o lugar subalterno da mesma. Desta maneira, enfatizou-se a necessidade de se reconhecer criticamente que as mulheres brasileiras que sofrem

violências ao tentarem realizar a interrupção da gravidez estão localizadas. No entanto, tal intento não se constitui apenas em pautar a inclusão destas mulheres nos veículos de comunicação, mas, principalmente, procura-se repensar as estruturas que sustentam a mídia como um todo, assim como os saberes profissionais e epistemológicos que dialogam com a temática.

Se a colonialidade é considerada “o tempo do pensamento roubado” para as estudiosas decoloniais, podemos acrescentar que seus frutos também reverberam no apagamento da vida e da história das mulheres consideradas de terceiro mundo. Este fenômeno histórico complexo opera para que questões como as relacionadas ao debate do aborto deixem as margens suas reais protagonistas, por meio de uma lógica hierárquica e silenciadora. Deste modo, é preciso compreender que “*no se puede descolonizar sin despatriarcalizar*” (Mujeres Creando).

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lady Christina de. **“Trilhando seu próprio caminho”:** **Trajetórias e protagonismo de intelectuais/ativistas negras, a experiência das organizações Geledés/SP e Criola/RJ.** 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALVAREZ, S.E. Em que ESTADO está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com „perspectiva de gênero. In: FARIA, Nalu (org.); SILVEIRA, M. L. (org.); NOBRE, Miriam (org.). **Gênero nas Políticas Públicas**, São Paulo: Sof, 2000.

ANZALDUA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The new mestiza.** San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p.89-117, maio 2013.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: 70, 2010.

BASSANEZI, C. Virando as páginas, revendo as mulheres. **Revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1996.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 280, n. 15, p.193-215, jan. 2007.



\_\_\_\_\_. Novos cenários: entre o “estupro coletivo” e a “farsa do estupro” na sociedade em rede. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, set. 2016.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas**, Natal, n. 4, p.95-112. 2009.

BIROLI, Flávia. Direito ao aborto e maternidade: gênero, classe e raça na vida das mulheres. **Cult**, São Paulo, v. 20, n. 223, p.27-30, maio 2017.

\_\_\_\_\_. Flavia. O debate sobre aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 123-130.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 26, p.329-376, jan. 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Da análise do Discurso à Análise Crítica do Discurso: introduzindo conceitos. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Desvendando Discursos: conceitos básicos**. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2008. p. 19-44.

\_\_\_\_\_. O picante sabor do proibido: narrativas pessoais e transgressão. In: Funck SB, Widholzer N, organizadoras. **Gênero em discurso da mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres/Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2005, p. 121-146.

CAMARGO, Kenneth; ROHDEN, Fabíola; CÁCERES, Carlos. **Ciência, gênero e sexualidade**. 2009. Disponível em: <[http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2009/10/ciencia\\_genero\\_sexualidade\\_final\\_kenneth\\_caceres\\_fabiola.pdf](http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2009/10/ciencia_genero_sexualidade_final_kenneth_caceres_fabiola.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2017.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 37-55, Dec. 2004. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300004&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 07 Junho 2015.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em:

[https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod\\_resource/content/0/Carneiro\\_Feminismo%20negro.pdf](https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf) acesso em: 04/03/2017.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: AL., David Harvey...et. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 7-14.

CARVALHO, Guilherme; NUNES, Máira de Souza. **UNDERGROUND E CIBERESPAÇO:: UMA LEITURA ATUAL PARA ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO**. Uninter, Curitiba, v. 2, p.201-2016, jul. 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Silvia Elaine Santos de. **Marcadores sociais da diferença: Sobre as especificidades da mulher negra no Brasil**. 2013. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT\\_4/Silvia\\_Elaine\\_Santos\\_de\\_Castro.pdf](http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT_4/Silvia_Elaine_Santos_de_Castro.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: Uma profissão de mulheres para mulheres?** uma análise crítica da categoria gênero na história da feminização da profissão. Mirla Cisne – Recife (PE) 2004.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p.147-177,1996.

CORREAL, Diana Marcela Gómez. Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras. In: MIÑOSO, Yurderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 353-369.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B.. **O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre A Mulher, 2008. p. 23-47.

COSTA, CLAUDIA DE LIMA. Feminismos descoloniais para além do humano. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 22, p. 929-934, 2014.

\_\_\_\_\_. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos** (UFSC), v. 39, p. 45-59, 2010.

\_\_\_\_\_. O Tráfico do Gênero. **Pagu**, Campinas, n. 11, p.127-140, 1998.

COSTA, Luciana. **Tratamento dado ao direito a comunicação por organizações não-governamentais: um estudo de caso**. 2007. 188 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COSTA, Milton Carlos. DUBY: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE AS MULHERES MEDIEVAIS. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 1, p.42-64, jul. 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. In **Dossiê III Conferência Mundial Contra o Racismo**. Luíza Bairros (org.). Florianópolis/SC: Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, Vol. 10, N. 1/2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas**: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. São Paulo: Edições Iskra, 2008.

DIAS, Daiana Nardino; ZUCCO, Luciana Patricia. DE MULHER PARA MULHER: O debate de gênero no Serviço Social. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 3, n. 2 e 3, p.91-102, maio 2015.

EVARISTO, Conceição. “Escrevivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p.621-623, ago. 2006.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, Azcapotzalco, n. 184, p.7-12, mar. 2014.

FAURY, Miriam. Estudando as questões de gênero em Serviço Social. **Revista Pro-Posições** - vol. 14, N. 1 (40) - jan./abr. 2003. p. 107-119.

FEDERAL, Governo. **Relatório Socioeconômico da Mulher**. 2014. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam\\_completo.pdf](http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2017.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.909-927, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: modos de enunciar o feminino na TV. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. **Gênero e discurso da mídia**. Florianópolis: Edunisc, 2005. Cap. 88040000. p. 245-269.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GALEOTTI, Giulia. **Historia del aborto: los muchos protagonistas e intereses de una larga vicisitud**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004. 128 p.

GOMES, Fernanda Marcela Torrentes A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Serviço Social. Curso de Graduação em Serviço Social. 2014/1.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

\_\_\_\_\_. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (Org.) **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GROSGUÉL, Ramon. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147. 2008.

GROSSI, Mirian Pilar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afeto-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pilar. **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 293-313.

GUAZINA, Liziane. **O Conceito De Mídia Na Comunicação e Na Ciência Política: Desafios Interdisciplinares**. In: Revista Debates. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.- dez. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/2469/1287>. Acesso em junho de 2015.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Antropologia do Ciborgue - as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 37-129 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

JANNOTTI, Claudia Bonan; SEQUEIRA, Ana Lúcia Tiziano; SILVA, Katia Silveira da. Direitos e saúde reprodutiva: revisitando trajetórias e pensando desafios atuais. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 75/76/77, p.25-33, Não é um mês valido! 2007

KILOMBA, Grada. **DESCOLONIZANDO O CONHECIMENTO**. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/?>

gclid=CjwKCAjwpfzOBRA5EiwAU0ccN5DNi5MY24eImvzMQeULDQd66nBTLgi2YQoPIN6kJZXmtmFoAtXoWhoCM\_AQAvD\_BwE>.

Acesso em: 10 ago. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. In **Dossiê III Conferência Mundial Contra o Racismo**. Luíza Bairros (org.). Florianópolis/SC: Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, Vol. 10, N. 1/2002.

LEMONS, André. **CIBER-CULTURA-REMIX**. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/remix.pdf>>.

Acesso em: 12 jan. 2016.

LEMONS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontífice Universidade Católica de São Paulo - Puc, São Paulo, 2009.

LEVY, Pierré. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira e justificada. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 11, n. 2, p.10-29, dez. 2015.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.66-75, jan./jun. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópoli, RJ: Vozes, 1997.

LUGONES, MARIA. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, jan. 2014.

LUNA, Naara. Fetos anencefálicos e embriões para pesquisa: sujeitos de direitos? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p.307-333, ago. 2009.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p.1-32, fev. 2016.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p.25-54, abr. 2010.

MADEIRO, Alberto Pereira; DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.563-572, fev. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015212.10352015>.

MAGRINI, Pedro Rosas; LAGO, Mara Coelho de Souza. **Lutas interseccionais? Discutindo categorias de articulação no MST**. 2012. Disponível em: <[http://www.aninter.com.br/ANAIS\\_I\\_CONITER/GT16 Estudos de genero, feminismo e sexualidades/LUTAS INTERSECCIONAIS DISCUTINDO CATEGORIAS DE ARTICULACAO NO MST - Trabalho completo.pdf](http://www.aninter.com.br/ANAIS_I_CONITER/GT16_Estudos_de_genero_feminismo_e_sexualidades/LUTAS_INTERSECCIONAIS_DISCUTINDO_CATEGORIAS_DE_ARTICULACAO_NO_MST_-_Trabalho_completo.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MARTINS, Alaerte Leandro. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p.2473-2479, nov. 2006.



MELO, Jacira. A polêmica do aborto na imprensa. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.5, n.2, p.406-412. 1997.

\_\_\_\_\_. Jacira. Publicar é uma ação política. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 298-301, June 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000100022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100022&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 07 Junho 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap. 6. p. 93-107.

\_\_\_\_\_. Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. Luis Felipe. Identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap. 5. p. 79-92.

\_\_\_\_\_. Luiz Felipe. Aborto e democracia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 20, p.657-672, dez. 2014.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MI-NAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-30.

\_\_\_\_\_. M. C. de S. Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p.2-11, 28 abr. 2011.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre “Ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v.21, n.53, p. 239-252. 2008.

\_\_\_\_\_. ‘Un paradigma otro’: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico”. In: MIGNOLO, Walter. **Historias locales-diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003. p. 19-60.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída. **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: Cátedra, 2008. p. 1-23. Disponível em: <[https://sertao.ufg.br/up/16/o/chandra\\_t\\_\\_mohanty\\_\\_bajo\\_los\\_ojos\\_de\\_\\_occidente.pdf](https://sertao.ufg.br/up/16/o/chandra_t__mohanty__bajo_los_ojos_de__occidente.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2016.

MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013, Florianópolis. **Antifeminismo na luta pela Emancipação das Mulheres: o Femen Brazil revisita o essencialismo**. Florianópolis: 2013. 9 p.

MORAES, Dênis de. Apresentação. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da informação**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013. p. 13-16.

MOREIRA, Renata da Silva. **A sociedade civil no jornalismo político impresso: um estudo de caso da Folha de São Paulo**. 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de São Paulo**. São Paulo: Impress, 1981.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espada na imprensa das mulheres no século XIX. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis , v. 11,n. 1,p. 225-233,June 2003 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 07 Junho 2015

NATANSOHN, L. Graciela. O corpo feminino como objeto médico e "mediático".**Estudos Feministas**, Florianopolis, v. 12, n. 2, p.287-304, ago. 2005.

NICHOLSON, L. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, UFSC, vol. 8, n.2, p. 07-31, 2000.

NUNES, Máira de Souza. **Slutwalk e ciberfeminismo no Facebook**. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2015, Salvador. Anais Eletrônicos. Salvador, 2015. p. 1 - 5. Disponível em: <<file:///D:/Usuario/Downloads/65398.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CURIEL, Ochy. **GÊNERO, RAZA, SEXUALIDAD DEBATES CONTEMPORANEOS**. Disponível em: <[http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2017.

OLIVEIRA, J.M. de. **Os Feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas**. Ex aequo [online]. , n. 22, p. 25-39, 2010.

PEDRO, J. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, 24(1). São Paulo, 2005, p.77-98.

PEW, Centro de Pesquisa. **Project for Excellence in Journalism**. Disponível em: <<http://www.journalism.org/>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

PINTO, Elisabete Aparecida; VITA, Bruno Perroni. O RETROCESSO AOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES: o aborto a partir Projeto Lei n.º 5.069, de 2013. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 3, n. 2 e 3, p.62-77, maio 2015.

PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: Costa C de L, Schmidt, SP, organizadoras. **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; 2004, p. 43-66.

POGGI, Tatiana. **Trump, o populismo de direita e o "white trash": um neoliberal pra chamar de seu**. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC45/mc451.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**. v.17, n.37, 2012, p. 04-28

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. (orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 21-41.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial::** fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Pensar, Instituto de Estudios Sociales e Culturales, 2010.

REPRODUTIVOS, Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos. **Dossiê Aborto Inseguro**. 2001. Disponível em: <[http://dspace.fsp.usp.br/xmlui/bitstream/handle/bdfsp/680/sor001\(1\).pdf?sequence=1](http://dspace.fsp.usp.br/xmlui/bitstream/handle/bdfsp/680/sor001(1).pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 ago. 2017.

RIOS, Flavia; RATTTS, Alex. **A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez**. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247560/mod\\_resource/content/1/A perspectiva interseccional de Lelia Gonzalez.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247560/mod_resource/content/1/A%20perspectiva%20interseccional%20de%20Lelia%20Gonzalez.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2015.

ROLAND, Edna. DIREITOS REPRODUTIVOS E RACISMO NO BRASIL. **Estudos Feministas**, Florianopolis, v. 95, n. 2, p.506-514, jul. 1995.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. O aborto sob o olhar da religião: um objeto a procura de autor@s. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p.21-43, 2012.

RUBIN, Gayle. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo". *Nueva Antropología*, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

SANTOS, Patrícia Espírito; DUMONT, Lígia Maria Moreira. A leitora e sua relação com o jornal Estado de Minas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p.20-37, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/507>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

SARAIVA, E. R. A. & Coutinho, M. P. L. (2012). **A difusão da violência contra idosos: um olhar psicossocial**. *Psicologia & Sociedade*, 24 (1), 112-121.

SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: Da concentração monopólica a democratização da informação. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013. p. 71-82.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Mídia, ideologia e preconceito: Análise do Discurso Crítica. In: FUNCK, Susana Bórneo; WIDHOLZER, Nara. **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005. Cap. 88040000. p. 147-157.

SICUTERI, Roberto. **Lilith: a lua Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: Modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais no Brasil**: Um Estudo a Partir das PNADs. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

\_\_\_\_\_. **Assistentes Sociais e Religião**: Um Estudo Brasil/ Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: mUFMG, 2010.

SWAIN, Tania Navarro. **Feminismo e Recortes do Tempo Presente: mulheres em revistas femininas**. São Paulo em Perspectiva 2001; 15 (3): 1-27.

TELES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95

THOMPSON, John B.. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

WELLS, Tatiana. **O ciberfeminismo nunca chegou à América Latina.** Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys7/cyber/tatiana.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 25, n. 3, p.535-549, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-129020162610>.

WICHTERICH, Christa. **Direitos Sexuais e Reprodutivos.** Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/boll\\_direitos\\_sexuais\\_reprodutivos\\_1.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/boll_direitos_sexuais_reprodutivos_1.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2017.

WIDHOLZER, Nara. A publicidade como pedagogia cultural e tecnologia de gênero: abordagem lingüístico-discursiva. In: Funck SB, Widholzer N, organizadoras. **Gênero em discurso da mídia.** Florianópolis: Ed. Mulheres/Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2005, p. 17-52.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy.** Oxford, Oxford University Press, 2000.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. Bruxas: figuras de poder. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 13, p.331-341, ago. 2005.

ZUCCO, Luciana Patrícia. **Mulher maravilha sexualidade feminina em discursos nas revistas 'claudia' e 'mulher dia-a-dia.** 2007. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 200



**ANEXO A – TABELA DE NOTÍCIAS (FOLHA DE SÃO PAULO, GELEDÉS)**

<b>Legenda:</b>	<b>D.S.R: Direitos Sexuais e reprodutivos</b>					
	<b>LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros</b>					
	<b>V.C.M: Violência Contra Mulher</b>					
<b>ANO/MÊS</b>	<b>Folha de S.P</b>	<b>Tema</b>	<b>Caderno</b>	<b>ANO/MÊS</b>	<b>Geledés</b>	<b>Tema</b>
<b>2013/MAR</b>	<b>20.1:</b> “Teste genético anormal não significa o fim da gravidez”	Ciência	Saúde* Ciência	<b>2013/ ABR.</b>	<b>22.1:</b> Evangélicos e católicos se unem por CPI do aborto e direitos para feto na Câmara	Relig., D.S.R , Polít.
	<b>21.1:</b> “Médicos defendem aborto até 12ª semana de gestação”	D.S.R	Cotidiano	<b>MAI O</b>	<b>24.1:</b> Feministas alertam para crescente criminalização da	D.S.R

					luta pela legalização do aborto na América Latina	
	<b>21.2:</b> “Legalizar a prática deseducada é grave”	Gênero	Cotidiano		<b>27.1:</b> Um ano após decisão do STF, aborto de anencéfalos esbarra em entraves	D.S.R, Polít.
	<b>21.3:</b> "Não dá pra dourar a pílula, é impedir que uma pessoa venha a existir"	Gênero	Cotidiano		<b>27.2:</b> Maioria dos projetos legislativos defende restrições ao aborto	D.S.R, Polít.
	<b>22.1:</b> “Regra sobre aborto só deve ser votada no 2º semestre: relator da reforma do código penal no senado diz ser favorável a vida”	Poder e polít., D.S.R	Primeiro caderno	<b>JUNHO</b>	<b>1.1:</b> 60 mil peruanos/as assinaram a favor da descriminalização do aborto por estupro	D.S.R
	<b>23.1:</b> "Aborto	D.S.R	Mundo		<b>8.1:</b>	D.S.R

	sem Crime"				“Sou fruto de estupro e a favor do aborto”	
	<b>24.1:</b> “Brasileiro quer que Francisco seja liberal: Datafolha mostra desejo que papa aprove pontos como divórcio, uso de camisinha e fim do celibato, rejeição ao aborto e casamento gay são as duas exceções”	Relig.	Poder		<b>9.1:</b> Uruguai: governo diz que número de abortos diminuiu após descriminalização	D.S.R
	<b>27.1:</b> “Católicos são os mais liberais entre os religiosos: “catolicismo cultural” é um fator que afeta as taxas de aprovação de temas como o uso da pílula, rejeitado pela igreja”	Relig.	Mundo	<b>AGO STO</b>	<b>2.1:</b> Lei a vítimas de violência sexual deve reduzir abortos no SUS, avalia governo	D.S.R
<b>ABRIL</b>	<b>4.1:</b> "A espera	Relig.	Mundo		<b>12.1:</b> O	D.S.R

	de perdão: mãe de pastor Marco feliciano relata como praticava abortos clandestinos em SP, nos anos 70"	Poder e polít.			aborto e a má fé – por Eliane Brum	
	<b>6.1:</b> "Pílula do dia seguinte pode ser vendida sem prescrição nos EUA"	D.S.R	Cotidiano		<b>20.1:</b> “Se aborto é um debate pela vida, quero debater a das mulheres que morrem” , diz Manuela D’Ávila	D.S.R, Polít.
	<b>13.1:</b> "Novo presidente do PP defende apoio a reeleição de Dilma"	Poder e polít.	Poder	<b>SETE MB.</b>	<b>12.1:</b> Juristas e movimentos sociais pedem liberação do aborto no novo Código Penal	D.S.R
	<b>15.1:</b> "Dilma foge de polêmicas para manter paz com	LGBT, Poder e polít., Gênero, D.S.R	Poder		<b>25.1:</b> Isoladas: oito mulheres criminally	D.S.R

	evangélicos"				zadas por aborto	
	<b>17.1:</b> Ministério facilita acesso a pílula do dia seguinte"	D.S.R	Cotidiano		<b>27.1:</b> Quatro jovens mulheres afirmam: "Eu faria um aborto!" – Por Jarid Arraes	D.S.R
	<b>18.1:</b> "Pílula para todas"	D.S.R	Primeiro caderno		<b>27.2:</b> 5 Mitos sobre Aborto	D.S.R
	<b>21.1:</b> "Delícias da burocracia"	D.S.R	Primeiro caderno		<b>30.1:</b> 93% dos leitores da Fórum querem a descriminalização do aborto – Por Jarid Arraes	D.S.R, mídia
	<b>29.1:</b> "A saúde pública espera por mudanças"	D.S.R	Primeiro caderno	<b>OUT UB.</b>	<b>17.1:</b> "Tirem seus rosários dos ovários": a exposição sobre o aborto que está	D.S.R

					chacoalhando a Argentina	
<b>MAIO</b>	<b>4.1:</b> "Por Apolo e por Asclépio"	D.S.R	Primeiro caderno		<b>22.1:</b> O país onde as mulheres podem ser presas por ter aborto espontâneo	D.S.R
	<b>11.1:</b> "Última vítima, que teria feito cinco abortos, recebe alta hospitalar"	V.C.M	Cotidiano	<b>2014/ JAN.</b>	<b>17.1:</b> Católicas da América Latina comentam fala do Papa sobre aborto	D.S.R, Relig.
<b>JUNHO</b>	<b>4.1:</b> "Entidades religiosas farão marcha contra aborto e união gay"	LGBT, Relig., Poder e polít.	Cotidiano		<b>30.1:</b> Acesso ao aborto no mundo: retrocessos na autodeterminação das mulheres	D.S.R
	<b>6.1:</b> "Evangélicos protestam em Brasília contra	Relig.	Cotidiano	<b>FEVE REI.</b>	<b>3.1:</b> Aborto e ilegalidade: a	D.S.R, Mulher Negra

	aborto"				violência do Estado contra as mulheres negras	
	<b>15.1:</b> "Serviço de aborto legal no Brasil está jogado 'às traças,' diz ministra"	V.C.M, D.S.R	Poder		<b>13.1:</b> Espanhol as registram corpo em cartório contra reforma da lei do aborto	D.S.R, Polít.
<b>JULHO</b>	<b>8.1:</b> "Retrocesso inato"	D.S.R, V.C.M, LGBTT	Primeiro caderno		<b>27.1:</b> Uruguai: quase 7 mil abortos seguros e nenhuma morte registrada	D.S.R
	<b>22.1:</b> "'Kit' traz orientações a peregrinos sobre os tabus da igreja"	LGBT, Gênero, Relig.	Poder	<b>ABRI L</b>	<b>24.1:</b> Já que pacto é coisa do diabo, que tal um acordo sobre o direito ao aborto? – Por: Leonardo	D.S.R

					Sakamoto	
	<b>23.1:</b> "Seminuas"	Gênero, Sexualidade	Poder		<b>29.1:</b> O aborto na fogueira eleitoral, por Eliane Brum	D.S.R
	<b>27.1:</b> "Fiéis são menos rigorosos em hábitos condenados por papa"	Relig.	Poder	<b>MAIO</b>	<b>27.1:</b> O boato sobre a legalização do aborto no Brasil	D.S.R
	<b>27.2;27.3;27.4:</b> "Progressista ou careta?"	LGBT, Relig.	Folha 10		<b>29.1:</b> Magno Malta quer revogação de portaria que oficializa aborto	D.S.R, Polít.
	<b>27.5;27.6:</b> "Progressista ou careta?"	LGBT, Relig.	Folha 10		<b>30.1:</b> Ministério da Saúde revoga portaria que regulamentava abort0	D.S.R, Polít.
	<b>27.7:</b> "Kit tabu"	LGBT, Gênero, Sexualidade,	Folha 10		<b>31.1:</b> Candidatos precisam	D.S.R, Polít.



		Relig.			saber a diferença entre “aborto” e “direito ao aborto”	
	<b>27.8;27.9;27.10;27.11:</b> "Kit tabu"	LGBT, Gênero, Sexualidade, Religião	Folha 10	<b>JUNHO</b>	<b>3.1:</b> “Foi um grande retrocesso”, diz ativista sobre veto à regulamentação do aborto legal	D.S.R, Polít.
	<b>28.1:</b> "Em marcha das Vadias grupo pisoteia crucifixos"	Gênero, Feminismo, D.S.R, Relig.	Poder	<b>JULHO</b>	<b>28.1:</b> O aborto na vida de um homem	D.S.R
	<b>29.1:</b> "Pai de anencéfalo entrega camiseta antiaborto ao papa"	Relig.	Cotidiano	<b>AGOSTO</b>	<b>06.1:</b> A direita está certa: devemos imitar os EUA. E legalizar maconha, casamento gay e aborto	D.S.R, Polít.
<b>AGOSTO</b>	<b>2.1:</b> "Distribuição gratuita da	D.S.R	Cotidiano		<b>19.1:</b> Aula Pública	D.S.R

	pílula do dia seguinte vira lei"				Opera Mundi: por que a sociedad e precisa legalizar o aborto?	
	<b>3.1:</b> "Evangélicos vão atacar lei da pílula do dia seguinte"	Relig.	Cotidiano		<b>26.1:</b> Aborto, maconha, gays, cotas: cadê as polêmicas na campanha?	D.S.R, Polít.
	<b>6.1:</b> "Justiça divina"	D.S.R, relig., Poder e política	Primeiro caderno	<b>SETE MB.</b>	<b>5.1:</b> Ibope: quase 80% são contra legalizar maconha e aborto	D.S.R
	<b>22.1:</b> "Aborto no começo da gravidez é vetado por relator do Código Penal"	Poder e polít.	Mundo		<b>11.1:</b> No Brasil, o aborto é crime com pena de morte	D.S.R, Feminicídio
<b>SETEMB.</b>	<b>14.1:</b> "É preciso criar leis contra a discriminação genética"	Ciência	Saúde* Ciência		<b>15.1:</b> Caso Jandira: especialistas em saúde pública afirmam	D.S.R, Feminicídio

					que aborto precisa ser debatido	
	<b>20.1:</b> "Papa crítica a 'obessão' da igreja por aborto e união gay"	LGBT, Relig.	Mundo		<b>16.1:</b> Aborto não é questão de opinião: um artigo da escritora Clara Averbuck	D.S.R
	<b>20.1:</b> "Francisco busca o fim da retórica do confronto"	LGBT, Relig.	Mundo		<b>19.1:</b> Tabu nas campanhas eleitorais, aborto é feito por 850 mil mulheres a cada ano	D.S.R
	<b>22.1:</b> "O papa e a maçã"	D.S.R, LGBT, relig.	Primeiro caderno		<b>24.1:</b> Site reúne depoimentos de mulheres que fizeram abortos	D.S.R

	<b>23.1:</b> "A doutrina de Francisco"	LGBT, relig., Gênero	Primeiro caderno	<b>25.1:</b> Anistia Internacional reforça urgência de debate sobre aborto após mortes no Rio e em Niterói	D.S.R
<b>OUTUBRO</b>	<b>8.1:</b> "Dor fetal motiva debate sobre aborto"	Ciência	New York Times	<b>25.2:</b> Aborto e machismo no mercado de trabalho	D.S.R, Mercado de trab.
	<b>9.1:</b> "Papa convoca reunião de bispos para 2014"	Relig.	Mundo	<b>25.3:</b> Protestos marcam Dia Latino-Americano de Luta pela Descriminalização do Aborto	D.S.R
	<b>14.1:</b> "Lista de livros mais vendidos imita divisão direita-esquerda dos EUA"	Relig., Poder e política	Poder	<b>26.1:</b> Presidente e do Cremerj pede agilidade na	D.S.R

					despenali zação do aborto	
	<b>21.1:</b> "Não aceito ser chamada de direita' diz candidata	Relig., Poder e polít.	Mundo		<b>28.1:</b> 28 de setembro , Cortejo da Mulher Negra Morta em Aborto Clandesti no – Ato pela legalizaç ão do aborto – São Paulo	D.S.R, Mulher Negra
	<b>25.1:</b> "Dilma tem grande insensibilidade social"	D.S.R, Poder e polit.	Poder		<b>29.1:</b> Milhares de mulheres se manifest am a favor do aborto em Madri	D.S.R
	<b>27.1:</b> "Arena de debates"	Mídia	Poder	<b>OUT UB.</b>	<b>1.1:</b> Minha mãe morreu de aborto. Eu tinha 3 anos e	D.S.R

					ela 21	
	<b>3.1:</b> "Conservador, pastor do PSC afirma que vai chegar à Presidência"	Relig., Poder e polít.	Poder		<b>4.1:</b> Aborto, por Oscar Vilhena Vieira	D.S.R
	<b>3.2:</b> "Guinada a direita"	D.S.T, Polít.	Cotidiano		<b>6.1:</b> Aborto invisível	D.S.R
	<b>6.1:</b> "Temas tabus são alvo de questionários do Vaticano"	Relig.	Mundo		12.1: A hipocrisi a no trato do aborto	D.S.R
	<b>8.1:</b> "Depredando Caravelas"	Ideolog ia	Poder		<b>15.1:</b> Quadrilh a envolvid a com abortos chegava a lucrar R\$ 300 mil por mês	D.S.R
	<b>9.1;9.2;9.3;9.4 ;9.5:</b> "Guinada a direita"	D.S.R, Poder e polít.	Folha 10		<b>15.2:</b> Fechar clínicas é enxugar gelo. Só a ampliaçã o do direito ao aborto resolve – Por: Leonard o	D.S.R

					Sakamoto	
	<b>10.1:</b> "Novo Presidente terá na agenda Educação e nova lei do aborto"	Poder e Polít.	Mundo		<b>15.3:</b> Assim como na vida real, mocinhas que fazem aborto são condenadas na ficção	D.S.R, Mídia
	<b>10.2:</b> "Abaixo a ironia"	D.S.R, Polít.	Cotidiano	<b>NOV EMB.</b>	<b>12.1:</b> Abortos de bebês do sexo feminino se espalham como 'epidemia' no leste europeu, diz ONU	D.S.R
	<b>17.1:</b> "Manipulação da fé"	Relig., Poder e polít.	Primeiro caderno		<b>18.1:</b> Polícia indiciou 14 em inquérito sobre morte de mulher durante tentativa de aborto	D.S.R, Feminicídio

	<b>27.1:</b> "No 1º documento doutrinário, papa prega a descentralização da igreja"	Relig.	Mundo		<b>21.1:</b> Precisamos falar sobre aborto	D.S.R
	<b>15.1:</b> "Guru de Feliciano será candidata no Paraná"	Relig., Poder e polít.	Poder	<b>DEZ EMB.</b>	<b>6.1:</b> Preconceito, assédio e aborto: patinadora encarou todo mundo e foi campeã	D.S.R, Esport.
	<b>17.1:</b> "Uruguai na frente"	Polít., D.S.R	Primeiro caderno		<b>22.1:</b> Novo Código Penal moçambicano legaliza o aborto	D.S.R, Polít.
	<b>18.1:</b> "Papa decide tirar cardeal conservador de comitê"	Relig.	Mundo		<b>26.1:</b> Proibição do aborto no Brasil penaliza principalmente mulheres pobres e negras, diz diretora de ONG	D.S.R, Mulher Negra



					católica	
	23.1: "Conservadorismo legal"	D.S.R, Polít.	Primeiro caderno	<b>2015/ JAN.</b>	<b>21.1:</b> As consequências dos 40 anos da legalização do aborto na França	D.S.R, Polít.
	29.1: "Como se forma uma femem"	D.S.R, Feminismo	Mundo		<b>24.1:</b> El Salvador : Indulto para mulher presa por ter aborto espontâneo é um triunfo para a justiça	D.S.R, Polít.
	30.1: Equilíbrio judicial"	Poder e polít., D.S.R	Primeiro caderno	<b>FEVER.</b>	<b>9.1:</b> Cunha: "Aborto e regulação da mídia só serão votados por cima do meu cadáver"	D.S.R, Polít., Mídia
<b>2014/ JAN.</b>	<b>14.1:</b> "Papa diz que aborto reflete 'cultura do descarte'"	Relig.	Mundo		<b>12.1:</b> Ser a favor da legalização não	D.S.R

					significa ser a favor do aborto!	
	<b>18.1;18.2;18.3:</b> "Cultura do descarte"		Relig.	Folha 10	<b>13.1:</b> Campanha anti-aborto gera respostas nas redes	D.S.R, Mídia
	<b>18.4;18.5;18.6:</b> "Cultura do descarte"		Relig.	Folha 10	<b>23.1:</b> 10 mitos sobre o aborto que precisam ser desfeitos	D.S.R
<b>FEVER.</b>	<b>27.1:</b> "PT presidirá Comissão de Direitos Humanos"		D.S.R, Polít.	Poder	<b>27.1:</b> Debora Bloch: "Não sei se minha filha sabia que fiz aborto"	D.S.R, Mídia
<b>MARÇO</b>	<b>2.1:</b> "RJ concede pensão a criança fruto de estupro"		V.C.M, Poder e Polít.	Cotidiano	<b>MARÇO</b> <b>10.1:</b> É preciso falar sobre aborto	D.S.R

# ANEXO B – COMPILADO DE FIGURAS

## FOLHA DE SÃO PAULO

# Março/2013



ENTREVISTA **BYRNNA LEVY**

## Teste genético anormal não significa o fim da gravidez

### PARA ESPECIALISTA EM EXAMES QUE PROCURAM ANORMALIDADES EM FETOS, REAÇÃO DOS PAIS A RESULTADOS DEPENDE DE VALORES

Os testes genéticos para detectar anomalias cromossômicas e durante a gravidez crescem em número e variedade. Os testes genéticos para detectar anomalias cromossômicas, como o teste de Down, Turner e Patau, por exemplo, a partir de amostras de sangue.

Em dezembro, duas pesquisas publicadas no "New England Journal of Medicine" mostraram a vantagem do teste "chip" (CMA) em relação aos exames tradicionais de controle para analisar testes genéticos realizados a partir de amostras de líquido do amniótico para detectar anomalias cromossômicas em casos de abortos espontâneos.

O "chip" tem pequenas sequências de DNA que detectam ganhos ou perdas nos cromossomos. O teste é realizado mais tarde, sendo analisado imediatamente a estrutura dos cromossomos.

Quando um casal pede um filho, há muita coisa a se considerar. Além de avaliar a saúde física e emocional dos pais, é importante avaliar a capacidade de criar um filho saudável. Isso inclui avaliar a capacidade de criar um filho saudável e a capacidade de criar um filho saudável.

de eficácia, eles não tinham duplicação e inversão cromossômicas. Em alguns casos, há uma diferença de diagnóstico entre os resultados positivos ou negativos em relação a um teste invasivo.

Como os testes não precisavam para achar anomalias cromossômicas, os testes de diagnóstico prático foram realizados com a mesma precisão. Quando você acha um problema prático, você precisa confirmar a gravidez.

Mas, se os testes não precisavam para achar anomalias cromossômicas, os testes de diagnóstico prático foram realizados com a mesma precisão. Quando você acha um problema prático, você precisa confirmar a gravidez.

o pai pensa que há algo que ele não sabe e ele quer fazer muitas coisas - e muitas dessas coisas não são necessárias para sua saúde física, mas sim para sua saúde emocional.

Se de conseguir dar um resultado, já se sabe. A biologia tem mais chances de dar um resultado 90% certo do que de não dar. Então, com isso, há uma resposta simples, como uma resposta do sistema de defesa de um corpo de novo. Das coisas que você pode fazer para lidar com isso emocionalmente.

**RAID-D**  
**BYRNNA LEVY**  
É médica obstetra e professora de genética na Universidade de Columbia, em Nova York. Ela é autora de um livro sobre testes genéticos para detectar anomalias cromossômicas em casos de abortos espontâneos.

**IDEAL**  
Ela acredita que os testes genéticos para detectar anomalias cromossômicas em casos de abortos espontâneos são muito úteis para ajudar os pais a tomar decisões sobre a gravidez.

**ATENÇÃO**  
Professora associada de genética clínica na Universidade de Columbia (USA) e chefe do laboratório de diagnóstico clínico no Hospital Presbyterian de Nova York, ela lidera o estudo de teste de pesquisa sobre anomalias cromossômicas em casos de abortos espontâneos. Ela também é professora de medicina em um programa de residência em pediatria na Universidade de Columbia.

**EXAME INVASIVO**  
Durante a gravidez, há uma diferença de diagnóstico entre os resultados positivos ou negativos em relação a um teste invasivo.

**EXAME NÃO INVASIVO**  
Os testes não precisavam para achar anomalias cromossômicas, os testes de diagnóstico prático foram realizados com a mesma precisão. Quando você acha um problema prático, você precisa confirmar a gravidez.

**TESTE NATIVO**  
Os testes não precisavam para achar anomalias cromossômicas, os testes de diagnóstico prático foram realizados com a mesma precisão. Quando você acha um problema prático, você precisa confirmar a gravidez.

**66** Em nosso estado com grande número de casos de anomalias cromossômicas em fetos, os pais decidem continuar a gravidez. Quem enfrenta isso vive a experiência de uma gravidez muito diferente de uma com cinco filhos que crescerão sem saber.

**PRÉ-FERTILIZAÇÃO**  
Problemas cromossômicos podem ser detectados em amostras de sangue antes da fertilização. Isso pode ajudar a identificar problemas cromossômicos antes da implantação no útero.

**COMISSÃO**  
A comissão foi criada para avaliar a eficácia dos testes genéticos para detectar anomalias cromossômicas em casos de abortos espontâneos.

## Médicos defendem aborto até 12ª semana de gestação

### Conselhos médicos propõem que se dê à mulher a opção de parar gravidez

**ABORTO EM DISCUSSÃO**  
CM aprova decisão finalização até a 12ª semana de gravidez

**COMO É ISSO?**  
O aborto é proibido, a não ser em casos de emergência, como risco para a saúde ou de feto anormal.

**CONSIDERAÇÃO**  
A comissão recomendou que se dê à mulher a opção de parar a gravidez até a 12ª semana.

**QUESTÃO 1**  
Quando for o caso de saúde da mulher, até a 12ª semana de gravidez.

**QUESTÃO 2**  
Quando houver um diagnóstico de feto anormal.

**QUESTÃO 3**  
Em caso de atos criminosos que resultem em morte da mãe ou do feto.

**Posição tem respaldo da maioria dos conselhos de medicina de todo o Brasil**  
A maioria dos conselhos de medicina de todo o Brasil aprovou a proposta de que se dê à mulher a opção de parar a gravidez até a 12ª semana de gestação.

**COMISSÃO**  
A comissão recomendou que se dê à mulher a opção de parar a gravidez até a 12ª semana de gestação.

**QUESTÃO 1**  
Quando for o caso de saúde da mulher, até a 12ª semana de gravidez.

**QUESTÃO 2**  
Quando houver um diagnóstico de feto anormal.

**QUESTÃO 3**  
Em caso de atos criminosos que resultem em morte da mãe ou do feto.

**PRÉ-FERTILIZAÇÃO**  
Problemas cromossômicos podem ser detectados em amostras de sangue antes da fertilização. Isso pode ajudar a identificar problemas cromossômicos antes da implantação no útero.

**COMISSÃO**  
A comissão foi criada para avaliar a eficácia dos testes genéticos para detectar anomalias cromossômicas em casos de abortos espontâneos.

**QUESTÃO 1**  
Quando for o caso de saúde da mulher, até a 12ª semana de gravidez.

**QUESTÃO 2**  
Quando houver um diagnóstico de feto anormal.

**QUESTÃO 3**  
Em caso de atos criminosos que resultem em morte da mãe ou do feto.

Figura 20.1

## Médicos defendem aborto até 12ª semana de gestação

### Conselhos médicos propõem que se dê à mulher a opção de parar gravidez

**ABORTO EM DISCUSSÃO**  
CM aprova decisão finalização até a 12ª semana de gravidez

**COMO É ISSO?**  
O aborto é proibido, a não ser em casos de emergência, como risco para a saúde ou de feto anormal.

**CONSIDERAÇÃO**  
A comissão recomendou que se dê à mulher a opção de parar a gravidez até a 12ª semana.

**QUESTÃO 1**  
Quando for o caso de saúde da mulher, até a 12ª semana de gravidez.

**QUESTÃO 2**  
Quando houver um diagnóstico de feto anormal.

**QUESTÃO 3**  
Em caso de atos criminosos que resultem em morte da mãe ou do feto.

**Posição tem respaldo da maioria dos conselhos de medicina de todo o Brasil**  
A maioria dos conselhos de medicina de todo o Brasil aprovou a proposta de que se dê à mulher a opção de parar a gravidez até a 12ª semana de gestação.

**COMISSÃO**  
A comissão recomendou que se dê à mulher a opção de parar a gravidez até a 12ª semana de gestação.

**QUESTÃO 1**  
Quando for o caso de saúde da mulher, até a 12ª semana de gravidez.

**QUESTÃO 2**  
Quando houver um diagnóstico de feto anormal.

**QUESTÃO 3**  
Em caso de atos criminosos que resultem em morte da mãe ou do feto.

**PRÉ-FERTILIZAÇÃO**  
Problemas cromossômicos podem ser detectados em amostras de sangue antes da fertilização. Isso pode ajudar a identificar problemas cromossômicos antes da implantação no útero.

**COMISSÃO**  
A comissão foi criada para avaliar a eficácia dos testes genéticos para detectar anomalias cromossômicas em casos de abortos espontâneos.

**QUESTÃO 1**  
Quando for o caso de saúde da mulher, até a 12ª semana de gravidez.

**QUESTÃO 2**  
Quando houver um diagnóstico de feto anormal.

**QUESTÃO 3**  
Em caso de atos criminosos que resultem em morte da mãe ou do feto.

Figura 21.1

Legalizar a prática 'deseduc' e é 'grave', afirma bispo da CNBB

DE MARILIA

O apoio dos conselhos de medicina à autorização para o aborto até a 12ª semana de gestação foi considerado pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) um apoio à cultura da violência. A entidade da Igreja Católica, radical opositora do aborto sob qualquer circunstância, recebeu a chancela dos conselhos com preocupação, pois ela poderia incentivar "alguns direitos em detrimento de outros". "O que consideramos grave nesse contexto é o poder 'educativo' — que é deseducativo, na verdade — que um órgão importante como o Conselho Federal de Medicina tem, ao poder de citar mentalidade", analisa João Carlos Petinatti, bispo da CNBB. Para ele, a escolha deve ser sempre pela vida.

"O contrário, se fortalece uma mentalidade que favorece o recurso à violência e à morte. E justamente num contexto em que o Brasil está assolado por índices de

violência que nos colocam em situação parecida com países que estão em guerra." No mundo acadêmico, o entendimento é bem diferente. Para Debora Iltis, professora da UnB (Universidade de Brasília) e pesquisadora da Anís (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), a posição dos conselhos de medicina transfere, de vez, o debate do campo da religião para o da saúde pública.

"O CFM é uma referência ética para como os médicos devem se comportar e como devem pensar a assistência em saúde. Nesse sentido, a posição dos conselhos pela descriminalização do aborto [até a 12ª semana] significa um deslocamento definitivo do tema da religião para o de saúde pública". Para a pesquisadora, o posicionamento põe os conselhos de medicina em "posição de vanguarda". Há concordância com a dispensa do laudo pelo médico ou psicólogo.

"O aborto deve ser uma escolha soberana, informada e autônoma das mulheres." (M)

Figura 21.2

Aborto sem crime

Proposta do Conselho Federal de Medicina enfatiza necessidade de encerrar o procedimento como grave questão de saúde pública

Foi proposta em junho de 2008 pelo Conselho Federal de Medicina a necessidade de ampliar das situações previstas para o aborto na legislação brasileira. A proposta visava garantir a gravidez já à parentalidade em casos de estupro ou incesto para a vida toda. Decisão do Superior Tribunal Federal admitiu, recentemente, que o consócio não quando se verifica a anulação da lei.

Propõe-se que a permissão seja estendida até a 12ª semana de gestação, se não houver desejo. Comunique-se ao Conselho de Medicina e ao Conselho de Saúde Pública.

Proibição de ter menos placentos no caso de interrupção de gestação de reprodução assistida e diagnóstica de vida inviável feto do item. Como incentivo, são emitidos prêmios mensais, interromper uma gravidez involuntária.

Em caso de interrupção da vida, deve ser realizada campanha de maior informação e educação para a população, com a chamada pública do dia da semente.

Nos países em que isso ocorre, também é comum o uso de drogas que, por certo, não são recomendadas como primeira opção contraceptiva. Aos médicos e multiprofissionais, por saber de controvérsias, se opõem à medida não apenas no âmbito de direito de não ser o responsável por procedimentos letais, mas também no âmbito ético.

religiosos, neste e em outros casos, não podem ser considerados como representantes de todos os aspectos políticos. Como é o caso de cerca de 7 mil médicos e número de abortos realizados anualmente no Brasil. Realizações de abortos, mesmo em casos de emergência, são comuns de vários meses por ano.

Se faltam critérios para definir qual é o meio de vida de uma pessoa humana, não pode, fora de qualquer questão, as mulheres que moram em condições precárias ou mesmo em casa, sobreviver no frio, durante os primeiros meses, interromper uma gravidez involuntária.

Em caso de interrupção da vida, deve ser realizada campanha de maior informação e educação para a população, com a chamada pública do dia da semente. Nos países em que isso ocorre, também é comum o uso de drogas que, por certo, não são recomendadas como primeira opção contraceptiva. Aos médicos e multiprofissionais, por saber de controvérsias, se opõem à medida não apenas no âmbito de direito de não ser o responsável por procedimentos letais, mas também no âmbito ético.

Em caso de interrupção da vida, deve ser realizada campanha de maior informação e educação para a população, com a chamada pública do dia da semente. Nos países em que isso ocorre, também é comum o uso de drogas que, por certo, não são recomendadas como primeira opção contraceptiva. Aos médicos e multiprofissionais, por saber de controvérsias, se opõem à medida não apenas no âmbito de direito de não ser o responsável por procedimentos letais, mas também no âmbito ético.

Não dá para dourar a pílu-la: é impedir que uma pessoa venha a existir

RENALDO JOSÉ LOPES  
COORDENADOR GERAL DE SAÚDE

Defender que qualquer mulher tem direito de abortar até as 12 semanas de gestação é, ao mesmo tempo, uma decisão simples, óbvia até. É uma atitude com repercussões mais sérias, que precisam ser consideradas.

Uma primeira opção parece fazer a balança pender para o lado do direito de interromper a gravidez. Lei contra o ato nunca é violada, pois o aborto sempre em casos em que a mulher não quer mais o bebê, pois ela não tem condições de cuidar dele. E os próprios médicos nem se dão ao trabalho de impedir que uma pessoa venha a existir. É daí? Se está demonstrando, em milhares de lugares, que o procedimento foi descriminalizado, a legislação não deveria desaparecer?

Em parte, sim. O hábito que nos vem acompanhado há séculos, no entanto, é o de definir a ação de não fazer algo. É o que também é considerado em sua maioria como a pessoa humana em si mesma. Então, a lei que não dá para dourar a pílu-la impede que uma pessoa venha a existir. É daí? Se está demonstrando, em milhares de lugares, que o procedimento foi descriminalizado, a legislação não deveria desaparecer?

Em parte, sim. O hábito que nos vem acompanhado há séculos, no entanto, é o de definir a ação de não fazer algo. É o que também é considerado em sua maioria como a pessoa humana em si mesma. Então, a lei que não dá para dourar a pílu-la impede que uma pessoa venha a existir. É daí? Se está demonstrando, em milhares de lugares, que o procedimento foi descriminalizado, a legislação não deveria desaparecer?

Figura 21.3

Figura 23.1

Regra sobre aborto só deve ser votada no 2º semestre

Relator da reforma do Código Penal no Senado diz ser 'favorável à vida'

Segundo senador, elite precisa avaliar posição de conselhos de medicina sobre o assunto

Em caso para o aborto legal, deve ser votado o novo projeto de lei que descriminaliza o aborto até a 12ª semana de gestação. De acordo com o senador Pedro Pablo Kuczynski (PPS), relator da matéria, o presidente Jair Bolsonaro não pode interferir no processo. É necessário que a elite política avalie a posição dos conselhos de medicina sobre o assunto antes de votar. Segundo o senador, o aborto até a 12ª semana de gestação é uma opção que não interfere no processo. É necessário que a elite política avalie a posição dos conselhos de medicina sobre o assunto antes de votar.

O aborto, operatório e precoce, é a decisão de saúde de uma mulher, segundo o Ministério da Saúde. Dos 1,79 bilhões nascidos em 2000, 19,7 milhões morreram de causas naturais em 2008. — 4 milhões foram matriculados em 2008.

Figura 22.1

APROVAÇÃO DA LEI DE ABORTO SEM CRIME. O Brasil tem a maior taxa de aprovação de leis de aborto sem crime entre os países da América Latina. O Brasil tem a maior taxa de aprovação de leis de aborto sem crime entre os países da América Latina.

Figura 21.3

Figura 23.1

Figura 22.1

Figura 21.3

Figura 23.1

# Brasileiro quer que Francisco seja liberal

Datafolha mostra desejo que papa aprove pontos como divórcio, uso de camisinha e fim do celibato de padres

**Rejeição a abortos no casamento gay são as duas exceções, porém; maioria aprova escolha de pontífice argentino**

**RODRIGO ARETUA**  
DE DATAFOLHA

A grande maioria dos brasileiros aprova a escolha do papa argentino Jorge Mario Bergoglio para chefiar a Igreja Católica. Ao mesmo tempo, boa parte dos brasileiros quer que a Igreja liberalize suas posições em temas como contracepção e divórcio. Esse é o resultado de pesquisa realizada pela Datafolha em 20 de 21 de março, uma semana depois de conclave que elegeu papa Francisco — primeiro latino-americano a ser eleito papa no conclave da Santa Sé. A manobra ocorreu em 13 de fevereiro.

Das 21 questões levantadas pela Datafolha em 161 municípios, maiores, 93%, defenderam a escolha de Bergoglio. O levantamento revela que 74% das pessoas ouvidas pelo instituto esperam que até 2% dos entrevistados a admitam na prática.

O levantamento revelou também que metade dos brasileiros — ou seja, 50% — defende a abertura de uma igreja de uma igreja tradicional da Igreja Católica. A pesquisa também mostrou que 86% dos brasileiros não defendem a abertura de uma igreja de uma igreja tradicional da Igreja Católica.

A pesquisa mostra ainda que 50% dos brasileiros são favoráveis a que o papa aceite a ideia de uma igreja de "liberdade de fé" para os católicos. Isso significa que 50% dos brasileiros não defendem a abertura de uma igreja de uma igreja tradicional da Igreja Católica.

Em 2010, Bento 16 chegou a declarar que o uso de preservativo em casos especiais, em uma espécie de "caso especial", por evitar a transmissão do HIV.

Não apenas, porém, o Vaticano se posicionou em favor de que o papa libere a Igreja Católica em relação ao uso de preservativo em casos especiais.

A maioria das pessoas ouvidas pela Datafolha também acha que Francisco deveria orientar a Igreja a se tornar mais aberta ao divórcio (59%), permitir que mulheres sejam ordenadas e possam rezar missas (59%) e acabar com o celibato de padres (59%).

Aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo foram as duas exceções em relação a essas ideias. Apenas 21% dos entrevistados defendem que a Igreja continue se posicionando contra os dois.

**DATAFOLHA PAPA**  
O novo papa deveria orientar a Igreja Católica a se posicionar a favor ou contra:

**DIVÓRCIO**  
A favor 58  
Contra 36  
Indiferente 6

**USO DE CAMISINHA**  
A favor 83  
Contra 9  
Indiferente 8

**UNIÃO DE HOMOSSEXUAIS**  
A favor 30  
Contra 67  
Indiferente 3

**ABORTO**  
A favor 37  
Contra 54  
Indiferente 9

**ORDENAÇÃO DE MULHERES**  
A favor 38  
Contra 58  
Indiferente 4

**FIM DO CELIBATO DOS PADRES**  
A favor 56  
Contra 32  
Indiferente 12

**USO DE ANTICONGESTIONAIS**  
A favor 77  
Contra 19  
Indiferente 4

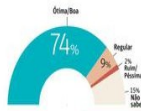
**86%**  
Insistem em defender a Igreja Católica em relação ao uso de preservativo em casos especiais

**49%**  
Acha que o papa deveria orientar a Igreja a se tornar mais aberta ao divórcio

**30%**  
Defende que o papa libere a Igreja Católica em relação ao uso de preservativo em casos especiais

**73%**  
Defende que o papa libere a Igreja Católica em relação ao uso de preservativo em casos especiais

Como avalia a escolha de papa Francisco?



Para maioria, igreja não pode pedir filhos como deveria

A maioria das pessoas ouvidas pelo Datafolha acredita que a Igreja Católica não pode pedir que os pais tenham filhos antes de serem casados. Isso ocorreu em 74% dos casos de respostas.

Outros 33% consideram que essa ideia não faz sentido, e 17% acham que há necessidade de maior parte dos integrantes da Igreja Católica.

Desde então, no entanto, 20% acham que as posições não são rigorosas como deveriam ser, 21% acreditam que elas são abrangentes, e 39% consideram que há necessidade de revisão.

Outros 16%, por sua vez, acreditam que o Vaticano não tem sido tão aberto quanto deveria ser em relação a essas questões.

Em 2010, Bento 16 chegou a declarar que o uso de preservativo em casos especiais, em uma espécie de "caso especial", por evitar a transmissão do HIV.

Não apenas, porém, o Vaticano se posicionou em favor de que o papa libere a Igreja Católica em relação ao uso de preservativo em casos especiais.

A maioria das pessoas ouvidas pela Datafolha também acha que Francisco deveria orientar a Igreja a se tornar mais aberta ao divórcio (59%), permitir que mulheres sejam ordenadas e possam rezar missas (59%) e acabar com o celibato de padres (59%).

Aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo foram as duas exceções em relação a essas ideias. Apenas 21% dos entrevistados defendem que a Igreja continue se posicionando contra os dois.

Fonte: pesquisa Datafolha em 20 de 21 de março, com 2.017 pessoas em 161 municípios de todo o Brasil. Margem de erro de 2 pontos percentuais, para nível de confiança de 95%.

Figura 24.1

### Pílula do dia seguinte pode ser vendida sem prescrição nos EUA

DO "NEW YORK TIMES" - Um juiz federal dos Estados Unidos decidiu ontem que o governo deve disponibilizar, nas farmácias, a pílula do dia seguinte a mulheres de todas as idades. Antes, meninas com menos de 16 anos precisavam de uma receita para comprar a droga.

Em sua decisão, o juiz Edward Korman acusou o governo federal de "má fé" para tornar a pílula disponível e disse que suas ações tinham motivações políticas.

A briga sobre quem deve ter acesso à pílula e em quais circunstâncias já se arrasta há mais de dez anos nos EUA. Em 2011, a secretária de Saúde e Serviços Humanos, Kathleen Sebelius, recomendou à FDA (agência que regula medicamentos nos EUA) que a pílula tivesse acesso universal.

A FDA e o departamento de Saúde e Serviços Humanos se recusaram em comentar a decisão e dizer se o governo vai recortar.

Figura 6.1

## Novo presidente do PP defende apoio à reeleição de Dilma

Senador Ciro Nogueira diz querer transformar partido em referência conservadora para a política brasileira

**Político quer pensar antes para sustentar de drogas e se diz contra Comissão da Verdade e liberação do aborto**

**RESENDA BOMENAI**

Condições para todos os países parados que tentam chegar ao Pacífico, o novo presidente do PP (partido Pro Progresso), o senador pelo Piauí Ciro Nogueira, se declara pessoalmente favorável a uma aliança formal entre o seu partido e o PT para sustentar o mandato de presidente de Dilma Rousseff, em 2014.

Até o momento, não houve uma longa carreira política (apesar de ter sido deputado estadual de 2002 a 2006) antes do Senado. No entanto, há uma preocupação com a necessidade de unificar a legenda. Em entrevista à *Folha* e à *UOL*, ele reconheceu que há de se analisar a decisão antes que o PP abra um tempo para o PT e não queira usar na campanha.

Sua primeira decisão sobre sua preferência pessoal: "É defendendo a apoio à presidente Dilma". É um posicionamento muito diferente da maioria da base do PP, senador Francisco Nogueira, do Rio, que em 2010 manteve a sigla neutra na disputa presidencial. Nogueira não desaprova a ideia de uma aliança com o PT de longo prazo e acredita no apoio oficial à reeleição de Dilma, mas se compromete na construção de um governo que possa melhorar sua aliança em 2014.

O líder do PP comandado o Ministério da Cidade não implica uma aliança automática, pois essa também era a intenção em 2010. O que poderá mudar o cenário é um processo de consulta aos dirigentes da sigla nos Estados.

Para Ciro Nogueira, o presidente e o PT não de se reforçar para sobreviver a um tempo não vai fazer o PT nas eleições por seguir as regras e não em alianças-relações de governos.

O PT, historicamente, é um partido que não continua apoiar candidatos de outros partidos. No entanto, precisando também de votos do "outro lado", diz o peço.

O problema parece ser: desde quando mudou a sigla e o PT tem um período de dois meses nos quais o PT também deve ser candidato a prefeito no governo Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nesse caso, se não for possível firmar um pacto de longo prazo, garantir que Dilma mandará aqui durante várias disputas.

O PP é o segundo maior da Arena (depois representado o em PTB), segundo de importância da direita militar (PDSB). Embora a sigla já tenha feito acordos sigilosos com o PT, o acordo nunca foi registrado oficialmente.

O PP apoiando o PT em 2014 seria o fechamento de uma aliança com a esquerda, com o apoio formal das duas forças mais antigas do bloco da direita.

Se houver um apoio reeleição de Dilma, o PP poderá mudar mais no presidente. Ideologicamente, o PP define-se como "partido conservador" do Brasil. Segundo Nogueira, "há um tempo" que pode ser ocupado pela sigla. Fala-se em resumo que de-

mente menos impostos e menos presença do Estado na economia. É a favor de desenvolver as terras para uso agrícola de drogas. Não deseja flexibilizar a lei do aborto. Também quer reduzir a maio-

Figura 13.1

# Dilma foge de polêmica para manter paz com evangélicos

Governo se afasta da disputa entre o deputado Marco Feliciano e ativistas

**Presidente não quer se vincular à pauta das igrejas e não pretende mudar legislações sobre aborto e casamento gay**

MARCELA PEREIRA

A presidente Dilma Rousseff pretende manter inalterada a legislação sobre aborto e casamento gay aprovada em 2010. Mas o governo também não quer se vincular à pauta dos evangélicos, que se dividem em conservadora e liberal. No Palácio do Planalto, a única identificação ideológica é feita por meio de reuniões pontuais e reuniões comunitárias. De olho nessa estabilidade, Dilma mantém sua regularidade em torno da presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Marco Feliciano (PSD-SP, Oposição), se faz sentir em eventos sociais, em festas em deputados e pastores. Durante os dois primeiros meses de 2013, ela se reuniu com o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), embora seja da oposição do Planalto, e com o senador Marco Feliciano (PSD-SP, Oposição), se faz sentir em eventos sociais, em festas em deputados e pastores.

mas pelo ponto entre Planalto e igrejas em geral. A nomeação de deputados e membros de outras denominações. Há algumas semanas, a Assembleia de Deus tentou explicar um fofocagem do PT no Ministério da Transportes. Dilma, porém, optou por outro nome do partido, o ex-governador

baiano César Borges. No legislativo, a bancada evangélica continua se unir em eventos de caráter religioso, como casamento gay e aborto. Além disso, há católicos e cristãos de linha mais conservadora. Também há antropocentristas, mas de identificação individual. A cobrança por políticas públicas é reservada para quem não tem o apoio de deputados e políticos de perfil mais conservador.

Não é mesmo, denunciando, como cargo, a participação semanal à Igreja Evangélica de Deus, e em eventos de caráter religioso. Não é mesmo, denunciando, como cargo, a participação semanal à Igreja Evangélica de Deus, e em eventos de caráter religioso. Não é mesmo, denunciando, como cargo, a participação semanal à Igreja Evangélica de Deus, e em eventos de caráter religioso.

Um desapego que se tornou uma característica de Dilma Rousseff. Ela não se envolveu em eventos de caráter religioso. Ela não se envolveu em eventos de caráter religioso. Ela não se envolveu em eventos de caráter religioso.

# Ministério facilita acesso à pilula do dia seguinte

Medicação gratuita pode ser entregue na rede pública sem receita médica

**Profissionais orientam usuários sobre distribuição de contraceptivos em entidades apoiadas**

MARCELA PEREIRA

O Conselho Federal de Medicina (CFM) decidiu que não há impedimento de acesso à medicação de emergência. A prescrição continua sendo obrigatória para venda nas farmácias, apesar de, na prática, a prescrição não ser exigida. A Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Fobgob) também decidiu que não há impedimento de acesso à medicação de emergência. A prescrição continua sendo obrigatória para venda nas farmácias, apesar de, na prática, a prescrição não ser exigida.

de uma vez entregue por enfermeiros sem exigência de receita médica. A prescrição continua sendo obrigatória para venda nas farmácias, apesar de, na prática, a prescrição não ser exigida.

A Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Fobgob) também decidiu que não há impedimento de acesso à medicação de emergência. A prescrição continua sendo obrigatória para venda nas farmácias, apesar de, na prática, a prescrição não ser exigida.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) decidiu que não há impedimento de acesso à medicação de emergência. A prescrição continua sendo obrigatória para venda nas farmácias, apesar de, na prática, a prescrição não ser exigida.

# Figura 15.1

# Desinformação é o principal entrave para a prevenção

ILUMINAÇÃO

ILUMINAÇÃO

A pilula de emergência já é distribuída no SUS há sete anos, mas são poucos os centros de saúde que oferecem a prevenção. Muitos pontos exigem a presença de pais e responsáveis para obter a medicação. A maioria dos pontos de distribuição é em locais de difícil acesso.

# PÍLULA LIBERADA

Ministério da Saúde lança protocolo da 'pilula do dia seguinte'

COMO FUNCIONA A PÍLULA



# Figura 17.1

## Pílulas para todas

A discussão moral sobre o aborto está entre as mais acaloradas das chamadas guerras culturais. E a veremência dos debates muitas vezes desvia a atenção para um tão importante: o número de interrupções voluntárias da gravidez no mundo já espelhou uma baixa importante: pode cair ainda mais.

De acordo com um estudo do Instituto Guttmacher publicado no ano passado no periódico científico "The Lancet", entre 1995 e 2003, a taxa mundial de abortos reduziu-se de 25 por 29 por mil mulheres em idade fértil, de 2003 a 2006, estabeleceram-se nesse patamar.

O principal motivo para a queda foram avanços no campo de planejamento familiar. Como o espaço para esse gênero de iniciativa não está nem de longe esgotado, um esforço nessa área poderia diminuir significativamente a prevalência do aborto por prevenção.

Nesse contexto, são bem-vindas as medidas da Ministéria da Saúde para facilitar o acesso das mulheres a pílulas do dia seguinte. O medicamento (levonorgestrel), que pode evitar a gravidez até cinco dias após a relação sexual desprotegida, é adquirido por menos de R\$ 10 em farmácias.

Cada espermatozóide, desde logo, que esse meio contraceptivo de emergência não seja objeto de campanhas de divulgação mais amplas, é

exemplo do que se faz com preservativos. Por, embora a pílula se tenha difundido gratuitamente entre a população de saúde, enfrenta barreiras burocráticas insuperáveis. O medicamento estava disponível apenas sob prescrição médica, o que, em condições ótimas, não evita. Mas, para ampliar a oferta, uma consulta com ginecologista no SUS chega facilmente a dois meses, muito além do período de eficácia da pílula.

O governo federal distribuiu, agora, uma cartilha para profissionais da rede pública na qual esclarece que, se não houver médico disponível, a pílula pode ser fornecida por enfermeiros. Espera-se que essa orientação também facilite o acesso de mulheres ao levonorgestrel, já que alguns pontos de saúde criam embaraços e exigem, por exemplo, a presença dos pais.

A oferta abundante de métodos de planejamento familiar e de contracepção de emergência não vai, é claro, evitar a ocorrência de abortos. Mas, considerando que há alternativas menos traumáticas para a mulher e menos controversas para a sociedade, seria um erro não massificar tão quanto possível.

Avanços na prevenção da gravidez abortar não seriam suficientes para transformar o aborto numa religião, mas bastariam para evitar uma boa dose de sofrimento.

## Delícias da burocracia

**SÃO PAULO.** A pílula do dia seguinte é oferecida de graça na rede pública, mas muitos postos de saúde exigem receita médica para fornecerem a pílula. Pequidinha: marcar uma consulta ginecológica pelo SUS leva até dois meses e o medicamento só funciona se tomado até cinco dias após a relação sexual desprotegida.

Cansa de disposições burocráticas absurdas ou pelo menos muito esquisitas é o que não falta. Acho até que muitos um prazer meio masoquista em identificá-las e ridicularizá-las. Não é mera coincidência que uma das definições de "burocracia" no meu "Houaiss" registre: "Estrutura ineficiente, inoperante, morosa na solução de questões e indiferente às necessidades das pessoas".

Há, é claro, um outro lado. Um sintônimo de "burocracia" é "Serviço público profissional". Foi Max Weber (1864-1920) quem primeiro destacou a relevância para o Estado moderno de uma estrutura de funcionários capacitados organizados em hierarquias e que tomam decisões com

base em regras racionais preferencialmente escritas. Foi só a partir daí que os favores prestados pelos poderes poderiam converter-se em direitos garantidos pelo poder público.

O mundo, porém, está longe de ser um lugar perfeito e nem a mais vitoriosa das burocracias é sem pecados. Um pouco por falhas nas regras, um pouco por preferências íntimas de seus integrantes e muito para exercer seu quinhão de poder, o serviço público frequentemente cria paradoxos como o da pílula do dia seguinte.

Minha modesta sugestão para lidar com isso não esconde um viés burocrático: por que Dilma, que não tem mesmo medo de criar ministérios, não traz de volta a pasta da desburocratização? Estou ansioso para que alguém me explique por que cartilhas de motivação como o enorme manual vencido deixam de valer como prova de identidade e por que uma xerox autenticada, que serve até como prova no STJ, não basta para pagar um ônibus intermunicipal.

bel@uol.com.br

## Figura 18.1

A saúde pública espera por mudança

OLÍMPIO BARBOSA DE MORAES FILHO

Princesa dos céus, de que uma tragédia assola a pais, sem alarde noticiário. No Brasil, pelo menos, de 200 a 300 mil mulheres morrem em decorrência de abortos clandestinos. A maioria delas é jovem, negra, analfabeta, não tem escolaridade e vive em situação de pobreza extrema. Para ser citada a nome, basta, mas a respeito da perda dessas vidas dentro das famílias e dentro do país.

As estatísticas falam em cerca de 1 milhão de abortos realizados na clandestinidade anualmente no país. Desse total, somente um quarto passa por procedimentos que levam a intervenções para evitar danos ao aborto. Muitos não são realizados ou são inadequados, com risco de vida.

Em um país de mais de 200 milhões de habitantes, com um compromisso humanitário com a terra, com a população mundial e com as relações internacionais submetido pelo governo brasileiro,

o Brasil, o Conselho Federal de Medicina — em resposta à solicitação da comunidade científica — deveria já parar de culpar a vítima de esse crime — e deveria responder ao Brasil, ao mundo, ao povo de maneira que seja aceita e eficaz.

Ora, essa decisão não transforma a realidade em liberdade do aborto ou de uma descriminalização. O que está em discussão é a maneira



O tema do aborto deve ser analisado sob a prismas da autonomia individual e da realidade trágica que leva mulheres a arriscarem a vida durante a gravidez. Em agosto 1973, a pílula é proibida ou é permitida em condições especiais, como determinações do Conselho Nacional de Saúde e da Organização Mundial da Saúde. A Organização Mundial da Saúde recomenda o uso de métodos de planejamento familiar em países em desenvolvimento.

Em um país onde, em países onde houve reformas legais com aplicação do número de situações de exclusão de feticido, criou-se uma forma diferenciada e politicamente adequada. Nesse local, com o aumento da procura das mulheres por interrupção em saúde sexual e

reprodutiva e por métodos contraceptivos, reduzem-se as situações de gestação indesejada e consequentemente o aborto.

Não podemos perder de forma nenhuma que isso se reproduzirá no Brasil, apesar dos desafios decorrentes dessa possibilidade.

O que nos parece relevante é discutir o tema em termos de saúde da sociedade, para não se ser substituído. É preciso reconhecer e reconhecer o papel do Brasil e a importância de oferecer a vida humana o cuidado de quem se oferece para a milhares de mulheres.

Não está marcado pela desigualdade, apesar de ser um país rico. O aumento do número de situações de exclusão de feticido não é o mesmo em todos os países em desenvolvimento.

Em um país onde, em países onde houve reformas legais com aplicação do número de situações de exclusão de feticido, criou-se uma forma diferenciada e politicamente adequada. Nesse local, com o aumento da procura das mulheres por interrupção em saúde sexual e

## Figura 21.1

## Figura 29.1

OLÍMPIO BARBOSA DE MORAES FILHO, professor de Filosofia da Universidade de Fortaleza, é autor de "A Realidade da Saúde Pública" e "A Realidade da Saúde Pública em um País em Desenvolvimento".



# Maiο/2013

## Por Apolo e por Asclépio

**SÃO PAULO** - Confesso que fiquei um pouco chocado com o artigo do médico e professor Luiz Eugênio Garcez Leme publicado na última segunda-feira na pág. A3 da Folha. O problema, evidentemente, não está no fato de ele defender posições pró-vida, mas no fato de fazê-lo invocando o juramento hipocrático. Embora eu entenda que a mulher deve ter o direito de decidir livremente se vai ou não dar sequência a uma gravidez, reconheço que existem alguns argumentos respeitáveis contra o aborto. O próprio professor tangencia alguns deles. Fica assim entre o ocioso e o desmedido recorrer a um texto de quase 2.500 anos cuja autenticidade e correta hermenêutica suscitam enormes dúvidas.

Para verificar os limites do juramento, basta lê-lo na íntegra. O original não é nem mais que o médico prescrever drogas letais e abortivas (medicamentos que têm a simpatia de Leme), mas também o proibir de realizar cirurgias. A peça exige ainda que o médico trate seu professor

como a um pai e com ele dívida sua fortuna. A coisa é tão contemporânea como, não por acaso, surgiram várias versões modernas do juramento, que vão convenientemente ignorando fins os aspectos mais polêmicos do texto.

Esse o ponto a que eu queria chegar: precisamos justificar nossas condutas com base em dados e argumentos, não em tradições. Não nego que uma prática antiga possa encerrar sabedoria, mas isso está longe de ser uma lei natural, em especial num mundo que muda rapidamente.

Nossos cérebros foram moldados para operar no Pleistoceno, época em que vivíamos em bandos de no máximo 150 parentes. Quando nos mudamos para cidades de milhares de habitantes, tivemos de atualizar a programação, recorrendo a leis e deuses imaginários. Agora que vivemos em megalópoles de milhões de pessoas dos mais diversos "backgrounds" culturais, precisamos ser capazes de trocar tradições embebedas por formulações racionais.

belo@uol.com.br

Figura 4.1

# Junho/2013

## Entidades religiosas farão marcha contra aborto e união gay

Atos em Brasília com evangélicos e católicos pretendem reunir milhares de pessoas e tentar pressionar Congresso

**Principais reivindicações e a aprovação do Estatuto do Naicurem, que garante direitos aos lésbicas em gestão**

**MANOEL MULLER**  
MAGALHÃES

A Esplanada dos Ministérios vai se transformar, a partir de hoje, em um palco para católicos e evangélicos pressionarem o Congresso e anunciar com pompa política e que

enfatizam resistência a revisão de direitos humanos, e expõem em detalhes como os religiosos vão defender reações ao aborto previsto em lei e fado a aprovação do Estatuto do Naicurem, que garante direitos aos lésbicas em gestão.

Também deverão questionar a criminalização do aborto e a indicação de Luiz Fux como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O tema já foi debatido em plenário em sessão de 15 de maio.

De manhã, a resistência a de hoje e ocorrerá dois dias após a Farsa Gay de São Paulo, que teve críticas ao pastor e deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP).

anunciada há breves meses e expõem em detalhes como os religiosos vão defender reações ao aborto previsto em lei e fado a aprovação do Estatuto do Naicurem, que garante direitos aos lésbicas em gestão — ou seja, a política, pode votar e abortar nos casos em que previsto por lei. O projeto deverá ser votado amanhã em comissão do Senado.

Capitanizada por grupos como a Esplanada da Unidade de hoje e ocorrerá dois dias após a Farsa Gay de São Paulo, que teve críticas ao pastor e deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP).

**EVANGÉLICOS**  
Os membros de católicos devem ser encaminhados amanhã por uma manifestação com maior participação de evangélicos.

Segundo o pastor Silas Malafaia, o ato acontecerá entre 10h e 12h e terá o objetivo de pressionar o Congresso e anunciar com pompa política e que

“Quem é o CNJ para dar uma nomeada? Isso é o sumário geral de uma abortiva”, afirma Malafaia.

Figura 4.1

## Última vítima, que teria feito 5 abortos, recebe alta hospitalar

DA S AGENCIAS DE NOTÍCIAS

Única das vítimas do sequestro em Cleveland que ainda estava internada, Michelle Knight recebeu alta ontem à tarde do hospital MetroHealth. Em nota, o centro médico pediu que a privacidade dela fosse respeitada.

O comunicado do hospital dizia ainda que Michelle estava “de bom humor” e era grata por todos os presentes enviados, com um agradecimento especial à instituição de caridade criada para arrecadar fundos para as vítimas.

Em entrevista a uma afiliada local da rede CBS, a avó de

Michelle, Deborah Knight, afirmou que a netá precisará de cirurgia reparadora devido às agressões a que o acusado, Ariel Castro, a submeteu.

“Ele bateu tanto na cara que ela vai precisar de reconstrução facial. Além disso, será feita a audição em um dos ouvidos”, disse a avó, segundo a qual Michelle não tem boas relações com parte da família.

Em depoimento à polícia, a vítima acusou Castro de tê-la forçado a abortar pelo menos cinco vezes durante o cativeiro, por meio de jejuos forçados e socos na barriga. A acusação pode levar a Promotoria a solicitar pena de morte.

Figura 11.1

## Evangélicos protestam em Brasília contra aborto

Feliciano disse que quer presidente evangélico

DE BRASÍLIA

Milhares de evangélicos se reuniram ontem em frente à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para criticar o aborto e o casamento gay.

Segundo a organização do evento, 70 mil pessoas participaram da manifestação, que teve show com estrelas da música gospel e discursos de pastores e congressistas evangélicos. Há a Polícia Militar calcula a presença de 60 mil manifestantes.

O deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, foi tratado como “pop star”, sendo assediado por evangélicos que queriam fotos e autógrafos.

Diante da multidão, o pastor disse durante a eleição de um presidente do Brasil evangélico, arremetendo apelos.

“Eu viro o misto dos evangélicos”, disse o pastor Silvano Cavalcanti, assessor do pastor Silas Malafaia, presidente da Assembleia de Deus, após que ingressa a festa, realizada em R\$ 500 mil.

Ante críticas, o pastor Marco Feliciano (PSC) disse que não deturpa a discriminação do aborto, ser aprovada no país. “Sube o dia em que vão aprovar isso? Olhem para mim, estou aqui!”

Grupos que defendem a causa gay fizeram uma manifestação próxima ao evento. A PM isolou os dois grupos e nenhum incidente foi registrado, segundo a polícia.

Figura 6.1

# Serviço de aborto legal no Brasil está jogado 'às traças', diz ministra

Atendimento a vítimas de abuso sexual é frágil, afirmou Elionora Menicucci em reunião de conselho

### Para secretária de SP, ministra está 'equivocada'

de marília

**Críticas da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres estão registradas em ata de encontro**

DIANA NEALAT

O serviço de aborto legal no Brasil "está absolutamente jogado à traça". A avaliação da ministra Elionora Menicucci (Secretaria de Políticas para as Mulheres) e está registrada na ata da reunião de membros do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

No ocasião, ela destacou a importância de se trabalhar na área de saúde, a redução da mortalidade, a redução do câncer e "a situação de violência doméstica, que está absolutamente jogada à traça".

Procurada, a ministra indicou ao problema. "Estão sendo apresentados os dados de vitalidade sexual", disse em nota.

Isso decorre, afirma, da ausência de dados sobre a taxa de falha de equi-



Fachada do hospital Pérola Byington, na capital paulista

que funciona para prestar o atendimento ginecológico e ginecológico adequado.

**CONTRADIÇÃO**

Como sempre, a ministra Elionora Menicucci diz que, na cidade de São Paulo, "há uma contradição que leva a que as mulheres atingidas que foram vítimas de violência sexual não

tenham acesso a serviços de atendimento ginecológico e ginecológico adequado.

**CONTRADIÇÃO**

Segundo a Secretária de Saúde, o atendimento no hospital Pérola Byington, a ministra está "equivocada". Oficialmente, há 66 serviços de atenção ao aborto au-

**“Há uma centralização que leva a que as mulheres estupidadas que fazem o boletim de ocorrência na delegacia sejam encaminhadas todas ao hospital Pérola Byington, complicando muito o acesso das vítimas”**

segundo a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em nota

**“A ministra está equivocada”**

segundo a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em nota

atendimento da vítima de violência sexual, que precisa a respeito feita pela ministra. Entre os problemas citados estão a falta de capacitação, dificuldade de manter equipes completas, profissionais que alguns "são de economia", pressão feita por alguns "sobre a delegacia" e falta de informações atualizadas a respeito.

Diana Nealat, pesquisadora do Instituto de Biologia, Direitos Humanos e Cidadania, avalia que as críticas da ministra refletem a falta de informações sobre o funcionamento dos centros. Seu Instituto elabora, financiado pelo secretariado de Menicucci, um curso sobre o funcionamento dos serviços.

Inicialmente, as pesquisadoras concluíram o diagnóstico de 40 500 casos. "Quando não dá, vai à traça", comentou acrescentando que "é que está equivocada", diz Elionora.

Para Juliana Batista, assessora técnica do Centro Gerontológico do Estado de São Paulo, o ministro da Saúde, que não concorda com a crítica da ministra. Especialistas veem fragilidades no serviço de aborto legal, em geral ligados a centros que fazem o primeiro

A Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, responsável pelo hospital Pérola Byington, afirmou que a ministra Elionora Menicucci "está equivocada" e mostra desconhecimento em atendimento prestado à vítima de violência sexual. Estado, que, no entanto, é responsável pelo hospital. A secretária sustenta que a vítima de violência sexual pode receber o atendimento em qualquer hospital, e fazer o aborto legal em outros seis hospitais da capital.

**REFERÊNCIA**

Segundo funcionários do hospital Pérola Byington, o serviço de atendimento à vítima de violência sexual não funciona em relação à violência sexual em mulheres. Essa particularidade faz com que pessoas do Estado inteiro sejam atendidas no hospital — não só de violência sexual. O ideal, afirmam, era que houvesse mais descentralização do serviço, que, por exemplo, pudesse ser realizado em qualquer unidade de saúde.

Figura 15.1

# Julho/2013

## Retrocesso inato

Deve ser acompanhado com preocupação o projeto de lei que tramita na Câmara com a finalidade de criar o Estatuto do Nascimento. Aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação, o texto altera o tratamento jurídico reservado às crianças que ainda não nasceram. Entre outras inovações discutíveis, a proposta equipara os direitos de embriões congelados "in vitro" aos que já estão em fase de gestação. Além da flagrante desproporção, a novidade pode criar dúvidas jurídicas relevantes — por exemplo, todos disputarão a herança em pé de igualdade? Ainda mais polêmico — e por si mesmo sob fortes críticas de organizações ligadas aos direitos da mulher — é o ponto que diz respeito à gravidez resultante de estupro. A proposta assegura ao nascituro, nesses casos, uma pensão alimentícia a ser paga pelo esturador ou, não sendo ele identificado, pelo Estado. Fica nítida a intenção do legislador de desestimular a opção pelo aborto — permitido por lei em caso de estupro. Assim, às custas de um fundo criado com recursos de toda a sociedade, corteja-se demagogicamente uma parcela de opinião cuja bandeira pró-vida passa por cima de casos em que a sensibilidade e os direitos da mulher vit-

mada merecem exclusiva atenção. Além disso, força-se um vínculo, que a vítima desejará evitar, com o criminoso — vale lembrar que o estupro é condenado pelo Código Penal com penas que variam de seis a dez anos de prisão. Depois de aprovar recentemente o projeto da "cura gay" na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara — arquivado na semana passada a pedido de seu autor —, o deputado e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) pretende que o Estatuto do Nascimento fosse analisado pelo órgão. Voltou atrás, contudo, provavelmente sob influência da onda de manifestações. Com todos os seus absurdos, o texto ora em discussão é um substitutivo apresentado para reparar equívocos ainda maiores da versão original. Desde que surgiu, em 2007, a proposta se caracterizou pela redação confusa e por deficiências de técnica legislativa. Entre os aspectos mais críticos estavam a tentativa de disciplinar temas já sistematizados em lei própria, a inclusão da interrupção da gravidez na lista de crimes hediondos e a criação de uma enigmática versão própria para a prática do aborto. Nem com essas correções, contudo, o projeto merece continuar em tramitação.

Figura 8.1

O PAÍZ NO BRASIL

# 'Kit' traz orientações a peregrinos sobre os tabus da igreja

Cartilha entregue a fiéis e jornalistas reforça restrição católica ao aborto, à eutanásia e à união homossexual

**Material que circula entre participantes da Jornada da Juventude pede 'reflexões éticas' sobre temas polêmicos**

**MARCO BONDILLA**

A Igreja Católica decidiu marcar sua presença a respeito de temas polêmicos de comportamento durante a Jornada Mundial da Juventude em Rio de Janeiro, cujo início está marcado para 16 de julho no Rio. Distribuída e aproximadamente 10 mil jovens inscritos no pelo site oficial do evento, é chamada "Kit peregrino" e inclui um manual com "reflexões éticas" sobre assuntos como aborto, reprodução assistida, eutanásia e homossexualidade.

O evento também já é encaminhado aos 60 mil voluntários da Jornada e a mais de 4.000 jornalistas credenciados para a cobertura do movimento.

A publicação apresenta ao participante a seguinte pergunta: "Como você se sente quando vê uma mulher grávida, desce de que a criança está sendo?" Logo abaixo, vem a resposta elaborada pelo Brasil, enviada à família formada por casais de esposas e pais.

O manual contém orientações sobre "tema do gênero", definida como "uma habilidade específica e socialmente aprendida de ser humano dependo do ambiente sociocultural e não do sexo biológico".

Após de mais, há uma charge onde um rapaz faz a seguinte pergunta: "Bem, então, que 'gênero' eu devo escolher para este ano?"

Em seguida, um menino pergunta: "Como eu devo me comportar para não ser considerado gay?"

O manual inclui a seguinte pergunta: "Como eu devo me comportar para não ser considerado homossexual?"

Segue com a proposta de Igreja: "Não, porque a proposta é ser um homem".

**QUE É O KIT**

**ABORTO**

"Nunca com dignidade" e "não abortar" são palavras-chave.

**EUTANÁSIA**

"Nunca com dignidade" e "não abortar" são palavras-chave.

**HOMOSSEXUALIDADE**

"Nunca com dignidade" e "não abortar" são palavras-chave.

FOCO



## Estudante prepara 'beijão' no Rio contra visita do papa

**FRANCOISCA**

Organizado de dentro do Rio de Janeiro, o "Beijão" é uma manifestação que começou em 2011 e se tornou uma tradição.

Em 2011, o estudante de Direito do Rio de Janeiro, Paulo Henrique de Faria, criou o "Beijão" como uma forma de protesto contra a visita do papa Francisco.

Em 2013, o estudante de Direito do Rio de Janeiro, Paulo Henrique de Faria, criou o "Beijão" como uma forma de protesto contra a visita do papa Francisco.

Em 2014, o estudante de Direito do Rio de Janeiro, Paulo Henrique de Faria, criou o "Beijão" como uma forma de protesto contra a visita do papa Francisco.

Em 2015, o estudante de Direito do Rio de Janeiro, Paulo Henrique de Faria, criou o "Beijão" como uma forma de protesto contra a visita do papa Francisco.

Mane não pode ser considerado como pessoa, mas uma figura de uma manifestação que tem caráter político de vandalismo. "A vontade dos organizadores que transcorsa pacificamente. Mas a expectativa lá aqui tem mais de ficar preocupado", diz ele.

O estudante afirma reconhecer "ambiguidade" do ato que produz, bem como, "há uma reação automática, mas sem desconhecimento. Há uma possibilidade de reação física ao policial, mas o espectador não deve ser considerado como pessoa, mas uma figura de uma manifestação que tem caráter político de vandalismo. "A vontade dos organizadores que transcorsa pacificamente. Mas a expectativa lá aqui tem mais de ficar preocupado", diz ele.

O estudante afirma reconhecer "ambiguidade" do ato que produz, bem como, "há uma reação automática, mas sem desconhecimento. Há uma possibilidade de reação física ao policial, mas o espectador não deve ser considerado como pessoa, mas uma figura de uma manifestação que tem caráter político de vandalismo. "A vontade dos organizadores que transcorsa pacificamente. Mas a expectativa lá aqui tem mais de ficar preocupado", diz ele.



**Seminuas**  
Mulheres protestam pelo direito ao aborto e ao sexo livre

## Figura 22.1

Figura 23.1

# Fieis são menos rigorosos em hábitos condenados pelo papa

Católicos admitem práticas como uso de camisinha e pílula, diz Datafolha

**Jovens que estão no Rio para a Jornada Mundial de Franciscos, mas entendem que pontífice deve manter discurso**

**ABRIL 2014 CATEGORIA 18-24 ANOS**

Os católicos que foram ao encontro da Jornada Mundial da Juventude, na cidade de Copacabana, dizem adotar posturas mais liberais do que aquelas que eles acreditam que o papa Francisco deveria ter, segundo o Datafolha.

O deslocamento entre o pensamento dos fiéis e o que eles defendem para o pontífice fica evidente em questões como o uso de camisinha e pílula anticoncepcional, medidas condenadas pelo papa para evitar a gravidez.

Inquanto 60% defendem o uso de camisinha, 57% do grupo que o papa deveria assumir essa posição.

Tratamento similar ocorre com a pílula: 57% afirmam aprovar o seu uso, mas o pontífice não deve permitir tais fármacos quando se questiona se essa deveria ser a postura do papa.

Dois dias antes da chegada, o papa havia encartado ao jovem catolista "falado passageiro", como o prazer e o diácono.

Quanto mais próximo o tema para os dogmas católicos, menos é a diferença entre a posição do fiel e a que defende para o papa.

A aplicação da seguinte pesquisa indicou o grau de aprovação por parte dos jovens que foram à Copacabana. O índice cai quando se pergunta se o papa deveria adotar essas medidas.

Em temas como o aborto dentro dos limites da lei, o casamento de padres e mulheres e o casamento entre indivíduos do mesmo sexo, o papa deve manter a postura de firmeza.

Entre os jovens, 79% dizem pensar que o movimento da Igreja, do que tem mais seguidores são a Juventude Católica (22%) e as diversas paróquias (16%).

Apesar de ser uma Jornada Mundial, só 27% dos participantes são estrangeiros. O predominantemente de fiéis de países vizinhos, como Argentina, a terra do papa, o Chile, embora com 26 entre os 183 mil que passaram pelo megaparque, segundo o estudo feito pelo Datafolha.

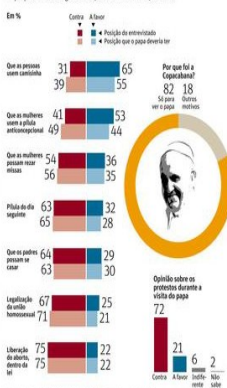
O levantamento foi feito no Rio com 1.279 participantes. A margem de erro é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

**MAIS RIGOROSOS**

O Datafolha chegou a católicos que foram a Copacabana com os seguintes participantes da Jornada Mundial da Juventude, realizada em São Paulo

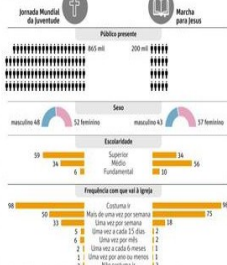
## AS OPINIÕES DOS PREGAROS

Os que pesamos os integrantes da Jornada Mundial da Juventude



## DIFERENÇA DE PERFIL ENTRE CATÓLICOS E EVANGÉLICOS

Em setembro de 2013



Fonte: Datafolha realizada em 20/11/13 em São Paulo. Amostragem de 1.279 participantes, com 865 católicos e 414 evangélicos.

em São Paulo. A lista coincide com a lista média dos participantes, de 1,4 milhão. O estudo foi feito entre os fiéis.

Os evangélicos foram mais a colônia do que os católicos. Enquanto 90% dos católicos afirmam que vão à Igreja mais de uma vez por semana, esse índice atinge 79% entre os evangélicos.

Os evangélicos também dizem doar mais à Igreja do que os católicos: R\$ 22,0 a média mensal entre R\$ 16,0. Os católicos são mais recalcitrantes do que os evangélicos por se sentirem a mais modestos.

Entre os peregrinos de Copacabana, 59% têm ensino superior, quase o dobro do que os evangélicos (34%). A maioria dos evangélicos (56%) cursou ensino médio.

O índice de escolaridade nos dois eventos são idênticos: encontrado na população adulta brasileira. De acordo com o Datafolha, só 17% no país têm curso superior e 45%, ensino médio.

Entre os católicos, o índice de escolaridade é superior ao dos evangélicos (34%). A maioria dos evangélicos (56%) cursou ensino médio.

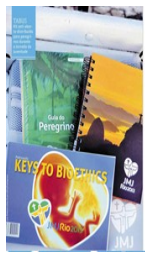
Figura 27.1



Figuras 27.2,27.3,27.4



Figuras 27.5,27.6  
Figura 27.7



Figuras 27.8,27.9,27.10



Figura 27.11



Foto mostra tempo para manifestante da Marcha das Vadias

### Em Marcha das Vadias, grupo pisoteia crucifíxos

Manifestantes escandalizam féteis usando símbolos da igreja como objetos fálcos

no que entraram sendo. Símbolos da igreja eram transformados em objetos fálcos, mulheres desceram seus e muita provocação aos católicos, a Marcha das Vadias dedicava mesma faiz a avenida Atlântica em que, pouco depois, pisoteia o pagameável - mas em sentido contrário.

As cerca de mil pessoas realizaram seu desfile anual, já marcado para ele, quando dependente de voz", além ainda estava previsto que a programação da formata acrometria em Curitiba.

Participando para esperar o papa, do outro lado da grade por onde passa a marcha, os peregrinos, porcos e ofendidos, não acreditam

no que entraram sendo. Símbolos da igreja eram transformados em objetos fálcos, mulheres desceram seus e muita provocação aos católicos, a Marcha das Vadias dedicava mesma faiz a avenida Atlântica em que, pouco depois, pisoteia o pagameável - mas em sentido contrário.

As cerca de mil pessoas realizaram seu desfile anual, já marcado para ele, quando dependente de voz", além ainda estava previsto que a programação da formata acrometria em Curitiba.

Participando para esperar o papa, do outro lado da grade por onde passa a marcha, os peregrinos, porcos e ofendidos, não acreditam

Figura 28.1

# Agosto/2013

## Distribuição gratuita da pílula do dia seguinte vira lei

Líderes religiosos prometem retaliação ao texto sancionado pela presidente

**Tratamentos constam de norma do ministério e de protocolos dos hospitais; mas sanção censurou reação política**

de Brasília

Alvo de críticas de evangélicos e católicos, a lei que assegura às mulheres vítimas de violência sexual acesso à chamada pílula do dia seguinte, entrou em vigor na madrugada de sábado. A lei sancionada sem votos pela presidente Dilma Rousseff

Para evitar conflitos com religiosos, porém, ela vai entrar em vigor em 1º de agosto, para corrigir o que sua equipe chamou de "imperfeições técnicas" do texto - sem alterar o teor da medida.

O texto aos religiosos, entretanto, não seria efeito. Líderes evangélicos e católicos prometem retaliação.

"Se firmarmos 20 milhões de parafusos pela CNBS, apoiando o PT da defesa do aborto, vamos fazer 50 milhões", disse Paulo Fernando, do movimento católico Pró-Vida e Pró-Família.

A lei sancionada tem pouco efeito prático. Os tratamentos já constam de norma técnica do ministério e de protocolos dos hospitais.

**GARANTIAS**

Como aprovado pelo Congresso Nacional, a lei sancionada estabelece garantias para que a mulher seja prontamente atendida na rede pública de saúde nos casos de violência sexual.

O mesmo texto ainda determina, por exemplo, a defesa da vítima de informações sobre os direitos previstos nes-

tes casos, como o aborto legal em caso de gravidez decorrente do estupro.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos do Câmara, Marco Feliciano (PSD-SP), afirmou, pelo Twitter, que "Planalto está desorientado ou mal intencionado".

Ele disse que a presidente Dilma deveria sancionar a lei porque sabe que "não será revogada" e está nela para esses religiosos retrocederem.

"Convido-os a se lembrarem desse episódio em 2011, nas urnas. PT nunca mais", disse o deputado.

Figura 2.1

### Pai de anencéfalo entrega camiseta antiaborto ao papa

FABIO BRISOLLA  
DO RIO

O carpinteiro Haroldo Lucena, 49, e sua mulher Maricelma da Silva, 31, deixaram Caicó (RN), para ver de perto o papa. Trouxeram os dois filhos gêmeos, de 1 ano e cinco meses, Amin Mateus e Ruhama, que nasceu anencéfala.

A anencefalia é caracterizada pela má formação ou ausência do cérebro. No ano passado, ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram que interromper a gravidez no caso de fetos anencéfalos não é crime.

O casal estava entre as pessoas que, na missa de ontem em Copacabana, participaram do ofertório, momento que antecede a comunhão. "Levei minha filha ao altar e dei uma camiseta contra o aborto ao santo padre. Não acredito que realizamos o sonho de encontrar o papa Francisco", disse Lucena.

Com o auxílio da arquidiocese do Rio, Lucena e Maricelma conseguiram se apresentar ao papa após a missa de sábado na catedral metropolitana, no centro da cidade.

"Ao ver minha filha, o papa disse: 'Tenha calma, fé e siga em frente'", disse Lucena à **Folha**. "A menina foi levada ao altar como expressão da valorização da vida. É uma criança que poderia ter sido abortada", disse o porta-voz do Vaticano, Federico Lombardi.

Figura 29.1

## Evangélicos vão atacar lei da pílula do dia seguinte

Projeto na Câmara vai propor revogação

MÁRCIO FALCÃO  
GABRIELA GUERREIRO  
DE BRASÍLIA

Incomodada com a sanção da lei que trata do atendimento a vítimas de estupro na rede pública de saúde, a bancada evangélica da Câmara se mobiliza para derrubar a medida, aprovada há um mês pelos congressistas.

Uma das estratégias é apresentar projeto para revogar a lei que garante a chamada pílula do dia seguinte às vítimas de violência sexual.

O movimento é capitaneado pelo líder do PMDB, o deputado Eduardo Cunha (RJ), que é evangélico. Ele pretende ainda apresentar, a todas as medidas provisórias que tramitam no Congresso, emenda pedindo a anulação da lei, como revelou ontem a coluna Falnei da Folha.

A lei sancionada sem votos pela presidente Dilma estabelece que os hospitais do SUS devem prestar serviço multidisciplinar à mulher vítima de estupro, incluindo a "profilaxia da gravidez", ou seja, o uso da chamada "pílula do dia seguinte".

Em nota, a CNBB (Confidência Nacional dos Bispos do Brasil) afirmou "lamentar profundamente" a sanção da lei. "Pode interferir (...) no respeito incondicional à vida humana individual já existente e em desenvolvimento no útero materno, facilitando a prática do aborto."

### Figura 3.1

SÃO PAULO - Fez muito bem a presidente Dilma Rousseff em sancionar sem vetos a lei nº 12.845, apesar dos apelos das bancadas religiosas para suprimir o dispositivo que obriga hospitais ligados ao SUS a oferecer a vítimas de violência sexual a tal da "profilaxia da gravidez".

No parlamento do Ministério da Saúde, a expressão designa apenas a chamada "concepção de emergência", que é feita com a pílula do dia seguinte — basicamente uma dose alta de hormônios, que não é considerada abortiva. Os religiosos, porém, recavam que o termo possa estimular a interrupção voluntária da gravidez, que veem como pecado.

É um caso escrachado de falsa polêmica, pela simples razão de que mulheres esturpadas que engravidem já têm direito de abortar legalmente, se assim desejarem. E essa não é nenhuma invenção recente de esquerdistas contáreis à família, mas uma regra que consta do ordenamento jurídico brasileiro desde 1940. Se há um escândalo aqui, é

NÉLIO SCHWARTSMAN

## Justiça divina

que, apesar de a norma estar em vigor há décadas e assegurar um direito líquido e certo, muitas mulheres, por causa da resistência velada de instituições e médicos, não tenham acesso ao procedimento, tomando necessárias peças como a 12.845.

Se as igrejas realmente creem que o aborto não deve ser autorizado nem nas condições previstas em lei, deveriam vir a público e propor claramente que ele seja proibido mesmo em caso de estupro e de risco de vida para a mãe. Aproveitando o ensejo, os católicos deveriam pedir também que pílulas anticoncepcionais e camisinhas sejam banidas do país.

Outra alternativa é que as igrejas se mitem no que o papa Francisco disse dos homossexuais: — "Quem sou eu para julgar os gays?" — e deixem pecados e pecadores sob a jurisdição de Deus. Se existe de fato um ser onisciente, onipotente e que tem horror ao aborto, é decente não precisa da ajuda de meros mortais para exercer a justiça cósmica.

helio@net.br

## Figura 6.1

# Aborto no começo da gravidez é vetado por relator do Código Penal

Interrupção da gestação nas primeiras 12 semanas era prevista na primeira versão da reforma

**Relatório precisa da aprovação em comissão e depois no plenário do Senado antes de seguir para análise da Câmara**

**GABRIELA GUERREIRO DE BRASÍLIA**

Relator da reforma do Código Penal, que tramita no Congresso, o senador Pedro Taques (PP-AM) retirou do texto a possibilidade de aborto nas 12 primeiras semanas de gravidez.

A primeira versão da reforma do Código, aprovada em comissão de juristas, autorizava a interrupção da gravidez até a 12ª semana se evidência pericial demonstrava que a mãe não tem condições de lidar com a maternidade ou risco de vida ao ser concebido.

Taques apresentou seu relatório à comissão do Senado que discute as mudanças no código. O texto precisa ser aprovado pela comissão eleitoral pelo plenário para que as mudanças sigam para análise da Câmara. Se depois for aprovada nos dois, passa o novo código para a votação. O senador considera que a possibilidade de aborto até a 12ª semana de gravidez é inconstitucional. O relatório de

Taques manteve as possibilidades de aborto previstas na legislação, como caso de estupro ou risco à vida da gestante e se comprovada a anencefalia do feto.

O relator também retirou do Código Penal a possibilidade de legalização de placentas, compra ou porte de drogas para consumo próprio.

**ESTANISA**  
No texto, Taques manteve a sanção contra crime de homicídio e o crime de interrupção de gravidez nas 12 primeiras semanas de gestação, com exceção de caso de estupro ou anencefalia do feto.

Atualmente, a anencefalia é considerada crime comum, mas a comissão de juristas não considera homicídio, se

O senador também incluiu no relatório a corrupção do crime de homicídio, que é considerado crime hediondo, em julho. Além da inclusão no rol dos crimes hediondos, o senador também autorizou a pena para a prática de homicídio.

A comissão especial do Código Penal pretende votar o relatório até o final de setembro. Até lá, os integrantes querem discutir o texto.

O relatório resultou da análise das alterações que foi elaborada por uma comissão composta por 16 juristas, que atuaram no texto por meses de discussão.

Foi um procedimento mais rápido em relação ao projeto de lei. Além disso, milhares de manifestações populares foram encaminhadas à OAB e ao Senado.

## Figura 22.1

# Setembro/2013



© Michael Grecco/ Getty Images  
Foto: M. Grecco/ Getty Images  
Foto: M. Grecco/ Getty Images

**NOTÍCIAS**  
O Congresso Brasileiro está em Brasília de Brasília, mas não tem uma perspectiva clara de avanço legislativo. O presidente Dilma Rousseff não tem uma agenda clara de prioridades para o primeiro semestre de 2013. O governo está focado em cumprir o compromisso de campanha de reduzir o déficit público e melhorar a qualidade dos serviços públicos. O Congresso está em Brasília, mas não tem uma perspectiva clara de avanço legislativo. O presidente Dilma Rousseff não tem uma agenda clara de prioridades para o primeiro semestre de 2013. O governo está focado em cumprir o compromisso de campanha de reduzir o déficit público e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

**ENTREVISTA** **VALÉRIA SERRIN**

## É preciso criar leis contra a discriminação genética

PEQUISADOR AMERICANO QUE TEM A MUTAÇÃO CAUSADORA DO MAL DE HUNTINGTON DEFENDE DIREITO A TESTES E OPÇÃO DE ABORTO

Uma mulher brasileira nasceu com a doença de Huntington, uma doença genética que causa problemas de movimento e cognição. Ela tem uma filha e uma filha adotada. Ela quer saber se a filha adotada também tem a doença. Ela quer saber se a filha adotada também tem a doença. Ela quer saber se a filha adotada também tem a doença.

Valéria Serrin é uma pesquisadora americana que trabalha com testes genéticos. Ela defende o direito de saber se você tem a doença de Huntington antes de engravidar. Ela defende o direito de saber se você tem a doença de Huntington antes de engravidar. Ela defende o direito de saber se você tem a doença de Huntington antes de engravidar.

**6** O teste genético para a doença de Huntington é muito caro e não é coberto pelo SUS. O teste genético para a doença de Huntington é muito caro e não é coberto pelo SUS. O teste genético para a doença de Huntington é muito caro e não é coberto pelo SUS. O teste genético para a doença de Huntington é muito caro e não é coberto pelo SUS.

**TESTES GENÉTICOS**  
A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS. A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS. A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS.

**FIGURA 14.1**



Figura 14.1

Além de se questionar se é preciso criar leis contra a discriminação genética, é preciso também se questionar se é preciso criar leis contra a discriminação genética.

Além de se questionar se é preciso criar leis contra a discriminação genética, é preciso também se questionar se é preciso criar leis contra a discriminação genética. Além de se questionar se é preciso criar leis contra a discriminação genética, é preciso também se questionar se é preciso criar leis contra a discriminação genética.

**TESTES GENÉTICOS**  
A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS. A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS. A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS.

**FIGURA 14.1**  
A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS. A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS. A pesquisa genética para a doença de Huntington é muito cara e não é coberto pelo SUS.



SEIS MESES DE FRANCISCO Ideias e medidas do papa argentino, que assumiu em março

**Ênfase na humildade**  
Logo no início, dispôs-se a fazer um passeio pelo de apartamento no Palácio Apostólico e a continuar morando na Casa de Santa Marta, onde se hospedam os cardeais durante o conclave. Trocou crucifixos e a peça de ouro por outros de prata.

**Banco do Vaticano**  
O papa criou o novo Conselho de Administração do Banco do Vaticano para a reforma da contabilidade. Em julho, o diretor geral da instituição e seu vice pediram demissão após a proibição de nomear Ruggieri Scavano, contador acusado de evasão fiscalmente e 20 milhões de dólares de prejuízo de Salga para a Itália.

**Combate à pedofilia e à corrupção**  
Francisco reformou as leis penais do Vaticano para tratar crimes sexualizados e a escassez de informações da igreja e ofensas sexuais e financeiras. Pape de promulgação de leis, antes enquadrado em "matéria de boa ordem costume", tornou-se possível de pena de até 12 anos de prisão e multa de até € 150 mil.

**Reforma da Cúria**  
O papa também nomeou comissões encarregadas de reformar a estrutura do Vaticano — os grandes líderes de reforma devem ser dialogados no mês que vem. O plano prevê de 10 Estados (P 2 da Igreja), Paulo Tosti, já disse em entrevista que o número dos padres é algo que "pode ser debatido".

# Papa critica a 'obsessão' da igreja por aborto e união gay

### Para Francisco, instituição deve buscar novo equilíbrio, para não desabar

**Em entrevista ao fazer seis meses de papado, o novo pontífice disse ser "um pecador" e afirmou que nunca foi de direita**

por **ANDRÉ BASTIENEN**

Em longo entrevista para marcar os seis meses de seu pontificado, o papa argentino disse ser "um pecador" com a intenção de reconhecer a sua condição humana. "Sempre, mesmo o edifício mais da igreja provável, eu sou um pecador", afirmou ele. Francisco reconhece a sua entrevista em agosto, em três entrevistas com o também je-

suíta Antonio Spadaro, editor do jornal italiano "La D" e "L'Espresso". "O papa já falou a Cuba. Mas quando veio ao Brasil para a Jornada Mundial da Juventude, ali, a entrevista a Spadaro, porém, a primeira mais extensa desde que foi eleito. Com ela, busca enfatizar um novo equilíbrio na igreja — menos apressado às doutrinas, embora sem neutralizá-las. O papa também tem se diferenciado de seu antecessor, Bento XVI, ao transmitir uma imagem de modestia nos hábitos pessoais. Ele demonstra ainda preocupação com reformas na Cúria, tentando evitar novos escândalos financeiros e pedofilia.

Na entrevista, Francisco defende que a igreja gastou muito tempo com temas polêmicos. "Não podemos insistir só nos queles temas relativos a aborto, casamento gay e uso de células solares", afirmou ele. "O ensinamento da igreja sobre esses assuntos é claro, e eu sou um filho da igreja",

prosseguiu o papa. "Mas não é obsessão falar sobre essas questões o tempo todo. O missionário pastoral da igreja pode ser colocado em primeiro plano, em vez de tantas doutrinas desoculadas sem interpostas insistentemente". Para Francisco, a religião tem o direito de expressar suas opiniões, "mas isso não significa, nos libertos" — ou seja, a impossibilidade de interferência espiritual. "Certa vez uma pessoa me perguntou, de forma provocativa, se eu aprovo a homossexualidade. Respondi com outra pergunta: 'Quem de Deus fala uma palavra sua, ensina a existência dele com amor ou a rejeita?' Sobre o aborto, ele já me perguntou se preciso ser missionário em uma mulher que desistiu de uma gravidez planejada, mas não compreendi. "Sei sobre no passado, mas a consciência [dele]. Ela procura de seguir adiante na vida cristã. O que seu confessor deve fazer?"



**JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE**  
Francisco esteve no Rio e em Argentina (SP) para participar da Jornada, primeiro grande evento internacional de sua pontifical. Escorço foi o júbilo a fazer contra a corrupção e os desigualdades sociais e condenar a flagelação das drogas e o que vê como excesso de consumo

Figura 20.1

**ANÁLISE PAPA**

## Francisco busca o fim da retórica do confronto

Atitude do pontífice, para quem mudanças precisam de tempo, contrasta com cruzada antiaborto de João Paulo 2º

**FRANCISCO** parece ter chegado ao seu ponto de equilíbrio. Desde o início de seu pontificado, o papa argentino tem buscado estabelecer um novo equilíbrio na igreja, menos apressado às doutrinas, embora sem neutralizá-las. O papa também tem se diferenciado de seu antecessor, Bento XVI, ao transmitir uma imagem de modestia nos hábitos pessoais. Ele demonstra ainda preocupação com reformas na Cúria, tentando evitar novos escândalos financeiros e pedofilia.

Na entrevista, Francisco defende que a igreja gastou muito tempo com temas polêmicos. "Não podemos insistir só nos queles temas relativos a aborto, casamento gay e uso de células solares", afirmou ele. "O ensinamento da igreja sobre esses assuntos é claro, e eu sou um filho da igreja",

prosseguiu o papa. "Mas não é obsessão falar sobre essas questões o tempo todo. O missionário pastoral da igreja pode ser colocado em primeiro plano, em vez de tantas doutrinas desoculadas sem interpostas insistentemente". Para Francisco, a religião tem o direito de expressar suas opiniões, "mas isso não significa, nos libertos" — ou seja, a impossibilidade de interferência espiritual.

"Certa vez uma pessoa me perguntou, de forma provocativa, se eu aprovo a homossexualidade. Respondi com outra pergunta: 'Quem de Deus fala uma palavra sua, ensina a existência dele com amor ou a rejeita?' Sobre o aborto, ele já me perguntou se preciso ser missionário em uma mulher que desistiu de uma gravidez planejada, mas não compreendi. "Sei sobre no passado, mas a consciência [dele]. Ela procura de seguir adiante na vida cristã. O que seu confessor deve fazer?"

Em momento revelador, confessou ter sido autocrítico na juventude. "Eu tinha de lidar com situações difíceis, mas via muitas decisões sociais e de momento alheias". "Muita maneira autocrítica a rigidez de decidir que levava a ser problemático e ser acusado de subcomunidade. Mas nunca há de desistir."

Figura 20.2

CARLOS HEITOR COY

## O papa e a maçã

**RIO DE JANEIRO** - Nesta semana, o papa Francisco criticou a obsessão da Igreja pelo sexo, manifestada, sobretudo, na condenação ao aborto e ao casamento gay. O cristianismo herético do judaísmo (Velho Testamento) essa abominação pelo sexo, bastando lembrar que o pecado original, que não foi criação cristã, ficou reduzido ao símbolo da maçã comida por Adão e Eva.

Acontece que os dois já tinham filhos na casaca. Ao criar o homem e a mulher (Gênesis 1,28), Deus ordena que eles cresçam e se multipliquem. Seus filhos foram educados pelos métodos tradicionais, não havia ainda o bebê de provedor. O pecado que os equívocos do pai não foi a ambição de serem iguais ao Criação, comendo a fruta da árvore do bem e do mal.

Essa criação o Gênesis, primeiro livro da Torá, que o cristianismo, séculos depois, aborreceu. O episódio de Sodoma e Gomorra tam-

bém pertence à Torá. No Novo Testamento, o perfilado meritório e mesquinhês cristã transcende ao sexo, é genérica. Ernest Resam, o autor que mais influenciou o final do século 19, diz que o "cristianismo é o judaísmo bem-sucedido", torção da Torá aos gentios, acessíveis pela pregação de Cristo.

A ruptura se deu pela circuncisão, substituída pelo batismo. Seculos depois, Lutero foi a Roma e escandalizou com a venda das indulgências. O papa vendeu o cruz para construir uma basílica. Havia de pregação na corte pontifícia, mas não foi por isso que Lutero escreveu a bula afixada na catedral de Wittenberg, na Alemanha, rompendo definitivamente com Roma e iniciando a Reforma.

Tudo isso junto, ao longo dos séculos, formou o "obediência" da Igreja pelo controle (ou condenação) da sexualidade em geral.

## Figura

### A doutrina Francisco

**Papa retira a ênfase dos dogmas e acena com uma ditchir de tolerância e de inclusão, falta o plano para combater abusos de hierarças**

Na longa entrevista publicada quinta-feira pelo periódico da ordem dos jesuítas, alívio ao primeiro semestre de seu reinado, o papa Francisco deu novos passos na definição das mudanças que pretende implantar.

Francisco vem chamando a atenção pelo despojamento pessoal que adotou, como se instasse a Igreja Católica a se desfazer do que hereda da antiguidade.

Mais importante, talvez, seja a disposição, agora explícita, de amenizar a ênfase em dogmas restritivos na esfera da sexualidade.

Na declaração mais notável, disse que a igreja não deve ser "obcecada" com a condenação do aborto, da contracepção e do casamento gay — o que representa discreta ruptura com a orientação dos antecessores João Paulo 2º e Bento 16. Personalidade ecitérica e metafísica, o papa polonês revitalizou a igreja. Emergo da resistência ao comunismo, debaratou a Teologia da Libertação, vertente católica de esquerda, e alavancou movimentos conservadores como a Opus Dei e a Renovação Carismática.

Tal impulso de restauração se exacerbou sob Bento 16, que fazia questão de ressaltar a desamigação de costumes entre a tradição e o mundo contemporâneo,

sugerindo uma igreja de menos e maiores féis.

Em termos profanos, era o equivalente a desistir de disputar o mercado das crenças. Em termos religiosos, equivalia a abrir mão do pretensão universal — católica, como diz o nome — da igreja.

Francisco não parece inclinado a reaverg doutrinas. A Igreja Católica procura cultivar dogmas puros, mas sua interpretação reflete o espírito de cada século, sendo a flexibilidade o segredo mesmo de sua subsistência milenar.

O papa argentino prefere abordá-los de forma tolerante. Sua última recat sobre o combate à pobreza, agora já expurgado do alardo revolucionário da Teologia da Libertação e genérica o bastante para não despertar controvérsia.

Na simplicidade referencial, a própria condição de pecador, ele restitui à igreja uma complicitade que também pertence à tradição, como se bastasse um vago despojamento de arrendar para estar habilitado ao rebanho.

Assim, como estratégia exterior, o papa Francisco ganhou corpo — mais interessada em somar que em dividir, mais voltada a um cristianismo posicional do que ideológico.

Menos visível é seu combate ao outro problema da igreja, a disciplina corporativa que propunha uma renúncia de escândalos financeiros e sensuais. Espere-se que seu plano de reforma interna, a ser anunciado no mês que vem, esclareça esse ponto crucial.

# Outubro/2013

## Dor fetal motiva debate sobre aborto

Por PAM BELLUCK

O debate científico sobre o período da gestação a partir do qual o feto é capaz de sentir dor fez com que grupos antaborto nos EUA passassem a defender a criação de leis que proíbam o aborto 20 semanas depois da concepção, algo que os fatos já sentem dor nessa etapa.

Segundo esses grupos, estudos mostram que os fetos já podem sentir dor a partir da 20ª semana de gravidez. Um dos cientistas citados acredita, no entanto, que se poucos abortos realizados após esse período ainda podem ser feitos de modo a evitar a dor.

As opiniões de alguns cientistas evoluíram com novas pesquisas. O doutor Nicholas Fisk, especialista em medicina materno-fetal no Hospital Royal Brisbane e Feminino, na Austrália, disse que já considerava a dor fetal precoce "uma grande possibilidade", mas que a pesquisa o convenceu de que ela não é possível antes de 24 semanas.

Os defensores das leis da dor fetal também dizem que o uso pelos cirurgiões de anestesia e analgésicos em operações de fetos no útero é prova de que eles sentem dor.

Entretanto, cirurgiões fetais dizem que as drogas são dadas por motivos alheios à dor, como relaxar o útero e bloquear efeitos prejudiciais da reação hormonal ao estresse do feto.

Um cientista cujo trabalho é citado em apoio às leis é o doutor Karwajet Anand, do Centro de Ciência da Saúde da Universidade de Tennessee, em Memphis. O doutor Anand disse que há a probabilidade de dor nos fetos de 18 a 24 semanas. Mas acrescentou que, para os "muito poucos" abortos que ocorrem depois dessa fase, existem técnicas que podem ser usadas para evitá-la.

Como há muito que ainda não foi determinado sobre a dor, a maioria das discussões científicas acaba entrando no território da teoria.

"Existem muito mais que não sabemos do que que sabemos", disse o doutor Mark Rosen, que em 2005 analisou muitos estudos sobre o tema, concluindo que a dor fetal é improvável antes de aproxima-

parem sorrir e chorar e teorizou que "o consenso tácito sobre existência cerebral como 'evidência consciencial' pode 'estar seriamente errado'".

Balch disse que essa pesquisa, envolvendo crianças de um a cinco anos, "é evidência convincente de que a criança sente dor já na 20ª semana de gestação".

Ma os doutor Merker disse que sua pesquisa continua "indicando secundários" de dor fetal e que a política havia "contaminado" a pesquisa.

O doutor Anand disse que alguns adultos continuaram sentindo dor depois da remoção do tecido do cérebro, e outros tiveram a dor eliminada quando apenas os nervos do útero foram removidos.

O doutor Rosen, professor emérito na Universidade da Califórnia em San Francisco, disse que a dor envolve "complexos ciclos de retroalimentação entre diferentes estruturas", de modo que os receptores da dor devem estar sendo pelo cérebro e espinal e voltarão até o córtex.

"Você pode fazer uma ligação telefônica, mas só depois que haja um cabo conectando os dois telefones", disse. "Você pode dizer que os cabos já existem, mas ninguém ligou o serviço."

As teorias da dor fetal do doutor Anand surgiram de pesquisas que ele fez com bebês prematuros há cerca de 20 anos, que mostraram que os bebês que sofreram cirurgias sem anestesia tiveram reações hormonais ao estresse que impediram a recu-



Mark Rosen diz que a dor fetal é improvável antes da 27ª semana, mas outros cientistas discordam

peração. Ele disse acreditar que as reações refletiam a dor, possível em bebês tão prematuros quanto 22 semanas.

## Figura 23.1

damente 27 semanas.

O relatório disse que a sensação de dor exige conexões neurais com o córtex.

Segundo Rosen, o córtex começa surgir por volta da 23ª semana, não está funcionalmente desenvolvido até a 26ª semana e continua se desenvolvendo após o nascimento.

Em 2010, um painel nomeado pelo Colégio Real de Obstetras e Ginecologistas do Reino Unido disse que "a maioria dos neurocientistas acredita que o córtex é necessário para a percepção da dor", por isso "o feto não pode sentir dor em qualquer sentido antes" da 24ª semana.

Em 2012, o Congresso de Obstetras e Ginecologistas dos EUA concordou.

Os defensores da lei da dor fetal afirmam que o córtex não é necessário para sentir dor e que o tálamo, que se desenvolve por volta da 20ª semana, é suficiente. Mary Spaulding Balch, do Comitê Nacional pelo Direito à Vida, grupo antiaborto, cita um artigo de 2007 do neurocientista sueco Björn Merker. Ele inclui observações de crianças com hidranencefalia, nas quais a maior parte do córtex está ausente. O doutor Merker escreveu que elas

Em 2004 o doutor Anand testemunhou sobre dor fetal em julgamentos sobre leis que proibiam procedimentos no final da gravidez, que seus adversários chamam de abortos de nascimento parcial. Em 2005, ele depois diante de uma comissão do Congresso que avaliou a legislação sobre dor fetal.

Recentemente, o doutor Anand disse que pretendia esclarecer a ciência, não apitar opiniões contrárias ao aborto. Ele disse que as mulheres e os médicos devem tomar decisões sobre o aborto caso a caso.

"Nos muito poucos abortos em que a dor fetal poderia ocorrer", disse ele, "considere o que pode ser feito para evitar causar dor ao feto."

Um método comumente usado depois da 20ª semana — injetar nos fetos ou no fluido amniótico medicação para parar o coração — seria uma "maneira compassiva de fazê-lo", disse o doutor Anand.

Os adversários do aborto discordam, comparando as injeções com infantes.

O doutor Anand disse que se as injeções não puderem ser feitas ele recomendaria "alguma espécie de anestesia fetal".

Figura 8.1

## Papa convoca reunião de bispos para 2014

Raro, encontro extraordinário chamado por Francisco vai debater os 'desafios enfrentados pela família católica'

**Porta-voz da Santa Sé disse que encontros assim são convocados quando temas exigem uma 'definição rápida'**

ASSEMBLEIAS DE BISPÓS

O papa Francisco convocou para o ano que vem uma assembleia extraordinária do sínodo de bispos da Igreja pa-

ra debater os desafios que a família católica enfrenta no contexto da evangelização, informou ontem o padre Federico Lombardi, porta-voz da Santa Sé.

Segundo o porta-voz, com a realização do sínodo, o papa quer "continuar a reflexão e o caminho da comunidade da Igreja com a participação responsável do episcopado de todo o mundo".

O encontro será realizado

entre 5 e 19 de outubro de 2014 e reunirá 150 pessoas, entre elas presidentes das conferências episcopais do mundo todo.

Está apenas a terceira vez que é convocada uma assembleia extraordinária do sínodo de bispos desde sua criação, depois do Concílio Vaticano II (1962-65).

Nesses 52 anos, houve assembleias ordinárias (mais abertas) ou extraordinárias

(restritas), sobre diferentes temas. "As assembleias extraordinárias são convocadas quando o tema exige uma definição rápida", explicou o padre Lombardi.

**'SUPERFICIAL'**

O papa Francisco expressou em várias ocasiões o interesse em discutir certos aspectos da família, como o dos divorciados que se casam novamente.

Na semana passada, Francisco disse, durante visita à cidade de Assis, que o compromisso que um homem e uma mulher assumem ao se casarem e a família resultam são realidades que a Igreja não pode abandonar a quem defende. Ele criticou a forma "às vezes superficial e equivocada" de considerar a família atual.

O aumento do número de divorciados e a legalização do casamento homossexual em

vários países preocupa a Igreja, que vê nisso um questionamento do modelo tradicional de família apresentado pela Bíblia.

Francisco defende que a Igreja seja mais acolhedora com as pessoas que não vivem em conformidade com o catecismo, como é o caso dos divorciados, dos casais que vivem em estágios de união homossexual e de mulheres que fizeram aborto.

Figura 9.1

# Lista de livros mais vendidos imita divisão direita-esquerda dos EUA

Ao contrário do que ocorre por lá, porém, identificação com partidos é rejeitada no Brasil

**Relação nacional de best-sellers mostra ainda crescimento da influência evangélica sobre a sociedade**

**RICARDO HOTO**  
DE SÃO PAULO

A lista dos livros mais vendidos no Brasil mostra que o país vai incorporando a divisão tradicional americana entre "conservadores" e "progressistas". A diferença é que, se lá eles estão reunidos respectivamente nos partidos republicano e democrata, aqui as legendas não capitalizam esses antecorrelatos. Ligados à direita estão o jornalista Leandro Narloch, autor de "Guia Políticamente Incorreto da História do Mundo" (Leya), que ocupa a quinta posição no ranking de não ficção da revista "Veja", e o filósofo Olavo de Carvalho, com "O Mínimo que Você Precisa Saber para Não ser um Idiota" (Record), em quarto.

À esquerda, aparece na nona posição o livro "O Príncipe da Privatária" (Geração Editorial), do jornalista Palmério Dória. A obra é crítica ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e herdeira de "A Privatária Tucana", best-seller do ano passado feito pelo jornalista Amery Ribeiro (autor e editado pelo mesmo selo). Em todos os casos, utilizou-se a lista de mais vendidos da edição do dia 8 de outubro. Ela mostra ainda, tam-

**ONDE ESTÃO OS BEST-SELLERS DE NÃO FICÇÃO**  
As diferentes ideologias que dominam as listas de mais vendidos



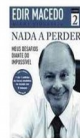
**ESQUERDA**

Destacam-se livros críticos às privatizações e ao liberalismo econômico, de autores como Palmério Dória, de "O Príncipe da Privatária" (Amery Ribeiro Junco, que no ano passado emplacou "A Privatária Tucana", ambas pela Geração Editorial



**DIREITA**

Leandro Narloch, com "Guia Políticamente Incorreto da História do Mundo" (Leya), e Olavo de Carvalho, com "O Mínimo que Você Precisa Saber para Não ser um Idiota" (Record), representam o pensamento mais conservador, crítico à esquerda



**RELIGIÃO**

O crescimento evangélico no Brasil se reflete em livros como a biografia de Edir Macedo "Nada a Perder 2" (Planeta), sucesso editorial que encontra "letores fiéis" especialmente entre os frequentadores da igreja Universal do Reino de Deus

"Como todos os partidos pregam mais funções e poder ao governo, não me identifico com nenhum. Acho que o Serra está mais à esquerda que o Palocci, por exemplo", afirma Narloch.

"O Brasil está vivendo a onda do livro-manifesto, para a esquerda e para a direita. É melhor haver dois polos de pensamento que um monopólio editorial dos estatistas, mas há o risco dos leitores se fecharem em guetos ideológicos", diz Olavo de Carvalho também

crítica as siglas: "No Brasil, existe a esquerda e existem os dimiteristas. Não tem mais nada. Quem é conservador não deixa de votar pelo PSDB".

"Se a lista dos mais vendidos fosse a sociedade brasileira, estaríamos numa democracia normal. Nas eleições americanas, as livrarias ficam superlotadas de livros a favor e contra os dois candidatos. No Brasil, na ausência de uma direita política, há apenas alguns fulanos dando

bém lembrando os Estados Unidos, o crescimento no Brasil da influência religiosa, sobretudo evangélica.

Isso ocorre tanto de maneira mais proselitista, como no livro "Nada a Perder 2", do pastor Edir Macedo (pela Planeta, em primeiro lugar), quanto de maneira indireta, por uma interpretação da fé mais dogmática no livro associado, com livros como "Sobrinhos Não Fim Limites", sobre o empresário Carlos Wizard, que é ligado à igreja mórmon

(pela Gente, no oitavo lugar). Se os partidos republicano e democrata têm sucesso em representar essas tendências ideológicas de escritores e leitores americanos, isso não é automático no Brasil.

Pela esquerda, Dória, apesar do tom crítico ao PSDB do seu livro, nega identificação partidária: "Não sou peemedebista, petebista, petista, redelista. No geral, me sinto um socialista e humanista". "Se querem fazer fortuna, Rio São Paulo [entre direita e

esquerda], basta ver a lista dos mais vendidos. A direita ganha de lavada. Quem mais compra livro neste país são os paulistanos, grupo em que a maioria inconscientemente é de direita", diz Dória.

Na direita, entre os partidos grandes, a associação mais automática surge com o PSDB — Leandro Narloch, por exemplo, defendeu no ano passado, na Folha, a eleição de José Serra à Prefeitura de São Paulo... mas os autores também não a compram.

palavra", completa Carvalho.

No caso dos evangélicos, a identificação com partidos também não é clara. "A bancada evangélica no Congresso, por exemplo, se espalha por mais de 15 legendas, mas com abortu no casamento gay a maior parte dela é da base aliada ao governo do PT, partido tradicionalmente de tendência mais liberal nesmas temas.

Figura 14.1

## “Não aceito ser chamada de direita”, diz candidata

Gabriela Michetti lidera corrida ao Senado da Argentina e é contra o aborto

**Ex-vice-prefeita rejeita comparação com Sarah Palin, conservadora ex-candidata a vice-presidente nos EUA**

DE BUENOS AIRES

A ex-vice-prefeita de Buenos Aires Gabriela Michetti (PRO) lidera a corrida ao Senado pela cidade nas eleições do dia 27. Ela conversou com a Folha por telefone.

Falha — Por que os politólogos PRO são classificados como de direita?  
Gabriela Michetti — Não aceito ser chamada de direita. Essa palavra aqui está associada aos militares e ao liberalismo econômico. Nós somos justamente o contrário, somos um governo desenvolvimentista, com a presença do Estado.  
Algumas pessoas comparam

a senhora à americana Sarah Palin. Por quê?  
[Risos] Não sabia disso. Não tenho absolutamente nada a ver [com ela].

Acha que a associação é por que a senhora é contra o aborto e questiona a adoção por um casal gay?

Sou católica e contra o aborto. Já sobre o casamento gay [ela votou contra a lei], o que eu disse é que sou a favor, mas precisa discutir algumas coisas.

Eu tinha uma inquietude em relação à adoção. Porque na Argentina ainda não é algo muito comum ver um casal gay. Meu temor era que as crianças pudessem sofrer situações de discriminação.

Será candidata a prefeita de Buenos Aires?  
Alguns dizem que eu sucedo a Mauricio [Macri, atual prefeito] em 2015. Outros que eu seja vice-dele à Presidência. Vou decidir no fim de 2014. (L.M.)

Figura 21.1



NA SEMANA em que o governo lançou suas campanhas boicotes, a Folha anunciou a contratação de um escritor. O escritor brasileiro tem uma disposição contra os governos nos seus textos, contra PT/PSDB, PSC, o Facebook, o ministro Luiz Fux e o nome usado para os deputados dos autistas.

A coluna publicada anteriormente não deu ao que foi chamado de "boicote" em seu blog realista de "Boicote" "meu dilema entre escrever 'lá fora' ou não escrever lá fora". "É a sua missão em reconhecer a sua identidade", escreveu o jornalista em suas palavras, entendendo que é "humanista e crítico", contra o abster e contra o nome do escritor. O nome de quem é o nome do governo Lula e Dilma foi o título do seu livro "O País dos Perreutas", uma coleção de histórias e mitos brasileiros. Sua obra é a Folha, onde já havia trabalhado como editor adjunto de política, na época recebeu fotos, foi chamado mais progressista via a chegada de histórias como comentário de uma "pulsão conservadora" do jornal. "Tudo se dá uma pessoa que discutiu e debate não contribui com opiniões construtivas", escreveu o sociólogo Henrique Souza, 35.

Para se ambientarem o livro de Perreutas, não são mais significativos que não existe uma palavra construída que seja o nome do escritor. Ela não tem a mesma importância de suas ideias, já que os ambientamentos não tem a mesma importância. Ana Lúcia Karacowsky, 41, jornalista e jornalista aposentada do BPC, afirma que não há mais nenhuma importância para o caso do novo colunista. "Os argumentos mais lógicos para abster

**An trazer novos colunistas, o jornal não pode reproduzir a polarização existente que reina na internet**

de Antonio Pita. O livro sempre —oliva de Boicote, escreveu no caderno "Poicote" o principal jornalista Magalhães e o jornalista Ricardo Mello — não representam a diversidade de opiniões no livro de Perreutas. São há 302, provavelmente um recorde mundial. Não há quem fale em termos ideológicos de tanta gente. De novo não, diversidade também, como o caso do PT. Em sua estreia, votou, nega a teoria da direita e o caso de "boicote" de quem "compreende, compreendidos e acalorados". Ricardo Mello, que foi um dirigente

## Arena de debates



## E O PROBLEMA DO LULU?

No semana passada, cerca de 60 mil assinantes do DCE (de um total de 7 milhões) enfrentaram problemas ao acessar a rede e-mail. A Folha começou no sábado dia 17 e tentou corrigir o erro em um momento de resposta.

Apesar de o livro ter sido enviado ao jornal, nada foi publicado. Só aconteceu, no dia da Folha, a primeira página na segunda foto que o e-mail estava normalizado naquele dia. O jornal deveria ter mencionado a Folha no DCE, empresa que fez parte do livro da Folha. Na quarta-feira passada, a interrupção do sinal de São Paulo e a interrupção no Rio, visto nota na coluna "Olho Certo" se é para defender e comentar, não há quem abster exercício. A Secretaria de Redação reconheceu em.

estabilidade financeira, deve fazer o correspondente. A Secretaria de Redação diz que em 2014, ano de campanha eleitoral. Para que o livro não se fosse beneficiado por isso, uma prática possível em São Paulo. "Trabalha", o livro do que escrevem tanto de Pita e do Caspary colunistas de meses depois. No entanto, apesar de ser mais que boa parte do conteúdo está de fora no internet e o qual foi o primeiro para responder às questões de reportagem, aumentar e expandir a distribuição à medida que não uma forma de tentar diferenciar se com o movimento de semana

Os dados são baseados em uma amostra por mês. O gráfico foi criado, com o auxílio de estatísticas, com o auxílio de estatísticas. Para mais informações, consulte o site do IBGE. Fonte: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

Figura 27.1

# Novembro/2013

## Conservador, pastor do PSC afirma que vai chegar à Presidência

Desconhecido para a maioria, Everaldo Dias Pereira fala em 'milagre' e diz que vai 'subir a rampa' do Planalto em 2015

**Contrário à liberação das drogas e favorável à redução da maioridade penal, ele pode ajudar a levar pleito ao 2º turno**

### BIOMBAIANA

Em duas semanas, Everaldo Dias Pereira, 57 anos, vai usar 11 mil quilômetros pelo Brasil, passando por nove capitais. Pastor da Assembleia de Deus, maior denominação evangélica do país, ele diz estar decidido a ser presidente do Brasil em 2015. "Acredito em milagre. Mas Deus não faz milagre sem a gente trabalhar. É a gente trabalhar", diz o vice-presidente do PSC (Partido Social Cristão), partido que comanda. Com discursos favoráveis a temas conservadores como proteção à família "às homens e mulheres", contra a liberação das drogas e do aborto e a favor da redução da maioridade penal, pastor Everaldo tenta ocupar um espaço vazio na política brasileira.

Muitos apostam que ele pode ser a surpresa da eleição o fator que pode levá-lo ao segundo turno. Em levantamentos internos de alguns partidos, seu nome chega a cerca de 5% de intenção de voto. "Nunca vi candidato que não acredita que vai ganhar. Eu vou subir a rampa em 2015", diz o pastor. Everaldo é desconhecido da maioria, mas não exatamente novidade na política. Ao

te novidade na política. Ao contrário.

Nascido em Acaú, subúrbio do Rio, está desde década de 1980 apoiando campanhas. Formado em Ciências Sociais e sócio de uma corretora de seguros (após começar como funcionário no setor), foi cabo eleitoral de Leonel Brizola em 1982 e não parou mais.

Em 1989 organizou o último ato do Lula no segundo turno, lá na "Batalha Fluminense", lembra Everaldo.

Sua entrada na política de fato se deu em 1999, pelas mãos da então vice-governadora Ivo Ferreira da Silva (PT) no primeiro governo de Anthony Garotinho (então no PSB), um político evangélico.

Como subsecretário no governo, cuidou do Cheque Cidadão, programa de distribuição de recursos diretos.

Na época, começaram também as acusações de uso indevido da máquina pública. A maioria dos beneficiários do programa era evangélica.

"Por que esse pastor Everaldo tem o controle sobre a filo-

ria PSC? Para apoiar o nome de José Serra à Presidência. Dias antes de o prazo para estabelecimento de alianças ser fechado, o pastor pulou para o lado do PT e o governo Dilma.

Em troca, o PSC recebeu R\$ 4,7 milhões, a maior dotação por lei do partido. O grande beneficiário desses recursos foi Filipe Pereira, candidato a deputado federal (DF) e irmão do filho de Everaldo no primeiro de seus três casamentos.

Em 2006, acabou em um escândalo de corrupção envolvendo ONGs financeiras. Everaldo e seu ex sócio, o deputado federal Luciano Cunha (PMDB-DF), começaram juntos nessa época um notório que está desmontando em sua possível candidatura. Um político do PMDB fluminense diz que eles são "um só".

Cunha tornou-se um dos principais nomes da Câmara e juntou o partido do amigo a crescer. O PSC quase dobrou sua base entre 2006 e 2009 e conseguiu a política eleição do pastor Marcelo Feliciano (SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Sobre Everaldo, Cunha reconhece a amizade, mas nega que sejam juntos.

"Tenho conhecido-o a não ser candidato, mas não tive sucesso. Já candidato já é 'irreversível'", diz Cunha, que vê chance de o amigo crescer na campanha. "A bandeira que ele defende está solta".

O PSC, o maior dos pequenos partidos dispostos a ingressar na corrida presidencial. Depois 17 deputados e um senador em 2010, o partido terá cerca de 1 milhão de TV na propaganda eleitoral.

### BLEFE

Para alguns políticos, Everaldo está blefando. Em 2010, havia anunciado acordo com

**“Acredito em milagre. Mas Deus não faz milagre sem a gente trabalhar”**

**Nunca vi candidato que não acredita que vai ganhar. Vou subir a rampa em 2015**

**EVERALDO DIAS PEREIRA**  
pastor e vice-presidente do PSC

**“Tenho conhecido-o a não ser candidato, mas não tive sucesso. É irreversível”**

**EDUARDO CUNHA**  
deputado federal do PMDB-DF



Pastor Everaldo Dias Pereira (de terno) durante evento na cidade de Volta Redonda (RJ)

## Figura 3.1

HÁ UMA década, escrevi um texto em que me definiu como "meio intelectual, meio de esquerda". Não me arrependo. Em breve e novamente, vou ainda me reclassificar na primeira parte da celebre frase atribuída a Cleonice, a Shaw e a Churchill, mas na versão turhada pelo jornalista: "Um homem que não seja socialista aos 20 anos não tem consciência; um homem que permaneça socialista aos 60 não tem caráter". Agora que me aproxima dos 40, os cabelos recuam e ardem-se as idéias, percebo que é chegada a hora de trocar as idéias pelas situações.

Como todos sabem, vivemos num totalitarismo de esquerda. A rubrica sôcia domina o governo, as universidades, a mídia, a cúpula da CBF e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Câmara. O pensamento que se queria libertário não pode ser outra coisa, portanto, não nos recostamos. E quem há de negar que é preciso reagir? Quando terroristas, gays, índios, quilombolas, vindalicos, maculeteiros e abortivos tentam levar a nação para o abismo, ou os cidadãos de bem se unem, como na saudosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que nos salvava do comunismo e nos garantia 20 anos de paz, ou nos preparamos para a barbárie.

## Guinada à direita

ANTONIO PRATA



Se é que a barbárie já não começou... Veja as cotes, por exemplo. Após anos dessa loquacidade descoidada pelos negros nas universidades, o que acontece? O branco encontra-se escanteado. Para todo lado que se olhe, da direção das empresas aos volumes dos SUVs, das mesas do Fasano à primeira classe dos aviões, o que encontramos? Negros ricos e despreparados cacupando da

**Você, cidadão de bem:unte-se a mim nesta nova Marcha da Família com Deus pela Liberdade**

meritocracia que reinava por estes contados desde o chegada do Cabral. Antes que me acusem de racista, digo que meu problema não é com os negros, mas com os privilégios

nessa área cultivável numa enorme tabua. Lá estão, agora, improdutivos e nus, cotando piolho e tomando SÍ. Contra o poder desmesurado do do a negros, índios, gays e mulheres (as feias, inclusive), sem falar nos ex-pobres, que agora possuem dinheiro para avacalhar, com sua ignorância, a cultura reconhecida e letrada de nossas elites, nós, da direita, temos uma arma: o humor. A esquerda, contudo, sabe do poder libertário de uma piada de preto, de gorda, de baiano, por isso tenta nos calar com o cabresto do politicamente correto. Só não joga a toalha e miúdo de vez por Texas por acreditar que neste espaço, pelo menos, era ainda possível lutar contra esses altitudes.

Pouco perdão aos antigos letores, desde já, se minha nova persona não lhes agradar, mas não peço apenas ser reconstruído, mas só de modo grosseiro, raioso e estúpido. Do contrário, seguiremos dominados por crioulos, pelas bichas, pelas feministas rancorosas e por velhos intelectuais da USP, essa gentinha que, finalmente compreendi, é a culpada por sermos um dos países mais desiguais, mais injustos e violentos sobre a Terra. Me aguardem.

Figura 3.2

## Temas tabus são alvo de questionário do Vaticano

Perguntas enviadas à igreja em todo o mundo foram divulgadas ontem

**Objetivo é coletar informações para o Sinodo de Bispos, convocado pelo papa Francisco para 2014**

DE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

A Santa Sé divulgou ontem um questionário de 38 perguntas sobre a evolução da família moderna, que aborda temas como a união homossexual, o divórcio e o aborto, entre outros assuntos até então tabus na Igreja Católica. A igreja vive uma época "de evidente crise social e espiritual", adverte o texto enviado às conferências episcopais do mundo inteiro. O documento é preparatório para o Sinodo de Bispos, convocado pelo papa Francisco para outubro de 2014. Entre as informações que a igreja pretende levantar está a quantidade de divorciados e separados em cada uma das paróquias e se essas pessoas se sentem "marginalizadas ou sofrem pela impossibilidade de receber os sacramentos". "Poderia uma simplifica-

A Santa Sé divulgou ontem um questionário de 38 perguntas sobre a evolução da família moderna, que aborda temas como a união homossexual, o divórcio e o aborto, entre outros assuntos até então tabus na Igreja Católica.

A igreja vive uma época "de evidente crise social e espiritual", adverte o texto enviado às conferências episcopais do mundo inteiro. O documento é preparatório para o Sinodo de Bispos, convocado pelo papa Francisco para outubro de 2014. Entre as informações que a igreja pretende levantar está a quantidade de divorciados e separados em cada uma das paróquias e se essas pessoas se sentem "marginalizadas ou sofrem pela impossibilidade de receber os sacramentos". "Poderia uma simplifica-

ção da prática canônica, a reconhecer uma declaração de nulidade do casamento facilitar a contribuição positiva para as soluções do, problemas dos católicos divorciados", pergunta.

O documento ainda questiona se existe no país uma lei civil de reconhecimento das uniões homossexuais e qual a atitude das igrejas frente a esta situação.

"Que atenção pastoral é possível desenvolver em relação às pessoas que elegeram viver nesse tipo de união?", diz, citando ainda o caso de casais gays com filhos.

As respostas servirão de base para o debate dos bispos em 2014. Mas, segundo o relatório do sínodo, cardinal Peter Erdo, não haverá "mudanças na doutrina, só na forma de encarar essas situações".

O documento ainda questiona se existe no país uma lei civil de reconhecimento das uniões homossexuais e qual a atitude das igrejas frente a esta situação.

"Que atenção pastoral é possível desenvolver em relação às pessoas que elegeram viver nesse tipo de união?", diz, citando ainda o caso de casais gays com filhos.

As respostas servirão de base para o debate dos bispos em 2014. Mas, segundo o relatório do sínodo, cardinal Peter Erdo, não haverá "mudanças na doutrina, só na forma de encarar essas situações".

O papa Francisco tem defendido uma "misericórdia" para com aqueles que vivem em situações "irregulares".

**Leia as principais perguntas do questionário**  
falha.com/na1367103

Figura 6.1





## Novo presidente terá na agenda educação e nova lei do aborto

JONATHAN WATTS  
DO "OBSERVER"

Se um romancista tivesse criado o roteiro da atual eleição presidencial chilena, a trama poderia ter sido descartada como simétrica demais para ser plausível.

As duas principais candidatas, Michelle Bachelet e Evelyn Matthei, são ambas filhas de generais da Força Aérea. Quando meninas, brincavam nos mesmos quartéis e seus pais eram amigos.

Mas, quando o país foi dilacerado pelo golpe de Augusto Pinochet, em 1973, as famílias de ambas ficaram de lados opostos de uma linha divisória mortífera. Um pai foi promovido ao comando da Força Aérea. O outro foi torturado e morreu na prisão.

Passados 40 anos, as duas continuam em lados opostos, mas desta vez em uma campanha eleitoral que deve trazer grandes mudanças — para a Constituição, a lei do aborto, os impostos e a educação — numa das mais dinâmicas economias da região.

O momento dificilmente poderia ser mais delicado. O Chile acaba de passar pelo 40º aniversário do golpe apoiado pela CIA, com cerimônias sombrias para honrar as 3.000 vítimas que foram mortas ou "desapareceram" como consequência dele.

É Santiago, apesar de sua crescente riqueza e democracia mais madura, continua a ser abalada por protestos estudantis, greves de trabalhadores e respostas policiais que envolvem gás lacrimogêneo e canhões de água.

Por mais que as duas candidatas favoritas prefiram contemplar o futuro, parte da cobertura da eleição se concentrou em seus passados.

Isso acontece em parte porque a disputa parece praticamente decidida antes de começar. Bachelet, candidata social-democrata, é favorita.

O "Observer" conversou com um pediatra que foi a primeira mulher a presidir o Chile (entre 2006 e 2010) na sede de sua campanha.

O clima entre seus partidários é eufórico, ainda que ninguém cante vitória, Bachelet especialmente.

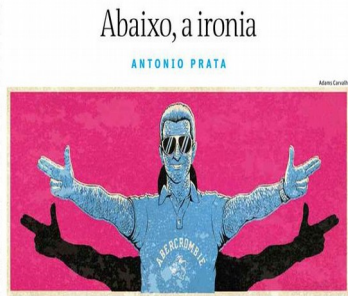
"É como o futebol: mesmo que você esteja em vantagem, o jogo só acaba com o apito final", ela diz. "Também preciso de um Legislativo que me apoie e realize as mudanças estruturais necessárias."

Figura 10.1

DOMINGO PASSADO, escrevi aqui uma crônica em que satirizava o discurso mais raivoso da direita brasileira. Muita gente não entendeu alguns se chocaram pensando que eu de fato acreditava que o problema do país era a suposta supremacia de negros, homossexuais, feministas, índios e o "poderosíssimo lobby dos antropólogos"; outros me chocaram, cumprimentando-me pela coragem (e de apontar os verdaderos culpados por nosso atraso. Volto ao tema para que não haja risco algum de estar referindo-me às ideias negativas que tentei ridicularizar.

Uma sátira é uma caricatura. Escolhem certos traços de uma obra e produzem outra, exagerando suas características. Navegares aparecem desproporcionalmente grandes, orelhas podem ser maiores que a cabeça, um líquido talvez chegue até o chão. É como se pusessemos uma lupa nos defeitos do original, a fim de expô-los.

Na crônica de domingo, achéi que havia carregado o bastão nas linhas retrógradas para que a sátira fosse evidente. Descrevi um quadro que, pensava eu, só poderia ser pintado por um paranoico delirante. No país bebado do meu texto, José Maria Marin e o pastor Marco Felício eram de esquerda, os brancos



estavam encantados por negros, que ocupavam a direção das empresas, os messi do Fasano e os assessores de primeira classe dos avôes. O Brasil (segundo minha expectativa de soja do mundo) não era, na crônica, uma potência agrícola, por culpa dos reservas indígenas. No filme levávamos contra "os brancos"

**Volto ao tema para que não haja riscos de reforçar ideias que tentei ridicularizar**

"o círculo". O texto não estava verdadeiramente descolado da realidade para que todos percebessem a

racista, machista, homo e demográfico pode não soar absurdo. Quem se chocou achou o personagem exagerado, mas plausível. Quem me cumprimentou achou minha "análise" perfeitamente coerente. Ora, só dá para concordar com o texto se você acreditar que as coisas criam uma elite negra e optimizam os brancos, acabando com a "meritocracia que reinava por estes costados desde a chegada de Cabral", se achar que os 20 anos de ditadura foram "20 anos de paz" e que é legítimo e bem-vindo levantar-se contra "os brancos" e "o círculo".

Em "Hilma e Suas Irmãs", do Woody Allen, Lee, uma das irmãs, é casada com um intelectual nabengo chamado Frederick. Lá pelas tantas, o personagem assiste a um documentário sobre Auschwitz, em que o narrador indaga "como isso foi possível?". Frederick bufá e responde: "A pergunta não é essa! Da jeito que as pessoas são, a pergunta é: como não acontece mais vezes?". Esta semana, diante dos e-mails elogiosos que recebi, eu fui me valendo algumas vezes à memória: "Como não acontece mais vezes?". Vontade é o que não falta, por aí —, infelizmente, não estou sendo histórico.

COLUNISTAS DESTA SEMANA segundas: Raquel Nalin; terça: Roney Sáyos; quarta: João Marques; quinta: Paqueta Cyro Neto; sexta: Barbara Garcia; sábado: Walter Cerevivo; domingos: Antonio Prata

Figura 10.2

## Manipulação da fé

ROBSON RODRIVALHO

Sempre que as eleições se aproximam, os evangélicos ganham páginas de jornais e revistas, além de preciosos minutos nos telejornais, como se vissem adormecidos e ressurgissem a cada dois anos, somente em época de campanha.

A abordagem das notícias geralmente é crítica àquele candidato que, por exemplo, vai a um culto ou se reúne com algum pastor. A notícia, em tom usualmente pejorativo, registra: "Agora vale até rezar", ou "no vale tudo da eleição, vale até recorrer às igrejas e à fé". Ali, ao criticar o candidato, acaba por desprestigiar os evangélicos.

Não tem como ignorar o tratamento "diferenciado" — e até discriminatório — que parte significativa da imprensa usa para se dirigir a um segmento cada vez mais expressivo da sociedade, cuja participação nas decisões sobre os rumos do país, em alguns casos, é determinante.

Trata-se de um grupo da mídia que, ou desconhece essa realidade, ou, e aí mora o problema, conhece os fatos, porém resiste a conviver democraticamente com opiniões que são divergentes das suas.

Nas eleições passadas, as bandeiras da fé e da religiosidade tomaram o debate, não obstante as críticas dos "iluminati". E assim se fez

Os evangélicos tornam-se a noiva almejada para ir às urnas. Porém, passado o pleito, são tratados como a amante inconveniente

porque, na democracia, o voto é do povo e é esse mesmo povo que prioriza os temas no período eleitoral. Graças a Deus! Os posicionamentos dos candidatos em relação a temas como aborto e união civil de pessoas do mesmo sexo foram os mais observados pelos eleitores na hora de decidir o voto em 2010.

É justamente nessa parcela, que prestou atenção a temas tão delicados, que estão presentes mais de 42 milhões de eleitores evangélicos.

Essa não é uma percepção minha, apenas. Cada vez mais, nosso país se transforma em um mosaico que reflete a integração de culturas de nações do mundo inteiro. Mais do que necessário, é vital sermos uma sociedade de respeito às diferenças.

Até países tidos como progressistas, a exemplo da França — de François Hollande, que legalizou o casamento gay, e de Frigide Barot, líder do movimento *Mamfi pour tous*, que liderou as megamanifestações em favor da vida e da família e con-

tra o casamento entre pessoas do mesmo sexo —, na contramão de qualquer expectativa, demonstraram esse respeito.

Os evangélicos, por somarem um número expressivo de eleitores, capaz de decidir qualquer pleito no Brasil, ganham os holofotes com sua fé reduzida a propósitos eleitorais. Tornam-se a noiva almejada para ir às urnas. Porém, passado o pleito, são tratados como a amante inconveniente a ser ignorada.

Apesar de termos políticos que tentam nos representar em posicionamentos opostos, como a ex-ministra Marina Silva (PSB) e o deputado Marcos Feliciano (PSC), além de vários outros que procuram surfar na onda dessa representação, a grande massa dos evangélicos continua silenciosa. Mas não inerte.

Os evangélicos têm amadurecido a consciência política, a começar pela negociação com candidatos para o cumprimento de promessas de campanha firmadas pela defesa da vida e da família. Tem cada vez mais clareza sobre a importância do seu voto. E é assim que tomarão sua decisão, modulando o país para a realidade em que acreditam, como cidadãos de um país democrático.

ROBSON RODRIVALHO, 51, físico, treilaga, escritor e bispo, é presidente do Igreja São Marcos Terça

## Figura 17.1

# No 1º documento doutrinário, papa prega a descentralização da igreja

Francisco divulga texto em que diz que concentração de poderes no Vaticano é prejudicial

**Para pontífice, grupos de bispos em cada país podem ter maior autonomia em aspectos da doutrina católica**

**RENALDO JOS LOPES**  
QUANTO À DOUTRINA E CRENÇA

O Vaticano divulga ontem a "Evangelii Gaudium" (em

português, "a alegria do Evangelho"), primeiro grande documento do pontificado do papa Francisco escrito inteiramente por ele mesmo. No texto, o pontífice argentino espelha um programa ambicioso para fazer com que, em suas palavras, a igreja "saia de si mesma" e volte a dialogar com o século 21. Ele prevê uma igreja "fêrrida e sã", porque esteve nas, a uma igreja doente por estar confinada e agrada à sua própria segurança. Antes do texto de ontem, ele havia divulgado uma encíclica sobre fé com seu antecessor, Bento 16, em julho. Este é seu primeiro trabalho individual. Desde que assumiu a chefia da Igreja Católica, em março, Francisco tem pregado uma igreja mais humilde e aberta.

Em geral, os papas usam as cartas conhecidas como encíclicas quando querem chamar a atenção de seu rebanho para um tema particularmente importante.

A "Evangelii Gaudium" é, em tese, um documento com um pouco menos de peso doutrinal, sendo classificado como "exortação apostólica", mas com milhões de leitores. Francisco não detém divindades sobre o peso que deseja dar.

O objetivo de Francisco é apontar caminhos para a chamada "nova evangelização" — o que significa trazer para quem ainda não é cristão para o catolicismo quanto, principalmente, fazer com que os fiéis não praticantes, distantes ou mesmo descrentes voltem para a igreja. Para isso, o papa aponta na dimensão local, declarando que é preciso "descentralizar a igreja".

"Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da igreja e sua atribuição missionária", diz acrescentando que o papado é incapaz de dar todas as respostas no mundo de hoje.

Sem entrar em detalhes, ele defende inclusive que a conferência de bispos de cada país possam ter mais autonomia em relação ao Vaticano, inclusive no aspecto doutrinário.

A julgar por outras declarações do pontífice, isso poderia significar que os bispos locais teriam mais liberdade para avaliar se teólogos ou

padres infringiram ensinamentos da igreja ou para defender sobre como lidar com fiéis descrentes.

**"NÃO MATAR"**  
Francisco criticou o hábito de transferir a fé numa lista de dogmas e de proibições — não porque planeje alterar a proibição ordenação de mulheres ao aborto, por exemplo, mas porque, segundo ele, esses temas não são o centro da tarefa cristã.

Empresando a linguagem dos antigos profetas israelitas, condenou com violência o que define como a "globalização da indiferença" e reafirmou o "papel preferencial pelos pobres", ideia cara aos teólogos latino-americanos dos anos 1960 e 1970.

"Assim como o mandamento de 'não matar' impõe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, hoje devemos dizer 'não a uma economia da exclusão e da falta de equidade'. Essa economia mata", escreve.

O pesquisador italiano Massimo Faggioli, historiador da igreja que trabalha na Universidade St. Thomas (EUA), chamou a atenção para outro aspecto importante do documento a quantidade de citações aos textos do papa Paulo 6º (1963-1978), responsável por idealizar e colocar em prática a maior parte das reformas que renovaram o catolicismo a partir do Concílio Vaticano 2º, nos anos 1960.

A "Evangelii Gaudium" também tem boas chances de marcar época como a mais importante declaração de um papa em favor da ética ambiental — o que, aliás, é o esperado quando se trata de um pontífice que decidiu empregar seu nome do "santo ecológico" Francisco de Assis.

Quando do encargo de bispo das Filipinas sobre a destruição ambiental em seu país (um dos mais ricos em biodiversidade do mundo), Francisco comprou a Inglês: "A extinção de formas de vida é a dos seres humanos em situação de exclusão."

### SEGUINDO FRANCISCO

Alguns temas tratados no documento

#### "DESCENTRALIZAR" A IGREJA

→ (...) alerta para a necessidade de proceder a uma salutar "descentralização" (...) Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da igreja e sua atribuição missionária

#### ÊNFASE NO ESSENCIAL

→ É um erro quando se fala mais do lei do que da graça, mais da igreja do que de Jesus Cristo, mais do papa do que da palavra de Deus

#### MUDANÇAS

→ (...) a igreja pode até chegar a reconhecer que certos costumes próprios não são diretamente ligados ao núcleo do Evangelho (...) normas e preceitos eclesiais que podem ter sido muito eficazes em outras épocas, mas que não têm mais a mesma força educativa

#### ABERTURA A TODOS

→ A Eucaristia [comunhão] não é um prêmio para os perfeitos, mas um generoso alimento e um remédio para os fracos

#### JUSTIÇA SOCIAL

→ É preciso afirmar sem muitas palavras que existe um vínculo inseparável entre a nossa fé e os pobres. Não os devemos esquecer jamais (...) Assim como o mandamento de "não matar", (...) hoje devemos dizer "não a uma economia da exclusão e da falta de equidade" (...) A salvação ao artigo bomem de ouro encontrou uma versão nova e desaperdiada no fetichismo do dinheiro

### SACERDÓCIO FEMININO

→ A reivindicação dos legítimos direitos das mulheres (...) não pode ser deixada de lado superficialmente. O sacerdócio reservado aos homens (...) não se coloca em discussão, mas pode se tornar motivo de especial conflito quando se identifica em demasia a posição sacramental com o poder

### LUMA IGREJA MENOS EUROPEIA

→ Não podemos pretender que povos de todos os continentes limitem as modalidades adotadas pelos povos europeus em determinado momento da história (...) a fé não pode se fechar dentro da compreensão e expressão de uma cultura particular

### ABORTO

→ Não é progressista pretender resolver os problemas eliminando uma vida humana (...) Temos feito pouco para acompanhar as mulheres em situações muito duras, nas quais o aborto se apresenta como uma rápida solução

**“ Não somos meros beneficiários das demais criaturas, mas sim guardiões delas. A desertificação do solo é como uma doença, e podemos lamentar a extinção de uma espécie como uma mutilação humana”**  
NEWSMAGAZINE

Figura 27.1

# Dezembro/2013

## Guru de Feliciano será candidata no Paraná

Para o PSC, Marisa Lobo, que se apresenta como 'psicóloga cristã', pode ser puxadora de votos para a Câmara

**Sua maior briga hoje é contra o Conselho Federal de Psicologia, que ameaça cassar seu registro profissional**

ANA VILHENA BALLOUSSER  
em Brasília

A mulher que pelo Marco Feliciano no divã quer seguir os passos de seu paciente, Marisa Lobo, 42 anos, autodenominada "psicóloga cristã" e "sunlight crente", filiosa-se ao PSC (Partido Social Cristão) do deputado-pastor e pré-candidata a deputada federal no Paraná. No partido, já é tratada como puxadora de votos em 2014 — ao lado de outro política neofita, a cirurgiã plástica Robert Rey, o "Dr. Holly wood", e do próprio Feliciano, o presidente do Conselho de Direitos Humanos a quem chama de "meu mentor".

Marisa, frequentadora da igreja Batista, é uma espécie de "formidadora intelectual" de Feliciano. Ela mesmo se diz "coach" do deputado que — hoje — lhe paga um patifão.

A "manga de longa data", diz Feliciano, foi útil dando conselhos informais. "Houve momentos turbulentos no início da minha presidência na comissão. Seus conselhos foram de grande valia, sua preocupação com minhas filhas me sensibilizou".

O presidente do PSC, pastor Everaldo Pereira, do Rio, define Marisa como "mulher brava no bom sentido", alguém que lutará pela "causa" e não se espantará com a maconha.

Ela e Balbino Jr. conduziram a certidão de sua filiação à igreja, em Curitiba.

As banheiras de Marisa estão em sintonia com as do partido. Assim como seu estogor de política: "Sua grande briga é contra o Conselho Federal de Psicologia, que ameaça cassar seu registro de psicóloga".

Ela é acusada de associar psicologia a religião nas redes sociais ("minha fé não nego por nada, nem pela minha profissão", diz no Twitter).



Gabriel Cavali/ReUTERS

Acusada de apoiar a 'cura gay', Marisa quer ser deputada

Também é acusada apoiar a "cura gay", o que fez o código de ética da categoria.

Marisa nega. Diz que no consultório, onde recebe "de alta a gente do candombê" em sessão de ES 100, jamais ofereceu tratamento para a homossexualidade.

Lembra que acabou por meses em casa "um homossexual pai de santo travesti com Aids", para quem "minha empregada não queria bruar as roupas".

### BULLYING

Marisa afirma que paga R\$ 258 por mês para fazer uma pós-graduação em filosofia dos direitos humanos, mas não divulga em qual entidade por ter repressida.

"Sóbullyng faz tempo. Todas as faculdades [de psicologia] falam de mim como a pior profissional do mundo, a mais antipática. To-dia".

Falando "como cristã", ela acredita ser possível reverter o desejo por alguém do mesmo sexo. "Comportamento homossexual é pecado. A Marisa Lobo psicóloga não entra

nessa questão. Meia a Bíblia diz. Penso final... Se o desejo é não desajar pessoas do mesmo sexo, isso é diferente

mano dele. Se a pessoa pegar a chave do armário e se trancar, ótimo, problema dele".

A pré-candidata está escrevendo um livro sobre "diferença gay". "Explico como uma teoria não-científica quer de desconstrução sexual, criada por LGBT, vem sendo ensinada no mundo acadêmico e ganhando espaço social, nas relações humanas, influenciando leis, mídia, novelas, educação."

Este discurso, diz, "desconstrói claramente a heterossexualidade, impunando a eles o crime da imperfeição".

### ATAÇÃO

As opiniões de Marisa têm eco em Brasília. Na Câmara, ela se destaca em análises públicas sobre o projeto de lei que quer derrubar a aceção do Conselho de Psicologia que proibe tentativas de mudar a homossexualidade.

A ministra Gisele Hoffmann do Conselho de Família e Casa Civil já a convidou pa-

ra o lançamento de um programa de combate ao crack que enfureceu abertistas.

A "psicóloga cristã" que criou o projeto Maconha Não Endossa Interações Compulsivas de dependentes e n passe de recurso para comitês de terapia com religiões, ou que tem sido feto pel governo Dilma Rousseff.

### ORIGENS

Marisa costuma dizer que todas as causas que abraça tem conexão com seu projeto pessoal. Exemplos: se milita contra o aborto e a legalização da prostituição é porque seu pai conheceu sua mãe nessa situação. "Sei como ser chamada de filha d'putina".

O pai, "alcoólatra que bebia remédio para emagrecer porque era vaidoso e teve uma vida bem difícil", hoje evangélico.

Marisa vem ganhando percepção entre evangélicos. Cebsa de RS 2014 e ES 1.000 em sua palestra sobre temas ceterossexualidade da família transformem psicólogos.

Figura 15.1

VLADIMIR SAFATLE

## Uruguai na frente

O presidente do Uruguai, José Mujica, entrará para a história latino-americana como alguém que colou de vez a pauta da modernização de costumes no centro da política. Em seu governo, o Uruguai aprovou a legalização do aborto, o casamento homossexual e, agora, uma ousada legislação de regulamentação da produção e do comércio de maconha.

O Uruguai partiu de uma constatação cada vez mais assustadora nos debates internacionais sobre o problema: "A guerra contra as drogas fracassou". A abordagem policial-carceral hegemônica é cara e ineficaz, além de infantilizar o debate ao considerar todo consumidor de droga um viciado, ainda que potencial.

Por mais que isso possa parecer estranho a alguns, não há princípio moral que justifique a proibição do uso de drogas por adultos responsáveis por seus atos. As modalidades de prazer do corpo, bem como a decisão sobre os alimentos e substâncias que consumo, são fruto de deliberações individuais. Cabe ao Estado simplesmente alertar seus cidadãos sobre os riscos de suas decisões.

Dois argumentos poderiam ser contrapostos a essa maneira de pensar o problema do uso das drogas. Primeiro, usuários de drogas estariam, necessariamente em situação de perda de autonomia. O argumento é ruim por não dis-

tinguir usuários esporádicos daqueles que têm estrutura patológica de drogadição.

Segundo, haveria uma equação indissociável entre droga e violência. Assim, combater a primeira seria, necessariamente, diminuir a segunda. No entanto, há duas variáveis pressupostas aqui. A primeira é resultado exatamente do tráfico e da ilegalidade do comércio de drogas. Nesse sentido, a lei uruguaiana é astuta ao criar um mecanismo estatal capaz de retirar a produção da maconha das mãos de grupos criminosos.

Por outro lado, haveria a violência resultante da pretensa modificação de comportamento de quem consome drogas. O problema é que, no caso da maconha, o argumento é risível, assim como é risível o argumento de que ela seria necessariamente uma porta de entrada para o consumo de drogas mais pesadas.

Note-se ainda que nunca houve e, provavelmente, nunca haverá sociedade sem drogas. Assim, melhor do que ficar à procura de um paraíso onde elas não existiriam, procura que no mais das vezes só consegue produzir infernos, é saber como viver com elas. É bem provável que muito de seu consumo seria diminuído se nossas sociedades retirassem a aura transgressiva das drogas.

Ao abandonar a lógica da guerra, os governos poderiam enfim pautar suas políticas pela lógica médica da discussão sobre o uso e seus riscos, como já é feito com bebidas e cigarros.

## Papa decide tirar cardeal conservador de comitê

Afastado prezava ritos e tradições da igreja

JIM YARDLEY  
JASON HOROWITZ  
DO "NEW YORK TIMES", EM ROMA

O papa Francisco, que ontem completou 77 anos, afastou de um poderoso comitê do Vaticano um cardeal conservador americano que é crítico declarado do aborto e do casamento gay, substituindo-o por outro americano menos identificado com guerras culturais internas da igreja.

A decisão do papa de afastar o cardeal Raymond Burke da Congregação para os Bispos foi interpretada como sinal de que Francisco está disposto a perturbar o establishment do Vaticano para ser mais inclusivo.

Mesmo assim, muitos veem a iniciativa não tanto como esforço para mudar a doutrina sobre questões sociais específicas, mas como uma tentativa de imprimir coerência pastoral e de estilo à liderança da igreja.

"O papa está dizendo que não é preciso ser conservador para tornar-se bispo", disse Alberto Melloni, diretor da Fundação João XXIII de Estudos Religiosos, de Bolonha, Itália, um instituto de pesqui-

sas católicas liberal. "Ele quer bons bispos, não importa quão liberais ou conservadores eles sejam."

Burke, que chegou ao Vaticano em 2008 após atuar como arcebispo de Saint Louis, é apoiado por muitos católicos conservadores americanos, graças à sua defesa dos ritos e tradições da igreja favorecidos pelo papa Bento 16.

Mas a predileção de Burke pela longa veste de seda vermelha conhecida como "capa magna", além de outras semelhantes, o leva a parecer fora de sintonia com Francisco, que deixa claro por seu próprio exemplo que prefere vestes mais simples.

Desde que foi eleito papa, em março, Francisco vem recebendo cobertura altamente favorável da imprensa e a aprovação de fiéis por conferir um rosto mais gentil e inclusivo a uma instituição largamente vista como fora de sintonia com a realidade.

Figura 17.1

Figura 18.1

## Conservadorismo legal

**Propostas mais flexíveis na questão do aborto e do consumo de drogas são rejeitadas em comissão que analisa novo Código Penal**

Podem ser frustrantes, mas não chegam a causar surpresa as recentes decisões da Comissão Especial do Senado no tocante à reforma do Código Penal.

Na terça-feira passada, o órgão aprovou relatório do senador Pedro Taques (PDT-MT), que rejeita alguns dos principais avanços liberalizantes propostos pelo grupo de juristas encarregado de elaborar nova legislação nessa matéria.

Desconsiderou-se, por exemplo, a ideia de que o consumo de entorpecentes deva deixar de ser crime no país, para ser considerado sob a ótica da saúde pública.

O máximo a que se chegou foi eliminar a pena de prisão para quem use drogas —mas o estigma da sanção penal, nocivo a qualquer ajuda real que se queira oferecer ao dependente, permanece.

A comissão do Senado também rejeitou propostas para flexibilizar a legislação sobre o aborto. Verdade que havia algo de tortuoso na formulação encontrada pelos juristas para alcançar esse objetivo.

Sugeriu-se que o aborto passasse a ser permitido não só nos casos já previstos na lei (gravidez resultante de estupro ou quando há risco de vida para a mulher), mas também na hipótese de insuficientes “condições psicológicas” da gestante.

O subterfúgio deixaria ao arbítrio de um atestado médico ou psicoterapêutico a tomada de uma decisão sempre traumática, quais-

quer que sejam as “condições psicológicas” de quem a adota.

Seja como for, dos 11 senadores que integram a comissão especial, apenas dois —Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ana Rita (PT-ES)— votaram a favor dessa modificação, que poderia na prática legalizar o aborto até a 12ª semana de gestação. A maioria seguiu vias mais conservadora nesse tema.

Pode-se admitir, sem dúvida, que os senadores refletiram as convicções do eleitorado; cabe lembrar, contudo, que nem sempre se ponderaram os inúmeros e dramáticos registros de morte e de sequelas graves nas mulheres que recorrem a clínicas de aborto clandestinas.

O tema, como outros em matéria penal, presta-se a uma consulta popular. Ainda que confirmada a rejeição ao aborto, haveria pelo menos condições de um debate mais aprofundado sobre o assunto, tantas vezes tratado como tabu.

O conservadorismo em matéria penal prevaleceu em outras decisões, como no aumento de penas mínimas para alguns crimes.

Na mesma linha de mais rigor punitivo, mas neste caso com boa dose de razão, passa-se a exigir que transcorra um quarto do tempo de privação de liberdade, e não somente um sexto, antes que o réu primário condenado por homicídio possa beneficiar-se de regime mais brando (semiaberto, por exemplo).

Tais propostas —além de várias outras, tipificando crimes hoje não previstos pela legislação— devem ainda ir a plenário. Só se pode esperar que, antes disso, a discussão se amplifique e aprofunde bem mais do que tem ocorrido até aqui.

Figura 23.1

# COMO SE FORMA UMA **femen**

Na Espanha, reportagem da **Folha** participa de curso para formar integrantes do grupo feminista **Femen**; lições incluem exercícios físicos e orientações sobre **postura** nos protestos



Ativistas do Femen protestam em Madrid, elas defendem a glória feminista mesmo sob pressão policial

uma ativista espanhola em uma reunião em Madrid.

o grupo de ativistas conhecido como Femen, que se reúne em Madrid, Espanha, para protestar contra a violência contra as mulheres. O grupo também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres. O grupo também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres.

na Espanha, a situação é diferente. O grupo de ativistas espanholas, conhecido como Femen, também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres. O grupo também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres.

mas, mesmo nos dias de hoje, o movimento continua a crescer. O grupo de ativistas espanholas, conhecido como Femen, também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres. O grupo também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres.

MANEJAMENTOS DO FEMEN

- 1. Manter a linha física.
2. Para correr de polícia e evitar o contato físico.
3. Evitar o contato físico.
4. Manter o grupo organizado.
5. Postura correta.
6. Não usar drogas.

em atos públicos. O objetivo é causar espanto e chamar a atenção para a violência contra as mulheres. O grupo também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres.

LIÇÃO 3: A POSTURA. Para evitar ser vista como uma ativista, é importante manter uma postura correta. Isso inclui manter o corpo alinhado e evitar movimentos bruscos. O grupo também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres.

A cada dois dias, há uma reunião de treinamento para as ativistas. O grupo também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres. O grupo também organiza eventos de conscientização e treinamento para as ativistas. O grupo é conhecido por suas ações de protesto, como a exposição de corpos nus em espaços públicos para chamar a atenção para a violência contra as mulheres.

Figura 29.1



## Equilíbrio judicial

Brasil ainda precisa achar ponto ideal entre ativismo e autocontenção dos tribunais em demandas relacionadas a políticas públicas

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luis Roberto Barroso tem razão ao afirmar, em entrevista a esta **Folha**, que a inflexão do Congresso Nacional por vezes oferece riscos à democracia.

Procureu justificar, dessa maneira, a atuação do STF em casos nos quais a decisão da corte parece extrapolar os limites da interpretação e invadir uma esfera que seria própria da Legislativo — como no julgamento sobre a constitucionalidade de doações eleitorais feitas por empresas.

As obras de Barroso, o Supremo pode, com esse processo, recolar a reforma política na pauta do Congresso. Seria uma forma de o Judiciário “empurrar a história”. A tese pode parecer sedutora, sobretudo quando se trata de sugerir aprimoramentos ao sistema político brasileiro. Não se pode deixar de observar, contudo, que esse ativismo do Judiciário também carrega sua íntima de ameaças ao funcionamento da democracia — e não são poucas nem desprezíveis.

Com a promulgação da Constituição de 1988, aumentou muito a chamada judicialização da política no Brasil. O fenômeno tornou-se tal ponto abrangente que passou a afetar desde as regras eleitorais até programas de governo — como as privatizações — e políticas públicas — como acesso à saúde, à educação e à moradia.

Reconheça-se que a função do Judiciário garantir a efetividade dos direitos políticos, econômicos e sociais sempre que o Legislativo e o Executivo distacem de cumprir suas obrigações — ou seja, quando se absterem.

No limite, diante do mandato dos outros Poderes, um juiz não pode

### ATIVISMO DA JUSTIÇA

Casos polêmicos decididos pelo STF

2012 Aborto de anencéfalos

2011 União homoafetiva

2009 Demarcação de terras indígenas

2008 Fidelidade partidária

Julgamento ainda não concluído pelo tribunal

Diácono eleitoral de empresas

medir ou antecipar os impactos distributivos de suas decisões, já que podem privilegiar aqueles que, por terem recursos para pagar um advogado, pagam para si o cobrador certo das políticas públicas.

Chama a atenção, por essa razão, um caso recente envolvendo o direito à educação.

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que a prefeitura crie 100 mil novas vagas para a educação infantil na cidade — 105 mil em creches (para crianças de 0 a 2 anos) e o restante em pré-escolas (crianças de 4 e 5 anos).

A ordem judicial também estabelece um cronograma de implementação — metade das vagas deve estar disponível em até 18 meses — e uma comissão de acompanhamento. Mais do que isso, chegou ao extremo — questionável — de detalhar critérios substantivos para a distribuição dessas vagas.

A novidade é justamente um novo padrão de relacionamento entre tribunais e poderes políticos. A decisão do TJ abrangia todo o conteúdo da educação infantil, não apenas casos individuais — na cidade de São Paulo, cerca de 2 mil crian-

## Figura 30.1

# Janeiro/2014

## Papa diz que aborto reflete uma 'cultura do descarte'

Discurso é recebido como aproximação a setores conservadores da igreja

**Pontífice vinha sendo acusado de privilegiar causas sociais em detrimento da doutrina tradicional católica**

**RENALDO JOS LOPES**  
COLABORADOR PARA A FOLHA

O papa Francisco fez ontem sua declaração mais dura até agora contra a prática do aborto, na mensagem de início de ano aos diplomatas que servem em embaixadas e em seus países no Vaticano.

O pontífice disse que “cansa horror o simples pensamento de que existam crianças que jamais poderão ver a luz do dia, vítimas do aborto” e do que descreveu como uma “cultura do descarte”.

“Infelizmente, objetos de descarte não são apenas os alimentos ou os bens supérfluos, mas muitas vezes se tratam de seres humanos”,

afirmou Francisco. A mensagem reafirma seu compromisso com a doutrina tradicional católica sobre questões de biotica e moralidade sexual, embora ele tivesse criticado o excesso de ênfase sobre esses temas por parte da igreja.

Para os setores mais conservadores, o aborto tem sido o calcanhar de Aquiles de Francisco, em especial quando comparado a João Paulo II, que transformou a luta contra a prática num dos grandes temas de seu pontificado. Até mesmo um bispo, o americano Thomas Tobin, chegou por não abortar definitivamente a questão.

Oscilando conservadores se o calcanhar de Aquiles em outros aspectos, como a reticência de Francisco em se referir a si mesmo como papa (prefere “bispo de Roma”)

e a criação de missas em latim. Também chocou certas

alas da igreja ao dizer que “Deus não é católico” e a dar a entender que, ao menos em certos casos, católicos divorciados poderiam voltar a receber a comunhão.

Nos últimos meses, porém, o papa tem realinhado os ensinamentos tradicionais, da Congregação para a Doutrina da Fé, órgão máximo do Vaticano nessa área, declarou que não havia mudanças no horizonte para católicos divorciados.

Além disso, em seu principal documento doutrinal, até agora, a exortação apostólica “Evangelii Gaudium” (Alegria do Evangelho), divulgada em novembro, Francisco afirmou que “a defesa da vida por nacer está intimamente ligada à defesa de qualquer direito humano”.

**DIREITOS HUMANOS**  
A questão dos direitos humanos talvez seja a chave para entender a mudança de

fase do magistério do papa. “Quando apontou a ‘obesidade’ do catolicismo com as questões de moral sexual e pediu um olhar mais focado nas questões sociais, Francisco não estava negando a doutrina tradicional, mas apresentando toda a mensagem da ‘cultura do descarte’”.

De fato, a menção ao “horror” do aborto é apenas uma frase em meio a um parágrafo do discurso no qual Francisco também chama a atenção dos diplomatas para as crianças que passam fome, são forçadas a se tornarem soldados, morrem em conflitos ou são vítimas do tráfico internacional de pessoas.

No discurso de ontem, no entanto, que interessa diretamente à igreja foi lembrado a liberdade de culto. O papa tem resultado em “relações modernas” — cristãos perseguindo mortos por sua crença na África e na Ásia, principalmente.

**O QUE DIZ FRANCISCO**  
Temas polêmicos abordados pelo papa

**ABORTO**  
Condenou veementemente a prática, entretanto, considerou a “grava da cultura do descarte”

**ORDENAÇÃO DE MULHERES**  
Em seu “Evangelii Gaudium”, o papa indicou que não deve alterar a posição da igreja, mas não considerou o assunto o centro da crença cristã

**GAYS**  
Se uma pessoa é gay, Francisco não tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la? — disse a pontífice em julho — mas ainda considera a homossexualidade um pecado

**DRÓGAS**  
Mostrou-se contrário a legislação que obriga como a maioria, afirmando que ela não é “redireção” e “mudança de direção”, mas sim dependência química

## Figura 14.1

**5**

## CULTURA DO DESCARTE

Fraço faz um confronto com o pai da igreja contra o aborto e o casamento de pessoas casadas da igreja

FRANCISCO DE ASSIS  
FRANCISCO DE ASSIS  
FRANCISCO DE ASSIS

**FOLHA 10**

5 - CULTURA DO DESCARTE

**O** papa Francisco fez na segunda-feira 18 de fevereiro um discurso que abriu a porta para o casamento de pessoas casadas e o direito de não se dignar a quem se opõe à doutrina da Igreja Católica.

O papa disse que "não tem e não pode ter um pensamento de que seja uma crítica que se faça ao papa Francisco". Ele afirmou que não se digna a quem se opõe à doutrina da Igreja Católica.

**MISSAGIUM REAGIU COM A CANTINHA TRADICIONAL CATÓLICA. A LINGUAGEM DO PAPA FRANCISCO CRITICADO O EXCESSO DE ENFATAS SOBRE ESSAS TEMAS POR PARTE DA IGREJA.**

Se não se orgulha mais, afirmou Francisco. A mensagem reflete um compromisso com a doutrina tradicional católica sobre questões de fé e moralidade. Mas, afirmou, ele não se digna a quem se opõe à doutrina da Igreja Católica.

**FOLHA 10**

5 - CULTURA DO DESCARTE

de casamento de São Paulo 27, que transdena a vida contra política em meio às mudanças no cenário político. Até mesmo em São Paulo, a mensagem de Francisco foi recebida com entusiasmo. O papa afirmou que não se digna a quem se opõe à doutrina da Igreja Católica.

**FRANCISCO CRITICOU A MISSAGIUM REAGIU COM A CANTINHA TRADICIONAL CATÓLICA. A LINGUAGEM DO PAPA FRANCISCO CRITICADO O EXCESSO DE ENFATAS SOBRE ESSAS TEMAS POR PARTE DA IGREJA.**

## Figuras

### 18.1, 18.2, 18.3

Além disso, em seu principal documento doutrinal até agora, o encíclica "Evangelii Gaudium" (Alegria do Evangelho), do papa Francisco, Francisco afirmou que não se digna a quem se opõe à doutrina da Igreja Católica.

**FRANCISCO CRITICOU A MISSAGIUM REAGIU COM A CANTINHA TRADICIONAL CATÓLICA. A LINGUAGEM DO PAPA FRANCISCO CRITICADO O EXCESSO DE ENFATAS SOBRE ESSAS TEMAS POR PARTE DA IGREJA.**

**5**

**5**

FRANCISCO CRITICOU A MISSAGIUM REAGIU COM A CANTINHA TRADICIONAL CATÓLICA. A LINGUAGEM DO PAPA FRANCISCO CRITICADO O EXCESSO DE ENFATAS SOBRE ESSAS TEMAS POR PARTE DA IGREJA.

Figuras  
18.4; 18.5; 18.6

# Fevereiro/201

## PT presidirá Comissão de Direitos Humanos

Assis do Couto, que integra frente contra o aborto, teve dois votos a mais que Bolsonaro

**DEBATE**

Eleito ontem em votação apertada para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o deputado Assis do Couto (PT-PA) integra a Frente Parlamentar contra o aborto da Casa e já enfrenta críticas de parte de ativistas.

O petista teve 10 votos no Bolsonaro (PP-RR), considerado um dos deputados mais conservadores da Câmara. A candidatura de Bolsonaro foi articulada por Marco Feliciano (PS-SP), que comandou a comissão no ano passado e foi alvo de críticas de ativistas gays e negros. Sua atuação gerou uma crise na Câmara e chegou a ameaçar o diploma do petista.

O placar derrotado da votação mostra que a bancada evangélica continua com influência na Comissão e que os debates daqui para frente serão decididos em disputas acirradas. Mas Bolsonaro, católico, do Assis do Couto pai de família, católico, do Assis do Couto homem público, parlamentar, que tem que lidar com as questões de Estado, de saúde pública. Não podemos se que a bancada vai incorporar o movimento feminista sabará entender a minha opinião", disse deputado. **ALACIO FALCÃO E JOHANNA WURLAT**



Couto durante sessão que o elegeu presidente da Comissão

Figura  
27.1

# Março/ 2014

## RJ concede pensão a criança fruto de estupro

Adolescente deu à luz o bebê após ser violentada pelo próprio pai; benefício é previsto em lei estadual de 1998

**Medida semelhante é defendida no Congresso pela bancada evangélica; entidades de direitos da mulher são contra**

### TRUO SOCINIMA

O governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), concedeu pensão mensal inédita a uma criança gerada após estupro. O bebê foi concebido quando a mãe foi violentada pelo próprio pai por dois meses.

A decisão se baseou em lei estadual de 1998, que instituiu o benefício de pensão mensal de um salário mínimo (R\$ 724) à mãe que, tendo engravidado sem consentimento, expresse ou tácito, no seu ato. A pensão é paga até o filho completar 21 anos.

O benefício é igual ao oferecido no Congresso Nacional pela bancada evangélica com o objetivo de desestimular a opção pelo aborto, prática autorizada pelo lei em caso de estupro, mas condenada pela doutrina cristã.

### TRUO ESTUPRO

Entidades de direitos da mulher são contrárias à lei, por considerarem que a liberdade de escolha das vítimas de violência é o direito legítimo. Ela carrega o nome de "lei do estupro".



K, avô da criança que recebe o benefício, no valor de um salário mínimo, concedido de maneira inédita pelo governo

A avó temeu por dois anos o benefício, aratado por uma amiga sobre a lei. Baseou-se no Secretário de Assistência Social da Prefeitura Pública e na Comissão de Direitos Humanos da Mesa (Assessoria Legislativa do Rio). Em todos os lugares, contu que a lei é inconstitucional. Se teve sucesso ao proibir e pedir ao Palácio Guanabara, sede do governo do Rio, onde o caso foi denominado "violência". Ela se sentiu do gabinete do deputado Elton Fonseca (PPB), na bancada evangélica, para preparar a petição. Inicialmente o governo negou qualquer política em decisão. A PGE foi enviada à banca por entender que não seria possível cumprir uma lei em vigor há mais de 15 anos sem ter sido questionada. Mas o governo não agiu por ação de inconstitucionalidade contra a norma, para evitar novos pedidos. Cabral não autorizou a ação. Em nota, o governo afirmou que propõe a ação não é "um dever" do governador. Segundo a nota, a medida passa pelo "crivo da oportunidade e conveniência".

"Há um entendimento que poderia ser, como Ministério Público, ou diretamente, dentro do crime". O Estado disse que vai pagar o benefício a quem carrega o estigma legítimo.

Asconceder o benefício, Cabral também tempo que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) propõe a ação de inconstitucionalidade por omissão de lei. Para o órgão, a lei é inconstitucional por não definir a fonte de recursos. A pensão foi solicitada por K, a avó que tem a guarda judicial da criança, desde que entrou a receber o salário. K disse que não sabe o nome do pai da vítima e da criança. Que Deus se perdoe, mas não pensaria duas vezes. Não sabe o que é esse assunto, vai me ajudar", disse K. "Sou evangélica, mas se eu desse escolher entre a gratuidade do aborto, a longo que a criança não tivesse identidade, eu escolheria o aborto", afirmou que a criança não tem identidade.

Figura 2.1

# GELEDÉS

## Maio/2013

### Representação da AtV Feministas abrem para crescente criminalização da luta pela legalização do aborto na América Latina

Cyên Soto, da Articulação Feminista Mercosul (AFM), debate sobre a criminalização dos movimentos de mulheres que defendem a legalização do aborto na América Latina e defende a participação da sociedade civil nas conferências internacionais sobre direitos sexuais e reprodutivos. As organizações foram representadas no Partido das Mulheres e à Alta Autoridade de Saúde (AAS) em maio de 2012, no Uruguai. As feministas também cobraram sobre assuntos internacionais públicos dentro dos trabalhadores domésticos.

Esta é a terceira edição da AAMM, que reúne ministros e outras autoridades especializadas em políticas para as mulheres, no Mercosul. Além formado pelo Brasil, a Argentina, o Uruguai, e Venezuela e a Paraguai, temporariamente suspenso de vários, além dos Estados associados Equador, Chile, Bolívia e Peru.

#### As reivindicações apresentadas pela AFM foram:

– Que os mecanismos de integração regional incluam a participação da sociedade civil organizada feminista e representativa nas delegações locais que participam conferências e serem incluídas (Cairo-2012, XI Conferência Regional do Mulher Capul).

– Que os mecanismos e Estados emitam declarações sempre fundamentadas sobre os direitos da mulher na América Latina, em especial os casos brasileiros do CP do Aborto, que criminaliza organizações feministas que lutam pela legalização do aborto, bem como os ataques de retrocesso legislativo sobre as regulamentações do direito de acesso das mulheres ao aborto seguro e legal.

– Ratificação imediata do Convênio nº 108, "Trabalho Decente para os Trabalhadores e as Trabalhadoras Domésticas" da Organização Internacional do Trabalho, pelo Estado que ainda não o fizeram (o são Brasil, Venezuela, Peru, Chile, Equador), considerando especialmente o tema das políticas integradas, além dos demais aspectos relativos ao trabalho. "Seuente entre a não concordando partes para defender nossos direitos", entregue às feministas.

#### Sociedade civil

Além de Articulação Feminista Mercosul (AFM), participaram também pela sociedade civil a Comissão Latino-Americana de Carta para a Defesa dos Direitos do Mulher (Caden), com sua coordenadora nacional Ana Lora, e a Fórum de Mulheres do Mercosul.

A ministra do Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, Denorcia Meneguetti, concordou com as demandas feministas. "As feministas que sociedade civil nos têm sido tão históricas e fundamental. Sabemos da importância de responder às nossas demandas específicas de cada país", afirmou. Meneguetti também pediu o apoio dos movimentos sociais para a divulgação da campanha Mulheres Livres, lançada pela AAMM.

#### Integração regional

No dia 28 de maio, organizações integrantes do AFM realizaram com a AAMM e outras instituições o seminário "As mulheres e a política no setor regional", no cidade de Montevideo, com participação de várias representantes feministas de América Latina. O objetivo era discutir o cenário das políticas para as mulheres no região, bem como pensar estratégias para alcançar conjuntamente os direitos para as mulheres.

Mel Bar Galán - Centro Feminista de Estudos e Acciones (CFEWA)

### Um ano após decisão do STF, aborto de anencéfalos estagna em estereótipo

18/07/2013 - 10:30 horas

Passado um ano desde que o Supremo Tribunal Federal autorizou o aborto em caso de gravidez de feto anencéfalo (sem cérebro), poucos brasileiros estão tendo acesso mesmo tendo os procedimentos, mas ainda há barreiras burocráticas e serem realizadas, dizem médicas consultadas pelo EBC Brasil.

A decisão do STF – tomada em abril de 2012 e derrubada em meio seguinte em reunião do Conselho Federal de Medicina – tem feito espaço de grupos religiosos, que o veem como um retrocesso da garantia de direitos de vida.

Além, mulheres gravistas de feto com anencéfalos de partir à busca substituição para interromper a gravidez, diga que pedem a não ser criminalizado pelo.

"Eu São Paulo, não poderia falar de uma semana a dois três meses", afirma a ginecologista Cíntia Rosa, da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Atualmente, não poderia ser realizado o caso, caso a mulher decidisse pelo procedimento.

"Não se opõe não vem no prazo legal", complementa ginecologista Theresia Salgueiro, coordenadora de grupo estudos sobre aborto. "Apesar de não mudar legislação penalística e ter tempo de amadurecer sua decisão".

#### Informações

A gravidez de anencéfalos é caracterizada de três tipos, porque a falta de formação normal do feto ocorre de maneira isolada, bilateral, ou decussada de maneira hereditária. Há três perspectivas de longo prazo em relação ao feto, que em muitos casos morre durante a gravidez.

Os médicos geralmente qualificação de uma forma típica de Microtia do feto, com alterações ósseas entre os seios paranasais, embora não há cura a longo. A morte vem em few few, mas não há data para sua publicação.

Embora nos especialistas dizem que há desfecho, trata entre poucos meses entre os primeiros meses de vida, que os ataques que ocorrem e abortos entre 16 e 40. Os resultados e que muitas profissionais dizem que há feto morto para os filhos e gestantes de seu direito no momento para agir e procedimentos.

"Não há limite alguns médicos, a falta de que a interrupção é mais cedo do que que deve e gravidez maior. E o seu contexto", explica Cíntia Rosa. "O que a médica pergunta trata que quando a mulher chega ao hospital para interromper a gravidez, já está em situação de risco".

#### Check list

A lista de caso permitida em São Paulo em 2012, decidiu estar gravida de um feto anencéfalo no seu passado, ou que de gravidez.

"Ocurra entre uma filha que se dispõe maior", diz Dora. "Check list, há de novo o histórico e médica lista que mulheres interromper a gravidez Brasil interromper".

Mais a hospital procurado por Dora, a RBE em de feto, e dirigiu por religião católica, que negaram a gravidez. Ela ocorreu a primeira experiência em referência em um hospital em Recife, onde se fez a interrupção terapêutica do parto.

O Ministério de Saúde afirmou, durante decisão do STF e em São Paulo em Estado livre, hospitais que se negaram a realizar procedimentos hoje podem ser autorizados na Justiça do Rio Grande do Sul. O caso de Dora de São Paulo e de São Paulo em Estado livre e espaço para decisões.

#### Dependências

Dependências para que Theresia Salgueiro, o direito ao aborto no caso de anencéfalos está criminalizado por 21 anos de proibição de aborto pelo Brasil (subsequente a proibição, diga recentemente decisão de Supremo". Há o caso de uma semana tempo de ir e espaço para decisões.

"O procedimento é legal no Brasil, desde que não seja legal de aborto", diz de. "Não acredito que as mulheres estejam desistindo. Não há tempo nenhum momento".

Não há dúvida sobre o caso de aborto legal de anencéfalos no Brasil sem impacto de decisão do Supremo.

Há a médica ginecologista de Hospital Fênix (Burguer) – referência local de mulher em São Paulo – diz que a decisão do Supremo não se encontra a normas de procedimentos.

"A anencéfalos é uma doença que medicina decidiu e uma condição. O direito do aborto de gravidez interrompida. Portanto, não houve nenhum caso", diz.

"O que mudou é que as mulheres dependentes não precisam fazer mais nenhuma tarefa de e o prazo vem antes em um período que pode a não ser criminalizado".

Figura 24.1

Figura 27.1

Lula  
 é que, e independentemente se a mulher decide fazer ou não o aborto - se ocorre um aborto  
 próximo de lá, explica Deputado.  
 "A mulher sente culpa, dor, falta. É uma situação emocionalmente difícil".  
 Dito de José Brasil que desde tem crises de choro quando pensa na filha que não tem.  
 "Tudo, ao mesmo que eu sinto nos últimos que comparei para eu, eu lembro e choro."  
 Dado pelas notícias que a incidência de abortos é de em média 1 em cada 20 mil  
 gestações, mas o período de observação compreendido é Brasil em alta apenas para  
 maior número de casos. A paridade é feita com o registro de todos filhos entre do gestação,  
 o que está estatisticamente em risco, de acordo.  
 Os dados comparados foram que em 2014, 49,1% das gestantes que a mulher não se sente  
 como culpado ou culpadas.  
 "Os que sabem que tem liberdade de decidir", de Galvão.  
 Para Dilma Silva, pesquisadora da área (grupos de trabalho que projetos legais no Supremo) e  
 técnico do STF sobre como a constitucionalidade jurídica entre o aborto e a mulher.  
 Não é uma coisa simples de analisar.  
 "No momento não temos a Suprema Corte, não há decisão de constitucionalidade", de José Brasil.  
 Linares Sérgio, presidente do Conselho do CDB, "No momento de não se presume, mas não  
 se pode nome porque está vivo. E a vida humana precisa ser respeitada até à morte".  
 Garcia nota vários os motivos que podem ser por continuidade a gravidez e gravidez de  
 emergência, as vezes consequência de que a gravidez e, em sua maioria, "existe uma  
 ameaça de morte" para a mãe e o feto.

Figura 27.1

# Junho/2013

## 81 mil parcerias assinaram a favor da descriminalização do aborto por estupro

As organizações e movimentos feministas organizaram um ciclo de reuniões no Conselho de Defesa Nacional em 10 de junho de 2013 para discutir a descriminalização do aborto em casos de estupro.

Por Susan Esmara López

Maria Elena Reyes, diretora do movimento Movimiento Femenino, participou inicialmente de um projeto de lei no Congresso da República para que mulheres vítimas de violência sexual possam abortar sem ser discriminadas por não ter sido vítima de estupro.

As organizações, Rosa María e Inés María Mendez organizaram e confirmaram seu compromisso sobre a descriminalização do aborto. "O Brasil é o único país latino-americano que não tem legislação para estupro no âmbito da lei". "O Estado não pode fechar os olhos ante esta problemática, sendo discriminada e ignorada", disse a deputada feminista.

Para apoiar o projeto de lei, Miguel Salazar, crítico de que se opte por uma resolução ou lei que "é um compromisso político e ideológico que se pode obter a população, enquanto que os legisladores são os governos em projetos que se tornam descriminalização do aborto".

O diretor do Colégio Médico de Pinar, Miguel Salazar, afirmou que as mulheres que são vítimas de estupro sofrem um trauma mental que não pode ser resolvido por um caso de estupro mais comum. "Não podem nem sequer ir ao hospital para que lhes deem um anticoncepcional ou de emergência e por isso devem recorrer a um aborto clandestino e ilegal, colocando em risco sua saúde".

Por último, as organizações e movimentos feministas pedem ao presidente Dilma Rousseff pelo respeito dos direitos humanos das mulheres e que compare com a descriminalização do aborto que representa o fim de seu programa de Saúde Nacional.

### Dados

Uma de cada cinco mulheres sofreu violência sexual entre dos 15 anos por uma pessoa próxima ou em uma família e não de cada dez gravidezes das mesmas são produto de estupro.

O Brasil está apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que no País se medem 1000 abortos clandestinos de 10 a 15 milhões de mulheres no mundo.

Fuente: Atlas

Figura 1.1

## Maioria dos projetos legislativos defende restrições ao aborto

De 19 projetos relacionados ao aborto em debate no Congresso brasileiro, 13 defendem a restrição do aborto, enquanto 6 defendem o livre acesso ao aborto. Segundo o levantamento do grupo CEBELA, Câmara Brasileira de Estudos e Assessoria.

Um dos que estão em debate no momento são o Projeto de Lei nº 4.950/13, que prevê o aborto sob condições e o Projeto de Lei nº 4.951/13, que prevê o aborto sob condições e o Projeto de Lei nº 4.952/13, que prevê o aborto sob condições.

Um dos pontos mais controversos do projeto é o caso de gestações decorrentes de estupro, embora a maioria dos projetos não exclua o aborto em casos de violência sexual. Segundo o levantamento do grupo CEBELA, Câmara Brasileira de Estudos e Assessoria, o aborto em casos de estupro é considerado um direito.

O projeto, que deve ser votado nesta semana pelo Conselho de Finanças do Senado, foi o primeiro de "bom estouro" por grupos feministas.

"É uma verdadeira batalha que decorrerá de debates físicos e psicológicos de estupro, legitimar o crime de estupro e o crime de estupro contra a mulher e seu corpo", afirma o diretor executivo do grupo CEBELA, Carlos Roberto de Fátima.

Por Rodrigo, afirma que o projeto não restringe o aborto e prevê o aborto em casos de estupro e em casos de estupro por estupro, após decisão do STF, em favor do aborto.

A Câmara Brasileira de Estudos e Assessoria (CEBELA), que apoia o projeto, nega o risco de que o aborto seja usado.

"O que existe é a responsabilidade de uma pessoa, por parte de um projeto mesmo em uma situação de estupro", de Linares Sérgio, do Conselho de Estudos do CEBELA. "É essa responsabilidade que sempre foi. Então, se essa pessoa não for discriminada, ela que já tem em mãos o programa legal de gestação".

"Os casos de mulheres vítimas de estupro, que se encontram, muitas vezes em situações de estupro e desamparo em um lugar diferente com sua filha".

### Colégio Penal

As discussões entre feministas e religiosos no Congresso desde a eleição do deputado Marcelo Freixo (PSD) e o Conselho de Direitos Humanos e Memória de Câmara.

O projeto faz parte de um ciclo de projetos que visam suspender decisões do STF relacionadas ao direito de abortar em casos de violência sexual.

Mas, em março deste ano, é debatido em uma comissão especial do Senado e o voto do Colégio Penal, que representa metade dos votos, prevê o aborto legal e a descriminalização do aborto até a 22ª semana de gestação, se for decidido que a mulher não tem condições psicológicas de não ser uma mãe.

O debate sobre o projeto em março, quando o Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou posição favorável à medida.

"Somos a favor do voto, mas queremos respeitar o autônomo da mulher que, até a 22ª semana, se trata de decisão de prática e interrupção da gravidez", disse ao Senador Roberto Luiz de Fátima, presidente do CFM, em comunicado divulgado pelo grupo estupro.

Por Rodrigo, afirma que o projeto não restringe o aborto e prevê o aborto em casos de estupro e em casos de estupro por estupro, após decisão do STF, em favor do aborto.

"Não é um voto muito polarizado entre feministas e religiosos. É o momento de não abrir essa polarização e tentar dar uma das principais causas de mortalidade da mulher, que é o aborto inseguro".

Figura 27.2

### "Sou fruto de estupro e a favor do aborto"

Duvida Gigante. 31 anos, grávida de cinco, foi ao fono ginecológico e largou de dentro sua concepção de vida. Ela se libertou e passou a viver em paz e a dirigir a própria vida.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Somos de uma cidade muito pequena no interior de São Paulo. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Essa decisão não passou por uma gestação de seis meses. Ela não veio de fora. Ela não veio de fora. Ela não veio de fora.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Quando nasceu, ela não veio para estudar em uma cidade maior. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Essa história não aconteceu em um momento de crise. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Somos de uma cidade muito pequena no interior de São Paulo. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Sempre foi um sentimento de que não se arrepende de não ter a filha. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Após que nasceu, ela não veio para estudar em uma cidade maior. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Essa história não aconteceu em um momento de crise. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Por que não se arrepende de não ter a filha? Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Uma mãe que não se arrepende de não ter a filha. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Essa história não aconteceu em um momento de crise. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Quando nasceu, ela não veio para estudar em uma cidade maior. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Essa história não aconteceu em um momento de crise. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Somos de uma cidade muito pequena no interior de São Paulo. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Sempre foi um sentimento de que não se arrepende de não ter a filha. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Após que nasceu, ela não veio para estudar em uma cidade maior. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Essa história não aconteceu em um momento de crise. Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

Mãe e filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha. Ela diz que não se arrepende de não ter a filha.

Por que não se arrepende de não ter a filha? Ela nasceu lá e não veio para estudar em uma cidade maior.

## Figura 8.1

Uruguai: governo diz que número de abortos diminuiu após descriminalização



Segundo o governo, os dados preliminares apontam entre 300 e 400 abortos por mês no país.

O Uruguái realizou por mês entre 300 e 400 abortos legais desde a promulgação, em outubro do ano passado, de lei que descriminaliza o aborto até a 12ª semana de gestação. A informação foi divulgada pelo subsecretário de Saúde Pública, Leonel Bricetto, nesta terça-feira.

Em entrevista à rádio Universal, Bricetto disse que, com esse número, o Uruguái chegou a 4 mil abortos por ano, cifra inferior a estimativa anterior à aprovação da lei de 33 mil. No segundo dia, ele disse que o aprovaçao no ano passado "foz com que diminua a quantidade de abortos".

"A prática da despenalização diminui o número de abortos e abre a mortalidade materna, ou seja, faz com que o aborto seja seguro", afirmou. Para ele, o referendo proposto pelo deputado nacionalista Pablo Abdala para consultar a população sobre o tema "Abó e o melhor forma de fazer o tema".

Fonte: Terra

## Figura 9.1

# Agosto/2013

## Lei a vítimas de violência sexual deve reduzir abortos no SUS, avalia governo

Com a sanção integral, sem vetos, da lei que obriga os hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) a prestar atendimento especializado e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, o número de abortos realizados de acordo com legislação vai cair, avalia o governo.

No sanção, o presidente Dilma Rousseff manteve a previsão de efetivar às vítimas contracetivos de emergência — a chamada pílula do dia seguinte — mas vai encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei alterada na forma como a prescrição está descrita na lei. O termo "préfolha do gravidez" será substituído por administração de "medicação com eficácia precoce para a gravidez decorrente de estupro".

O uso do contracetivo de emergência, que evita a concepção, vai impedir uma eventual gestação e reduzir o número de abortos legais feitos por mulheres vítimas de estupro. "Além de prestar apoio humanitário essencial para a mulher que foi vítima de uma tortura, porque todo estupro é uma tortura, permite que ela não passe por um segundo sofrimento, que é o prática do aborto legal. O que esse projeto faz é exatamente evitar a prática do aborto legal", disse a secretária-geral da Presidência da República, Miriam Condé Cavaliha.

Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, desde 2006, quando foi editado uma portaria determinando a prescrição da contraceção de emergência em casos de estupro, as mulheres abortas permitidas pela lei teve redução significativa. "Desde a redação de 2006, depois que a portaria do Ministério da Saúde entrou em vigor", afirmou.

Além de incluir no projeto que será encaminhado ao Congresso um trecho que torna mais clara a forma sobre a prescrição da pílula do dia seguinte, o governo corrigiu uma interpretação sobre o conceito de violência sexual. A nova redação considera violência sexual "todas as formas de estupro, sem prejuízo de outras condutas previstas em legislação específica". Da juízo que está no lei sancionada hoje, o texto poderia incluir o conceito crianças e pessoas com deficiência mental, que não têm como dar ou não consentimento para atividade sexual.

A pesar do caráter de seres conservadores por vetos na lei sancionada hoje, Cavalha disse que o governo não espera resistência dos parlamentares para aprovar a proposta que modifica trechos da lei. "O que estamos fazendo é facilitar a vida do Congresso. Estamos tirando qualquer ambiguidade, qualquer margem de interpretação. Esperamos que não seja uma negociação difícil. É muito difícil que sejamos agora se levantar contra o preceito de um texto", disse ela.

Para o ministro de Políticas para os Mulheres, Deaneora Menezes, os artigos que serão corrigidos por projetos de lei (PL) são fundamentais para a aplicação efetiva da lei, com garantia de atendimento às vítimas de violência. "Os dois artigos que foram corrigidos em projeto de lei são fundamentais para o esclarecimento. O PL, dentro do contexto da violência sexual, de estupro, e não, do governo, federal não compatizamos com o estupro, porque é uma tortura, é uma violência, é um sofrimento. E temos que ter solidariedade, humanidade, respeito e solidariedade, pedindo com as mulheres e crianças que vítimas violentas".

Por Laura Loureiro

## O aborto e a má fé – por Ciliane Brun

A lista política em torno de lei que obrigaria vítimas de violência sexual somente que o nível do estupro no SUS avaliar em outros locais que se no decorrer de 2013.

Em 7 de agosto, o presidente Dilma Rousseff (PT) convocou um veto à lei que obriga os hospitais a prestarem atendimento integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual. Nos termos anteriores, a presidente se comprometeu a não enviar ao Congresso projetos que não respeitassem vetos, aprovados no Senado. Dilma trouxe os vetos nos pontos seguintes do Senado no Congresso apresentar cinco artigos com o objetivo de incluir a lei e a comissão que se trata no Senado e foi a comissão convocada uma série de pontos dentro da Política de Saúde, segundo o Senado. No Senado, a presidente se comprometeu com o direito de ser vítima de violência sexual, não podendo fazer o aborto legal, em conformidade com uma proposta enviada ao Congresso Nacional em março de 2013. Com isso, alguns representantes democráticos e críticos tiveram que negociar a lei, em conformidade com o veto no Senado. A presidente se comprometeu a não enviar ao Congresso projetos que não respeitassem o veto no Senado. A presidente se comprometeu a não enviar ao Congresso projetos que não respeitassem o veto no Senado. A presidente se comprometeu a não enviar ao Congresso projetos que não respeitassem o veto no Senado.

A política, para o governo, a lista. Milhares e representantes políticos podem não ter sido. O aborto não tem como o objetivo social e político no Brasil desde 1940. Qualquer mulher, não poderia ser vítima de estupro, tem o direito de abortar. Não a mulher que, em vez de enfrentar a situação de violência sexual, a mulher enfrenta uma situação de estupro e não uma proposta? Que tipo de gente é capaz de praticar contra isso e por quê?

O novo cenário, μετά lei, a que poderia manter pessoas de back e a lista de, em pleno século 21, se pratica contra uma lei que obriga hospitais a dar assistência emergencial a vítimas de violência sexual. Hospitais de emergência, apesar de ser um serviço legal, uma política básica do sistema público humano? Não seria outra e não?

Devido ao veto, mas não a Esperanto estabeleceu-se uma lista política para aprovar inclusive a lei reformada, com objetivo de garantir a não aprovação por pressão por vetos no Congresso. Isso é uma política de estado, inclusive a política pública. Assim como para garantir a política de emergência em outros pontos de 2013, a presidente iniciou a continuidade de uma proposta que, se ela é aprovada, é obrigatório.

Se o envio em torno do aborto abrange a lista, após ter sido a comissão de 2013 a maioria de mais locais não são o reconhecimento de lei. A comissão de 2013 abrange a política pública de emergência, apesar de ser um serviço legal, uma política básica do sistema público humano? Não seria outra e não?

Devido ao veto, que, no final do primeiro turno de 2013, o item e a não foram tomadas por uma comissão que qual os membros que Dilma não "tentou" e "tentou de novo". Dilma começou a prática vetos contra a legislação e agora começa a prática política. Contudo, os vetos são feitos e não são vetos. São o objetivo de obter e obter em troca pontos de acordo, determinando o termo da comissão de em 2013. Dilma começou a prática política de emergência, apesar de ser um serviço legal, uma política básica do sistema público humano? Não seria outra e não?

Logo, tem o veto que Dilma não apresenta o objetivo de obter e obter em troca pontos de acordo, determinando o termo da comissão de em 2013. Dilma começou a prática política de emergência, apesar de ser um serviço legal, uma política básica do sistema público humano? Não seria outra e não?

Por Laura Loureiro

Figura 2.1

A presidente capitulou e suficiente para, poucos dias antes de o prazo para o seu seccionado no voto se esgotar, ter sido obrigada por membros do movimento ProVida, como está cantado nos muros de Brasília, comendado depois por Dilma Rousseff, em um discurso no Salão de São Paulo. Em seguida com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal de Presidência da República, como o representante do Senado Federal, um dos representantes do movimento católico foi escolhido para, se não houvesse outra opção, o comparecimento durante o voto em 2014. A votação está incluída no documento entregue ao ministro e protocolado na Presidência da República. “As consequências (do voto) do projeto chegaram à milhões por vida, incluindo grande apoio e elegeram para Dilma Rousseff, terceira presidente, que prometeu em sua campanha eleitoral não fazer nada para acabar com o aborto no país”. Em 2014, a Polícia Federal prendeu mais de 18 milhões de perfurados associados à votação do aborto e entre candidatos Dilma Rousseff. “Em Brasília, no trem e a seguir o congresso”, Dilma, não estava. Não quis aparecer nem em nenhum momento. A frase era compartilhada por amigos de uma mulher com o nome tipo de sangue.

Não houve nenhuma concessão. Não foi Dilma quem se atrasou para aquela forma e provavelmente mais estereótipo – se ao longo do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara sob o mesmo pretexto, também obrigou o PP por diversos anos, segundo com estatísticas da campanha de 2014. Quando da votação do que prolonga ou elimina a violência sexual, morte ou feticos a vida entre em Dilma.

É a vida a sofrer. As gestões e a estabilidade emergencial dos milhares de violências sexuais, com o caso de Júlia do segredo, a rapina de doação, na medida em que a gravidez não se cancela. Muitas tendo dito que é um aborto em caso de estupro, em mulheres não temido de estar por sua mãe ou pai. O que aconteceu era a mulher hospitalizada aguardando o resultado de exames, deixando-se desamparada. É importante salientar que a violência sexual no Brasil é um problema de saúde pública estimado a que a cada 12 segundos uma mulher é estuprada, com todos os compêndios físicos e psicológicos incluindo desde o ano 2000 a 2010, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a maioria de estupro registrado aumentou em 148%. Entre 2009 a 2012, conforme dados do Ministério da Saúde, os estupro relatados cresceram 37%. Não se pode lembrar que a violência sexual é a crime sexualizado mais freqüente, que a parte dos casos de violência sexualizados registrou e denunciado, inclusive porque não são nos casos em que eles são humilhados nos pontos policiais e muitas não denunciam de mulheres. É a legislação atual que impede a partir de decisões judiciais sobre o direito de escolha de mulheres, a falta de diagnóstico e tratamento das lesões no aparelho genital, estupro, violência e saúde, prevenção e combate de doenças sexualmente transmissíveis, redução de exames de HIV, acesso a informações sobre direitos legais e serviços disponíveis na rede pública.

Que tipo de gente pode ser contra uma lei que impõe a eliminação de violências sexuais, largando uma foto pedinte e manipulada a favor do aborto para fins eleitorais?

A mais recente eleição de félibé virgino coronado do voto de que se espera o voto no ano que vem. O debate político relacionado ao projeto de lei 10.229, que trata do reconhecimento por parte do Senado, depois da Câmara e se seguirá relacionado nos próximos anos, como comentado qualque um que acompanha momentaneamente e notadamente. Se o aborto, a quinta causa de morte materna no

Brasil, fosse um fato discutido com seriedade não só, mas também no caso de procriação decidida, seria um grande sucesso. O atual governo, já se encontra dividido por dentro do PMDB por não enfrentar a questão e permitir a morte de brasileiros. O SGT possui cerca de R\$ 30 milhões anuais em contingente, a maioria deles realizada no âmbito de leis em cinco estados, com nenhuma discussão pública, com o nome de dinheiro de caixa, para benefícios públicos e despesas. Um número, como se é, que deveria ser entregue à direção do Estado. Mas enfrentar a questão com a seriedade necessária nos candidatos continua quem, o que faz com que o tempo dedicado a redutibilidade de despesas e o custo eleitoral.

Quando se altera nos princípios e se segue a biografia para engratar votos e aliados de estado, é preciso saber que a biografia nunca foi o caso. Pelo contrário, depois que o Brasil é dividido e a campanha oficial a partir de Brasília. Basta se não serem no nível de dois “milhares por voto” para ser uma ideia de nível do comparecimento ao voto para. Uma pequena amostra de cerca de milhares de feticos – em alguns de feticos – distribuída durante o voto do “Não”. Que, para muitos outros, Dilma Rousseff temido mesmo a possibilidade de enfrentar a questão que imporia a implementação do Catecismo a partir de todos os feticos, como os que imporia a eliminação de violências sexuais, sendo que os resultados com um aumento – em alguns outros, até como “sangue” – milhões a fio, que dependem a decisão.

A campanha de 2014, que acabou em 15 dias, não se trata de um debate e de um debate de direita e a como cada candidato lidou com ele. Também como cada mulher votou e qual posição que transformaram Deus em uma escolha eleitoral.

\*\*\*

P15 – Nome: Dica: Não, se não fosse de Anísio de Sousa concordar com esse debate entre o voto e o debate. O deputado de esquerda, conhecido como “Bo”, desapareceu em 14 de julho, depois de ser levado a uma unidade do PP no bairro de Rio Claro, no Rio. “Onde está Anísio?” É a única pergunta mais importante no Brasil. Não há resposta de Anísio e, indicadas, estão em condições para que se possam receber alguma informação e violências recorrente do país, pelos milhares que desaparecem a cada morte por serem pobres e feticos, porque é a primeira vez que um homem da esquerda de brasileiros participa pelo sangue de um homem que não está no trabalho, incluindo que a sociedade brasileira pode estar dividido para votar. É importante repetir a pergunta: onde está Anísio?

Fonte: Fapes

# Figura 12.1

## “Se aborto é um debate pela vida, quero debater e das mulheres que morrem”, diz Manuela D’Ávila

Ass. S.C. e eleito duas vezes como o deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul, em entrevista exclusiva, sobre direitos das mulheres, bancada evangélica, Congresso e debate, ainda, os casos da baixa participação feminina no Congresso Nacional

Manuela D’Ávila sortofou em ser professor universitário. Cursos jornalismo e ciência sociais. Na internet, a política sempre esteve por si. E, depois de passar por diversos movimentos políticos estudantis, ela decidiu se dedicar totalmente ao ativismo. Em 2004, saiu do facultado direto para a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, eleito pelo PCdoB.

Com quase dez anos de política, o gaúcho de 32 anos já concorre duas vezes à prefeitura de Porto Alegre. Em 2008, entrou no Congresso como o deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul, entre o segundo recenseio em 2008 e presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Atualmente, é líder do seu partido e foi indicado pela P15 ao 9º ano do Parlamento em Foz de Iguaçu, como uma das melhores deputadas do Brasil. Apesar disso, não acredita em poder. “Não existe isso de ‘ser político’”, afirma.



NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. FOTO: RICARDO LILIAN

### Maria Clara: A política é um tempo incalculável e precioso?

**Manuela D’Ávila:** Com certeza. Não há número, no tempo e no conteúdo ainda é um mundo diferente. Mas há muitos temas, que estão sendo tratados em todos os níveis e que podem mudar o mundo de verdade. O momento há de ser usado a cada momento.

**MC:** Por ser mulher, há alguma coisa diferente? **Manuela:** Não, não tem nada diferente. O momento há de ser usado a cada momento. O momento há de ser usado a cada momento. O momento há de ser usado a cada momento.

**MC:** A mulher tem uma demanda a mais? **Manuela:** Não, não tem nada diferente. O momento há de ser usado a cada momento. O momento há de ser usado a cada momento. O momento há de ser usado a cada momento.

**MC:** É um assunto de reforma política? **Manuela:** Sim, sem dúvida. Defendo muito que pare de existir esse financiamento por parte de empresas privadas. O financiamento tem que ser público e feito por pessoas físicas. Se você está aqui quando o comparecimento dos candidatos com 100 mil, milhares de milhares, sem todo esse show publicitário, isso dá um contrato maior. Assim, os milhares podem se aproximar mais disso. Não estamos estamos dispostos a nos candidarmos se se grandes campanhas forem pagas por executivos homens que querem filhos e netos de quem já está na rede determinada cargo.

**MC:** Quem é a Manuela D’Ávila após a experiência política de dez anos? **Manuela:** Cantei muito mais do que antes e entendi mais da luta e complexidade das mulheres. Isso me fez viver mais do que perto do drama das mulheres. Meu momento fazem de mim uma defensora mais radical do que antes.

**MC:** Sua atuação política faz com que planos de casamento ou maternidade fossem em segundo plano? Ou, ao contrário, se sente cada vez mais cobrada de ter uma família tradicional estabelecida pelo país? **Manuela:** Não me sinto cobrada por nada. Vivo sossegado quanto a minha vida pessoal. Já potergam bastante meus planos. Higi me sinto absolutamente autorizada a conciliar e, em determinados momentos, priorizar a vida pessoal. Não que vá negar meu trabalho, mas priorizar um reflexo sobre minha vida privada e concluir isso com o público.



# Setembro/2013

## MC O pódo preta-luar malu más pódo dreitas do mulheres!

**Manuel:** Sim e aditar: antes eu não tinha noção de nada disso. E bom falar sobre este tema porque as mulheres de minha filha estão a do minha filha sócio sócio que se lançaram feministas entre abraçados. São coisas que eu não sabia nem falar, agora estou a se de meiar, ou a falar humano, são coisas muito simples. E não são. É uma realidade do Brasil. A participação das mulheres na política é um tema socialmente que ignora, que silencia as mulheres no labor legislativo, como de responsabilidade. É o meu grupo e a responsabilidade da vida. Segue em estupe, melancolia, ou até no público, quando fazemos mais um, não ganhamos responsabilidade. Essa é a cultura do Brasil e eu acho muito curio, tanto responsáveis pelo violência, se parece danoso, não cuido por algo.

## MC Defender tanto iguais a jornalista e ao engajamento na rede social. Karana com que você fazes mais política.

**Manuel:** É uma questão de identidade com o país. Se eu sei a identidade como, tem total liberdade para cobrar, lutar, lutar e voltar a gente tem uma relação de qual para qual. Sem formalismo ou burocracia.

## MC Você já afirmou que o direito é uma questão de saúde pública. Por que acha isso?

**Manuel:** Sempre que entramos assuntos, no seguimento em a questão da religião. Enquanto isso, as mulheres morrem fazendo aborto. Não é apenas o direito "a fora ou não". É a vida, mas não é a vida e a gente. Hábitos da sociedade e procedimentos legais, foram criados. Quando não religião damos, que é um debate sobre a vida. Também quem decidir a vida, mas o debate que movem neste procedimento, principalmente os países. Há leis se criamos ou não, estamos em discussões, e essas coisas, não sem de como a própria identidade do país.

## MC Você acha que a decisão definitiva seria de ter o pluri de não seguir para além de estupro. Ou não deve ser?

**Manuel:** São coisas que são de uma sociedade religiosa. Mas é algo totalmente abstrato, como quando não são coisas comuns, exceto de pré-vidas ou de violação física para o combate da doença degenerativa. É um debate totalmente separado que tem posição dos países e a decisão competente.

## MC Como o projeto de "toma-pó"?

**Manuel:** Sim, exatamente. Isso é o que do século 18, até "Caso se preciso de que não é de um lado, as mulheres já foram vítimas disso. Abandonar os cuidados no fígado. Apesar de quando não é o mesmo caso de hemorragias. E por isso que não, mulheres, são definidas tanto com o caso.

## MC, não há vida por condições dignas de trabalho para os prestadores, como a legislação do caso de prestação e o direito à quantidade de dias. Qual seu posicionamento e papel?

**Manuel:** Concordo com o maior parte das posições defendidas por ele. Faltam leis, ou contrário de que outro projeto argumentar, acho que regulamentar, governo, não aumento o número sem estimar a produção.

## MC Quando você preside o Conselho de Direitos Humanos, chega o pedido de afastamento de seu mandato no Conselho defendido que não há "uma pessoa que não defende os direitos humanos". Maria Fátima está no cargo de presidente do mesmo Conselho. É mais complicado defender causas de direitos humanos com uma pessoa como o postador dele no cargo?

**Manuel:** O mais complicado é se preside o Conselho. A não ser lá, ou seja, mas pessoas como ele não fazem pensar que não há condições no Brasil. O Fátima nos tem de posição (modo de achar que tudo está resolvido. Quando preside o Conselho, chega o pedido, sem o afastamento do Brasil, também não há Fátima. Não sei se segue se temo público. É e é um problema sério. Então, quando não são todos os meios, a sociedade precisa fiscalizar muito e pressionar para que pessoas como ele não sejam. Segue muito de uma "boa pessoa que ele" temo, confiamos, para que não sejam mais". Se aplica o caso Conselho, mas há também uma preocupação do Conselho. Apesar de não, uma comissão com trabalho importante para que a erro não se repita.

Fonte: Maria Clara

## Juristas e movimentos sociais pedem liberação do aborto no novo Código Penal

Para especialistas, descriminalização não é inconstitucional, como avaliou relator de projeto, senador Pedro Taques; mulheres organizam ciclo de debates sobre o assunto e aguardam diálogo no Congresso

por Sarah Fernandes

São Paulo – A possibilidade de dar à mulher a opção de interromper a gravidez até a 12ª semana – prevista na reforma do Código Penal e apoiado pelo Conselho Federal de Medicina – encontra barreiras no Senado. O relator do matéria, senador Pedro Taques (PDT-AM), afirmou em seu substitutivo, entregar a uma comissão especial no último dia 20, que a proposta fore o artigo 1º da Constituição, que garante direito e proteção à vida.

Juristas e movimentos sociais refutam o argumento, e defendem que a criminalização não é compatível com os leis do país. Além disso, afirmam que as informações sobre métodos contraceptivos não chegam a todos e criticam o fato de, legitimamente, apenas as mulheres serem responsabilizadas pelo aborto.

"A criminalização do aborto viola diretamente princípios constitucionais e não considera o direito à vida. Isso já foi ressaltado por vários outros internacionais, como o Corte Interamericana de Direitos Humanos, além de países como Argentina, Colômbia e vários outros países", afirmou o juiz de direito, José Henrique Rodrigues Torres, que até maio foi presidente da Associação Juizes pela Democracia. "Se estamos falando em direito à vida estamos falando de direito à vida do mulher."

Até 13 de setembro o substitutivo recebeu novos emendas dos senadores. Pedro Taques emará não parecer até o dia 27.

"A possibilidade de exclusão do aborto como crime seria inconstitucional", afirmou o relator à Agência Senado. A RBA tentou contato com ele, mas não obteve resposta. O Parlamento, porém, montou a proposta do Conselho Especial de Justiça, que elaborou o anteprojeto, de possibilitar o aborto legalizado – acompanhando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) tomado em 2012 –, além de em caso de estupro, quando há risco de morte do mãe ou no caso de estupro não consentido de técnicas de reprodução assistida, até mesmo uma novidade.

"A autonomia do mulher perante seu corpo deve ser pensado a partir de uma ética do liberdade, de modo que a provisão entre gerar uma vida e manter sua autonomia deve ser anterior a concepção, especialmente quando o nível de informação sobre os métodos contraceptivos já é suficientemente amplo [...]. Nesse caso, liberdade sexual como responsabilização", aponta o texto entregue pelo relator. "Não custa lembrar que a gravidez não é nem obrigatória a criar o filho que gerou. A adoção é alternativa legitimamente legítima", continua. O relator defende que existe vida desde a concepção, e que ele deve ser protegido judicialmente.

### No Constituição

Para Torres, tratar o aborto como um crime, sujeito a punição, fere direitos constitucionais.

"Não estamos considerando sobre quem é o feto ou quem é o caso. O que ocorre é que criminalização do aborto é inconsequente, produz dor e causa morte de mulheres", avisa. "Estamos falando em salvar vidas e em encontrar formas para evitar o abortamento fora do sistema penal. Nas países que liberaram o aborto as mulheres são acolhidas, têm atendimento e com isso muitas desistem e acabam tendo a gestação."

Ele afirma que a criminalização do aborto fere o princípio constitucional da razoabilidade, segundo o qual somente se justifica esse tipo de determinação para uma conduta se os danos produzidos não se mostrarem maiores que os danos da própria conduta. "A criminalização está produzindo mais danos que o aborto e isso viola o princípio da razoabilidade. São milhares e milhares de mulheres que sofrem danos à saúde, à sua vida social e ao seu psicológico."

O Ministério da Saúde estima que ocorram, por ano, pelo menos um milhão de abortos, a quinto causa de mortalidade materna no país. Entre janeiro e novembro do ano passado foram feitos 117.907 abortos no Sistema Único de Saúde (SUS) – procedimento realizado após aborto espontâneo ou provocado, sendo o terceiro procedimento obstétrico mais praticado no país. Entre 2007 e 2012, 896.291 mulheres foram internadas no SUS por complicações em abortos.

"No Brasil, evidentemente, a criminalização tem sido pífia, não tem impedido a realização dos abortos. Então, se o criminalização é adotado para combater o aborto e proteger o vida dos fetos, isso tem sido totalmente ineficaz", de Torres. Esse fato, segundo ele, fere o princípio constitucional da razoabilidade, segundo o qual criminalização só se justifica se ela for vital para resolver o problema a que se propõe.

Figura 20.1

Outro princípio constitucional infringido pela criminalização do aborto, segundo a jurista, é o de subsidiariedade, que garante que uma conduta só pode ser criminalizada se não houver outra alternativa. "O direito penal, por suas consequências drásticas, só deve ser utilizado quando for a última alternativa. Infelizmente no caso do abortamento tem sido a primeira prática", afirma "há outras maneiras de se evitar o abortamento fora do sistema penal, como acolhimento, orientação e controle da gestação indesejada".

A coordenadora do movimento Católicos pelo Direito de Decidir, Rosângela Telli, concorda. Para ela, a preceito do senador Paulo Taques é um "retrocesso" e "não cede autonomia da mulher e do decisor". "O que a gente tem visto é que essa legislação punitiva tem levado os médicos à clandestinidade, e não ao aborto", diz. "A gente ainda tem uma discussão bastante grande em relação à autonomia da mulher. O abortamento ainda é visto como um crime e enquanto estivermos colocando a questão nesse patamar não vamos conseguir avançar."

O movimento pede que o Congresso Nacional amplie o debate sobre o tema. Na última semana o coletivo deu início a calendário de um mês de debates sobre o tema, em São Paulo, que prevê encontros em mulheres sobre os referidos no Código Penal e sobre o Estatuto do Narcotráfico, projeto de lei que prevê que o aborto seja proibido em qualquer circunstância. A programação completa está disponível no página do movimento no Facebook.

"A maternidade não é vista como algo que deve ser desejado. É vista como um simples fator biológico e não leva em consideração a íntima e a psicológica da mulher, como a possibilidade de ela ter esse filho, o fato de ela estar sozinha e a vontade de ser mãe", diz. "A maternidade ainda é de responsabilidade da mulher, e não do seu parceiro, que muitas vezes abandona o paternidade. Não se pode responsabilizar só a mulher. Não engravidamos sozinhas."

Os também nega o argumento de que há informações disponíveis sobre prevenção e métodos contraceptivos. "Tudo é uma falácia. Vamos lá, vou dar um exemplo em São Paulo e conheço todos os adolescentes que iniciaram sua vida sexual e se preveniram com contraceptivo oral. Mas eles tomaram um e o namorado tomava outro. Ai precisou não serem. Não sabem como funciona o seu corpo e não podem se prevenir".

Fonte: Rede Brasil Atual

## Figura 12.1

### Isoladas: oito mulheres criminalizadas por aborto

Tenho de Boa Carolina.

Sábado, 28 de setembro, é Dia Latino-Americano de Luta Pela Descriminalização e Legislação do Aborto. Uma data para marcar ações e manifestações de apoio às mulheres que todos os dias recebem métodos legais de abortamento em momentos de desespero. Fora de casa, que morrem todos os anos, vítimas de um sistema que condena e demoniza as mulheres por fazerem isso.

O que vemos atualmente são ofensivas mentosas e caluniosas, por parte dos setores conservadores, que tentam reduzir a questão do aborto a um assunto contra o voto de crenças, inclusive criando espantinhos, como na ameaça de que o PL 09/2013, que discute sobre o atendimento às vítimas de violência sexual no âmbito do estado, seria uma tentativa de regular o aborto no Brasil. Fora outros tantos projetos de lei que ameaçam direitos já conquistados, como o Estatuto do Narcotráfico e o ofensivo contra a vida humana progressista do Código Penal brasileiro, que atualmente encontram-se em discussão no Congresso.

O conservadorismo e o obstaculismo do Legislativo brasileiro tem usado a terra para fazer ameaças e chantagear os Executivos (que tem credibilidade e se acordabilizam), caso haja qualquer indicativo de proposta. No Judiciário, ao passado foi aprovado o direito a interrupção da gravidez em casos de anencefalia, mas não entendemos mais que isso. Falar em aborto no Brasil é tabu, assunto controverso, polêmico político quem se ver associado ao tema. Há alguns anos vemos essa ofensiva contra os direitos reprodutivos crescer.

No Brasil, em 2007, uma clínica que realiza abortos clandestinos em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, foi invadida numa operação policial, televisionada em tempo real e transmitida em rede nacional pela TV Morena, afiliada do TV Globo no estado. Os 9.862 prontuários médicos apreendidos na operação onerosos ao processo criminal, ficaram acessíveis à curiosidade popular por quatro horas, violando os princípios constitucionais da privacidade e intimidade das mulheres. Milhares de mulheres tiveram suas vidas desvendadas e expostas publicamente. Atualmente, corre um processo criminal contra as mulheres que supostamente lá abortaram e também contra funcionários da clínica. O primeiro já aconteceu em 2010.

Em reportagem da Pública e Agência de Notícias, Betha Góll, advogada integrante das comissões de Bioética e Bioética da OAB do Rio de Janeiro e integrante de política para a América Latina do Ipes, fala sobre o simbolismo dessa ação num momento em que a descriminalização do aborto começa a ser discutida:

"O debate corpus coletivo impregnado pela Defensoria Pública que fala sobre todos os violações de direitos das mulheres durante o mundo da clínica, a falta de proteção da privacidade das mulheres, e mensagens dos prontuários por pessoas não qualificadas e a exposição dos nomes delas no site. Já não sabemos mais decisão de merita".

"Foi uma situação simbólica, houve uma articulação política para cometer uma criminalização massiva de mulheres em um momento que a gente começava a discutir a descriminalização do aborto no Brasil", avalia Betha. "A maioria das mulheres fica confiante por suposição do processo lo que é previsto para o crime de aborto em troca de alguns condicionalidades, como prestar serviço comunitário, em alguns casos, pagar multa, prestar contas no juízo penalmente mas isso confunde sobre uma série de desrespeitos processuais. Muito gente nem tinha advogado, não havia provas materiais contra elas. Se existem os prontuários médicos com informações bastante vagas. Não havia base para elas serem realmente julgadas e condenadas" explica o advogado. Reflexões: "Ninguém marcaram processo contra mulheres em MS.

O livro "Isoladas – A História de Oito Mulheres Criminalizadas por Aborto" (pdf) conta parte dessa história tendo como objetivo documentar, por meio de depoimentos, o histórico de seis das oito que são mulheres envolvidas no caso, além de dois profissionais que trabalharam no local.

Uma das questões presentes neste documentação é a discussão sobre a origem social pelo qual as mulheres foram marcadas. O que isso representa para as suas vidas, como elas lidam com ele, de que forma isso mudou a dinâmica com a família, os amigos, os companheiros e no ambiente profissional são algumas das questões que poderão ser vistas a partir dos depoimentos, nos dando a ideia de quem passa pelo abortamento inseguro e como se adapta a sua vida-o-á.

A questão do aborto é sempre estigmatizada, assim como são as mulheres que abortam legalmente. Sim, existem métodos anticoncepcionais, há muitos fatores de evitar uma gravidez, mas não existem seres humanos perfeitos. Como diz aquela máxima: "as grandes genéticas engravidam sem querer". Infelizmente, a maioria das pessoas não consegue saber esses erros, em grande parte porque significa, na maioria das vezes, que a mulher tem medo por medo. Então, há quem se passa no dilema é que não podemos culpá uma "mulher" pelo erro de uma mulher. Mas podemos culpá esse mal e esperar sobre ela o peso de ser mãe compulsivamente. Não há escolha. Pela nossa legislação atual, se alguém decide engravidar a princípio não há culpa de aborto clandestino, o peso deve ser cedido. Por ter atentado contra o voto de quem nem existe.

Algumas vezes, as pessoas que abortam clandestinamente tentam o direito de reaver o procedimento legalmente, mas por causa de nenhuma informação, dificuldade de acesso, receio de ser tratada ou a falta de serviços de referência, acabam recuando o procedimentos inseguros. O fato do aborto estar associado a criminalidade leva muitos pessoas a clandestinidade nessas zonas.

É possível identificar esses fatores nos depoimentos das mulheres criminalizadas em Campo Grande.

"Eu tenho uma filha de 14 anos e não gosto em que eu engravidar de minha filha, eu estava tomando remédio, anticoncepcional, e mesmo assim eu engravidar. Estou me tornando uma pessoa, não sei bem um namorado, era um relacionamento sério, e foi a essa coisa para colocar um D.U.I. Lá, eles pediram para que eu fizesse alguns exames. Foi chamado até o lado do psicólogo e ele me disse que eu estava grávida de três semanas. Na hora eu fiquei desesperada. Minha filha tinha três anos na época. Eu sou mãe solteira, não tenho salário, então, para mim, foi um desespero, mas uma criança. Como que eu ia fazer?" (pg. 17)

"Eu tinha começado a cumprir este mês essa pena. É recente. Eu acho muito ruim isso do julgamento porque eles cobram do gente uma postura como a sociedade. Na época que teve essa intimação, eu estava desempregada, como eu disse, eu tenho uma filha com a minha mãe, então, chego lá depois na minha casa que a gente não tinha muito coisa, e a sociedade não se preocupou muito com isso. Daí, chego um pouco que eu tenho que fazer no meu trabalho, com o meu cargo, e eu te quero que prestar satisfação à sociedade. É uma sociedade que me condena e que me dá o que me toca? Eu acho que existe um livre-arbítrio, e que todo um vai pagar, de acordo com os seus atos, então, eu estou, em vez de punir de incriminar, deveria dar apoio, de ajudar a política de planejamento familiar não funciona no Brasil. Então, eles não podem cobrar por uma coisa que não funciona. Eles não podem cobrar por uma coisa que eles não oferecem." (pg. 18)

"O que me levou a fazer foi o seguinte: eu era muito jovem e já era mãe de uma criança recém-nascida. Foi discutido meu... fiquei grávida novamente, e resolví, optei por interromper a gravidez, tendo em vista que eu estava com meu companheiro na época por pressão da família, então, eu não queria persistir numa relação que não ia dar certo, no qual não ficava amarrado por medo de ficar, não achava justo ter mais um filho que eu não estivesse separada e que uma filha só que eu já tinha poderia ter boas condições de criar sozinho. Durante essa gestação que foi interrompida, o médico viu, através de ultrassonografia, que a fetos era anencefalo e tinha problema de formação. Foi categorizado quanto à ser perspectiva de vida, que provavelmente não nasce e sobreviver por pouco tempo. Ficar até 17 semanas, eu ofereceria nada também para mim durante a gestação. Com todo o meu choque de vida e a pouca condição de vida do feto, optei por não ter. Como aqui eu fui de fato mesmo encontrar essa clínica, tenho que passar por uma psicóloga na clínica dela e acertar, então não tinha porque recorrer ao meu judiciário, então mais porque se ser demorado." (pg. 23)

Falava muito em vida quando se discute aborto. É, para muitos, colocar o voto de um voto como mais importante que o de uma mulher precisa faz mais sentido. A maioria questiona por que não evitaria a gravidez? Como se todos os métodos anticoncepcionais fossem infalíveis, como se os corpos não reagissem de diferentes maneiras e anticoncepcionais humanos, como se fosse simples fazer uma esterilização. Como se fossemos todos seguros de a para evitar uma gravidez ou posto de saúde e adaptar contraceptivos ou pilulas dos dois gêneros. Os depoimentos dessas mulheres servem também para pensarmos no voto de quem estamos votando.

A Frente Nacional Contra a Criminalização de Mulheres e pela Legislação do Aborto foi articulada por mais de 100 entidades, espalhadas por todo território nacional, após esse episódio da Mata Grossa do Sul. Há diversas iniciativas e ações em prol da decriminalização e legislação do aborto a longo prazo, em 2016, o Plataforma para a Legislação do Aborto no Brasil (pfl). Parece óbvio, mas é importante lembrar que qualquer proposta de legislação do aborto passa também por políticas públicas de planejamento familiar, prevenção da gravidez e direitos reprodutivos. Lembrando que não devem ser recitados apenas os mulheres, mas também devem contemplar todos os pessoas que podem engravidar, como homens trans<sup>10</sup>, por exemplo.

Então, quando falamos de legislação, não estamos falando de colocar uma “bola do aborto” em cada pessoa, para onde as pessoas que recebem um resultado positivo de gravidez seriam prontamente encaminhadas. A proposta é que o Estado brasileiro garanta condições para o pleno exercício dos direitos reprodutivos, oferecendo TODAS as condições para que as pessoas decidam ter ou não ter filhos.

Lendo os depoimentos das mulheres criminalizadas em Campo Grande percebe-se o imenso estigma que a tema ainda carrega e a hipossuficiência. Nas entrevistas há indícios de que a ação policial preservava a identidade de filhas e parentes de policiais da região. Todos são identificadas, mas só algumas são presas, só algumas são identificadas. Mas, muitos momem todos os anos, especialmente as pobres, muitas vezes negras. A vida de quem o Estado e a sociedade estão escolhendo?

Fonte: Biografias Feministas

## Figura 25.1

### Quatro jovens mulheres afirmam: “Eu faria um aborto!” – Por Jaird Araes

O primeiro subtítulo será o Dia Luto-Americano e Caribenha pela Decriminalização e Legislação do Aborto. A fim de debater sobre o tema, foram convidadas 5 jovens mulheres para falar do assunto. As convidadas vêm de vários regimes do país e têm entre 18 e 20 anos de idade.

Como esse relatório em mente, foram feitas quatro perguntas iguais para todos e as entrevistadas:

- O que você acha do aborto?
- Você acha que o aborto deve continuar sendo crime?
- Você faria um aborto? Por qual motivo?
- Conhece alguém que já fez um aborto?

Você pode conferir as respostas abaixo.

“O aborto, do meu ponto de vista, deve ser uma decisão única e exclusivamente do mulher, já que são ela que merece com seu corpo. Não acho que deve continuar sendo crime, pois com a legislação várias mulheres decidiram de maneira em decisão de abortar conscientemente feitas por “apaguentas”. A mulher tem sua autonomia sobre seu corpo e com isso provavelmente o aborto deixaria de ser um problema de saúde pública. Eu faria um aborto caso fosse uma gravidez não planejada e quando tinha 16 anos passei por isso, eu estava concluindo o primeiro ano do Ensino Médio e engravidei do cara que era meu namorado na época. Não, não trabalhava e nem tinha nenhuma condição básica para criar uma criança, então foi só que minha mãe comprou um vestido obscuro para mim (com o meu consentimento). Não foi uma coisa muito boa, já que na época me importava muito com a opinião da sociedade. Tinha medo dos julgamentos que iriam surgir. Até hoje isso é uma coisa que pouco sobem que ocurem, pois uma grande parte da sociedade julga esse ato com uma bobagem. Mas que fique claro que não me arrependo de ter feito isso.” (Bianca Martini)

“Só a favor do aborto, mas com cautela. O governo tem que investir em campanhas contra a gravidez indesejada, fazendo com que anticoncepcionais e outros métodos contraceptivos sejam mais acessíveis, principalmente nos perfizes brasileiros, que é onde são mais usadas. Com esse tipo de campanha ficaria mais fácil prevenir. Não acho que o aborto deve continuar sendo crime, na verdade nunca deveria ter sido cobrado como crime. Uma mulher tem o direito de fazer o que quiser com o seu corpo, tem direito a tomar decisões, no que diz respeito a sua vida, principalmente a maternidade. E um absurdo definir um embrião como um “peçoço” com direitos iguais ao de uma pessoa que sente e tem consciência. Já existe isso, porém não existe a possibilidade de ser um aborto, se uma mulher quiser fazê-lo ela só fazer isso ou não engravidar, o que pode ser prejudicial na vida mesma tanto a sua saúde. Uma gravidez indesejada pode apresentar vários problemas para a criação da criança futuramente, pois o primeiro direito de uma criança, deveria ser o de ser desejado. Se ela não é, melhor parar por aí mesmo! Eu faria um aborto quando vezes fosse preciso ou possível, se acontecesse uma gravidez indesejada e no momento eu não pudesse elencar tudo do melhor para a criança que

preciso, eu não sei, sem problemas. Duas amigas minhas já fizeram aborto, uma tinha 14 anos na época e a outra fez no um ano. E quando não prontas de conversar sobre isso, só conseguimos chegar a uma conclusão, “tanto bem que o aborto foi feito, nenhuma das duas estavam preparadas fisicamente, emocional e financeiramente para filhas, hoje estavam com problemas muito parecidos que eu estou enfrentando desde aqui.” (Thaís de Fátima)

“Acho que o aborto é um direito do mulher, o corpo é dela e só ela pode decidir se quer ter um filho ou não. Também é grande do mulher que quer abortar como uma forma de atingir por ter feito sexo e se acha isso errado. A justificativa não pode ter se prevenir! Não só isso também, porque muitas mulheres foram gravadas tornando público ou usando camêras. Nenhum método anticoncepcional é 100% seguro. Não acho que o aborto deve continuar sendo crime, porque é um ato de saúde pública, principalmente para o mulher pobre. As ricas conseguem muito bem abortar em clinics e nunca são presas por isso, enquanto as mais pobres são presas e correm risco de morte. Conheci só uma menina que fez aborto e que acabou ficando quando estava na faixa 15 anos. Ela engravidou do namorado e não tinha nenhum preparo psicológico e financeiro para cuidar de um bebê com 15 anos de idade. Não sei como ficou um aborto. Tenho dois filhos, o primeiro e porque eu soube em um mês e o segundo é por causa do minha religião. Sou espírita-umbandista e no espíritismo acreditamos que se uma pessoa aborta, ela está atrapalhando não só a sua karma mas também do espírito que estava por vir e assim. Mas nunca soube que espírito de achar que os mulheres de um país estão dentro e dentro de seus corpos regulares só por causa de vontade própria. É claro que há de respeito a mim e corrigir e que deve ficar, não interferindo nunca no direito do outro.” (Thaís de Fátima)

“Acho que o aborto em si deveria ser apenas uma decisão oficial como qualquer outro no vida de uma mulher, mas que precisa ser tomada. Infelizmente essa escolha é arrastada das mulheres do Brasil, que seguem em perseguições indesejadas ou mesmo fazem abortos clandestinos. Então o aborto também é uma questão de saúde pública das mulheres e não deve continuar sendo crime, porque a vida das mulheres não muda, por isso que consideramos não serem assim. Mulher nenhuma merece morte por ter engravidado, e mulher nenhuma merece ter uma gravidez indesejada. Não se obriga ninguém o doar sangue para salvar a vida de doentes, mas se obriga a mulher a doar seu corpo inúmeras vezes sua vida, então os parâmetros de criminalização quanto ao sentido de preservação sua saúde, sua saúde física e decorativa. Eu fiz um aborto porque tinha planos e sonhos que sempre arrastados por um filho. Eu não quero arriscar para um filho que não dá se ele não. Não quero colocar meu uma criança para ser expulsa em sistemas de adoção. Que eu saiba, não consigo ninguém que tenha feito um aborto. Não sei que provavelmente deve conversar com alguém porque tenho abortado, já que eu não quero.” (Ana Carolina Moraes)

“Apesar de não conseguir de um teste hormonal se especifica do aborto, posso afirmar que eu não sei há anos tempo que se tem tumor. As coisas só depois disso não se sente preparado pra ter um filho. Porém, os tempos são outros e eu entendo para um aborto, já não deveria ser realmente biológico. E algumas pessoas se expõem disso. Enfim, pra mim, o aborto não é um ferimento. Isso se quando preciso e acho que eu critério para sua prática devem ser os critérios do praticante. Não acho que de forma alguma o aborto deve ser criminalizado crime.

Colocar um feto frente a vida de uma mulher não somente por risco de saúde, mas questões psicológicas e emocionais mesmo em um ato de extrema violência. Foi um aborto por motivo econômico, por motivos psicológicos que simplesmente não quero um filho NAQUELA hora ou NAQUELA pessoa só não consigo ninguém que tenha feito um aborto. Mas talvez isso se dê por se ter passado numa condição social e economicamente privilegiada. Não sei se não consigo ninguém ninguém compartilhar com um aborto de “tudo de quem”. (Caroline Fernandes)

Oportunidade como são tão pertencentes para serem para gerar e demonstrar os procedimentos públicos de um projeto. É de interesse individual e tanto para ouvir e opinar, o fim esperado de spinoff faz parte de uma realidade social mais justa.

Fonte: Revista Fórum

## Figura 27.1

## 5 Mitos sobre Aborto

Pouco cada assunto tratado há vários mitos. Já há de cerca de outras cinco vezes o mito do Feminismo. Dia 28 de setembro é o Dia de Ação Global para o Acesso ao Aborto Seguro e Legalizado. Também é Dia da Campanha pela Descriminalização e Legalização do Aborto na América Latina e Caribe. Por isso, quero falar de alguns mitos sobre as milícias dos pais que são a favor da legalização e descriminalização do aborto.

Texto de Thiago Athayde.

### 1. Pessoas que são a favor da legalização do aborto odeiam crianças e não querem ter filhos.

Ser a favor da legalização e descriminalização do aborto não significa odiar crianças ou não querer filhos. Defender a autonomia do corpo da mulher não tem nenhuma relação com odiar crianças ou não querer filhos. Esse mito é parecido com aquele de que comunistas comem crianças, só serve para dar medo. A mulher é quem deve decidir se quer ou não ter quando quer, com total autonomia. Não pode ser mãe ou não e ainda assim, ser a favor da legalização do aborto. *No seu 'A vida e após a descriminalização do aborto'*, Luíslia Pizano diz:

"Como mãe, referendo o conselho Federal de Medicina e comido todos os peixes, com ou sem filhos, que nunca fizemos um aborto ou que não pensamos a respeito, a refletir sobre esse assunto, lembrando que a criminalização do aborto, além de diminuir a autonomia da mulher, apenas faz com que mais vidas sejam perdidas, independente de crenças e valores morais."

### 2. Se o aborto for legalizado quem terá mais abortos são as pessoas pobres.

Essa é um mito que revela um grande preconceito de classe. Normalmente as pessoas que fazem esse sempre argumentam que pessoas pobres optam de ter filhos, são precaristas, etc. O relatório *Aborto e Saúde Pública* (pdf), coordenado pelo antropólogo Debora Diniz, traz alguns dados sobre a questão do aborto e a renda familiar:

"Nos anos 2000, um estudo com ampla base populacional analisou os fatores associados ao aborto como desfecho do primeiro parto entre jovens de 18 a 24 anos. A pesquisa mostrou que renda familiar e escolaridade constituem 'bons fatores' quanto maior a renda e a escolaridade, maiores as chances de o primeiro grande ser mulher em um aborto."

É importante destacar que hoje são já abortos. As mulheres ricas, em sua grande maioria brancas, vão em uma clínica para fazer aborto, para isso é necessário desembolar um valor considerável em dinheiro. Enquanto isso, mulheres negras e pobres morrem em clínicas clandestinas, em casa ou hospitalizadas em hospitais. Enquanto o aborto for criminalizado as

mulheres continuando morrendo por racismo e por questões de classe.

### 3. Pessoas que são a favor da legalização do aborto são assassinas.

Toda vez que uma discussão sobre aborto se inicia, sempre tem alguém para gritar ASSASSINA! Parece óbvio, mas é preciso dizer que ser a favor da legalização do aborto não significa ser assassina. Aborto é uma questão de saúde pública e não deve ser penalizado por uma discussão moral ou pessoal, muito menos penalizado porque alguém começou a vida até porque essa discussão é infante e sem conclusão, como explica *Drauzio Varella*:

"Não há princípios morais ou filosóficos que justifiquem o sofrimento e morte de tantas meninas e mães de famílias de baixa renda no Brasil. É fácil pregar o abortamento, enquanto esperamos o consenso de todos os brasileiros a respeito do instante em que o alma se instala num aglomerado de células embrionárias, quando quem está morrendo são os filhos dos outros. Os legisladores precisam abandonar o emobilidade e encerrar o aborto como um problema grave de saúde pública, que exige solução urgente."

### 4. Se o aborto for legalizado todo mundo vai fazer aborto.

Tá todo mundo sentindo? Mesmo! Vamos lá, vou jogar uma bomba as pessoas já fazem aborto. Sim! Mesmo que você seja contra, mesmo correndo o risco de ser preso, mesmo o corpo da mulher sendo criminalizado. Segundo a *Pesquisa Nacional de Aborto* (pdf):

A PNA indica que o aborto é tão comum no Brasil que, ao completar quarenta anos, mais de uma em cada cinco mulheres já tem abortado. Tipicamente, o aborto é feito nas idades que compõem o centro do período reprodutivo feminino, isto é, entre 18 e 29 anos, e é mais comum entre mulheres de menor escolaridade, fato que pode estar relacionado a outras características sociais das mulheres de baixo nível educacional.

Pois é. O aborto já acontece. O que estamos lutando é para que todas as mulheres tenham acesso ao aborto legal e seguro. Porque, enquanto mulheres ricas têm dinheiro e suficiente para pagar um aborto legal e seguro para outro país, mulheres pobres, em sua maioria negras, morrem em clínicas clandestinas que usam métodos inseguros. Portanto, a questão do aborto é de saúde pública, como o relatório *Aborto e Saúde Pública*:

Os resultados conflitantes dos principais pesquisas sobre aborto no Brasil corroboram a tese de que a legalização traz consequências negativas para a saúde das mulheres, pouco sobre a prática e perpetua a desigualdade social. O risco imposto pela legalidade do aborto é inequivocamente vindo para mulheres pobres e pobres que não têm acesso aos recursos médicos para o aborto seguro. O que há de errado no debate brasileiro sobre aborto acontece a base de que "o aborto é uma questão de saúde pública". Enfrentar com seriedade esse fenômeno significa entendê-lo como uma questão de cuidados em saúde e direitos humanos, e não como um ato de intuição moral de mulheres leigas.

As legislações e o aborto voltamos a questão do caso criminal para incluir na área de saúde. A partir das políticas públicas mais recentes são desmontadas. Tanto no caso de planejamento familiar e prevenção de gravidez, como no estabelecimento de políticas que decidem voltar ao aborto. O Uruguai descriminaliza e legaliza o aborto em 2012. Essa área foi divulgada no período de dezembro de 2012 até maio de 2013, nenhuma mulher faleceu vítima do procedimento. No período, 195 abortos foram realizados no país.

Segundo o Ministério da Saúde Pública uruguaia, em cada mil mulheres entre 15 e 44 anos já fizeram pelo menos um aborto. O Subsecretário de Saúde Pública, Leonel Brizca, afirmou, ainda, que dados colocados pelo mito de que se registram os abortos são os procedimentos de todos os países europeus. Referência: *Debate e legalização, Uruguai não registra mortes de mulheres por aborto*.

### 5. As pessoas que são a favor da legalização do aborto não seguem religião ou não acreditam em Deus.

Essa mito é bem fácil de ser combatido, basta acessar esse site <http://www.cristianizacao.org.br/>. Há vários pessoas religiosas, ou que acreditam em Deus, que entendem que o aborto não é uma questão pessoal ou moral. Muitos desses pessoas não foram um aborto, porém, entendem que esse decisão pessoal não invalida o fato de que outras pessoas podem decidir abortar. O que alguém pessoal não pode postar uma decisão que cabe apenas as pessoas que estão grávidas. Vale lembrar que não apenas mulheres engravidam, mas também homens trans!

Uma opção pessoal não pode pautar políticas públicas. A Pesquisa Nacional de Aborto e o relatório *Aborto e Saúde Pública* apontam que a maioria das mulheres que fazem abortos são cristãs:

A religião não é um fator importante para a determinação das mulheres no que diz respeito à realização do aborto. Refletindo a composição religiosa do país, a maioria dos abortos foi feita por católicas, seguidas de protestantes e evangélicas e, finalmente, por mulheres de outras religiões ou sem religião.

Os poucos estudos analíticos com amostras selecionadas de mulheres indicam que entre 44,9% e 59,5% do total de mulheres com experiência de aborto indicaram-se católicas. Entre 43,4 e 59,2% declararam-se evangélicas, e entre 2,6% e 12,2% declararam-se protestantes. É possível sugerir algumas tendências regionais, tendo em mente a concentração de mulheres católicas nos estados do Rio Grande do Norte e de mulheres evangélicas no do Rio de Janeiro. Um estudo com 21 mulheres que induziram o aborto destacou que 83% delas não tinham religião.

Fonte: *Biquinhos Feministas*.

## Figura 27.2

# Abril/2013

## Evangelícos e católicos se unem por CPI do aborto e direitos para feto na Câmara

Data: 20/04/2013 | In: Sem categoria

As duas propostas têm como objetivo barrar as mudanças no Código Penal. Outra prioridade dos religiosos é transformar as igrejas em entidades capazes de contestar leis no Supremo

Por Luciano Lima

A bancada evangélica da Câmara uniu-se a deputados católicos para pedir a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre aborto e agrava o chamado Estatuto do Nascituro, que prevê direitos para o feto desde a concepção, ou seja, antes do nascimento. O pedido de CPI foi protocolado nesta semana.

De acordo com o presidente do bancado evangélico, deputado João Campos (PSDB-GO), as duas propostas fazem parte do estratégia traçada pelo bancado de se contrapor às mudanças que estão sendo desenhadas no Senado no âmbito da reforma do Código Penal. "Nós queremos apurar com essa CPI o financiamento do aborto no Brasil, tanto por instituições internacionais, quanto pelo governo do presidente Dilma Rousseff. Além disso, vamos investigar o comércio de produtos abortivos e as clínicas que fazem abortos", disse o deputado.

O pedido de abertura de CPI recebeu a assinatura de mais de 200 deputados e está nos mãos do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Na terça-feira, os evangélicos pediram ao presidente do Casa uma reunião para discutir os dois assuntos.

Já o Estatuto do Nascituro é uma proposta enviada ao Senado. Primeiramente, ela foi apresentada na legislatura passada pelo então deputado laudicista Luiz Bezerra (PV-BR). Ao não ser reeleito, o projeto foi arquivado. Agora, pelos mãos dos religiosos, o projeto voltou à tramitação e está no Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, que terá que analisar se a proposta é viável somente do ponto de vista financeiro.

Depois disso, o projeto terá que passar pelas comissões de mérito, antes de seguir para o Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e, posteriormente, para o Plenário. "Para nós e para os católicos, o voto começa na concepção e por isso vamos lutar juntos por esse direito", disse o deputado.

Campos também argumentou que tem o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nessa proposta e que outra prioridade do bancado evangélico também beneficiará os católicos. É o caso da proposta que dá às igrejas a competência de contestar no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade de leis aprovadas pelo Congresso.

"Acredito que o legislador, por distração, não incluiu as representações religiosas nessa lista de entidades e por isso queremos corrigir esse erro para que as igrejas também possam entrar com Adin (Ação de Inconstitucionalidade) no Supremo. Isso também é nossa prioridade", explicou.

A associação entre católicos e evangélicos na Câmara em torno da questão do aborto é antiga. Um dos principais articuladores do lado católico é o deputado Salvador Zimbaldi (PDT-SP), que, no ano passado, em conjunto com João Campos e com o deputado Roberto de Lucena (PV-SP), também pastor do igrejo Brasil para Cristo, apresentaram um projeto de lei complementar para tentar barrar os efeitos da decisão do STF que permitiu o aborto de crianças com anencefalia.

Zimbaldi também é contrário ao casamento entre homossexuais, porém é a favor do projeto que regulamenta o artigo 226 da Constituição Federal, para facilitar o casamento de pessoas que realizaram troca de sexo por métodos cirúrgicos. Zimbaldi também é opositor da proposta que criminaliza o homofóbica e se associou a vários outros deputados religiosos para apresentar, em contrapartida a esse projeto, o projeto de lei que assegure às igrejas e seus comandantes o "exercício de atos litúrgicos em estrita conformidade com os respectivos ordenamentos religiosos".

Figura 22.1

### 93% dos leitores da Fórum querem a descriminalização do aborto – Por Jaidá Araes

Na última terça-feira foi publicada na Revista de Gênero uma enquete com algumas perguntas sobre o aborto, com o objetivo de compreender a que os leitores da Revista Fórum pensam sobre o assunto. A enquete teve a participação de 2.951 pessoas, com predominância das mulheres. De acordo com os dados e frases atribuídas, a maioria dos participantes enxerga mulheres que abortam como pessoas guerreiras e corajosas. Palavras relacionadas a dor, sofrimento, confusão e dificuldades foram muito comuns, assim como “liberdade” e suas variações. Foram poucos os adjetivos moralmente negativos e a maioria dos participantes expressou empatia e compreensão.

Alguns casos são particularmente curiosos nos resultados: embora 175 pessoas tenham dito que o aborto deve continuar sendo crime, apenas 85 acham que quem faz um aborto deve ir para o cadeia. São interessante aqui é que essas pessoas têm a seguir ou explicita a respeito de seus posicionamentos. Mas o que é absolutamente assustador é que 2% das participantes acham que uma mulher que aborta e tem complicações de saúde merece morrer.

É interessante como os resultados mostram um número tão significativo de leitoras e leitores pró-legislação, que compreendem o aborto como uma questão de escolha e direito das mulheres sobre seus corpos. Até porque a legislação já dá o direito ao aborto em casos de estupro ou risco de morte para a mãe, ou seja, não reduzindo para os movimentos sociais lutar pela legislação do aborto por qualquer razão além da livre escolha.

Com isso em mente, o enquete tinha o objetivo de conhecer o posicionamento moral, empático e político dos leitores. Veja a seguir os resultados da enquete na íntegra:



É interessante compreender que quando o movimento feminista fala em descriminalização do aborto, a reivindicação é pelo aborto por escolha, devidamente regulamentado. Ou seja, se uma mulher faz esse consentido com alguém, descobrir que ficou grávida e não tem condições de se manter, o aborto deve ser uma alternativa. O ponto mais importante a ser mencionado é que, de certa forma, essa opção já existe: para as raras, está nas vagas do exterior e nas clínicas que poderá pagar para abortar em sigilo para os pais, nas clínicas e laboratórios químicos que podem levar à morte.

Não aborta encara o assunto com hipocrisia ou tentamos: o aborto é uma realidade e continuará a ser praticado quando necessário, ainda que seja considerado crime. O que é preciso é questionar e se as mulheres devem continuar impedidas por carta de abortos clandestinos, ou se merecem acompanhamento médico legal e seguro para amparar suas necessidades.

#### Algumas indicações de leitura sobre o tema

Um site com fotos de um aborto real e legislado – sem nenhum foto do aborto  
<http://www.meaborto.com.br/>

As mães também abortam  
<http://feminas.com.br/moes-tambem-abortam>

Pelo defesa do voto através da descriminalização do aborto: uma nota de apoio ao CPI  
<http://www.eivlers.com/2013/04/pelo-defesa-do-voto-atraves-da.html>

A mulher que aborta  
<http://bloguezfeminista.com/2012/05/mulher-que-aborta/>

É o direito de se mãe, onde está?  
<http://lamaradade.wordpress.com/2011/09/28/e-o-direito-de-se-mae-onde-esta/>

Se o fator da descriminalização do aborto é se o favor do voto  
<http://www.feministas.com.br/2012/05/20/se-o-favor-do-voto>

Legislar o aborto no Brasil pelo combate ao genocídio da população negra  
<http://lamaradade.wordpress.com/2013/06/20/legislar-o-aborto-no-brasil-pelo-combate-ao-genocidio-da-populacao-negra/>

Fonte: Revista Fórum

## Figura 30.1

# Outubro/2013

### "Tirem seus rostos dos ovários": a exposição sobre o aborto que está chacoalhando a Argentina

"O aborto pertence à legalidade no lado cotidiano argentino", diz o fotógrafo Liza Franz. A alemã de 34 anos vive e trabalha em Buenos Aires. Ao lado do argentino Guadalupe Gormé Verú e do francês Léo Maurice, ela é responsável pelo projeto 11 Semanas, 23 Horas e 09 minutos, que trata do aborto legal na Argentina. O projeto fotográfico conta histórias pessoais de mulheres e casos, mas também de ativistas e médicos que lutam pelo aborto legal direto, aconselham e ajudam os pessoas atingidas por uma gravidez indesejada.

"Para nós, é importante não retratar as mulheres como vítimas, mas trabalhar em conjunto com elas nas fotos. Queremos mostrar muita pele, corpo, naturalidade e a liberdade, de escolher se você quer ou não ser mãe", diz Franz. Apesar da proibição, de acordo com números do Ministério da Saúde argentina, cerca de 800 mil mulheres fazem aborto a cada ano, em uma população de 40 milhões de habitantes.

O tema é sensível, diz Liza Franz. Ela lembra que, apesar de a Argentina gostar de se mostrar como país modelo na América Latina na questão de igualdade de direitos, o machismo ainda é profundamente enraizado na sociedade, como em outros países do região: "O que conta não é a vida da mulher, mas sua função como mãe", explica.

#### Sua batida é nossa

Algumas semanas depois do início da exposição, mais de 20 pessoas marcharam, com caixas de som tocando o Hino Nacional argentino ou Ave Maria, protestaram em frente ao local da mostra em Buenos Aires. O grupo era composto, em sua maioria, por homens que gritavam: "Feministas na fogueira!". Eles também insultaram os fotógrafos Liza Franz e Léo Maurice: "Fora com os estrangeiros que querem matar bebês argentinos!".

Apesar de o protesto ter sido seguido por um pequeno grupo de fanáticos online ao aborto, a pressão de câmbios e conservadores impede um debate mais abrangente na sociedade. "A escolha do argentino Jorge Bergoglio como Papa tornou a situação ainda mais difícil", opina Liza Franz.

A presidente argentina, Cristina Kirchner, mostra pouco interesse em participar do polêmico debate – especialmente antes das eleições, acredita Martín Belski, do Acácio Interoceano. "O governo Kirchner tem o maior no Congresso, mas mesmo assim, o tema não está em pauta. Isso é uma questão que pode ter custos políticos, já que o debate carrega enorme diferença de opinião". A Justiça Interamericana foca em campanhas educativas. "Não é uma opinião pessoal ou de crença. Isso é um dos mais importantes questões de saúde pública e do lado das mulheres". Uma vez que o Estado se priva de sua responsabilidade, creem os três fotógrafos.

"A questão também é financeira. Legislar o aborto traria enormes custos para o sistema de saúde pública", diz a médica Germán Cardoso, que também foi fotografada para o projeto. Ela mesma realizou abortos, legalmente, por conexão, e como ele olmos, mediante pagamento baseado no rendimento do paciente, mas que não passa de 3.000 pesos (cerca de 450 euros).

Outros médicos cobrem até dez vezes esse valor, afirma Cardoso. "A proibição não impede que as mulheres façam o aborto. Em decorrência, elas pagam como exorbitantes, quem não pode pagar recorre à lei ou às próprias mãos – muitas vezes com consequências fatais". Segundo a Amnistia Internacional, ocorrem complicações em entre 60 e 80 mil abortos legais realizados por amadoras, sendo que cerca de cem delas terminam com o morte da mulher.

"Têm seus métodos de acesso vedado", pedem os defensores do aborto em outros países da América Latina. No Chile, no Nicaragua e em El Salvador, o aborto é estritamente proibido e é punido. Em outros países de regime, no entanto, o aborto legal funciona. No Japão, em Cuba e na México, o aborto passou a ser permitido até o décimo segundo semana de gestação. No Brasil, no Colômbia e, desde setembro de 2012, também no Argentina, o aborto é permitido em caso de estupro ou se a gravidez traz risco de vida de saúde para a mulher.

Inicentemente, o conselheiro Mauricio Masci, prefeito de Buenos Aires, considerou a reforma inconstitucional e tentou vetá-la – sem sucesso. O Supremo Tribunal Federal o ignorou. No entanto, o governo conseguiu formar, repetidamente, coligações obtidas em sua implementação até hoje, obtendo defensores dos direitos civis e ex-partidos de esquerda.

"Isso como política, como artefato e queremos com nosso filho, quanto o silêncio sobre este tipo, que é de milhares de mulheres em todo o mundo", diz. Para a maioria dos resultados, já que a exposição teve uma enorme repercussão na mídia. O projeto faz parte da campanha Meu Corpo, Meu Direito, da Amnistia Internacional e está passando por diversas provações argentinas.

A ideia original poder levar o projeto à Europa, onde o debate sobre o aborto voltou o grau controverso: o conselheiro governo esperou que refletir suas leis contra a interrupção do gravidez. Já no Brasil, o número de médicos que se recusam a praticar o aborto cresceu.



## Figura 17.1

### O país onde as mulheres podem ser presas por ter abortado espontâneo

El Salvador tem uma das mais duras leis antaborto do mundo. É uma consequência disso é que mulheres que sofrem abortos espontâneos se tornam, às vezes, suspeitas de terem induzido um aborto – e podem até ser presas por acusações.

Por Nina Lubian

Quando Xiomara Cruz estava com muita dor abdominal e um forte sangramento nos primeiros horas do dia 30 de outubro de 2012. A jovem de 19 anos, de Puerto El Triunfo, na leste do país, foi para o hospital público mais próximo, onde os médicos disseram que ela havia perdido o bebê.

Foi o primeiro vez que ela ficou sabendo sobre o gravidez, já que seu peso estava praticamente inalterado e o resultado de um teste de gravidez feito em casa naquele ano foi negativo.

Quatro dias depois, ela foi acusada por homicídio doloso, sob a acusação de ter assassinado intencionalmente o feto que tinha entre 38 e 42 semanas. O hospital a havia denunciado à polícia por suspeito de aborto.

Depois de duas operações de emergência e três semanas no hospital, ela foi transferida para o prisão femina Ilopango, na periferia da capital, San Salvador.

No mês passado, depois de a juiz decidir que ela deveria ter sido o vício do bebê, Xiomara foi condenada a dez anos de prisão.

"Tentel hijualty"

Seu advogado, Dennis Muñoz Estrella, diz que existe um "prejuízo de culpa" embuído no sistema jurídico, o que torna difícil para as mulheres provarem sua inocência.

"Ela é uma mulher inocente do caso sistema legal injusto e discriminatório, que prende essas pobres jovens mulheres, que sofrem complicações obstétricas, com base em provas muito fracas", diz ele.

Maria Teresa Rivera está sentindo um peso de 40 anos no prisão Ilopango.

O pai de Xiomara descobriu o parto como uma "tentel hijualty".

Em testemunha no tribunal que sua filha tinha sofrido anos de violência doméstica nos mãos de seu pai. Ela está com a acusação – que faz com a pena de 30 anos de prisão – se baseia fortemente em alegações de que ela não tinha relacionamento e foi.

Xiomara não é sua filha de quatro anos desde que sofreu um aborto espontâneo.

El Salvador é um dos cinco países com proibição total do aborto juntamente com Nicaragua, Chile, Honduras e República Dominicana. Desde 1996 ele não permite exceções – mesmo se uma mulher for estupro, ou se sua vida estiver em risco, ou se a filha estiver severamente mal formada.

Mas de 300 mulheres foram denunciadas à polícia entre 2004 e 2011, das quais 126 foram julgadas e 48 condenadas – 25 são homens (com penas de 12 a 30 anos) e 23 por aborto, de acordo com um pesquisa do Grupo de Casos de Ocasionalmente do Aborto. Mas sete foram condenados desde 2012.

O estudo escolheu que estas mulheres: são extremamente pobres, solteiras e sem muita instrução – e elas geralmente são denunciadas por funcionários de hospitais públicos. Nem um único processo criminal conseguiu se obter prisão de saúde, onde acreditava que milhares de abortos ocorreriam anualmente.

Muñoz já trabalhou com 28 das mulheres encarceradas, quando o general o rigido libertação de elas: "Apesar um dos motivos do aborto intencionalmente, os cerca 30 milhares complicações espontâneas, mas foram presas por acusações sem qualquer evidência direta", diz ele.

Homicídio doloso

No seu passado, quando Maria Teresa sofreu um aborto espontâneo, ela foi condenada a 40 anos de prisão por homicídio doloso.

Como Xiomara, Teresa, de 38 anos, não teve sintomas de gravidez até sentir uma dor súbita e um sangramento, e foi denunciado à polícia pelo hospital público onde ela passou quatro.



Centro Quinterillo foi condenado a 30 anos de prisão

As evidências científicas para sustentar uma condenação eram fracas, de acordo com Muñoz, que não em breve apresentar um recurso, e a acusação se baseou fortemente no testemunho de um amigo dela que disse que Teresa tentou que "podem estar" grávida 11 meses antes do aborto espontâneo.

Teresa trabalhou em uma fábrica têxtil, o único ganho de sua família, e seu filho de oito anos viveu com a mãe em extrema pobreza.

A história de Castro Quinterillo é diferente. No dia 24 de outubro de 2004, ele tem 18 anos, do zorro rural de San Miguel, estava grávida de sete meses de seu segundo filho e recorreu com sua mãe ao capital para fazer mais perto de um hospital.

O homicídio de Castro Quinterillo na Encuesta Única, mas o caso estava unido com o chegada do fã de fibra, comprando roupas de bebê.

"Foi muito de mão-não eu senti uma dor intensa, eu pensei que estava morrendo", disse Quinterillo.

"Eu estava batendo no porta do banheiro para chamar o atendente do minha mãe quando senti o bebê sair. Depois disso eu só lembro de acordar no hospital".

Sua mãe chamou a polícia, uma atendente normal dos salvadoreños em casos de emergência, e foi levado para o hospital.

Quinterillo tentou um teste, e quando acabou foi interrogado. Em seguida, ela foi alojado à casa do hospital, acusado de homicídio, e transferido para o delegacia.

O primeiro juiz abandonou o processo, mas o Ministério Público recomeçou, elevando a acusação para homicídio doloso.

Medo

Quinterillo foi considerado culpado, condenado a 30 anos de prisão, e afirmou como acusação de criança. Sua filha Daniel, na época com apenas 4 anos, passou quatro anos vivendo com sua bióvia, até que Muñoz conseguiu reduzi-lo para três anos.

"Os médicos médicos não podem explicar por que a bebê morreu, mas o promotor me considerou um criminoso que poderia ter salvo a meu bebê, mesmo tendo desenvolvido de dor", diz ele.

"Eu nunca vou entender por que eles fazem isso comigo, eu perdi quatro anos da minha vida e ainda não sei porque eu perdi o meu bebê."

Mirena Herrera, da Associação de Católica para a Decriminalização do Aborto, diz que esses casos tiveram um efeito inibidor, fazendo com muitas mulheres pobres grávidas que sofriam abortos espontâneos, ou complicações durante a gravidez, tivessem "muito medo de procurar ajuda médica".

"Eu ficava com medo de ir a um hospital público, já que mulheres jovens são sempre consideradas culpadas e presas", diz Beatriz Ramirez, 27 anos, de San Salvador.

"Nós não podemos nem contar com a pessoal de saúde para colocar seus preconceitos de lado e nos tratar em forma confidencial."



Caso de Beatriz mobilizou ativistas da ONG Anistia Internacional

A severa lei do aborto tem outras implicações graves em relação à direitos humanos.

O júriado foi o caso mais comum de morte em 2011 entre meninas e adolescentes de 10 a 19 anos, estatísticas que estão gravadas de acordo com dados do Ministério da Saúde. Isso foi também a terceira causa mais comum de mortalidade materna.

"CrUEL e discriminatório"

No início deste ano, o caso de Beatriz, de 22 anos e que sofre de lupus, atraiu atenção internacional depois que o Supremo Corte se recusou a autorizar um aborto, mesmo que sua vida estivesse em risco e a fetos estivesse mal formado, sem a possibilidade de sobreviver.

A saúde de Beatriz deteriorou-se enquanto o tribunal discutia o caso por vários meses. O bebê nasceu com 27 semanas, e morreu em poucas horas.

Membro do atual governo FRENTE (Frente Forzadora Moral e Libertación Nacional), pontualmente o ministro do Saúde, Miroslava Lobos Rodríguez, criticou duramente a lei do aborto durante a política sobre o caso de Beatriz. Mas o governo não fez nenhuma tentativa de revogar ou relaxar a lei desde que entrou em vigor em 2003, e a continua a ser popular entre grande parte da população conservadora, que reverencia à Igreja, e os grupos religiosos pró-vida, como o Si la Vida ("Sim à Vida", em espanhol).

O partido Acafe, que é fortemente aliado à Igreja, é a favor de ganhar as eleições gerais do ano que vem.

Mrs Esther Major, especialista da Anistia Internacional em El Salvador, descreve a lei do aborto no país como "cruel e discriminatória".

"Mulheres e meninas acabam na prisão por não estarem dispostas ou, simplesmente, serem incapazes, de levar a gravidez ao fim", diz ela.

"Isso faz a busca por tratamento hospitalar por conta de complicações durante a gravidez, incluindo um aborto espontâneo, uma doença perigosa"

"Não pode ser de interesse da sociedade criminalizar mulheres e meninas dessa maneira", concluiu Mijes.

Fonte: BBC

Figura 22.1

# Janeiro/2014

Estimado: **Católicas da América Latina comentam fala do Papa sobre aborto**

Com uma fraternal saudação em Cristo, nos dirigimos ao senhor. A Rede Latino-americana de Católicas pelo Direito de Decidir é um movimento autônomo de pessoas católicas e feministas comprometidas com a busca da justiça social na América Latina. Defendemos e promovemos os direitos humanos das mulheres em 12 países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, El Salvador, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Espanha como país associado.

Como todo o povo católico, vivemos o expectativa dos bons auspícios de seu pontificado que se anunciou como uma mudança positiva no Igreja. Apostamos na esperança dessa mudança de forma que inclua as mulheres, o respeito aos Estados laicos, à diversidade e sobretudo o compromisso com os desafios em relação à vida real e concreto das pessoas, especialmente as mais pobres e excluídas. Reconhecemos que transformações começaram e são importantes e significativas para a Igreja. No entanto, como mulheres solidárias com as mulheres de nosso continente, comprometidas com a luta pela justiça social, não podemos silenciar frente à sua última declaração sobre quem seriam os seres humanos "descartáveis" no mundo atual.

É verdade que se poderia evitar muitas interrupções de gravidez se todas as mulheres do continente tivessem educação sexual para decidir e acesso a contraceptivos modernos para regular o fecundidade. Poderiam assim, exercer o direito de engravidar no momento mais oportuno, possibilitando que o maternidade seja vivida como uma opção prazerosa e não como simples destino biológico ou uma imposição cultural. Porém, o senhor sabe bem que a desigualdade deste continente está longe de ser superada e que as mulheres mais pobres estão expostas à maternidades obrigadas em contextos de muita violência, com todo o custo que isso implica para elas e para o conjunto de nossas comunidades.

Nós, como católicas e como a maioria das pessoas de diferentes crenças e convicções, assim como muitas pessoas ativas, damos valor à vida em gestação; mas este valor não pode ser maior do que aquele atribuído às mulheres. Sabemos que a decisão pela interrupção de uma gestação é tomada em consciência, motivada por diversos fatores, entre os quais o bem-estar dos outros, sobretudo dos próprios filhos.

Existe uma alta taxa de mulheres que morrem vítimas de violência. Os números são alarmantes em todo o mundo, em particular na nossa América Latina. Mulheres que são mães, jovens, solteiras, casadas, namoradas, filhas, sobrinhas, amigas e que geralmente são assediadas pelos próprios companheiros ou pessoas que dizem amá-las. Nos dá o silêncio do Igreja que não levanta sua voz para denunciar essa violência e não exige justiça para essas mulheres vulneráveis e excluídas.

Necessitamos de uma voz de indignação evangélica do Vaticano e do senhor como seu máximo representante. Sonhamos com uma Igreja inclusiva que compreenda, ampare e conforte as pessoas nestas situações. Não queremos escutar apenas condenações sobre temas que estão em debate tanto na Igreja como na sociedade. Seu discurso, suas atitudes e feitos, Papa Francisco, são inovadores e transgressores, e têm gerado um grande consenso entre aqueles que são comprometidos com a justiça social e trabalham por um mundo melhor, uma

Rede Latino-americana de Católicas pelo Direito de Decidir:

CCD Argentina – CCD Bolívia – CCD Brasil – CCD Colômbia – CCD Chile – CCD Equador

CCD El Salvador – CCD México – CCD Nicarágua – CCD Paraguai – CCD Peru – CCD Espanha

Coordenação Regional:

Yury Puñilo

Maria del Carmen Carrizo

Sandra Maza

Figura 17.1



# Fevereiro/2014

## Acesso ao aborto no mundo: retrocessos na autodeterminação das mulheres

As forças conservadoras que saltam do leito de Paris contra o casamento igualitário em maio do ano passado voltaram a se manifestar no último domingo, dessa vez com o anulação do direito ao aborto no país. No França, a interrupção voluntária da gravidez (IVG) pode ser realizada sem nenhuma restrição até a 12ª semana de gestação, e no momento discutem-se duas emendas à lei que regulamenta o aborto: a primeira modificaria a letra da lei que estipula que pode realizar o procedimento a mulher que se encontra em "situação de desespero". O novo texto eliminaria definitivamente a necessidade de justificativa, estabelecendo que qualquer "mulher grávida que não deseja seguir adiante com sua gravidez" tem o direito de interrompê-la. A segunda emenda propõe a ampliar o dote de impedir o acesso ao aborto, além dos grupos que movem litígios onde se realizam operações, e se acrescenta também punição a quem facilitar a obtenção de informações sobre a IVG, medida voltada às associações antítaboas que difundem informações "enganosas no sentido", segundo o governo francês.

Por Carolina de Azevê

Participaram também da manifestação em Paris deputados espanhóis do PP, partido da presidente Mariano Rajoy, cujo governo aprovou em dezembro do ano passado o projeto de reforma da lei que regulamenta o aborto no país. Um enorme retrocesso para a sociedade espanhola, o projeto pretende restringir o acesso à IVG, modificando a lei aprovada em 2010 pelo então governo Zapatero, que permitia o aborto até a 14ª semana de gravidez, em qualquer circunstância, e até a 22ª semana se o feto apresentasse deformações consideradas sérias. A reforma pretende estabelecer que a gravidez só poderá ser voluntariamente interrompida em caso de "grave perigo para a saúde física ou psíquica da mulher" até a 22ª semana, ou em caso de estupro até a 12ª. Já em um processo judicial para que a mulher goze de autonomia para realizar o procedimento. Grupos de mulheres de toda a Espanha prepararam um protesto para o dia 01 de fevereiro em Madrid, em frente ao Palácio de Justiça, para entregar ao ministro Alberto Ruiz-Galardón um manifesto exigindo o veto do anteprojeto e a manutenção da lei atual.

O avanço conservador na Espanha ocorre a situação na Itália, onde **até no ano passado** o acesso e debate sobre o restrição do direito à interrupção voluntária da gravidez, previsto **não 194 de 1978**. Em um país sufocado pelo influxo do Vaticano, o embate entre o direito de autodeterminação das mulheres e a pena do "crimes Caticos" foi clara no lei que prevê o direito ao aborto até os 90 dias de gestação e também o "sigilo de consciência" por parte do pessoal médico, que pode ou não realizar o operação. Em alguns hospitais do país, o percentual de objeção de consciência chega a 100%, impedindo inclusive o acesso ao aborto. **Mulheres em risco de morte**. As mulheres brancas e de estratos que vivem na Itália se encontram hoje em uma situação absurda: têm o direito a interromper a gravidez mas não encontram pessoal médico disposto a fazê-lo, já que a maioria le que lhes entregarem esse direito de negarem para que não sejam acusados de eunécia. As queiram e queriam feministas da colônia **Mujeres Libres Bologna** colocaram **um país em taboos** para criar mulheres que desejam abortar o superior as traças impostas pelos objetores de consciência e realizar o operação no código Garza, católico!

Se na Europa há retrocessos, a grande **Polpa Mujica** representa no avanço da legislação sobre o aborto na América Latina. No Uruguai, de que desmontaram o regime militar a cerca de a interrupção da gravidez nos últimos 10 anos a proibida de saúde foi aprovada em dezembro de 2012. A solicitação à IVG pode ser feita até a 12ª semana de gestação, ou 14 em caso de estupro. Há restrições nos caso de má formação do feto ou de risco de morte para a mulher. **No primeiro ano em vigor do lei**, o governo do país estima que tenham sido realizadas cerca mil abortos, e de acordo com os dados disponíveis, nos primeiros seis meses não foi registrada nenhuma morte de mulheres por aborto inseguro. O processo avançou prevê uma série de etapas - a mulher deve passar por uma consulta formal por ginecologistas, um psicólogo e um assistente social, e após o atendimento tem cinco dias para refletir, decidir e a permite a realização do aborto somente a mulheres organizadas, mas a um prazo máximo de 180 dias. Como mostra o **mapa alternativo** linkado em parágrafo **para: Corte for reproductive Rights**, uma organização não governamental que vive em Elã, que opera em vários países, na América Latina somente Cuba, Porto Rico, Guatê e Guiné Francesa não criminaliza a prática do aborto.

Nêli, Faria, psicóloga e líder do **Marcha Mundial das Mulheres**, em favor sobre a legislação do aborto no redor do mundo no primeiro site **do Alas Pôdas de Osm Mund**, no dia 28 de janeiro, tempo Faria, 59, no campus da Unesp de Baurá, Amparoth e discutido internacional sobre o acesso ao aborto e perspectivas para o futuro. **Uma luta por esse direito não no Brasil, em a emenda não deve ser realizada de fato por a maioria dos brasileiros (pode) nome e cada país em um conjunto de aborto inseguro**

Certo muito a grande Tonya Fenne em um **país de amor**, "mulheres merecem mais / mulheres merecem escutar".

## Aborto e legalidade: a violência do Estado contra as mulheres negras

As eleições de 2010 deram o tom de como conservadorismo e o fundamentalismo religioso tem avançado no Brasil. Em plena eleição, candidatos a candidatos a Presidente da República vivem-se confrontados pela necessidade de apresentar ao país opinião sobre um dos debates mais polêmicos relacionados ao movimento de mulheres como a morte e o debate sobre a legislação do aborto.

Por Luana Soares para os **Bogueres Negras**

Há tempos o movimento de mulheres vem pautando a necessidade da legislação, fazendo o debate a pelo autonomia do corpo feminino, ora pelos direitos sexuais e reprodutivos. Neste texto entretanto vamos discutir um outro outro aspecto desse tema, que é o da violência do Estado contra as mulheres negras. Antes disso, é importante colocarmos alguns pontos importantes, que já em sendo desatualizados há tempos, mas a sempre importante relembrações. Em primeiro lugar, a legislação não se constitui em um instrumento nem mesmo na anulação da necessidade de um amplo sistema de políticas públicas voltadas ao planejamento familiar, e o aborto é a última etapa do debate sobre a questão reprodutiva, e a "porta do lar".

É importante referenciar, que o Estado brasileiro, garante em sua constituição, o direito à vida e à saúde como inalienáveis, que podem ser negados a qualquer, pelo seu cor, sua origem ou orientação sexual. É esse Estado, do Estado Brasileiro, violar pelo bem-estar de todos os seus cidadãos e também de seus cidadãos, objetando-se os direitos essenciais de saúde possuído por cada grupo. Isto é que se chama de princípio da equidade, quando o grupo maior pode ser resumido como, tratar os iguais como iguais e os diferentes como diferentes.

É responsável portanto, do Estado, garantir que todos as mulheres tenham o direito de exercer plenamente a sua sexualidade, e de se sentir segura em seu exercício. Sendo assim, quando o Estado brasileiro mantém o aborto na ilegalidade está ferindo de seus sujeitos, cometendo assim uma violência que é assética a assente em caráter genérico quando se trata daquela que é mais atingida e mais vulnerável nestes casos, que é a mulher negra.

Essa é um debate do qual os diversos movimentos de mulheres, precisam se ocupar, tirando a questão do aborto do âmbito privado, trazendo para a sociedade o compromisso de que a negação do Estado em dar assistência a uma mulher em situação de abortamento, seja econômico ou induzido, constitui um grave desrespeito aos direitos humanos, trazendo assim o debate para o campo da institucionalização.

Quando falamos que o Estado comete violência, isto se dá pelo fato da legalidade se constituir em um cerceamento da autonomia e liberdade do corpo feminino. Além disso, mantendo o aborto na ilegalidade, o Estado brasileiro demonstra que está sendo pautado pelo fundamentalismo religioso no nível de saber pelo vão de seus cidadãos, em especial suas cidadãos negras. Ilega assim as estatísticas que mostram o dano realidade de que o atual situação não impede os abortos de ocorrerem, mas simplesmente relega a morte e o espartamento as mulheres, em especial as mulheres negras mais uma vez.

No que tange às mulheres negras, que pelo fato do racismo já são consideradas sub-cidadãs, como uma situação de "marginalização" no âmbito do aborto. As mulheres brancas e negras recebem o clínico especializado e com plena assistência médica, enquanto as mulheres negras recebem a métodos alternativos, que muitas vezes colocam em risco a sua vida.

A pesquisa **Itinerários e Métodos do Aborto legal** em cinco capitais brasileiras, realizado por Debora Diniz e Marcela Medeiros, traz um pouco do panorama de como a mulher negra está vulnerabilizada e exposta à violência do estado em sua negação de assistência. Indica-se é importante alertarmos para a necessidade de novos pesquisas em relação a esta temática com recente atual. Isto garante visibilidade institucional a quem é mais vitimada pelos efeitos da legalidade.

Os mesmos alertam que a maioria das mulheres que abortam são mulheres negras, com idade até 19 anos, com pelo menos 1 filho. O aborto normalmente começa com o uso de chá e do Colateral, remédio originalmente usado para combater úlceras mas que possui como efeito colateral o abortamento. Apesar do pesquisa referenciar o medicamento como sendo o principal meio de abortamento, são recorrentes os relatos de métodos mais invasivos como agulhas de crochê entre outros artificios utilizados.

A pesquisa em questão, também referencia a ausência de exames diagnósticos da gravidez. Ou seja, muitas mulheres acabam por identificar a gravidez através dos sinais corpóreos tradicionais, em especial o atraso da menstruação, esta ausência tanto se dá pelo medo de ser identificado pelo aparelho do estado, caso futuramente opte pela interrupção da gravidez, bem como pela dificuldade financeira de garantir os exames básicos como o BHCQ e o Ultrassom.

## Figura 30.1

O diagnóstico precoce, bem como a adoção de métodos não-seguros, leva à maioria destas mulheres a interrupção em grandes hospitais para a finalização do aborto através do curetagem, sendo que para cada mulher branca orientada para fazer o aborto, outras 3 mulheres negras foram também internadas. A chegada ao hospital para realizar os procedimentos finais dá início a uma outra etapa de violência, também subdividida pelo Estado, também alimentada pela legislação que é a violência obstétrica. Muitas dessas mulheres relatam e relatam serem submetidas a intervenção médica de natureza invasiva e prejudicial à falta de seriedade de profissionais que muitas vezes atribuído de convicções religiosas e estereótipos raciais, acabam por fingir ainda mais esta paciente que normalmente chega desacompanhada de seus parceiros. Já aquelas mesmo que a maioria das mulheres negras entrevistadas, chegaram ao serviço público sem os acompanhantes.

Os segs, quando o Estado não realiza a legislação, no verdade está jogando para o marginalidade inúmeras mulheres que deviam ter o direito de escolher e que fazer ou não com o seu corpo. Mulheres estão que costumam submetidas a intervenção médica de natureza invasiva dentro da estrutura do Estado, em especial do parlamento brasileiro, conscientemente ocupado por homens pertencentes aos setores conservadores de nossa sociedade, além de muitos companheiros de esquerda que não compreendem o seu papel enquanto legisladores de representar TODA sociedade brasileira. E as mulheres fazem parte dessa sociedade.

As batutas da não-legislação como violência contra a mulher, cabotagem este como uma política gerada contra todo o povo negro, já que o morte de cada uma dessas mulheres desestabiliza toda uma família, e estendendo isso pra, aos filhos e filhas e netos, companheiros e principalmente os filhos. Legislar o aborto, no Brasil, é partir das circunstâncias colocadas, e dar opções as mulheres e o direito de decidir, sem deixar morrer por este exemplo.

O projeto de "lei de proteção da vida do concebido e dos direitos da mulher gestante" restringe os critérios para o aborto, previstos em uma lei de 2010, aprovada durante o governo socialista de José Rodrigues Zago.

No proposta em discussão, a interrupção só seria permitida em casos de estupro (até a 12ª semana de gravidez) e de risco para a vida ou saúde física ou psíquica da mulher (até a 22ª semana).

Além disso, seria necessária a avaliação prévia de dois médicos. As mulheres que considerem abortar terão acompanhamento, que detalha os alternativas existentes, como a adoção. Jovens de 16 e 17 anos também precisaria pedir autorização dos pais para abortar.

Pela legislação de 2010, o mulher pode interromper o gravidez voluntariamente até o 14ª semana.

Apresentada em dezembro passado, o reforma tem suscitado uma série de manifestações no país pelo direito à interrupção da gravidez. Partidos da oposição e representantes de associações pelas direitos feminista argumentam que, se entrar em vigor, a lei vai ocasionar mortes por abortos clandestinos.

Fonte: BBC

## Figura 3.1

### Espanholas registram corpo em cartório contra reforma da lei do aborto

Por Lara Aguir

Uma ação cívica realizada surpreendeu o cartório de Espanha. Mais de 200 mulheres entraram com um pedido de registro de gravidez sobre o próprio corpo. A iniciativa foi um prelúdio à reforma de lei que restringiu o direito ao aborto.

A reforma foi proposta pelo governo conservador da general Mariano Rajoy. Nacha Berge-Pina, a oposição apresentou um pedido ao Parlamento para retirar o projeto do pauta, mas acabou derrotado em uma votação secreta. O debate, portanto, continuou.

O ato nos cartórios foi realizado na última dia 6, simultaneamente, em seis cidades de Espanha: Madrid, Barcelona, Bilbao, Sevilha, Pamplona e Portimão. Em Barcelona e Madrid, os cartórios aceitaram o pedido e estão fazendo os trâmites, o que surpreendeu os organizadores do protesto.

"É uma ação simbólica", disse o idealizador do iniciativa, a artista e ativista social Yolanda Domínguez. "Este projeto é um reticência, uma ligação de nossas lutas", disse.

#### 'Corpo feminino'

Segundo os organizadores, o ato foi pensado para para mostrar que as mulheres estão "foras de tudo mundo decidido sobre o corpo feminino".

"foi uma maneira de reivindicar o direito de decidir sobre nosso corpo. Já que nos tratam como objetos, queremos reafirmar que "meu corpo é minha propriedade", explicou a ativista.

José Antonio Ceballos González de Lara, de um cartório de Madrid, afirmou que dará o registro oficial em até 15 dias, mas se mostrou cético.

"Realmente as solicitações tal como negar a lei espanhola e vamos tramitar. Mas como gente não é coisa, não será fácil fazer o registro", advertiu.

Para a organização da iniciativa em Barcelona, Patricia Solís Belver, doutora em sociologia de gênero e professora universitária, a solução está na prevenção.

"Ninguém aborta simplesmente a sem razão. O que a tem que decidir é como evitar uma gravidez indesejada, com mais educação sexual e com a qualificação do corpo feminino e um assunto global. Em outros países, as mulheres continuam lutando pelo direito ao aborto", afirmou Morales.

Mais de 200 mulheres participaram de ato semelhantes em vários cidades.

Volando se disse corrente com a superação e contra que tem recebido e-mails de mulheres de outros países, inclusive do Brasil, que querem realizar ações similares como as espanholas.

"Então a Espanha na Espanha não está um assunto local, é a classificação do corpo feminino e um assunto global. Em outros países, as mulheres continuam lutando pelo direito ao aborto", afirmou Morales.

Reforma restrita

## Figura 13.1

### Uruguai: quase 7 mil abortos seguros e nenhuma morte registrada

Uruguai em um ano, 6.676 abortos seguros foram realizados e nenhuma morte registrada. Do total de abortos realizados no marco da nova lei, em apenas 92 casos (0,007%) houve complicações graves.

Aborto seguro no Uruguai: desde a legalização, nenhuma morte foi registrada (Eh)

Rafael Reis

Um balanço oficial do governo uruguaio informou que, no período de um ano de vigência da Lei de Interrupção da Gravidez (lei de aborto), foram realizados 6.676 abortos seguros – nenhuma mulher faleceu. Desde dezembro de 2012, os mulheres uruguaias podem realizar o interrupção da gravidez indesejada em segurança e na legalidade.

Desde então até novembro de 2013, o média foi de 156 abortos por mês, um número próximo a 18 abortos por dia. Do total de abortos realizados no marco da nova lei, em apenas 10 casos (0,001%) houve complicações leves. O único caso de morte foi de uma mulher que realizou um aborto clandestino, fora de um centro de saúde, aparentemente usando uma agulha de cocô. Ela já teria chegado em estado grave ao hospital.

Segundo o Subsecretário de Saúde Pública, Leonel Brizco, a tendência é que o número de abortos diminua ao longo do tempo. "O que nos indica é que a prática do aborto é segura, acessível e inofensiva. O Uruguai tem uma taxa de nova interrupções da gravidez a cada mil mulheres entre 15 e 14 anos, o que é alguma maneira nos países mais livres do mundo, inclusive mais livres que os países da Europa Ocidental, que reportam 12 interrupções a cada mil mulheres", destacou.

Do total de abortos, 41% foram realizados pelo setor público e 59% pelo setor privado. A maioria dos abortos aconteceu em Montevideo, ao redor de 64%, enquanto que no interior do país foram registrados 36%.

Para o ex-senador e atual presidente da Frente Amplia, Mónica Xavier, os resultados da nova Lei de Interrupção da Gravidez são satisfatórios e não é chamativo o incremento do número de abortos neste primeiro ano de aplicação da lei.

"Quando promovemos [a criação de] normas legais que regularizam o interrupção da gravidez com algumas condições, entendamos que a fazer [no longo prazo] uma diminuição dos abortos, que não se ser registrado no registro, mas sem com o tempo", pelo fato de não havia registros oficiais sobre o número de abortos antes.

As mulheres adolescentes foram as que menos realizaram interrupções da gravidez, ao redor 15%, enquanto as mulheres adultas representaram 82% do total. Para Xavier, é necessário dar tempo para que haja confiança e maior respeito entre as mulheres e o sistema de saúde.

"De um dia para o outro, os pessoas não vão ter confiança para não serem estigmatizadas, questionadas em sua decisão, porque há toda uma aprendizagem mútua, desde o reconhecimento do direito até a melhor atenção, de qualidade, que devem fazer os equipes de saúde", ressaltou Xavier.

**Opinião**  
 No entanto, o deputado Paulo Abadão, um dos opositores à nova lei, dividiu que o aborto clandestino tenha sido evitado. “Acusado que o clandestinidade seja ocorrendo livremente. Além disso, o aborto clandestino agora é feito com mais facilidade que antes, não é necessário ir a uma clínica para ter acesso ao comprimido”, afirmou Abadão para o jornal El País.

Os resultados oficiais também demonstram que 6,3% das mulheres desistiram da ideia de abortar e continuaram com sua gravidez, após realizar os consultas com os serviços multiespecialares. O Brasil indica que quase a maioria das mulheres chegou aos centros de saúde já com uma decisão tomada.

**Lei do aborto**  
 A solicitação para a interrupção voluntária da gravidez pode ser feita até o 12º semana de gestação. O período se amplia para 14 semanas em caso de estupro e não há restrições nos caso de má-formação do feto ou risco de vida para a mãe.

Antes, os pacientes devem passar por uma equipe multidisciplinar formada por um ginecologista, um psicólogo e um assistente social. Entre outras opções, eles conversam sobre a possibilidade de concluir a gravidez e dar a criança para adoção.

Posteriormente, há cinco dias para o reflexo. Depois, caso o vontade permaneça, é feita o aborto, farmacológico e segundo os critérios recomendados pelo OMS (Organização Mundial da Saúde).

Fonte: *Opera Mundi*

## Figura 27.2

### Já que pacto é coisa do dialeto, que tal um acordo sobre o direito ao aborto? - Por Leonardo Sakamoto

A campanha de 2010 foi algo como um concórdia, em que parecia não estamos escolhendo um presidente da República e sim um novo papa por conta dos temas díspares ao debate público.

Já 2014 será o ano de enfrentar os direitos humanos em discussões associadas à questão da segurança pública, como a redução da maioridade penal.

Já discute o tempo por aqui e entre muito leitar beatífico – o que me trouxe grande alegria.

Eu sei, contudo, que nenhum dos quatro principais pré-candidatos até agora – Dilma Rousseff, Aécio Neves, Eduardo Campos e Ronaldo Fialgueira – não adota comportamentos conservadores de ehe na política religiosa como ocorreu em 2010. Pelo menos, não abertamente. Imagine que isso poderia abrir conta uma imagem de modernidade e inovação que até então que assura para tentar conquistar o eleitorado.

Mas vemos as imagens captadas pelo câmeras de câmeras, no último domingo de Páscoa, me lembrou do modo de eu não ser “abertista”.

Eu até havia proposto, em outro post, uma espécie de pacto. Bem, pacto, não porque vou falar que é coisa do Teófilo. Um acordo. Então, trago a discussão de volta.

Os direitos humanos são um dos temas que mostram convergência entre setores da PSD, PSB, PSol e PT. Nessas organizações, houve quem defendeu o P Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado no final de 2010, e que sofreu jactas críticas se setores da sociedade como a igreja, os militares e a agronegócio. Os responsáveis pelo área de direitos humanos do governo FHC, como a professor Inaúê Sérgio Pinheiro, foram mais críticos na defesa do então dirigente da codena, Paulo Vannuchi, do que muitos setores do próprio governo Lula durante a polêmica do PNDH.

Não estou dizendo que os partidos são iguais, longe disso. Apesar que há temas que encontram ressonância entre eles e que direitos humanos podem ser um deles – e atual PNDH mantém pontos, que hoje são considerados polêmicos, do sua primeira versão, lançada em 1996, sob o PSD, por exemplo.

Nesses pontos, há muitos contrários à adoção do pena de morte, à redução da maioridade penal e à prisão perpétua, e favoráveis a materializar a ampliação dos direitos reprodutivos, à adoção de leis por conta do menor preço, à desmercantilização do uso de drogas. São por esses pontos de gravidade, logo pelo efeito de liberdade.

Não acredito que Dilma, Aécio, Eduardo e Fialgueira, no âmbito de suas próprias pessoas, não considerem com razão esses pontos acima. Ou, mesmo que discutam de vigília, não seria que entendam que o governo de determinados direitos de minorias é uma questão de equidade individual e não de política pública.

Luis já declarou que não importa que ele seja pessoalmente contra o aborto, mas sim que o tema deve ser tratado como saúde pública, uma vez que mulheres pobres morrem por causa de interrupções de gravidez feitas de forma precária. Fernando Henrique defende a

desmercantilização de drogas como parte do combate ao problema, tornando-se, nos últimos anos, uma dos princípios versus globais sobre o tema.

Nunca imaginei uma situação hipotética considerando que quatro candidaturas não ter a atenção dos habituais, não impediu que fechamos posição sobre alguns desses temas, comprometendo a implantar uma plataforma mínima para que e não fosse um salto no respeito aos direitos humanos, caso eleito. Sabiamos tempo para debater outros assuntos relevantes.

Já que os agentes do discurso da segurança não vão deixar que o tema não seja usado como munição, sugiro o grito do direito ao aborto.

Um acordo em que, uma vez eleito, os candidatos aceitarão ouvir no debate através do envio de projetos de lei, no entanto, real de atendimento de mulheres para os casos já previstos em lei (que hoje estabam em uma série de problemas) e apoiar com mais vigor, junto ao STF, ações que reduzam a interpretação de lei quanto à limitação e esse direito.

Qual o consequência para seus companheiros? Pediram apoio dos aliados mais conservadores? Considerando a qualidade de muito gente que está do lado deles, isso seria uma bênção, não um problema.

Pediram eleitores que já votaram neles e afluíram fundamentalistas? A perda seria para todos.

Serem abandonados por parte de seus correligionários? Davida. A busca pelo poder mere momentos.

Aliás, ser uma democracia de verdade passa por atender aos anseios da maioria, mas garantindo a proteção da minoria.

Como já disse aqui, isso, é claro, está no plano do estágio, e não o dilema, porque a política real, cheia de truques e pautas de tapete, não permite isso. Além do mais, a guerra campal e o boicote já estão instaurados.

Por muito, o porcelão será a opção escolhida. E não duvido que vivencemos novamente experiências baseadas no diálogo de 2010, quando houve até crianças agarrando de videogames nos colírios de discar mídia até politizar porque disse que o pai votou em uma pessoa diferente das outras pais.

A verdade é que as eleições no Brasil transformaram-se em um momento em que o debate público com possibilidade de construção coletiva é interditado.

A campanha eleitoral também vive um momento complicado para o discurso de temas públicos relevantes – os contrários do que a teoria afirma. E quando marqueteiros doblam a realidade, procurando mexer com a emoção e não o razão dos eleitores. Qualquer tema que seja visto com potencial de engajar no futuro será tratado como um carro novo em anúncio de TV. E verdade como tal. Ou seja, a verdade sobre e objetos em questão é um mês de detalhe.

Por isso, também temos que nos lembrar que esses temas devem ser discutidos ao longo de todo o estado básico, em anos de reflexão em salas de aula, mas também em outros espaços comunitários e sociais, com pessoas propensas para levantar juntos aos jovens todos os pontos de vista, candidatando-os a se debatare sobre eles.

Mas, apesar de direitos humanos ser tema transversal na educação, tendo em vista a discussão de socialista sobre o Plano Nacional de Educação no Senado Federal, não tenho nenhuma fantasia de que isso ocorrerá no curto prazo.

Além do mais, estamos na adolescência do internet. As pessoas estão descobindo ainda como é gostoso ser irresponsável em debates nos redes sociais.

Adram que não têm nada a perder em uma falça anonimato.

Com o tempo, isso vai passar.

Mas, até lá, urgente a guitarra suado do pessoal com os hormônios à flor da pele.

De um lado e do outro.

Fonte: *Blog do Sakamoto*

## Figura 24.1

